

MOVIMENTO

CRÍTICA, TEORIA E AÇÃO

ANO 2. N.4. JAN./MAR. 2017.

MOVIMENTO

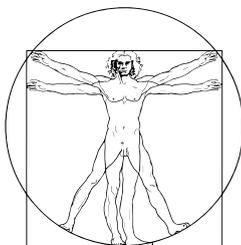
CRÍTICA, TEORIA E AÇÃO

ANO 2. N.4. JAN./MAR. 2017.

MOVIMENTO

CRÍTICA, TEORIA E AÇÃO

ANO 2. N.4. JAN./MAR. 2017.



EDITORA MOVIMENTO

Editores Etevaldo Teixeira
Roberto Robaina
Diretor Thiago Aguiar
Responsável Movimento Esquerda Socialista

Projeto gráfico, capa e diagramação Adria Meira
Revisão Charles Rosa
Giovanna Marcelino
Gustavo Rego
Thiago Aguiar

Periodicidade Trimestral | 4ª edição. Ano 2017.

Autores que contribuem nesta edição: Alvaro Bianchi, Bernardo Corrêa, Charles Rosa, Daniela Mussi, Fernanda Melchionna, Giovanna Marcelino, Gustavo Rego, Gustavo Reynoso, Hugo Blanco, Israel Dutra, Leon Trotsky, Luciana Genro, Pedro Fuentes, Pietro Tresso, Roberto Robaina, Ruy Braga, Thiago Aguiar

Movimento : crítica, teoria e ação / Movimento Esquerda
Socialista. ano 2, v.1, n.4 (jan./mar.2017)-.Porto
Alegre : Movimento, 2017.

Trimestral.

ISSN 2448-1491

1. Marxismo – Brasil. 2. Marxismo– Mundo.
3. Socialismo. 4. Política – Brasil. 5. Política –
Internacional.

CDD 335.4

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Melchionna e Silva
CRB10/1813

Editora Movimento
Rua Bananal, 1679, Bairro Arquipélago
90090-010 - Porto Alegre-Rio Grande do Sul - Brasil

Impresso no Brasil
2017

ÍNDICE

Apresentação <i>Thiago Aguiar</i>	7
30 ANOS SEM NAHUEL MORENO	
30 anos sem o “tigre” Moreno: breves notas biográficas e algumas indicações de leitura <i>Gustavo Reynoso e Israel Dutra</i>	13
“Manda a coletividade, não o indivíduo” - Entrevista com Hugo Blanco <i>Bernardo Corrêa e Fernanda Melchionna</i>	25
CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO RUSSA	
O que foi a Revolução Russa? <i>Leon Trotsky</i>	49
“No centenário da Revolução Russa, ainda podemos aprender muito com ela” – Entrevista com Pedro Fuentes <i>Charles Rosa e Thiago Aguiar</i>	79
Lênin, a revolução e o partido <i>Roberto Robaina</i>	97
100 anos da Revolução Russa: Reflexões sobre a primeira tentativa de transição ao socialismo <i>Luciana Genro</i>	143
8 de março, revolução russa e o protagonismo das mulheres <i>Giovanna Marcelino</i>	175
REORGANIZAÇÃO DA ESQUERDA E DESAFIOS DO PSOL	
“Junho é o determinante” - Entrevista com Alvaro Bianchi, Daniela Mussi e Ruy Braga <i>Charles Rosa, Giovanna Marcelino e Gustavo Rego</i>	185
MEMÓRIA: PIETRO TRESSO (“BLASCO”) E ANTONIO GRAMSCI	
Pietro Tresso (1893-1943) e a “oposição dos três”: apresentação <i>Alvaro Bianchi</i>	209
Um grande militante morreu... Gramsci <i>Pietro Tresso</i>	225
DOCUMENTOS	
Depois da grande demonstração de força do 15 M: Construir a greve geral para resistir aos ataques de Temer, construir uma alternativa de esquerda de verdade <i>Secretariado Nacional do MES</i>	235
Carta à direção do PSOL por uma pré-candidatura presidencial urgente <i>Luciana Genro</i>	245

Apresentação

Thiago Aguiar ¹

Iniciamos o segundo ano de publicação de nossa revista *Movimento*. Para nós, é um motivo de comemoração a consolidação desta ferramenta teórico-política a serviço da formação de nossa militância, do debate de ideias com outras organizações políticas e intelectuais parceiros. Pretendemos, nos próximos meses, ir adiante, fortalecendo os meios de difusão de nossa revista, além de nossos números impressos trimestrais, para ocupar o espaço das redes, bem como estimulando a realização de debates e o intercâmbio de ideias num período em que fica evidente a necessidade de que a esquerda socialista ofereça saídas diante da crise nacional. Estaremos orientados nesta direção para a qual a permanência de nosso jovem projeto tem sido um bom sinal para o futuro.

Neste quarto número da revista, iniciamos nossas publicações direcionadas ao centenário da Revolução Russa. Pela importância evidente da data, muito já se está falando, escrevendo e reproduzindo a respeito, não apenas pelas organizações da classe trabalhadora, mas também pela imprensa burguesa e pela academia. Isto também mostra a força e a transcendência deste acontecimento que marcou o século XX e do qual ainda se podem extrair valiosas lições. Debater e reivindicar 1917 é lutar por seus significados. O passado reelabora-se no presente e no futuro. É tarefa das novas gerações militantes, senão redimir, aprender, inspirar-se e defender o legado de Outubro das deformações do stalinismo e de todos os detratores a serviço da sociedade de classes. Todos estes prestam uma homenagem aos bolcheviques e à heroica classe operária russa ao mostrar, há tantas décadas, que a revolução vive na medida mesma em que a dizem morta.

¹ Diretor da revista *Movimento*.

Para isso, nesta primeira aproximação, oferecemos a nossos leitores 5 materiais: iniciamos o dossiê republicando *O que foi a Revolução Russa?*, conferência de Trotsky em Copenhague, em 1932, bastante útil como um guia para os que ainda não estão muito familiarizados com os eventos de 1917. No mesmo sentido, realizamos uma entrevista com Pedro Fuentes, em que o dirigente do MES sublinha aspectos da revolução que, em sua opinião, devem ser conhecidos e debatidos pelas novas gerações militantes.

Roberto Robaina, por sua vez, escreve sobre a atualidade do pensamento e da obra política de Lênin num mundo em que, apesar de todas as diferenças, segue atualíssimo o desafio de construir organizações políticas da classe trabalhadora fortes o bastante para enfrentar a sociedade de classes e o Estado, com a flexibilidade e a habilidade política de encontrar e golpear as linhas de menor resistência abrindo fissuras, construindo um partido vivo, em permanente movimento e transformação, preparado para atuar em todas as dimensões da atividade social.

Luciana Genro escreve artigo, a partir de sua recente dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Direito da USP, sobre um debate fundamental para os socialistas: o que é, afinal, e quais são os desafios da transição à luz da experiência russa. Fechando esta seção dedicada ao centenário da Revolução Russa, Giovanna Marcelino trata das origens do 8 de março e das relações entre o movimento de mulheres e a luta socialista na história.

Abrindo a revista, há uma seção dedicada aos 30 anos da morte do dirigente revolucionário argentino Nahuel Moreno, falecido em janeiro de 1987. Israel Dutra e Gustavo Reynoso assinam breve nota biográfica sobre Moreno como forma de apresentar a intervenção de Pedro Fuentes, pelo secretariado do MAS argentino, no ato de sepultamento de Moreno. Os autores também apresentam uma lista das obras do dirigente argentino para que a militância possa delas apropriar-se. Também como parte desta seção dedicada a Nahuel Moreno, Bernardo Corrêa e Fernanda

Melchionna entrevistaram, no Peru, Hugo Blanco, histórico militante trotskista latino-americano membro da corrente fundada por Moreno, organizador dos grupos de autodefesa e um dos dirigentes do levante camponês peruano nos anos 60.

Como forma de seguir o debate nacional, entrevistamos Alvaro Bianchi, Daniela Mussi e Ruy Braga, recentemente filiados ao PSOL, que falam sobre os desafios da esquerda no Brasil, o papel das organizações socialistas, dos movimentos sociais e dos intelectuais. Também será possível ler, neste número, artigo de Pietro Tresso em memória de Antonio Gramsci, que publicamos orgulhosamente a partir de tradução e apresentação preparada para nossa revista por Alvaro Bianchi. Tresso foi um militante comunista italiano que militou com Gramsci, ingressou nas fileiras dos trotskismo e morreu na luta contra o nazi-fascismo na Europa.

Na seção de documentos, mantendo o esforço de registro permanente de nossas posições, publicamos as duas últimas elaborações de nossa corrente a respeito da situação nacional e dos debates no interior do PSOL: a nota de março do Secretariado do MES a respeito das lutas contra a reforma da previdência e os ataques de Temer e uma carta de Luciana Genro à direção do PSOL estimulando o partido a postular-se como alternativa tanto à direita e seu programa de ajustes antipopulares como ao lulismo.

Boa leitura!

**30 ANOS
SEM NAHUEL MORENO**

30 anos sem o “tigre” Moreno: Breves notas biográficas e algumas indicações de leitura

Gustavo Reynoso¹ e Israel Dutra²

No final de janeiro, por iniciativa do MES, organizamos em Porto Alegre e São Paulo atos em memória de Nahuel Moreno. Também os companheiros do MST argentino fizeram-no em Buenos Aires. Nos atos do Brasil, estiveram presentes dirigentes do PSTU, CST, MAIS, NOS, CS, além das saudações dos companheiros da Marea Socialista (Venezuela) e do MPGT (Peru).

Resgatar seu legado e lembrar sua obra teórica e vida militante, longe de qualquer variante de culto acrítico, serve-nos como estímulo e inspiração para as tarefas que as novas gerações têm diante de si³. Os tempos em que nos cabe viver e militar são diferentes, mas segue vigente a necessidade de que a classe trabalhadora construa instrumentos de combate, lutando pela democracia operária e pelo socialismo em profunda solidariedade internacional com seus camaradas de todo o mundo. Em poucas palavras, estas são as principais lições de Moreno, falecido em 25 de janeiro de 1987 aos 63 anos.

Muito se escreveu e se disse a respeito do dirigente socialista argentino em razão dos 30 anos de sua morte. Neste pequeno texto, lembraremos apenas alguns aspectos de sua vida e obra. Ao final, reproduzimos dois materiais que nos parecem úteis para ser apropriados por nossa militância: 1) a intervenção realizada por Pedro Fuentes em nome da direção do MAS no ato de homenagem a Nahuel Moreno em seu sepultamento, que vale sobretudo pelo registro histórico de um período fundamental de organizações políticas das quais nos originamos⁴;

1 Militante do Movimiento Socialista de los Trabajadores (Argentina) e arquivista.

2 Dirigente do MES e membro da Executiva Nacional do PSOL

3 Um dossiê sobre os 30 anos da morte de Moreno foi organizado no Portal de la Izquierda em <http://portaldelaizquierda.com/2017/01/boletin-especial-30-anos-de-la-muerte-de-nahuel-moreno/>

4 Nos anos e décadas posteriores, Pedro Fuentes e outros companheiros dedicaram-se a realizar o balanço teórico e político da experiência dessas organizações e do legado de Moreno. Por isto afirmamos que a reprodução do texto de 1987 deve ser tomada sobretudo por seu valor histórico.

2) uma lista das obras escritas pelo dirigente argentino, fonte fundamental de estudos, debate e também de leitura crítica para a militância socialista.

Alguns elementos biográficos

Hugo Miguel Bressano Capacete – conhecido politicamente como Nahuel Moreno (Nahuel, em idioma indígena araucano, significa tigre, e moreno pela cor do cabelo) – nasceu em 24 de abril de 1924 em Alberdi, uma pequena localidade agropecuária da rica província de Buenos Aires.

Proveniente de uma família de classe média alta, com mistura de sangue italiano e andaluz, tanto seu pai como seus tios foram dirigentes políticos locais da União Cívica Radical, tradicional partido burguês, que hoje faz parte da coalizão governante na Argentina. Apaixonado desde muito jovem pela leitura, gostava de ler filosofia e chegou a conhecer Kant com bastante profundidade.

O iminente começo da Segunda Guerra Mundial e o apogeu do fascismo faziam-se sentir em todas as partes. Nos colégios de Buenos Aires, os bandos nazis, organizados militarmente, atacavam a população judia. Foi um impacto para o aplicado estudante Bressano, que se fez um lutador antirracista, nas tribunas e na luta das ruas. Um marinheiro, de apelido Faraldo, que frequentava o meio, foi quem o captou para o trotskismo.

Nesta época, o trotskismo argentino limitava-se a uns poucos grupos dispersos, que militavam muito pouco. Moreno acabou com a tradição do “trotskismo de café”. Moreno teve uma ativa participação no movimento trotskista internacional e na esquerda argentina fundando distintas organizações e partidos de esquerda em seu país: Grupo Operário Marxista (GOM), Partido Operário Revolucionário (POR), Movimento de Agrupações Operárias (MAO), Palavra Operária, Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT, e depois PRT-A

Verdade), Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) e por último o Movimento ao Socialismo (MAS).

Um pouco de seu legado: inserção na classe trabalhadora e democracia operária

A marca distintiva que identifica os partidos de cunho “morenista” é a confiança na classe trabalhadora e a necessidade de construir o partido em seu seio, sendo parte de suas lutas: levando orientação política, mas também estando disposto a aprender, impulsionando a mais absoluta democracia operária e ganhando os melhores dirigentes e ativistas para que contribuam com a construção do partido. Como disse Moreno:

Eu estou convencido de que o trotskismo reflete politicamente o setor mais explorado do proletariado, mas sempre trata de mobilizar o conjunto dos trabalhadores, inclusive os seus setores mais atrasados aos mais aristocráticos. Por isso, dizemos que o trotskismo é a consciência das necessidades históricas da classe operária em seu conjunto, não de tal ou qual setor.

Devemos meter em nossa cabeça que nossa política é dirigida a convencer a classe operária de que deve autodeterminar-se, se democrática, e tomar o poder através da revolução das massas trabalhadoras, dirigidas por ela.

Esse é o eixo e tinha razão. Sem generalizá-lo como teoria, o centro de tudo é a democracia operária. Tudo se resolve através de assembleias. Talvez não uma grande assembleia, não é um problema grave; o grave é que não existam assembleias. Esse é o eixo. (Do livro “Escuela de Cuadros, Argentina 1984”)

Não queremos construir um Estado totalitário, absolutamente controlado por nosso partido, mas exatamente o contrário. Queremos substituir o parlamento burguês por organismos muito mais democráticos, como podem ser os sindicatos, as comissões de fábrica, soviets, enfim, as organizações em que acredita a classe

operária. Ademais, apoiaremos a criação de organismos tais como as cooperativas, as organizações de bairro, etc. onde reine a democracia permanentemente. (Conversando com Nahuel Moreno)

Sua grande lição: a importância do internacionalismo

A construção de partidos nacionais e, sobretudo, uma organização internacional foi a que Moreno dedicou seus maiores esforços: fez parte da fundação de diferentes partidos em outros países da América do Sul e da Europa ajudando a pôr de pé partidos no Peru, Brasil, Colômbia, Espanha e Portugal.

O problema de que a direção e a organização internacional são imprescindíveis era, em última instância, o que estava por detrás da luta de Trotsky para fundar a Quarta Internacional já em 1936. Ainda que nesse momento sua posição foi derrotada por seus companheiros, evidentemente para Trotsky não era questão de quantas ou quais forças podia se nuclear, de sua debilidade ou fortaleza. Para ele, sem organização e direção internacionais simplesmente não se podia militar e atuar politicamente na luta de classes. (Escola de Quadros, Venezuela, 1982)

Em nível internacional, manteve relações com diferentes dirigentes e partidos trotskistas de todo o mundo e participou sempre nos debates e lutas políticas entre as distintas frações do trotskismo, desde o Segundo Congresso da IV Internacional, em 1948, com o objetivo permanente de aportar à internacional fundada por Leon Trotsky. A corrente morenista impulsionou, inclusive, uma brigada de combatentes internacionais para lutar junto às massas na revolução nicaraguense: a Brigada Simón Bolívar. Nossa luta por um reagrupamento internacional segue, inspirada nos ensinamentos e na experiência de Moreno, disposta a travar as lutas que a complexa situação mundial nos apresenta.

Fazê-lo, para nós, é a melhor maneira de dizer, 30 anos depois, Nahuel Moreno: presente!

“Todos demos um passo à frente” - Intervenção de Pedro Fuentes (Alberto Pujals) no ato de sepultamento de Nahuel Moreno (1987)

Em nome do comitê executivo do MAS, nos despedimos de Nahuel Moreno, de Hugo, nosso companheiro mais querido e respeitado.

Perdemos nosso dirigente: o inspirador da Liga Internacional dos Trabalhadores (Quarta Internacional), do MAS e de vinte partidos revolucionários do mundo.

Estamos nos despedindo de quem, durante 45 anos e até este trágico sábado, foi nosso dirigente.

A morte deteve, finalmente, seu coração fatigado, quando preparava os próximos congressos da Internacional e do MAS.

Estamos nos despedindo de quem, entre nós, passou pelas maiores provas da luta de classes. Ele fundou ou assessorou sindicatos como o têxtil e o dos frigoríficos. Ele dirigiu greves imensas, como a metalúrgica de 56, e seguiu passo a passo a luta de massas de todo o mundo. Disso tirou conclusões teóricas e práticas, transcritas em milhares de folhas de papel, que farão, seguramente, que suas obras completas sejam as mais volumosas. Porém, ele não se limitou a isso. Em vários processos revolucionários e lutas operárias e populares de outros países, pôde intervir direta e pessoalmente. Esteve em Cuzco nos anos 60, quando os camponeses peruanos ocupavam terra e estabeleciam o duplo poder nos vales. Impulsionou a Brigada Simón Bolívar para lutar na revolução nicaraguense.

Estamos nos despedindo do mestre de todos nós. Mestre por seus cursos, seus livros, documentos e, sobretudo, por sua paixão revolucionária e sua confiança na classe operária.

E, como dizia Luis, não só nos despedimos deste grande

líder do movimento operário mundial, mas também do homem alegre e afetuoso, que sempre encontrou tempo para ocupar-se dos problemas de cada companheiro, aconselhando-os, alentando-os e os ajudando.

Estamos chorando a perda do íntimo amigo e camarada que todos os que militaram com ele conheceram.

Mas a direção do partido convocou este ato não só para abraçarmo-nos na dor e render homenagem a Moreno, mas para refletir sobre as implicações desta perda irreparável e como seguir adiante.

Neste sábado, a história nos colocou um enorme desafio: podemos, a Liga Internacional dos Trabalhadores (Quarta Internacional) e o MAS, continuar adiante apesar do vazio deixado por Moreno?

Nestas horas transcorridas desde sua morte, temos sentido a força do partido. Sentimo-la quando, no domingo, os militantes saíam para informar a trágica notícia e se organizavam nas sedes.

Esta força se expressa desde então em um clamor unânime. Este clamor nos grita: Cerremos os punhos! Apertemos os dentes! Continuemos marchando com a Quarta Internacional e o MAS.

A esse desafio e a esse clamor, nós, também, com o coração queimando, com a dor que nos envolve, dizemos: SIM! Continuaremos marchando!

Porém, temos que enfrentar esse desafio com a cabeça fria, sabendo o que significará a ausência de Moreno. Companheiros: Quem é que perdemos e o que nos resta com sua morte? Somos um exército que perdeu seu melhor general. Restam os oficiais, suboficiais e soldados que ele formou. E também seus ensinamentos.

Somos os construtores de um edifício não concluído, que perderam seu melhor arquiteto. Ficam os planos, os alicerces e as paredes já erguidas.

Os planos que Moreno nos deixou são grandiosos. São a teoria e o programa para a revolução socialista mundial. Moreno

os recolheu de Marx, Engels, Lenin e Trotsky. Durante décadas, durante a longa noite da traição e das mentiras do stalinismo e das burocracias, Moreno defendeu essa tradição revolucionária e a enriqueceu com as experiências das novas revoluções.

A nós, companheiros, fica essa bandeira sem manchas.

Os alicerces que Moreno nos deixa são de granito. São a Liga Internacional dos Trabalhadores (Quarta Internacional) e o MAS. Suportamos desde os massacres do fascismo até as consequências de nossos erros e de nossa inexperiência. São alicerces quase que indestrutíveis porque Moreno educou milhares de quadros como nós em todo o mundo. Ele nos ensinou que o partido se constrói na classe operária, confiando nela, apoiando suas lutas, metidos nela e sustentando nosso programa.

Será difícil, para não dizer impossível, que a burguesia e a burocracia possam quebrar nossos alicerces. Moreno os fez de granito desde 1945, quando levou o trotskismo argentino para a greve do frigorífico Anglo-Ciabasa.

Desde então, somos uma parte inseparável da classe operária. E por isso hoje estamos fortes nela. A burocracia sindical, que se mantém por cima, suspensa na cúpula, vive preocupada pela ameaça do MAS. Que está embaixo, nas fábricas, junto aos lutadores, com os quais temos começado a impor o método das assembleias e da democracia sindical.

E também as paredes que se levantam com esses planos e sobre esses alicerces são daquelas que não caem. Nem os exploradores nem o presidente da nação escondem sua ira e seu nervosismo, em seus discursos, contra a fortaleza do nosso partido.

É que o material de nossas paredes tem uma fórmula que também nos deixou Moreno. É a maneira de funcionar de nossa organização.

Se Moreno foi grande por seus planos e alicerces do edifício que construimos, talvez seja mais pelo regime interno que sustentou no partido.

Apesar de ter uma personalidade marcante, o partido que fez

não é personalista. Moreno nos ensinou que o mais importante que temos são as equipes, a reunião regular dos organismos, a livre discussão interna, as votações e, depois, atuarmos todos juntos, como um só homem.

E Moreno nos ensinou outra coisa importante: que os lutadores operários e revolucionários somos irmãos. Por sua luta implacável contra a falsificação, os métodos de calúnia e de ataques pessoais impostos pela burocracia. Foi uma constante em sua vida o pedido de um tratamento fraternal e respeitoso entre os lutadores. Para Moreno foi uma questão de princípios, escrupulosamente respeitada nas discussões políticas duríssimas do movimento trotskista e de nossos partidos.

Este edifício começado é o que nos deixa Moreno. Poderemos, seus discípulos e colaboradores, poderão a LIT e o MAS continuar a obra sem o arquiteto? Poderemos manter-nos fiéis a seus planos?

Perdemos Moreno quando se abrem perspectivas imensas aos revolucionários em todos os países. Basta girar o globo terrestre para ver, inclusive, onde não há partidos trotskistas. A realidade é trotskista, porque a crise e a revolução avançam. Perdemos Moreno quando novamente os trabalhadores da Europa e unem às lutas da América Central, Cone Sul, África e Oriente Médio. Perdemos Moreno quando as lutas europeias mais importantes, a dos ferroviários e dos estudantes franceses, são dirigidas por quadros trotskistas. Perdemos Moreno quando o enorme freio que são os aparatos burocráticos se decompõem. Quando na URSS e na China, como ontem na Polônia, se agita a bandeira da democracia operária.

Se as lutas dos últimos 45 anos forjaram um grande dirigente como Moreno, nosso método marxista nos permite prognosticar que as lutas crescentes que estão em curso e as que se avizinham, forjarão outros grandes revolucionários. Isso também nos ensinou Moreno.

Não vamos preencher seu espaço vazio. Não vamos cobrir sua perda. No futuro, teremos menos acertos e cometeremos mais

erros. Cada passo será mais duro e difícil, porém, por isso mesmo, será uma conquista maior de todo o partido.

Temos a teoria, o programa, o método, a tradição, os partidos e a Internacional. E temos uma situação extremamente favorável para que se provem e surjam novos revolucionários. Muitos dirigentes operários, que ingressam no partido e se somam à tradição de Elías e Páez, o estão demonstrando.

Por isso respondemos: Sim! Ao clamor do partido.

Apertemos os dentes! Cerremos os punhos! Sim ao desafio que nos coloca a história!

Ocupemos o espaço que nos deixa Moreno, compreendendo e pensando muito mais! Militando mais! Sendo mais críticos para que, com rigor objetivo, marquemos nossos erros e acertos!

Façamos o que Lenin no ensinou: em uma época revolucionária temos que chamar os reservistas, tirá-los do regime de paz e pô-los em pé de guerra!

Lista de obras publicadas por Nahuel Moreno

A seguinte enumeração dos trabalhos de Moreno que foram editados em espanhol não pretende ser exaustiva e, dado o caráter internacional da política e da vida de Moreno, podemos encontrar livros e folhetos editados em castelhano, português, francês, inglês e turco.

Devemos afirmar que os livros e folhetos publicados de Moreno são somente uma parte de seu enorme trabalho de elaboração teórica e política. Outra parte, tão ou mais importante, ele a expôs em cursos, conferências e intervenções em organismos partidários nacionais e internacionais, muitos dos quais ainda não foram editados.

Muitos dos livros e artigos publicados foram elaborados no ritmo das exigências da luta política e em grande parte se encontram dispersos em materiais internos, cartas, periódicos,

revistas e folhetos. No site <http://fundacionpluma.info> alguns deles podem ser consultados.

El Partido (1943)

La situación agraria argentina (1948)

Tesis Industriales (1948)

Cuatro tesis sobre la colonización española y portuguesa (1948)

El Grupo Cuarta Internacional, agente ideológico del peronismo (1951)

Carta de ruptura con el pablismo (1953)

Dos líneas, la oportunista y la revolucionaria, frente a las masas bolivianas (1953)

1954, año clave para un estudio del peronismo (1954)

Carta al Comité Latinoamericano (CLA) sobre Bolivia (1955)

Afinemos todavía más la puntería en la Revolución Boliviana (1955)

¿Y después de Perón, qué? (1956)

El marco histórico de la Revolución Húngara (1957)

¿Quiénes supieron luchar contra la Revolución Libertadora antes del 16 de setiembre de 1955? (1957)

Comentarios en torno a algunas tesis del marxismo sobre los movimientos nacionales (1957)

La estructura económica argentina (1958)

Las izquierdas en el proceso político argentino (se trata de una recopilación de trabajos de varias personalidades de izquierda, Moreno entre otros) (1958)

Tesis de Leeds (1958)

Cuba, política y lucha de clases (1960)

Cuba sacude América (1961)

Cuba, vanguardia de la revolución (1961)

La Revolución Latinoamericana (1962)

Perú: dos estrategias (1963)

Argentina, un país en crisis (1963)

Dos métodos frente a la revolución latino-americana (1964)

Bases para una interpretación científica de la historia argentina (1965)

La situación latino-americana (1966)

La lucha recién comienza (1966)
Las revoluciones china e indochina (1967)
Latinoamérica y la OLAS (1967)
Después del cordobazo (1969)
Moral bolche o espontaneísta (1969)
Lógica marxista y ciencias modernas (1971)
Argentina y Bolivia; un balance (coautor) (1972)
Una campaña electoral revolucionaria (1972)
Un documento escandaloso (Em português, *O Partido e a Revolução*) (1973)
Memorándum sobre la democracia (1974)
Método de interpretación de la historia argentina (1975)
Angola: la revolución negra en marcha (1977)
La dictadura revolucionaria del proletariado (1979)
Tesis para la actualización del Programa de Transición. Propuesta programática para el Comité Paritario para la Reorganización (Reconstrucción) de la Cuarta Internacional (1980)
Consideraciones generales sobre la Revolución Centroamericana (1981)
Complemento al proyecto de resolución sobre Polonia (1981)
El gobierno Mitterrand. Sus perspectivas y nuestra política (1981)
Carta a los camaradas del Comité Central del Partido Obrero Socialista Internacionalista de España (1981)
¿Por qué Fidel negocia en secreto con Reagan? (1982)
Algunas reflexiones sobre la Revolución Polaca (1982)
La traición de la Organización Comunista Internacionalista (unificada) (1982)
1982: comienza la revolución (1983)
Las revoluciones del siglo XX (1984)
Problemas de organización (1984)
Proyecto de tesis sobre la situación mundial (1984)
Conceptos políticos elementales (coautor) (1986)
Conversaciones con Nahuel Moreno (1986)
Tesis sobre el guerrillerismo (coautor) (1986)
Nuestra experiencia con el lambertismo (coautor) (1986)

“Manda a coletividade, não o indivíduo”

Entrevista com Hugo Blanco

(Lima, 27 de fevereiro de 2017)

Bernardo Corrêa e Fernanda Melchionna¹

Em uma casa simples do bairro de Rímac em Lima, vive uma das figuras mais importantes da história do Peru e da América Latina. Poderia ser considerado alguma espécie de herói ou ídolo, mas a luta revolucionária contra o capitalismo não os necessita, e ele bem sabe que mais vale o exemplo do que o culto. Hugo Blanco Galdós passou por prisões, sentenças de morte, trocas de tiros, sequestros, tentativas de assassinato, doenças provenientes de agressões que recebeu na cabeça, catorze greves de fome, torturas... Mas como definiu Martín Cuneo², nesta luta a morte sempre saiu perdendo.

Hugo, aos seus 83 anos de idade, nos recebeu à noite quando terminava a 127ª edição do jornal *Lucha Indígena*, do qual é diretor. Apurava-se para terminar sua colaboração, pois preparava sua viagem ao México dois dias depois, como parte de sua militância internacionalista de toda a vida. Revolucionário indomável, sindicalista, camponês, deputado constituinte, senador, escritor... Sua personalidade simples, amável e firme é uma prova viva da frase de Che de que é possível endurecer-se, mas sem perder a ternura. Contudo, não se deixou seduzir pela arrogância.

Nesta entrevista autobiográfica de mais de duas horas, Hugo Blanco nos conta por meio de sua própria história, capítulos fundamentais da luta de classes no Peru e no mundo, sua experiência com o trotskismo quando foi parte da corrente de Nahuel Moreno, sua aproximação com a luta indígena, camponesa e ambiental e suas preocupações com o futuro da humanidade.

¹ Bernardo Corrêa é sociólogo e dirigente do MES, militando no Peru para contribuir com a construção do *Movimiento Nuevo Perú*. Fernanda Melchionna é vereadora de Porto Alegre pelo PSOL.

² *Las diez vidas de Hugo Blanco*, Martín Cuneo, Ediciones Lucha Indígena, octubre de 2016.

Movimento – Em primeiro lugar, gostaríamos de saber como foi que o senhor começou a militar. Sua história, em seu início...

Bem, [Eduardo] Galeano, com as belas palavras que tinha, escreveu que Hugo Blanco nasceu duas vezes. A primeira vez em Cusco em 1934, ainda era branco, mas se criou em um povoado, Huanquite, onde se falava quechua... A segunda vez, quando tinha dez anos de idade e, também em Cusco, ficou sabendo que um fazendeiro, de um povoado onde havia passado sua infância, havia marcado com ferro quente a nádega de um indígena. Isso lhe marcou, foi como um renascimento. E depois suas prisões, as agressões, torturas, exílios... teria sido sua desgraça escolhida.

M – E qual foi sua primeira experiência de luta?

Ainda no quarto ano do secundário, estávamos na ditadura de [Manuel] Odría, eu era o único dos três irmãos que estava livre, tinha 13 anos. Meu irmão de 17 e minha irmã de 19 estavam presos por serem apistas... Não por terrorismo nem nada, mas simplesmente porque ser apista ou ser do Partido Comunista era um delito. Isso ainda na época gloriosa da APRA (*Alianza Popular Revolucionaria Americana*), não é?

M – **Sim! Faz muito tempo!** [risos de todos]

Então, Odría tinha colocado pequenos ditadores como diretores dos colégios nacionais e nessa época fizemos uma greve. Uma greve muito forte! E conseguimos vencer. Apesar deste pequeno ditador conseguimos vencer. Isso me ensinou que a ação coletiva é eficaz.

M – E a militância revolucionária, a organização partidária? Quando passou a fazer parte da sua vida?

Tínhamos algo como um círculo de estudos dos secundaristas, mas nenhum universitário queria vir nos falar sobre o que era o partido aprista, o partido comunista, nada. Não queriam vir porque, como havia ditadura, tinham medo que mesmo sem querer pudéssemos entregá-los, não?

Depois fui estudar Agronomia na Argentina e, ao passar pela Bolívia, vi que lá havia muito material revolucionário. É que no ano anterior, 1952, havia acontecido a Revolução Boliviana! Comprei todos os materiais e fui para encontrar meu irmão que ia chegar a Mar del Plata.

Ao chegar lá fiquei sabendo que meu irmão era secretário geral da célula aprista de La Plata e o seu quarto era a sede local do partido (risos)... e os deportados do Peru, os deportados apristas, se reuniam ali. Eu como estava por aí perguntava muito, mas o APRA que me mostravam eu não gostava, não era o que tinha lido... então não entrei. E meu irmão tratou de vacinar-me contra o partido comunista. Me falava de todas as barbaridades que fizeram, que Prado era o Stálin peruano, que “aqui na Argentina às vezes estavam com Perón às vezes estavam contra Perón com a direita...” e os do partido comunista não podiam desmentir isso mesmo. Eu já sabia da existência dos “apristas rebeldes”, mas não havia nenhum na argentina nesse momento.

Antes de sair do Peru, fiquei sabendo do *Partido Obrero Revolucionario* (POR), que tinham sido presos e os jornais publicavam o programa deles. E gostei do programa deles. Eu também sabia da existência dos trotskistas... Então eu procurava pelos apristas rebeldes, os trotskistas ou gente do POR... Militávamos no Centro de Estudantes Peruanos, uma organização que pela primeira vez estava na mão da esquerda etc., numa destas reuniões um aprista falou a meu irmão: sabes a barbaridade que fez Pavón? Levou um trotskista à reunião! E eu saltei: Não sejas

caluniador! Que trotskista ele levou? Sim esse que disse que teríamos que nos solidarizar com a Guatemala! Aí meu irmão se deu conta que eu andava em busca de trotskistas [risos de todos].

Em uma dessas manifestações de solidariedade eu encontrei esse companheiro e lhe disse que estava procurando apristas rebeldes, ou trotskistas, ou pessoal do POR... Eu sou trotskista e sou do POR, me disse. Descobri que o POR era trotskista! Assim, o companheiro me conectou com os trotskistas da Argentina e entrei no partido de Moreno.

Nesse momento, eu era estudante de Agronomia, mas depois por duas razões deixei a universidade. Uma delas me dei conta quando vim de férias ao Peru. Para pagar as férias tinha que ir trabalhar um pouco na fábrica e ganhar um dinheiro. Me pus a pensar, no Peru a terra está nas mãos dos latifundiários, a que latifundiário vou servir eu quando for agrônomo? Ou vou ter que ser eu o latifundiário? Não me agradava nem um pouco essa perspectiva.

E outra razão também. Na Argentina estava em preparação o golpe contra Perón. A classe média apoiava o golpe, a classe operária não. E eu, é claro, estava contra o golpe. Já se fazia insuportável pra mim a vida na universidade com a classe média pró-golpista. E como já havia estado na fábrica e via que todos eram contra o golpe, eram peronistas... Por isso deixei a universidade fui para a fábrica.

M – E como foi a volta ao Peru?

Com outros camaradas entramos no partido e estávamos trabalhando nos frigoríficos. Havia três categorias: simpatizante, aspirante e militante. Bem, o que entrava no partido entrava como aspirante. Entramos e nos disseram: “Vamos mostrar o que pensamos. Se vocês estão de acordo, entram; senão, não”. Então tivemos cursos de filosofia marxista, economia marxista, de história das Internacionais e tudo isso.

Entramos como aspirantes, ou seja, com voz e sem voto, mas tínhamos um privilégio, os dois peruanos. Como já não havia mais ditadura aqui, tínhamos que militar no Peru, e então assistíamos às reuniões da direção do partido. Aí definiram, como eram trabalhos temporários, que o primeiro que fosse demitido viria ao Peru. E como eu fui primeiro, voltei.

Como tinha aprendido que a classe operária era a vanguarda, e em Cusco não havia classe operária, vim para Lima para trabalhar em fábrica, mas não se podia entrar em fábricas grandes. Eram fábricas pequenas, que não tinham sindicato. Bem, tratar de organizar sindicatos? Mas um dos operários era afilhado do patrão, o outro era sobrinho do capataz...

Nas metal-mecânicas não necessitavam peões, necessitavam soldadores ou torneiros. Tínhamos nesse momento um pequeno grupo. Então um simpatizante tinha um amigo que era gerente de uma oficina de automóveis em um setor perto da Selva. Fui até lá para aprender a soldar e entrar como soldador. Logo venderam, trocou de dono e então eu regressei a Lima e tive a sorte que um companheiro me conseguiu um trabalho em uma fábrica de azeite que sim tinha sindicato, claro, era dirigido pelos apristas, mas tinha sindicato. Teria que trabalhar “clandestino” os primeiros seis meses para que não me demitissem e depois nosso objetivo era entrar no sindicato. Mas nesse meio tempo veio Nixon dos Estados Unidos, que era vice-presidente, ainda não era presidente, e entre vários “grupúsculos” de esquerda, preparamos uma manifestação (eu não porque tinha que trabalhar na fábrica, mas os camaradas do grupo que tínhamos) que resultou ser muito mais forte do que imaginávamos... E a repressão, sabes como foi? Tive que sair da fábrica e ir para Cusco! E em Cusco encontrei minha irmã que trabalhava em um jornal que não se vendia em bancas, mas havia meninos que vendiam o jornal. Organizamo-nos, organizei no sindicato cada menino, claro me interessava trabalhar com eles, mas principalmente ir à federação dos trabalhadores de Cusco e fui como delegado deles.

Então me dei conta de que a federação não era uma organização operária, havia duas fábricas, mas era uma organização fundamentalmente artesanal, e me dei conta de que a vanguarda era o campesinato da Convención. Tinha aprendido que a vanguarda é a classe trabalhadora, mas também aprendi a localizar a vanguarda.

M – Conte-nos um pouco mais sobre *La Convención y Lares*.

Bem, o diretor do jornal [que vendia] mandou me deter, me mandou à delegacia e lá encontrei com um dirigente camponês que havia conhecido na federação dos trabalhadores de Cusco e também lhe apresentei meu sogro que era seu advogado. Ele me disse: “A ti vão soltar, não estás com ordem de captura, mas a mim eles vão mandar para a cadeia”. E estou preocupado porque sou o terceiro dirigente do sindicato que levam preso, e o fazendeiro é feroz, então temo que o povo se assuste e retroceda.

Então eu lhe disse: Eu vou a Chaupimayo, que era o sindicato que faziam parte os três companheiros presos. Ele me disse: “Quando te deem liberdade, venha conversar com nós três”. No dia seguinte, fui falar com eles e aceitaram que eu fizesse parte de Chaupimayo. Encontrei-me com um camponês de Chaupimayo que me mandou a uma estação onde me esperava um cavalo no qual subi até o sindicato. Foi a única vez que fui a cavalo a Chaupimayo, pois todas as outras ia a pé [risos].

E lá me receberam bem. Como era enviado por seus dirigentes, me receberam bem. Assim começou. Mas quando fui como delegado de Chaupimayo à FDTC (*Federación Departamental de Trabajadores de Cusco*) – ainda não havia a FEPCACYL – descobriram que eu era trotskista e não me permitiram participar. “Primeiro vens como delegado dos estalinistas agora como trotskista... não, não... não aceitamos”. E quando já havia outros sindicatos se formou a federação provincial e me escolheram como um dos delegados para o Congresso de fundação da FEPCACYL, a

Federação da Conveción y Laires. Eu estava ali quando entrou um dos burocratas do PC: Enquanto Hugo Blanco esteja aqui não começa o congresso! Tive que sair né? Aí se formou a federação, mas eu tampouco podia participar das Assembleias, pois como era “agente do imperialismo” e queria “desorganizar a luta camponesa”, que tinham me colocado ali os latifundiários entre outras calúnias que os estalinistas espalhavam sobre mim, era perigoso e eu não ia. Até que me prenderam por outra causa. Por participar de uma greve convocada pela FDTC, fizemos piquetes e impedimos que saísse o trem. Os policiais me reconheceram e quiseram me colocar no camburão. Eu “palanqueava” com meus pés e não permitia, me ameaçaram e a gente (que era pouca) atirava pedras e cortou os pneus do camburão. Mas por fim ao reconhecer meu nome, me levaram e queriam me manter preso.

Os dirigentes da Federação soltaram uma nota dizendo que a Federação não tinha nada a ver com agitadores. Então foi à Federação um companheiro de Chaupimayo, meu sindicato: “Vimos comunicar que o sindicato decidiu que todos nos declaramos em greve de fome”. Mas como vão fazer isso? “A greve é contra a Federação por não defender Hugo Blanco” [risos de todos]. Me libertaram imediatamente e fui à federação agradecer por minha liberdade e lá estava o chefe do Partido Comunista de Cusco... agradezi à Federação dos Trabalhadores de Cusco disse que estava bem, tudo isso, e ele disse: “Claro! Era minha obrigação!” [risos]. E já não puderam me tirar da Federação.

Tínhamos comprado um mimeógrafo de segunda mão e rodávamos os panfletos contra os fazendeiros e a gente que sabia que tínhamos isso e pedia que eu fosse organizá-los. Minha atividade principal na Federação passou a ser organizar os sindicatos e editar os panfletos denunciando os abusos dos fazendeiros. Me diziam: “Faça nossos panfletos, companheiro!” E eu dizia são 50 soles porque tenho que comprar papel, tinta... e se cotizavam. Na semana seguinte estava pronto o panfleto. Muitas vezes colavam em sua porta de cabeça para baixo, pois

eram analfabetos, mas o importante é que era um papel que falava em favor deles e assim que conheci a maior parte dos sindicatos da região de *Convención y Lares*.

M – E como se desenvolveram as lutas camponesas até chegar à autodefesa armada? O processo que chamaste de primeira reforma agrária do Peru, entre 1961 e 1963.

Era um sistema semifeudal e os camponeses vinham de outras províncias. O fazendeiro arrendava uma parte de sua terra para o camponês e, em troca, teriam que trabalhar para o fazendeiro. E lhe entregavam uma parte mais ou menos grande, mas o trabalho era muito pesado. Tinham que converter a selva em terra cultivável, comer comida que não estavam acostumados e esperar três anos para que dê o café, o cacau e a coca também. E como não tinham tempo para fazer isso tudo sozinhos, pegavam outros camponeses com o mesmo sistema, lhes davam por três dias de trabalho um pedaço de terra, como achegados. Por isso os sindicatos eram de arrendatários e achegados.

A inspeção de trabalho chamava os fazendeiros e chegavam a algum acordo, por exemplo: que a jornada não fosse de mais de oito horas, como dizia a lei, que os filhos e a mulher do camponês não tinham obrigação de trabalhar porque estavam na colheita, coisas assim. Mas tinham fazendeiros superfeudais que diziam: “A quem lhe passou pela cabeça a loucura de que vou discutir com meus índios como devem servir a mim! Tem que prender os líderes disso e assunto acabado”, por isso meu sindicato estava com três dirigentes presos. Eles [os fazendeiros] simplesmente não iam às reuniões com a inspeção de trabalho.

Então três dos sindicatos resolveram declarar greve. A greve consistia em não fazer o trabalho para o fazendeiro. O operário e o empregado sofrem com a greve, não pode durar muito porque têm que comer, mas o camponês desfrutava a greve porque tinha mais tempo para trabalhar em sua terra para sua família. E como

eram ferozes os fazendeiros, andavam armados gritando: “Índios ladrões, estão roubando minha terra! Vou matar vocês!” Em certa ocasião, os camponeses foram à Federação para se queixarem e lhes orientaram que fossem à guarda civil reclamar. Na delegacia, diziam-lhes: “Índios sem vergonha, vocês ainda têm coragem de se queixar? Vocês estão roubando a terra do patrão e ele tem direito de matá-los como cachorros!”

“Então o que vamos fazer companheiros? Não nos resta nada mais que nos defender nós mesmos”. “Sim, mas já sabemos que quando nos armamos, quando nos embebedamos, disparamos uns nos outros...” “Sim tens razão companheiro, vamos fazer organizadamente comitês de autodefesa”. E se aprovou, organizar comitês de autodefesa. Mas como Chaupimayo era muito longe da estrada, quando os guardas vinham, uma hora antes já sabíamos quantos eram e com que armamento vinham. Saíamos pela comunidade e pedíamos que as companheiras lhes convidassem a um caldo de galinha, comiam o caldo, davam umas voltas pelo povoado e regressavam. Como era o sindicato mais ameaçado já estávamos praticando a autodefesa... Ademais disso, as carabinas e as escopetas eram uma ferramenta de trabalho para cuidar a plantação dos animais selvagens.

Aí veio a questão: quem vai organizar os comitês? Um companheiro propôs Hugo Blanco e não houve outra proposta. A assembleia me ordenou que organizasse os comitês de autodefesa. Vinham de outros sindicatos para aprender a autodefesa e novos sindicatos que se organizavam imediatamente decretavam a greve. O governo propôs uma lei de reforma agrária que pensava em não cumprir, mas a Federação decidiu que enquanto não se cumprisse a lei a greve seria geral.

Os fazendeiros, já acoitados pela greve, pararam de ameaçar, mas delegaram a tarefa aos governos. E lembro de ter ouvido no rádio a declaração da guarda civil dizendo que primeiro iriam reprimir o sindicalismo camponês na serra, que era mais débil – e realmente mataram um companheiro lá –, depois reprimir La

Convención e, por último, reprimir Chaupimayo. Realmente a polícia declarou ilegais os sindicatos e a Federação. A Federação já não se reunia, se encontravam algum sindicato em assembleia, a coronhadas dissolviam-na, então os sindicatos passaram a realizar reuniões conjuntas para se proteger.

Certa vez, em uma dessas reuniões, um dirigente sindical denunciou que tinham ido ao seu sindicato para capturá-lo, mas não o haviam encontrado. Encontraram apenas um menor, pensaram que era meu filho e perguntavam: “Onde está teu pai?” E o menino realmente não sabia e o fazendeiro pediu a arma ao guarda e ameaçou: “Se não falas onde está teu pai te mato!” E quando o menininho repetiu que não sabia, disparou no braço dele. E a que autoridade poderia reclamar se estavam todos contra? Bem, informe à assembleia. A assembleia decidiu que fosse eu, o companheiro disse que eu não podia sair do território, mas eu lhe disse: “A situação é tão grave que se vocês decidem vou eu”.

Fomos de vários sindicatos, alguns armados outros não. Orientei que primeiro passassem pelo posto policial, os de arma “curta”, se passassem, nós passaríamos. Vi que tinha um dos guardas com a cabeça enfiada no jornal, já tinham nos visto e iam nos pegar pelas costas. Disse-lhe que queria falar com eles um momento, e falei que tinham disparado em uma criança e queríamos que detivessem o fazendeiro que disparou. “E, como temos poucas armas, vimos para levar umas armas em troca”. Eu lhe rendi e disse: “O senhor levante as mãos.” Ele respondeu ironicamente: “Ah sim vou lhe dar as armas...” Falei: “Fique quieto! Levante as mãos senão vou disparar!” Ao invés de levantar as mãos, sacou a arma e disparou, mas eu atirei primeiro. Seu tiro foi ao teto, um minuto mais que eu demorasse, era eu o morto! Ele havia sido o que deu a arma ao fazendeiro para atirar no menino, tinha a consciência suja. E começaram a disparar contra nós. Então nos protegemos e dissemos: temos dinamite e uma granada de mão! Era caseira, feita em uma lata de leite. Tinha

muita gente e disse aos companheiros: “Não toquem nele! Um prisioneiro é sagrado!”

O guarda me disse: “Vocês pensam que vão ganhar?” E lhe respondi: “Tu és pobre como nós e estás defendendo os ricos. Em que trabalha teu pai?” Me respondeu que era mecânico. Eu lhe disse: “Então está certamente conosco!” Levantei o ferido e chamei ajuda para socorrê-lo. Me apresentei ao guarda sobrevivente e lhe disse: “Eu me chamo Hugo Blanco e fui eu que atirei”, para que não saíssem caçando pelo povoado.

Depois quando fizeram a denúncia do assalto ao posto policial, lhe perguntaram: “E tu, como estás vivo?” Respondeu o guarda: “Devo minha vida a Hugo Blanco”. E para que foi dizer isso! Prenderam-lhe por covardia! [risos]. Acabei sendo preso também, mas quando me liberaram, estava por Cusco, encontrei um senhor que me perguntou: “Lembra aquela situação com o guarda?” Eu lhe disse sim, claro que lembrava. “Lembra que disseste que o pai dele estava com vocês? Isso é verdade. Eu sou seu irmão e meu pai estava mesmo com vocês!” [risos de todos]

Em outra ocasião, nos chamaram para organizar a luta, haviam decidido pela greve. Chegamos, o grupo armado, e o companheiro pediu que fôssemos aonde estava o fazendeiro avisar-lhe que não iam trabalhar. Eu lhe disse que sim, mas que estávamos em guerra contra os fazendeiros e que precisávamos de dinheiro, armas, relógios, rádios, que íamos levar tudo isso. E ele me disse: “Companheiro, por favor não faça isso. Vão nos chamar de ladrões...” Eu lhe contestei: “Mas estamos em guerra!” E me respondeu: “Mas aqui mandamos nós!” E então prontamente acatei sua ordem. “O que estás ordenando é o que vou fazer, pois nesse território mandam vocês”. Isso para mim passou a ser uma regra: não é por estarmos armados que vamos impor, os donos do território eram eles.

Mesmo que nos tenham prendido, os guardas já não cometiam atropelos porque após muitos conflitos achavam que novos grupos de autodefesa poderiam sair de qualquer parte. Inclusive,

assustados com a situação, dois fazendeiros pediam ao governo que fizessem a reforma agrária em suas fazendas, dessa forma ainda ficavam com uma parte da terra. Então, os funcionários do governo iam aonde estavam os dirigentes camponeses dizendo: “Estamos vindo entregar-lhes as terras por ordem do governo”. E eles lhes respondiam: “Aqui não precisamos da lei de reforma agrária do governo, aqui se faz a lei de reforma agrária do camponês! Que nem um palmo fica para o fazendeiro e nem lhes damos nenhum centavo!” E assim foi.

Isso é importante porque alguns dizem que era a reforma agrária de Hugo Blanco. Mas eu estava preso! Sempre tivemos a clareza de que quem fez a reforma agrária foi a coletividade de *La Convención*.

M – E o julgamento? Se tornou um momento histórico!

Sim. Eu deveria estar preso em Cusco, mas me mandaram a Arequipa. E me mantinham incomunicável, qualquer mensagem que mandasse tinha que ter o carimbo da polícia, só podiam me visitar os parentes mais próximos. E, quando me visitavam, havia um sargento escutando. Minha, mãe fazendo muito sacrifício, foi me visitar. Como o castelhano é menos afetivo que o quechua, eu quis dizer à minha mãe, em quechua, o quanto a amava. E o sargento que não falava o idioma, interrompia: “Falem em castelhano!” Não podia dizer à minha mãe em meu idioma o quanto a amava.

Veio comunicar-me um enviado do Tribunal que iam fazer a audiência: “Você está entre a pena de morte e os 25 anos de prisão, mas há uma forma de te salvares”. Qual? “Você se declara doente, e nós o deportamos ao país que você escolha”. Não, muito obrigado estou com a saúde perfeita, respondi. Eu queria ir à audiência, pois aí poderia denunciar publicamente o papel do latifúndio e da polícia. Bom, me levaram a Tacna e lá fizeram a propaganda que estariam em julgamento os “criminosos” e me haviam separado dos meus companheiros. Eu lhes dizia: “Para

vocês é fácil sair. Digam que são camponeses e analfabetos e o comunista Hugo Blanco os enganou. Digam isso e imediatamente estão livres”. Eles se negaram a fazer isso.

A sede da guarda civil se encheu de gente que queria ver os “criminosos”. Quando entro na audiência, vejo os meus companheiros depois de três anos. Então gritei: “Terra ou morte!” e me responderam “Venceremos!” Um capitão tocou a campainha e deu início à audiência. Aproveitei que estava cheio de gente e disse: “Nesta sala, os únicos criminosos são os que estão nos julgando!” E, além do mais, são covardes, pois não têm coragem de nos enfrentar. Mandam a “chorizos” como vocês para que nos matemos entre “chorizos”. E ainda quando algum de vocês sobrevive, esses valentes de escritório cometem a sem-vergonhice de acusar vocês por covardia [risos]. E os guardas se sentiram representados, pois quando saiu o capitão me diziam: “Grita mais, hermanito!”, diga de novo “terra ou morte” para que a gente escute. E o Tribunal retrucava: “Aqui não viemos discutir política, estamos aqui para julgar fatos concretos!”

Então o general que aí estava defendeu a pena de morte para mim. E ele tem a obrigação de permitir uma última declaração: “Algo mais a declarar? Mas, por favor, não repita mais dos abusos dos fazendeiros e dos abusos policiais que já escutamos suficientemente”. Respondi: Está bem, não vou falar mais disso. “Tem algo mais a declarar?” Sim, se as mudanças sociais que conquistamos em *La Convención* merecem pena de morte, que assim seja, mas que seja este [o general] que dispare! Que não manche com meu sangue as mãos dos guardas civis ou dos guardas republicanos porque eles são filhos do povo e, portanto, meus irmãos! E a última vez que gritei “Terra ou Morte!” todo o público respondeu “Venceremos!”

No outro dia, era dia de visita e tinha duas quadras de gente, eu tinha que abraçar a todos. Um senhor se aproximou e tirou seu casaco de couro preto, que uso nas fotos aquelas que ficaram conhecidas, deu a meu advogado e disse: “Dê isso a Hugo Blanco

para que use, mas, por favor, lhe diga que se deixe matar, mas que não traia”. Meus companheiros de cela mandaram uma carta para o fiscal do Tribunal Superior que estava pedindo minha pena de morte, rogando-lhe que se o que havia feito era um delito, então não havia cometido somente eu, que lhes sentenciassem a todos com pena de morte. Eu mandei uma carta para meus companheiros e meus parentes dizendo-lhes, por favor, que se acaso ocorresse de me condenarem à pena de morte que ninguém se humilhasse pedindo piedade ao presidente – o presidente tinha a faculdade de indultar. Em uma palestra no Vietnã contra a pena de morte, li essa carta. E também a resposta: “Em nome da família, declaramos que estamos de acordo com Hugo Blanco. Não vamos pedir indulto”. Houve uma campanha, Jean-Paul Sartre encabeçou um encontro em Paris... Amenizaram a pena para 25 anos.

M – E depois no governo Velasco, houve uma reforma agrária, não?

A luta de *La Conveción* se espalhou por muitas partes, ocuparam terras, etc., e a burguesia industrial temia que a rebelião do campo se estendesse à cidade. Além do mais para eles era conveniente que o camponês fosse dono da terra e participasse como comprador e vendedor no mercado interno, não? Estavam contra esse latifúndio de tipo feudal, então eles impulsionaram o golpe de Velasco.

Nessa época, foi me visitar uma dirigente do partido comunista que me perguntou: “Tu estás condenado a 25 anos de prisão não é?” Sim, lhe disse. “Já estás preso há um bom tempo, te faltam 18 anos... Se tu quiseres sai amanhã mesmo”. Como assim? Se te comprometes a trabalhar na reforma agrária de Velasco, não te negues a discutir política, não seja sectário... Não te preocupes estou acostumado a viver na prisão. Eu lhe disse: Uma coisa é ser eleito pelo povo, como prefeito, como vereador... Eleito tu podes dizer o que pensas. Outra coisa é estar a serviço de um governo e

ter que dizer que está tudo bem. Às ordens de quem? Eu era da Confederação Camponesa do Peru (CCP) e a Confederação não quis ajoelhar-se para Velasco. Por isso, ele formou a Confederação Nacional Agrária. Outros dois presos políticos foram e me pressionavam. Acabaram por me convencer a trabalhar na reforma agrária, mas com uma condição de que não fosse a reforma agrária que eu queria, ou a que dissesse o governo, mas que se consultasse a cada setor camponês como queria. Santo remédio! Pedir a um governo militar que seja democrático! Me proibiram de sair de Lima e depois me deportaram... ao México.

Hoje quando me perguntam qual foi o melhor governo do Peru, respondo que o menos pior foi o que me deportou. Porque além de ter feito a reforma agrária (à sua maneira, claro), nacionalizou a mineração, a pesca, o petróleo, nacionalizou os bancos! Coisas que nem os governos do “socialismo do século XXI” fizeram. Por isso, frente aos ataques da direita eu o defendo. Mas claro que quando uma nacionalização não é vigiada pelos de baixo, serve para enriquecer os burocratas e passa a mandar os seus bolsos.

M – Como dizias, te deportaram ao México... foram muitas deportações não?

Me deportaram ao México, de lá fui à Argentina, mas lá me prenderam. Disseram: “Vamos te liberar se encontrares um país que te receba”. O Chile de Allende se dispôs a receber-me. Lá trabalhei nos cordões industriais, editava o jornal El Cordonazo no cinturão industrial de Viquña Mackenna. Nessa época, a sessão sueca da Anistia Internacional me elegeram o preso do ano. Em seus estatutos diziam que não apoiavam ninguém da luta armada, mas meu caso era de autodefesa. Então, antes do golpe no Chile foi uma comissão da Anistia Internacional ao país e me disse que qualquer coisa que acontecesse naquele país eu fosse à Embaixada Sueca. Tinha que falar com o Embaixador, mas pela militância não me sobrava tempo e não fui.

Quando deram o golpe, fui viver em outra casa onde não havia políticos nem nada. Afortunadamente, um companheiro sueco que militava conosco me ligou: “Em que posso servi-lo?” Respondi: “Pede o asilo na tua embaixada”. Ele ligou e disseram que não davam asilo a peruanos. “Mas se trata de Hugo Blanco”. “Ah! Ele sim”. O embaixador foi dirigindo seu próprio carro e me levou à Embaixada. Era caótico, pois haviam queimado o arquivo e buscavam os estrangeiros que tinham trabalhado com Allende (como eu estava à esquerda de Allende, não trabalhei com ele). Mas, como não havia tratado de asilo com a Suécia, teríamos que ir a uma Embaixada latino-americana e estavam todas controladas pela polícia. O México se ofereceu, mas já estava cheia e tivemos que ir à casa do Embaixador sueco. Ele me disse que tirasse a barba, colocasse óculos e colocasse o terno do seu irmão e gravata preta. Tiraram uma foto e... Hans Blum, conselheiro da Embaixada Sueca. Como não sabiam quem era quem, disseram que os estrangeiros saíssem e os chilenos ficassem. Nos acompanharam cinco embaixadores em seus carros até a porta do avião, pois a muitos capturaram depois de passar pelo controle entre o aeroporto e o avião.

Depois de três dias que estava no México, chegou a notícia: “Procura-se Hugo Blanco. Há informações de que está nos Andes organizando guerrilhas com Altamirano. O MIR chileno [*Movimiento de la Izquierda Revolucionaria*] ajudou-o a escapar”. Fui à Argentina, como tínhamos companheiros do partido, e novamente me capturaram. O pretexto que colocaram era permanência ilegal, mas eu estava mais legal que qualquer um, paguei por um visto de três meses. Foi a pior prisão em que já estive, aquela na Argentina.

Antes de chegar à Suécia em 1973, fiz um giro pela Europa Ocidental e Canadá (EUA não, claro), denunciando o golpe no Chile a convite da Anistia Internacional. Depois consegui ir aos EUA...

Nesta época, tínhamos um partido muito bom nos EUA! Depois se foram à merda, capitularam frente a Castro, Cuba e

tudo isso. Como estava se dissolvendo a Guerra Fria, houve o acordo na Finlândia entre a URSS e os EUA. Queriam levar aos EUA o russo que escreveu “Arquipélago Gulag”, ou seja contra a burocracia soviética, não? Um russo, não lembro seu nome³, mas o governo norte-americano queria ele fosse aos EUA, então colocaram uma cláusula no acordo dizendo que o escritor cujo livro fosse publicado em outro país, poderia visitar EUA se fosse convidado pela editora para discutir o tema.

Antes dele, aproveitamos nós! [risos] Como os norte-americanos tinham publicado “Terra ou Morte”⁴, me convidaram e, como recém haviam assinado o acordo, não poderiam dizer não. Estava como presidente James Carter, que enchia boca para falar de direitos humanos. Colocamos o nome “Carter e os Direitos Humanos na América Latina”, ou seja, Pinochet, ditaduras, etc. Tiveram que me aguentar dando esta palestra em 48 cidades dos EUA!

M – Voltas ao Peru nas eleições de 1977 como candidato?

Regressei ao Peru nas eleições para a Assembleia Constituinte [em julho de 1977]. Meus companheiros me inscreveram⁵ e, após uma grande greve geral, deixaram os exilados regressarem. Eles tiveram que me deixar regressar. Foi aí que fui a Tacna e lá tive maior votação que em Cusco! Pois lá havia sido a audiência. Por demagogia, permitiram que houvesse espaços gratuitos para fazer propaganda política. Me tocou este espaço justo quando houve um “*paquetazo*” [subiram os preços dos artigos de primeira necessidade de forma autoritária]. A CGTP [Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos] havia chamado uma paralisação

3 Alexander Issaiévich Soljenitsin.

4 BLANCO, Hugo. Terra ou morte. São Paulo: Versus, 1979. A edição norte-americana a que Hugo se refere é *Land or death: the peasant struggle in Perú*. New York, Pathfinder Press, 1972.

5 Hugo Blanco foi candidato à Assembleia Constituinte pela *Frente Obrero Campesina Estudiantil y Popular* (FOCEP) integrada pelo *Partido Socialista de los Trabajadores* (PST) do qual era dirigente.

de dois dias em protesto. Nessas condições, eu fui à TV fazer propaganda política.

Então falei: Companheiros, acabamos de sofrer um terrível “paquetazo”. O que vão fazer contra isso? Votar em mim? Não! Isso não vai mudar pela via eleitoral. Isso muda com luta social! A CGTP está chamando uma paralisação. É obrigação de todos nós estarmos aí. Já sabem, votem por qualquer um, mas todos como um só punho na paralisação!

Bom, como o espaço era para propaganda eleitoral e não agitação da paralisação, em poucas horas me prenderam de novo, junto com outros militantes, nos colocaram em um avião rumo à base antissubversiva de Jujuy (Argentina). Era parte da operação Condor. Eles iriam tornar-nos desaparecidos. Quando descemos do avião, um general disse: “Vocês são prisioneiros de guerra!”

Para nossa sorte, um fotógrafo tirou fotografias do avião peruano na base antissubversiva da Argentina e publicou. E, como ia ser a Copa do Mundo de futebol na Argentina, já não era conveniente a eles que desaparecêssemos. Eu disse a eles: não piso em solo argentino. Por quê? Porque sabia que se saísse do avião me esperava uma banda paramilitar e me desapareciam, não? Como não tinha passaporte, pois não me disseram que viesse com ele, exigi que fôssemos ao Consul Peruano. De lá fui à Suécia. Até hoje tenho residência na Suécia...

Ah! Mas como disse que votasse em qualquer um, o povo votou em mim. Fui eleito o mais votado [risos de todos].

M–Nos anos 1980 fostes deputado pelo Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Como foi tua experiência? Ficaste muito tempo aí.

Foi muito ruim. Deixam entrar a esquerda, mas enquanto minoria. Deixam-nos falar o quanto quisermos, mas na hora da votação, ganham as transnacionais... e a imprensa não publica nada. De mim, publicavam que amarrava as calças com um

cadarço, que usava sandálias, que não tomava banho... só isso.

Me suspenderam uma vez. Porque um juiz, acho que chefe de Tribunal, não sei o que..., tinha pedido que o governo falasse com o Sendero Luminoso – que estava começando, ainda não tinha feito as barbaridades que fez depois – e os parlamentares já o tratavam como senderista. E eu dizia: não precisa ser senderista para propor que se converse. Precisamente com nossos inimigos temos que conversar. Por exemplo, eu não tenho nada contra conversar com criminosos, com assassinos como Pinochet, como Hitler ou o General Noel. Ele era o chefe da polícia de Ayacucho e era um parlamentar da direita.

- “Que retire sua ofensa ao General Noel!”

- Sim, retiro minhas palavras, porque Noel não é assassino, é um genocida! [gargalhadas]

Suspenderam a sessão e me chamaram no outro dia. Insistiram que retirasse minhas palavras. Eu respondi:

- Em nome de todos os jornalistas assassinados em Uchuraccay, em nome de todos os camponeses mortos: Noel é assassino... e é genocida.

- “Suspenso por 120 dias! Disseram eles”.

Muitos anos depois, quando caiu Fujimori e renunciou por fax, foi nomeada a Comissão da Verdade que provou que ele não só era um assassino, como tinha fornos crematórios e que havia matado muitos. O Tribunal o sentenciou, ele fugiu e veio morrer em Lima. Por isso sigo pedindo indenização, que me paguem os 120 dias, porque eram a mais pura verdade minhas palavras. Obviamente era assassino. Mas não creio que vão me pagar.

M – Depois de voltar, já nos anos 90, foste Senador...

Sim, mas como lhes disse, quando menos servi foi quando estive aí. Claro, eu acompanhava as mobilizações. Aqui havia muitas e os guardas se especializaram em me bater na cabeça. Eles me separaram o crânio do cérebro e quando estamos velhos o

cérebro diminui e as veias superficiais fazem a ponte, por isso um pequeno golpe me rompeu uma destas veias e tiveram que operar-me. O cirurgião me disse que de agora em diante teria que usar chapéu, porque é a mesma doença que tem os boxeadores quando estão velhos. “Tu não és boxeador, mas agitador. Para esse caso, dá no mesmo não?” [risos]. Por isso, uso chapéu. Desde quando era deputado faziam isso comigo. Me separavam dos outros parlamentares de esquerda e diziam “*mataguradias de mierda!*” e me batiam na cabeça.

Em meu livro conto a cirurgia, quando disse aos médicos que não me introjetassem o neoliberalismo e Galeano me dizia que isso não ia acontecer, mas que o medo que tinha é que eu acordasse “*cuerdo*” [em plenas faculdades mentais], mas que a cirurgia tinha se saído muito bem, pois seguia o mesmo louco de sempre [risos].

M – Uma última pergunta: Como vêes a situação política, não só no Peru, mas no mundo? Que mensagem deixarias aos jovens que começam a militar por um mundo novo?

Eu acho que o sistema capitalista está em crise. Uma mostra é o governo de Trump. Outra mostra é o caso da Odebrecht. Outra mostra é o Brexit. E outra mostra são os zapatistas e outras expressões da luta dos de baixo.

Os povos indígenas são cada vez mais respeitados. Por quê? Dizem que somos primitivos, verdadeiramente somos, porque na sociedade em suas origens mandava a coletividade, não o indivíduo. Além do mais outra característica dos “primitivos” é que havia grande solidariedade e também grande amor e respeito pela natureza. Esta é uma característica dos povos indígenas do mundo, não somente daqui. Por exemplo, na África do Sul, um antropólogo colocou doces e frutas no pé de uma árvore e disse às crianças para correrem e o primeiro que chegasse à árvore ficaria com todas as frutas e todos os doces. As crianças se deram as

mãos, correram juntas e todas comeram. [O professor perguntou:] “Mas por que fizeram isso? Se o primeiro que chegasse ficava com tudo?” Eles lhe responderam: “Se um de nós ficasse sem doces e sem frutas, sofreríamos todos”.

Esse princípio eles chamam de Ubuntu, é um princípio indígena. Os povos indígenas estão em ascenso, pois o neoliberalismo ataca de forma tão feroz a natureza e os povos indígenas têm esse princípio de defesa da natureza. Os próprios ecologistas estão dando mais importância aos povos indígenas.

Justamente no editorial deste número do jornal que estou trabalhando e vai sair agora, eu falo da corrupção. Que a corrupção é própria do sistema. E que a única forma de evitar a corrupção vai ser quando toda a gente mande, não o indivíduo. Há dois exemplos que vou mencionar: o primeiro são os zapatistas, o outro é no município de Limatambo em Cusco. Onde os camponeses da Federação disseram: “Bom, se nós somos maioria, porque vão ser os fazendeiros os que vão ser prefeitos? Vamos nomear um dos nossos. Não para que mande ele, mas sim para que mande a assembleia”. Então, em votação secreta elegeram. Muitas vezes, as coisas são feitas contra a vontade do prefeito, que tem um voto como qualquer um dos eleitores. Os vizinhos do povoado resolveram também mandar delegados e então se tornou uma assembleia comunal e dos vizinhos. Se reúne a cada três meses. E o município tem que prestar contas do que todos decidem. Foi maravilhoso porque nenhuma comunidade ficou sem água, sem estradas, havia banheiros públicos que não existem nem na capital do departamento, uma linda piscina pública, uma casa onde dormiam os estudantes que vêm de longe, prestações de contas das obras públicas nos locais da prefeitura. Manda a coletividade, e não o indivíduo, este é o princípio.

Não estou seguro da vitória. Há muitos ataques do neoliberalismo à natureza, como a mineração aberta, a agroindústria, entre outras, mas a pior ameaça eu acho que é o aquecimento global. Se segue governando o grande capital, vai

desaparecer a humanidade – incluindo os capitalistas, mas toda a humanidade. Os dois maiores aquecedores do mundo, China e Estados Unidos, não querem pará-lo. Podem extinguir a espécie humana.

M – Quiçá não, quiçá venceremos.

Claro! É preciso lutar para que não o façam. Por isso eu digo que antes a minha aspiração era a igualdade social. Hoje há um motivo mais importante que é a sobrevivência de minha espécie.

**CENTENÁRIO
DA REVOLUÇÃO
RUSSA**

O que foi a Revolução Russa?¹

León Trotsky

I

Prezados ouvintes,

Permitam-me, em primeiro lugar, expressar meu sincero pesar por não poder falar a língua dinamarquesa diante de um auditório em Copenhague. Não sabemos se os ouvintes perderão algo por isso. No que concerne ao conferencista, a ignorância do idioma dinamarquês o impede de estar em contato direto com a vida e a literatura escandinavas. Se supõe que isto causa um grande inconveniente! O idioma alemão, ao qual recorro para uma incumbência como essa, é poderoso e rico. Porém, o meu alemão é bastante limitado. Além disso, quando se trata de questões complicadas, não é possível explicar com a mesma liberdade que se tem quando se fala a própria língua. Portanto, peço antecipadamente desculpas ao auditório.

Estive pela primeira vez em Copenhague para participar do Congresso Socialista Internacional e guardei grata recordação de vossa cidade. Mas isso foi há um quarto de século. Nos rios Ore-Sund e Fiords, a água renovou-se muitas vezes. E não apenas a água. A Guerra rompeu a coluna vertebral do velho continente europeu. Os rios e os mares da Europa arrastaram muito sangue. A humanidade, em particular a sua porção europeia, enfrentou duras provas. Tornou-se mais sombria, mais brutal. Todas as formas de luta tomaram aspectos mais duros. O mundo entrou numa época de grandes mudanças. Suas exteriorizações extremas são a guerra e a revolução.

Antes de abordar o tema da minha conferência – a Revolução Russa – julgo meu dever expressar os meus

1 O artigo reproduzido a seguir é uma transcrição da conhecida conferência de Trotsky para a Associação dos Estudantes Social-democratas de Copenhague, na Dinamarca, realizada em 27 de novembro de 1932, durante o período de exílio do revolucionário russo. Edição e revisão de Gustavo Rego a partir de material disponível em <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1932/11/27.htm>.

agradecimentos aos organizadores deste ato, a Associação dos Estudantes Social-democratas de Copenhague. Faço-o na qualidade de adversário político. É verdade que esta conferência trata de questões histórico-científicas. Porém, é impossível falar de uma revolução, como a que criou a República dos Sovietes, sem tomar uma posição política. Na qualidade de conferencista, minha bandeira continua a mesma sob a qual participei da Revolução de Outubro.

Até a Guerra, o Partido Bolchevique pertenceu à social-democracia internacional. Em 4 de agosto de 1914, quando a social-democracia alemã votou a favor dos créditos de guerra, rompeu-se de uma vez por todas essa unidade, e abriu-se a era da luta incessante e intransigente do bolchevismo contra a Segunda Internacional. Isso significa que os organizadores desta reunião cometeram um erro ao convidar-me como conferencista? Em todo caso, o auditório somente poderá julgar depois de pronunciada a palestra. Justificando a aceitação de tão amável convite, permitam-me recordar que, durante os 35 anos de minha vida política, o tema da Revolução Russa sempre foi o eixo prático e teórico de minhas preocupações e de meus atos. Portanto, creio que isto me dá algum direito de esperar ajudar não somente meus companheiros de ideias, como também meus adversários – pelo menos de partido – a compreender muitos aspectos da Revolução que até hoje escapam aos seus olhos. Em outras palavras, o objetivo de minha conferência é ajudar a compreender. Não me proponho a propagar e nem a clamar pela revolução. Só quero explicá-la.

Não sei se no Olimpo escandinavo havia também uma deusa da rebelião. Duvido. De qualquer forma, não solicitaremos hoje os seus favores. Colocaremos nossa conferência sob o signo de Snotra, a velha deusa do conhecimento. Apesar de seu caráter dramático, como acontecimento vital, trataremos de estudar a revolução com a impassibilidade do anatomista. Se por causa

disso o conferencista se tornar mais secos, os ouvintes, espero, saberão justificá-lo.

Para começar, enunciemos alguns princípios sociológicos elementares que são, sem dúvida, familiares a todos vocês, mas que devemos recordar ao tomar contato com um fenômeno tão complexo como uma revolução.

A sociedade humana é o resultado histórico da luta pela existência e da segurança na preservação das gerações. O caráter da economia determina o caráter da sociedade. Os meios de produção determinam o caráter da economia.

A cada grande época, no desenvolvimento das forças produtivas, corresponde um determinado regime social. Até o momento presente, todos os regimes sociais asseguraram enormes vantagens às classes dominantes.

É evidente que os regimes sociais não são eternos. Nascem e, historicamente, transformam-se em obstáculos ao progresso ulterior. “Tudo que nasce é digno de perecer”.

Porém, nunca uma classe dominante abdicou, voluntária e pacificamente, ao poder. Nas questões de vida e morte, os argumentos fundados na razão nunca substituíram os argumentos da força. É triste reconhecê-lo. Mas é assim. Não fomos nós que fizemos este mundo. Só podemos tomá-lo tal como é.

A revolução significa mudança do regime social. Ela transmite o poder das mãos de uma classe, que se esgotou, às mãos de outra classe em ascensão. A insurreição constitui o momento mais crítico e mais agudo na luta de duas classes pelo poder. A sublevação não pode conduzir à vitória real da revolução e à implantação de um novo regime senão apoiada sobre uma classe progressista capaz de agrupar em torno de si a imensa maioria do povo. Diferentemente dos processos da natureza, a revolução realiza-se por intermédio dos homens. Contudo, na revolução os homens também atuam sob a influência de condições sociais que eles próprios não elegem livremente, mas que herdamos do passado e lhes assinala imperiosamente o caminho. Precisamente por esse

motivo, e só por isso, a revolução tem suas próprias leis. Porém, a consciência humana não se limita a refletir passivamente as condições objetivas. E, em certos momentos, a reação adquire um caráter de massa, tenso, apaixonado. Derrubam-se então as barreiras do direito e do poder. A intervenção ativa das massas nos acontecimentos constitui o elemento indispensável de uma revolução. A sublevação das massas deve conduzir à derrubada do poder de uma classe e ao estabelecimento da dominação de outra. Somente assim teremos uma revolução consumada. A sublevação das massas não é um empreendimento isolado que se pode provocar por capricho. Representa um elemento objetivamente condicionado ao desenvolvimento da revolução, que, por sua vez, é um processo condicionado ao desenvolvimento da sociedade. Entretanto, isso não significa que uma vez existentes as condições objetivas de sublevação, se deva esperar passivamente, com a boca aberta. Nos acontecimentos humanos também há, como disse Shakespeare, fluxos e refluxos, que, numa ascendente, conduzem ao êxito: “There is a tide in the affairs of men, which taken at the flood, leads on to fortune”. Para varrer o regime que sobrevive, a classe avançada deve compreender que soou a hora e propor-se à tarefa da conquista do poder. Aqui se abre o campo da ação revolucionária consciente, em que a previsão e o cálculo se unem à vontade e à bravura. Dito de outra forma, aqui se abre o campo para a ação do partido.

O partido revolucionário condensa o que há de mais seleta na classe avançada. Sem um partido capaz de orientar-se nessas circunstâncias, de apreciar a marcha e o ritmo dos acontecimentos e de conquistar a tempo a confiança das massas, a vitória da revolução proletária é impossível. Tal é a relação dos fatores objetivos e dos fatores subjetivos da revolução e da insurreição. Como bem sabem, nas discussões, os adversários – em particular na teologia – têm o costume de desacreditar frequentemente a verdade científica elevando-a ao absurdo. Isto se chama, ainda em lógica, *reductio ad absurdum*. Nós vamos tratar

a seguir da via oposta, isto é, tomaremos como ponto de partida um absurdo a fim de nos aproximarmos com maior segurança da verdade. Realmente não temos direito de nos lamentarmos por falta de absurdos. Tomemos um dos mais recentes e mais grosseiros. O escritor italiano Malaparte, algo como um teórico fascista – também existe este produto – publicou há pouco tempo um livro sobre a técnica do golpe de estado. O autor consagra um número não desprezível de páginas de sua “investigação” à insurreição de outubro. Ao contrário da “estratégia” de Lênin, que permanece unida às relações sociais e políticas da Rússia de 1917, “a tática de Trotsky não está – segundo os termos de Malaparte – ligada por nada às condições gerais do País”. Tal é a ideia principal da obra. Nas páginas de seu livro, Malaparte obriga Lênin e Trotsky a entabular diálogos, nos quais os interlocutores dão prova de tão pouca profundidade de espírito como a natureza pôs à disposição do referido autor. Às objeções de Lênin sobre as premissas sociais e políticas da insurreição, Malaparte atribui a Trotsky, literalmente, a seguinte resposta: “Vossa estratégia exige demasiadas condições favoráveis e a insurreição não tem necessidade de nada. Bastase por si mesma”. Entenderam bem? “A insurreição não tem necessidade de nada”. Tal é, precisamente, caros ouvintes, o absurdo que deve servir para nos aproximarmos da verdade. O autor repete com muita persistência que, em outubro, não foi a estratégia de Lênin e sim a tática de Trotsky que triunfou. Esta tática, conforme suas palavras, ameaça, ainda agora, a tranquilidade dos Estados europeus. “A estratégia de Lênin” – cito textualmente – “não constitui nenhum perigo imediato para os governos da Europa. A tática de Trotsky constitui um perigo atual e, portanto, permanente”. Mais concretamente: “Coloque Poincaré no lugar de Kerensky e o golpe de estado Bolchevique de 1917 triunfaria da mesma forma”. É difícil crer que semelhante livro seja traduzido a diversos idiomas e acolhido seriamente. Em vão tentaríamos saber por que a estratégia de Lênin, dependendo das condições históricas, é necessária se a “tática de Trotsky”

permite resolver o mesmo problema em todas as situações. E por que as revoluções são tão raras, se para seu sucesso basta um par de receitas técnicas?

O diálogo entre Lênin e Trotsky apresentado pelo escritor fascista é, tanto no espírito quanto na forma, uma invenção inepta do princípio ao fim. Muitas invenções desse quilate circulam pelo mundo. Por exemplo, acaba de aparecer em Madrid, com meu nome, um livro: *Vida de Lênin*, pelo qual sou tão responsável como pelas receitas técnicas de Malaparte. O semanário “Estampa” publicou capítulos inteiros deste pretenso livro de Trotsky sobre Lênin, que contêm ultrajes abomináveis à memória do homem que eu estimava e que estimo incomparavelmente, mais que qualquer outro entre os meus contemporâneos. Abandonemos, entretanto, os falsários à sua sorte. O velho Wilhelm Liebknecht, pai do combatente e herói imortal, Karl Liebknecht, costumava dizer: “O revolucionário deve prevenir-se com uma pele grossa.” O doutor Stockmann, mais expressivo ainda, recomendava a todos os que se dispõem a enfrentar a opinião pública a não vestir calças novas. Sigamos estes bons conselhos e passemos à ordem do dia.

Quais as perguntas que a Revolução de Outubro sugere a todo homem? Primeira: por que obteve êxito esta revolução? Ou, mais concretamente, por que a revolução proletária triunfou num dos países mais atrasados da Europa? Segunda questão: o que trouxe a Revolução de Outubro? E por último: concretizou-se o que dela se esperava?

Podese responder à primeira pergunta – sobre as causas – de modo mais ou menos completo. Tentei fazê-lo o mais explicitamente possível na minha História da Revolução Russa. Aqui, não posso fazer outra coisa senão formular as conclusões mais importantes. O fato de ter o proletariado chegado pela primeira vez ao poder num país tão atrasado, como a Rússia, só à primeira vista pode parecer misterioso. Na realidade, resulta de uma lógica rigorosa. Era possível prever. E se previu. Mais ainda, diante dessa perspectiva, os revolucionários marxistas elaboraram

a sua estratégia muito antes dos acontecimentos decisivos. A primeira explicação e a mais geral é que a Rússia é um país atrasado. Mas, ao mesmo tempo, a Rússia não é mais que uma parte da economia mundial, um elemento do sistema capitalista mundial. E Lênin resolveu o enigma da revolução russa com a seguinte fórmula lapidar: a cadeia rompeuse pelo elo mais fraco. Uma situação clara: a grande guerra, produto das contradições do imperialismo mundial, arrastou em seu torvelinho países que se achavam em diferentes etapas de desenvolvimento e impôs a todos as mesmas exigências. Resulta, pois, que os encargos da guerra se tornariam particularmente mais insuportáveis para os países mais atrasados. A Rússia foi o primeiro que se viu obrigado a ceder terreno. Mas, para sair da guerra, o povo precisava abater as classes dominantes. Assim foi como a cadeia se quebrou. A guerra não é uma catástrofe determinada por fatores alheios, como um terremoto. Para com o velho Clausewitz, é a continuação da política por outros meios. Durante a guerra, as tendências principais do sistema imperialista de tempos de “paz” apenas se exteriorizaram de modo mais agudo. Quanto mais elevadas sejam as forças gerais de produção; quanto mais tensa seja a concorrência mundial; quanto mais acirrem os antagonismos; quanto mais desenfreada seja a corrida armamentista, tanto mais penosa se torna a situação para os participantes mais fracos. Precisamente esta é a causa pela qual os países mais atrasados ocupam o primeiro lugar na série dos desmoronamentos. A cadeia do capitalismo tende sempre a partir-se pelos elos mais fracos. Se por causa de certas circunstâncias extraordinárias ou extraordinariamente desfavoráveis – por exemplo, uma vitoriosa intervenção militar do exterior, devido a faltas irreparáveis do próprio governo soviético –, se restabelesse o capitalismo sobre o imenso território soviético, sua insuficiência histórica aprontaria, rapidamente, sua nova queda, vítima das mesmas contradições que provocaram a explosão em 1917. Nenhuma receita tática poderia dar vida à Revolução de Outubro se a Rússia

não a levasse em suas próprias entranhas. O partido revolucionário não pode desempenhar outro papel senão o de parteiro que se vê obrigado a recorrer à operação cesariana. Poderiam objetarme: “suas considerações gerais podem explicar, suficientemente, por que razão a velha Rússia (este país onde o capitalismo atrasado, junto a uma classe camponesa miserável, estava coroado por uma nobreza parasitária e exaurido por uma monarquia putrefata) teria que naufragar. Mas, na imagem da cadeia e do elo mais fraco falta ainda a chave do enigma: como, num país atrasado, poderia triunfar a revolução socialista?” Porque a história conhece muitos exemplos de decadência de países e de culturas que, após a derrocada simultânea das velhas classes, não puderam achar nenhuma forma progressista para ressurgir. A derrocada da velha Rússia deveria, ao que tudo indica, transformar o país numa colônia capitalista e não numa república socialista. Esta objeção é viciosa. Eu diria: desprovida de proporção interna. De um lado, decorre de uma concepção exagerada quanto ao atraso da Rússia. De outro, de uma falsa concepção teórica no que diz respeito ao fenômeno do atraso geral.

Os seres vivos – entre eles, naturalmente, o homem – atravessam estágios de desenvolvimento semelhantes com relação à idade. Numa criança normal de cinco anos, encontrase certa correspondência entre peso, tamanho e órgãos internos. Mas, isto não ocorre com a consciência humana. Em oposição à anatomia e à fisiologia, a psicologia, tanto a do indivíduo como a da coletividade, distingue-se por uma extraordinária capacidade de assimilação, flexibilidade e elasticidade: nisto mesmo reside também a vantagem aristocrática do homem sobre seu parente zoológico mais próximo da espécie dos macacos. Como condição necessária ao progresso histórico, a consciência capaz de assimilar confere aos “organismos” chamados sociais, ao contrário dos organismos reais, isto é, biológicos, uma extraordinária variabilidade de estrutura interna. No desenvolvimento das nações e dos Estados, dos capitalistas em particular, não existe nem similitude nem

uniformidade. Diferentes graus de cultura, até mesmo os polos opostos, aproximam-se e combinam-se com muita frequência na vida de um país. Não esqueçamos, queridos ouvintes, que o atraso histórico é uma noção relativa. Se existem países atrasados e avançados, há também uma ação recíproca entre eles. Há a opressão dos países avançados sobre os retardatários, bem como a necessidade para os países atrasados de alcançar aqueles mais adiantados, adquirí-los a técnica, a ciência, etc. Assim surgiu um tipo combinado de desenvolvimento: os caracteres mais atrasados absorvem a última palavra da técnica e do pensamento mundiais. Enfim, os países historicamente atrasados são por vezes obrigados a ultrapassar os demais. A consciência coletiva vê a possibilidade de lograr, em certas condições, sobre a arena social, o resultado que, em psicologia individual, se chama “compensação”. Pode-se afirmar, nesse sentido, que a Revolução de Outubro foi para os povos da Rússia um meio heroico de superar sua própria inferioridade econômica e cultural.

Passemos dessas generalizações histórico-políticas, que talvez soem um tanto abstratas, para focalizar a mesma questão de modo concreto, isto é, através de fatos econômicos vivos. O atraso da Rússia do século XX se expressa, mais claramente, da seguinte maneira: a indústria ocupa, nesse país, um lugar mínimo em comparação com o campo. Isto significa, no conjunto, uma baixa produtividade do trabalho nacional. Basta dizer que, às vésperas da Guerra, quando a Rússia czarista alcançara o cume de sua prosperidade, a renda nacional era de oito a dez vezes inferior à dos Estados Unidos. Isto expressa, numericamente, a “amplitude” do atraso, se é que podemos nos servir da palavra amplitude no que se refere a atraso. Ao mesmo tempo, a lei do desenvolvimento combinado manifesta-se a cada passo, no domínio econômico, tanto nos fenômenos simples como nos complexos. Quase sem rotas nacionais, a Rússia viu-se obrigada a construir vias férreas. Sem haver passado pelo artesanato e pela manufatura europeias, a Rússia saltou diretamente para a produção mecanizada. Saltar

as etapas intermediárias, tal é o caminho dos países atrasados. Enquanto a economia camponesa permanecia frequentemente ao nível do século XVII, a indústria russa achavase no mesmo nível dos países avançados e por vezes os sobrepunha em muitos aspectos, se não em capacidade, pelo menos no seu tipo.

Assinalo que as empresas gigantes, com mais de mil operários, ocupavam, nos Estados Unidos, menos de 18% da totalidade dos operários industriais, enquanto na Rússia a proporção era de 41%. Este fato não confirma a concepção trivial do atraso econômico da Rússia. Mas, por outro lado, também não nega o atraso geral. As duas concepções completam-se dialeticamente. A estrutura de classe do país também apresentava o mesmo caráter contraditório. O capital financeiro da Europa industrializava a economia russa num ritmo acelerado. A burguesia industrial logo adquiria o caráter do grande capitalismo, inimigo do povo. Além do mais, os acionistas estrangeiros viviam fora do país, enquanto, por outro lado, os operários eram autenticamente russos. A burguesia russa, numericamente débil e sem nenhuma raiz nacional, confrontava um proletariado relativamente forte e com fortes e profundas raízes no povo. Para o caráter revolucionário do proletariado, contribuiu o fato de que a Rússia, precisamente como país atrasado e forçado a abrigar os adversários, não chegou a elaborar um conservadorismo social e político próprio. A Inglaterra, como a nação mais conservadora da Europa e ainda do mundo inteiro, o mais velho país capitalista, me dá razão. Seria possível considerar a Rússia como um país desprovido de conservadorismo. O proletariado russo, jovem, resoluto, não constituía, contudo, mais que uma pequena minoria da nação. As reservas de sua potência revolucionária encontravam-se fora de seu próprio seio: no campesinato, que vivia numa semisservidão, e nas nacionalidades oprimidas.

A questão agrária formava a base da revolução. A antiga servidão, que mantinha a autocracia, resultava duplamente insuportável nas condições da nova exploração capitalista. A

comunidade agrária era composta de 140 milhões de deciatinas. A 30 mil grandes latifundiários, possuidores cada um de em média de 2.000 deciatinas, corresponderia um total de 70 milhões de deciatinas, isto é, a mesma propriedade de cerca de 10 milhões de famílias camponesas, ou seja, 50 milhões de pessoas. Esta estatística da terra constituía um programa acabado da insurreição camponesa. Um nobre, Borbokin, escrevia em 1917 a Rodzianko, Presidente da Última Duma do Estado: “Eu sou um proprietário, latifundiário e não me ocorre pensar nem por um momento que tenha de perder minha terra, muito menos para um fim inacreditável: para fazer uma experiência socialista”. Mas as revoluções sempre têm como objetivo a mesma tarefa: realizar o que não entra na cabeça das classes dominantes.

No outono de 1917, quase todo o país era um vasto campo de levantes camponeses. De 621 distritos da velha Rússia, 482, isto é, 77%, estavam conflagrados pelo movimento. A luz do incêndio iluminava a sublevação nas cidades. Porém – poderiam objetar –, a guerra camponesa contra os latifundiários é um dos elementos clássicos da revolução burguesa e não da revolução proletária. Eu respondo: completamente justo. Assim aconteceu no passado. Mas, agora, a impotência do capitalismo para viver num país atrasado revelase no fato de que a sublevação camponesa não empurrou para a frente a burguesia russa, senão, pelo contrário, a colocou no campo da reação. Para não fracassar, não restava ao campesinato outro caminho senão a aliança com o proletariado industrial. Lênin genialmente previu essa ligação revolucionária entre as classes oprimidas, e a preparou há muito tempo. Se a burguesia pudesse resolver a questão agrária francamente e com toda a segurança, o proletariado não poderia conquistar o poder em 1917. Chegando demasiadamente tarde, mergulhada precocemente na decrepitude, a burguesia russa, egoísta e covarde, não teve a ousadia de levantar a mão contra a propriedade feudal. E assim deixou o poder ao proletariado e, ao mesmo tempo, o direito de dispor da sorte da sociedade burguesa. Para

que o Estado Soviético fosse realidade, era sobretudo necessária a ação combinada destes fatores de naturezas históricas distintas: a guerra camponesa, um movimento característico da aurora do movimento burguês; e a sublevação proletária, que anuncia o crepúsculo do capitalismo. Aí reside o caráter combinado da revolução russa. Bastava que o urso camponês se levantasse sobre as patas traseiras para mostrar o terrível de sua fúria. Mas o urso camponês carecia de capacidade para dar à sua revolta uma expressão consciente: tem sempre a necessidade de um guia. Pela primeira vez na história do movimento social, o campesinato sublevado encontrou um dirigente leal: o proletariado. Quatro milhões de operários da indústria e dos transportes lideraram cem milhões de camponeses. Tal foi a relação natural e inevitável entre o proletariado e a classe camponesa na revolução.

A segunda reserva revolucionária do proletariado era constituída pelas nacionalidades oprimidas, ainda assim integradas em sua maioria por camponeses. O caráter extensivo do desenvolvimento do Estado, que se esparramava desde o centro de Moscou até a periferia, está intimamente ligado ao atraso histórico do país. Ao Leste, subordinava as populações mais atrasadas para melhor afogar, com seu apoio, as nacionalidades mais desenvolvidas do Oeste. Aos setenta milhões de grãorussos, que formam a massa principal da população, somam-se, dessa forma, noventa milhões de “alógenos”. Formouse assim o Império, em cuja composição a nação dominante possuía cerca de 43% da população, sendo os 57% restantes formados por uma mescla de nacionalidades, culturas e regimes distintos. Na Rússia, a opressão nacional era incomparavelmente mais brutal que nos Estados vizinhos, dominando, em verdade, não apenas os que estavam do outro lado da fronteira ocidental, mas também da oriental. Tal estado de coisas emprestava ao problema nacional enorme força explosiva. A burguesia liberal russa não queria, nem na questão nacional, nem na questão agrária, ir além de certas reformas para atenuar o regime de opressão e violência. No curso dos oito meses de

sua existência, os governos “democratas” de Miliukov e Kerenski, que exprimiam os interesses da burguesia e da burocracia grãorussa, dedicaram-se a ensinar-lhes a seguinte lição: “não obterão o que procuram até que o arranquem pela força”. Há muito tempo, Lênin já considerava a inevitabilidade do movimento nacional centrífugo. O Partido Bolchevique lutou, durante anos, pelo direito de autodeterminação das nacionalidades, isto é, pelo direito à completa separação estatal. Foi precisamente por causa desta correta posição na questão nacional que o proletariado russo pôde ganhar, pouco a pouco, a confiança das populações oprimidas. O movimento de libertação nacional e o movimento camponês voltaram-se, forçosamente, contra a democracia oficial, fortaleceram o proletariado e lançaram-se na correnteza da insurreição de outubro.

Assim, levantase gradativamente, o véu do enigma da insurreição proletária num país historicamente atrasado. Muito tempo antes dos acontecimentos, os revolucionários marxistas previram a marcha da revolução e a função histórica do jovem proletariado russo. Permitam-me aqui reproduzir um extrato de minha própria obra sobre a Revolução de 1905:

Num país economicamente atrasado, o proletariado pode chegar ao poder antes que um país adiantado. A revolução russa cria (...) condições, mediante as quais o poder pode passar (como a vitória da revolução deve passar) ao proletariado antes que a política do liberalismo burguês tenha possibilidade de soltar seu gênio estadista. O destino dos interesses revolucionários mais elementares dos camponeses (...) está fortemente ligado ao destino de toda a revolução, ao destino do proletariado. Uma vez chegado ao poder, o proletariado aparecerá aos camponeses como libertador de sua classe. O proletariado entra no governo como representante revolucionário da nação, como condutor reconhecido do povo na luta contra o absolutismo e a barbárie da servidão. O regime proletário deverá desde o princípio pronunciarse sobre a questão agrária, que

está ligada à sorte do avanço popular da Rússia.

Permitam-me evocar esta citação como testemunha de que a teoria da Revolução de Outubro, apresentada hoje por mim, não é um improviso rápido, contraído a posteriori, sob a pressão dos acontecimentos. Não. Pelo contrário, foi formulada sob a forma de prognóstico político muito antes da Revolução de Outubro. Os senhores hão de convir que a teoria em geral não tem valor senão na medida em que ajuda a prever o curso do desenvolvimento e influencia os seus objetivos. Nisto mesmo consiste, falando em termos gerais, a importância inestimável do marxismo como arma de orientação social e histórica. Lamento que os estreitos limites desta exposição me impeçam de estender o texto citado de maneira mais ampla e, por isso, terei que me conformar com um curto resumo de tudo o que escrevi em 1905.

Em relação às suas tarefas imediatas, a revolução é uma revolução burguesa. No entanto, a burguesia russa é antirrevolucionária. Por conseguinte, a vitória da revolução só é possível como vitória do proletariado. O proletariado vitorioso não se deterá no programa da democracia burguesa e passará imediatamente ao programa do socialismo. A revolução russa será a primeira etapa da revolução socialista mundial. Tal era a teoria da revolução permanente, elaborada por mim em 1905 e, mais tarde, exposta a crítica mais exacerbada sob o apelido de “trotskismo”. Isto não é mais que uma parte desta teoria.

A outra parte, agora particularmente atual, expressa: As atuais forças de produção há muito extravasaram as barreiras nacionais. A sociedade socialista é irrealizável nos limites nacionais. Por mais importantes que sejam os êxitos econômicos de um Estado operário isolado, o programa do “socialismo num só país”, é um utopia pequeno-burguesa. Só uma federação europeia e, posteriormente, mundial de repúblicas socialistas pode abrir o caminho a uma sociedade socialista harmônica.

Hoje, depois da prova dos acontecimentos, tenho menos razão

do que nunca para ratificar esta teoria.

Depois de tudo que disse, merece que se leve em conta os escritor fascista Malaparte? Este que me atribui uma tática independente da estratégia, resultante de certas técnicas aplicáveis em todo momento? Tais receitas fornecidas pelo infeliz teórico do golpe de Estado permite distinguilo facilmente do prático vitorioso do golpe de Estado. E ninguém correrá o risco de confundir Malaparte com Bonaparte.

Sem a insurreição armada de 25 de outubro de 1917 (7 de novembro, segundo o calendário atual), o Estado Soviético não existiria. Mas a insurreição não nasceu do céu. Para o triunfo da revolução de outubro eram necessárias uma série de premissas históricas:

1. A podridão das velhas classes dominantes, da nobreza, da monarquia, da burocracia.
2. A debilidade política da burguesia, que não tinha nenhuma raiz nas massas populares.
3. O caráter revolucionário da questão agrária.
4. O caráter revolucionário do problema das nacionalidades oprimidas.
5. O peso social do proletariado.

A estas premissas orgânicas é preciso juntar condições de conjunturas de excepcional importância:

6. A revolução de 1905 foi uma grande lição ou, segundo Lênin, “um ensaio geral” da revolução de 1917. Os soviets, como forma de organização insubstituível de frente única proletária, apareceram pela primeira vez na Revolução de 1905.

7. A guerra imperialista aguçou todas as contradições, arrancou as massas atrasadas do seu estado de imobilidade, preparando-as para o caráter grandioso da catástrofe.

Porém, todas estas condições, suficientes para que irrompesse a revolução, eram insuficientes para assegurar vitória do proletariado.

Faltava uma oitava condição: o Partido Bolchevique.

Se enumero esta condição em último lugar da série é só porque assim corresponde à sequência lógica e não porque atribua ao partido o lugar de menor importância. Muito pelo contrário. A burguesia liberal pôde tomar o poder, e o fez muitas vezes, como resultado de lutas nas quais não havia participado. Para isso possui instrumentos magnificamente desenvolvidos. As massas trabalhadoras encontram-se numa outra situação. Acostumaram-se a dar e não a tomar. Trabalham pacientemente, esperam, perdem a paciência, sublevam-se, combatem, morrem, dão a vitória a outros, são traídas, caem no desalento, submetem-se, voltam a trabalhar. Assim é a história das massas populares sob todos os regimes. Para tomar com segurança e firmeza o poder o proletariado tem necessidade de um partido superior a todos os demais na clareza do pensamento e na decisão revolucionária. O partido dos bolcheviques, assim designado com frequência, e com razão, como partido mais revolucionário da história da humanidade, era a condensação viva da nova história da Rússia, de tudo o que nela havia de dinâmico. Havia muito tempo que se considerava o desaparecimento da monarquia como a condição indispensável para o desenvolvimento da economia e da cultura. Faltavam as forças para levar adiante esta tarefa. À burguesia horrorizava a ideia da revolução. Os intelectuais tentaram conduzir o campesinato sobre os ombros. Incapaz de generalizar suas próprias penas e objetivos, o mujique não deu uma resposta ao apelo dos intelectuais. A intelligentsia armouse de dinamite. Toda uma geração se consumiu nesta luta. Em 1o de março de 1887, Alexandre Ulianov levou a cabo o último dos grandes atentados terroristas. A tentativa contra Alexandre III fracassou. Ulianov e os demais participantes foram enforcados. A tentativa de substituir a classe revolucionária por uma preparação química naufragou. A inteligência mais heroica não é nada sem as massas. Sob a impressão imediata destes fatos e de suas conclusões, cresceu e formouse o mais jovem dos irmãos Ulianov, Vladimir, o futuro Lênin. A figura mais grandiosa da história russa. Desde

o princípio, em sua juventude, colocouse sob o terreno do marxismo e voltou seu olhar para o proletariado. Sem perder um instante de vista a aldeia, orientouse para o campesinato através dos operários. Herdando de seus precursores revolucionários a resolução, a capacidade de sacrifício, a disposição de chegar até o fim, Lênin converteuse, nos anos da juventude, no educador da nova geração dos intelectuais e dos operários avançados. Nas greves e nas lutas de rua, nas prisões e no exílio, os operários adquiririam o temperamento necessária. A lanterna do marxismo lhe será necessária para iluminar na escuridão da autocracia seu caminho histórico.

II

Em 1883, nasceu, na emigração, o primeiro grupo marxista. Em 1898, numa Assembleia clandestina, proclamouse a criação do Partido Operário Social-democrata Russo. Naquela época, todos nós chamávamos social-democratas. Em 1903, teve lugar a cisão entre bolcheviques mencheviques. Em 1912, a fração bolchevique transformouse definitivamente em partido autônomo. Este partido ensinou a reconhecer a mecânica das classes sociais nas lutas, nos acontecimentos grandiosos, durante 12 anos (de 1905 a 1917). Educou quadros, militantes aptos, tanto para a iniciativa como para a obediência. A disciplina da ação revolucionária apoiavase sobre a unidade da doutrina, as tradições de lutas comuns e a confiança numa direção provada. Tal era o partido em 1917. Enquanto “a opinião pública” oficial e as toneladas de papel de imprensa não lhe concediam importância, o partido bolchevique orientavase segundo o curso do movimento de massas. A formidável alavanca que esse partido manejava firmemente era introduzida nas fábricas e nos regimentos. Já as massas camponesas, dirigiam cada vez mais e com mais insistência suas atenções para ele. Se se entende por nação não as camadas privilegiadas e sim a maioria do povo, isto é, os operários e os camponeses, há que se reconhecer que

o bolchevismo se transformou, no decorrer de 1917, no único partido verdadeiramente nacional.

Em setembro de 1917, Lênin, obrigado a viver na clandestinidade, deu o sinal: “A crise está madura. Aproxima-se a hora da insurreição”. Estava certo. As classes dominantes caíram impotentes diante dos problemas da guerra, do campo e da libertação nacional. A burguesia perdeu definitivamente a cabeça. Os partidos democratas, os mencheviques e os socialistas revolucionários dissiparam o último resto da confiança das massas, sustentando a guerra imperialista por sua política de compromissos e de concessões aos proprietários burgueses e feudais. O exército, abalado em sua consciência, se negava a lutar pelos objetivos do imperialismo, que lhes eram estranhos. Sem atender as exortações “democráticas”, os camponeses expulsaram os latifundiários de seus domínios. A periferia nacional do Império, oprimida, se lançou contra a burocracia de Petrogrado. Os bolcheviques dirigiam os mais importantes conselhos de operários e soldados. Operários e soldados exigiam fatos. O abscesso estava maduro. Só faltava um corte de bisturi.

A insurreição só se tornou possível nessas condições sociais e políticas. E assim aconteceu inelutavelmente. Não se pode brincar com a insurreição. Desgraçado do cirurgião que utiliza o bisturi com negligência. A insurreição é uma arte: tem suas leis e as suas próprias regras.

O partido realizou a insurreição de outubro com um cálculo feroz e uma resolução ardente. Graças a isso, pôde triunfar quase sem vítimas. Por meio dos sovietes vitoriosos, os bolcheviques puseram-se à testa do país que abarca um sexto da superfície da terra. Suponho que a maioria dos meus ouvintes de hoje ainda não se ocupavam da política em 1917. Tanto melhor. A jovem geração tem diante de si muitas coisas interessantes, mas não fáceis. Por outro lado, os representantes da velha geração, nesta sala, recordarão muito bem como se recebeu a tomada do poder pelos bolcheviques: como um equívoco, uma curiosidade, um

escândalo, ou, mais ainda, uma pesadela que se desvaneceria à primeira claridade da alvorada. Os bolcheviques mantiveram-se por vinte e quatro horas, uma semana, um mês, um ano. Era preciso ampliar cada vez mais o prazo. Os amos do mundo armavam-se contra o primeiro Estado proletário: desencadeamento da guerra civil, novas e novas intervenções, bloqueio. Assim passou um ano. Passou outro. E a história já conta quinze anos de existência do poder soviético. Sim, diria algum adversário: “a aventura de outubro mostrou-se muito mais sólida do que pensávamos.” Talvez não fosse de toda uma “aventura”. E, não obstante, a questão conserva toda a sua força: “o que se ganhou a esse preço tão elevado? É possível dizer que se realizaram as belezas anunciadas pelos bolcheviques antes da insurreição?” Antes de responder ao suposto adversário, observemos que esta pergunta não é nova. Ao contrário, remonta aos primeiros passos da Revolução de Outubro, depois do nascimento da República dos Sovietes.

O jornalista francês Claude Anet, que estava em Petrogrado durante a revolução, escrevia em 27 de outubro de 1917: “Os maximalistas – assim os franceses chamavam então os bolcheviques – tomaram o poder e amanheceu o grande dia. Enfim, vou ver como se realiza o ‘Éden Socialista’ que nos prometem há tantos anos... Admirável aventura! Posição privilegiada!” Que autêntico ódio se ocultava por traz dessas saudações irônicas! No dia seguinte à ocupação do Palácio do Inverno, o jornalista francês julgava-se no direito de exigir um cartão de entrada no Paraíso. Quinze anos transcorreram desde a insurreição. Com uma falta de cerimônia ainda maior, os adversários manifestam sua alegria maligna ao comprovar que, ainda hoje, o país dos soviets se assemelha muito pouco ao reino do bemestar geral. Por que, pois, a revolução? Por que as vítimas?

Caros ouvintes, creio que conheço tanto as contradições, as dificuldades, as faltas e as insuficiências do regime soviético como o que melhor as conhece. Pessoalmente, jamais tratei de dissimulá-las, nem por palavras nem por escrito. Sempre acreditei e sigo

acreditando que a política revolucionária, ao contrário da política conservadora, não pode estar baseada no engodo. “Exprimir o que é: tal deve ser o princípio essencial do Estado operário”. Não obstante, é necessário ter perspectiva, tanto na crítica quanto na atividade criadora. O subjetivismo é um péssimo conselheiro, sobretudo quando se trata de grandes questões. Os prazos devem estar em consonância com a magnanimidade das tarefas e não com os caprichos individuais. Quinze anos! O que significam para uma vida? Durante esse tempo, morreram muitos de nossa geração e outros viram embranquecer seus cabelos, e os mesmos quinze anos não representam mais que um período insignificante na vida de um povo. Um segundo no relógio da História!

O capitalismo precisou de séculos para afirmar-se na luta contra a Idade Média, para elevar a ciência e a técnica, para construir vias férreas, para estender fios elétricos. E depois? Depois lançou a humanidade no inferno das guerras e das crises. E ao socialismo, seus adversários, isto é, os partidários do capitalismo, não lhe concedem mais que quinze anos para instaurar sobre a terra o paraíso com todo o conforto moderno. Não. Nós não assumimos tal obrigação. Não estabelecemos tais prazos. Devem-se medir os processos das grandes transformações com uma escala adequada. E não sei se a sociedade socialista se assemelharia ao paraíso bíblico. Duvido muito. Mas, na União Soviética, ainda não existe o socialismo. Um estado de transição, coalhado de contradições, carregando pesada herança do passado, sofrendo a pressão inimiga dos Estados capitalistas – isto é o que ali predomina. A Revolução de Outubro proclamou o princípio da nova sociedade. A República dos Soviéticos apenas mostrou a primeira etapa de sua realização. A primeira lâmpada de Edson foi muito imperfeita. Por traz das faltas e dos erros da primeira edificação socialista que se deve vislumbrar o futuro.

E as calamidades que se abatem sobre os seres vivos? Os resultados da revolução justificam as vítimas que ela causou? Pergunta estéril e profundamente retórica! Como se o processo

da história resultasse de um balanço contábil. Com tanto mais razão, ante as dificuldades e as penas da existência humana, seria possível perguntar: para isso é que vale a pena viver? Heine escreveu a este propósito: “e o tonto espera contestação...” As meditações melancólicas não impediram o homem de fecundar e nascer. Mesmo nesta época de crise mundial sem precedentes, os suicídios felizmente constituem uma porcentagem muito baixa. Pois, os povos não tem o costume de buscar no suicídio um refúgio. Aliviam-se das cargas insuportáveis pela revolução. Por outro lado, quem se indigna por causa das vítimas da revolução socialista? Quase sempre serão os mesmos que prepararam e glorificam as vítimas da guerra imperialista ou, pelo menos, os que se acomodaram facilmente ao conflito. Também nos poderíamos perguntar: Justificase a guerra? O que nos deu? O que nos ensinou?

Em seus onze volumes de difamação contra a grande Revolução Francesa, o historiador Hipólito Taine descreve, não sem sórdida alegria, os sofrimentos do povo francês nos anos da ditadura jacobina e naqueles que se seguiram a ela. Foram, sobretudo, penosos para as camadas inferiores das cidades, os plebeus que, como sans-culottes, deram à revolução o melhor de sua alma. Eles ou suas mulheres passavam noites frias nas filas para voltar no dia seguinte com as mãos vazias ao lar gelado. No décimo ano da revolução, Paris era mais pobre que antes da insurreição. Dados cuidadosamente escolhidos e artificialmente completados servem a Taine para fundamentar seu veredicto destruidor contra revolução. “Olhem os plebeus, que queriam ser ditadores e caíram na miséria!” É difícil imaginar um moralista mais hipócrita. Em primeiro lugar, se a revolução lançou o país na miséria, a culpa recairia antes de tudo sobre as classes dirigentes, que empurravam o povo à revolução. Em segundo lugar, a grande revolução francesa não se esgotou nas filas da fome, diante das padarias. Toda a França moderna e, sob certo aspectos, toda a civilização moderna, emergiram do banho da Revolução Francesa.

No curso da guerra civil dos Estados Unidos, morreram 500 mil homens. Justificam-se essas vítimas? Do ponto de vista do dono de escravos americano e das classes dominantes da Grã-Bretanha, não. Do ponto de vista do negro e do operário britânico, completamente. E do ponto de vista do desenvolvimento da humanidade em seu conjunto, não nos oferece a menor dúvida. Da guerra civil dos anos 1860 saíram os Estados Unidos atuais, com a sua iniciativa prática e veloz, a técnica racionalizada, o auge econômico. Sobre essas conquistas do americanismo a humanidade edificará a nova sociedade.

A Revolução de Outubro penetrou mais profundamente que todas as precedentes no âmago da sociedade, nas relações de propriedade. Assim, precisará de prazos tanto maiores para que se manifestem as forças criadoras em todos os domínios da vida. Mas, a orientação geral é clara desde já: a República dos Soviéticos não tem por que abaixar a cabeça nem empregar a linguagem da desculpa diante dos seus acusadores capitalistas. Para apreciar o novo regime do ponto de vista do desenvolvimento humano, deve-se focalizar, acima de tudo, esta questão: de que maneira se exterioriza o progresso social e como é possível medi-lo? O critério mais objetivo, mais profundo e mais indiscutível é: o progresso pode ser medido pelo crescimento da produtividade do trabalho social. Sob este ângulo, a experiência já deu a estimativa da Revolução de Outubro. Pela primeira vez na história, o princípio de organização socialista demonstrou sua capacidade, fornecendo resultados de produção jamais obtidos num curto período. Em cifras globais, a curva do desenvolvimento industrial da Rússia se expressa desta forma: ponhamos para o ano de 1913, o último ano anterior à Guerra, o número 100. O ano 1920, fim da guerra civil, é o ponto mais baixo da indústria: 25 somente, isto é, um quarto da produção de antes da Guerra. Em 1929, aproximadamente 200. Em 1932, 300, ou seja, o triplo do que havia nas vésperas da guerra. O quadro aparecerá ainda mais claro à luz dos índices internacionais. De 1925 a 1932, a produção industrial da Alemanha

diminuiu aproximadamente em um e meio. Na América alcançou aproximadamente o dobro. Na União Soviética, subiu a mais do quádruplo. As cifras não podem ser mais eloquentes.

De maneira nenhuma penso negar ou dissimular os dados sombrios da economia soviética. Os resultados dos índices industriais estão extraordinariamente influenciados pelo desenvolvimento desfavorável da economia agrária, quer dizer, do domínio onde ainda não entraram os métodos socialistas, mas em que foi arrastado, ao mesmo tempo, a via da coletivização, sem preparação suficiente, mais burocrática do que técnica e econômica. Esta é uma grande questão que não obstante, ultrapassa os limites da minha conferência.

As cifras apresentadas requerem ainda uma reserva essencial: os êxitos indiscutíveis e brilhantes da industrialização soviética exigem uma verificação econômica ulterior do ponto de vista da harmonia recíproca dos diferentes elementos da economia, de seu equilíbrio dinâmico e, por conseguinte, de sua capacidade de rendimento. Aqui são inevitáveis grandes dificuldades e também retrocessos. O socialismo não surge em sua forma acabada do Plano Quinquenal, como Minerva da cabeça de Júpiter ou Vênus da espuma do mar. Estamos diante de décadas de trabalho obstinado, de faltas, de correções e de reconstrução. Por outro lado, não esqueçamos que a edificação socialista não pode alcançar seu coroamento senão sobre o plano internacional. O balanço econômico mais desfavorável dos resultados obtidos até o presente não poderia revelar outra coisa senão a inexatidão dos cálculos preliminares, as faltas do plano e os erros da direção. Mas, em nenhum caso, contradizer o fato estabelecido empiricamente, a saber, a possibilidade de elevar o trabalho coletivo a uma altura jamais conhecida com a ajuda dos métodos socialistas. Esta conquista, de uma importância histórica mundial, ninguém nos poderá arrebatá-lo.

Depois do que disse, quase não vale a pena perder tempo para contestar as lamentações segundo as quais a Revolução de Outubro

conduziu a Rússia ao ocaso da cultura. Tal é a voz das classes dominantes e dos salões inquietos. A “cultura” aristocrático-burguesa que foi derrubada pela revolução proletária não era mais que um complemento da barbárie. Tanto que foi inacessível ao povo russo que pouco aportou ao tesouro da humanidade. Mas também no que concerne a esta cultura, tão chorada pela emigração branca, é necessário precisar a questão: em que sentido foi destruída? Num só sentido: o monopólio de uma pequena minoria sobre os bens da cultura desapareceu. No que era realmente cultural permanece intacto. Os “hunos” bolcheviques não pisotearam nem as conquistas do pensamento nem as obras de arte. Pelo contrário, restauraram, cuidadosamente, os monumentos da criação humana e lhes deram ordem exemplar. A cultura da monarquia, da nobreza e da burguesia, converteuse presentemente na cultura dos museus históricos. O povo visita com fervor esses museus, mas neles não vive. Aprende, constrói. O fato de que a Revolução de Outubro ensinou ao povo russo, aos numerosos povos da Rússia czarista, a ler e a escrever tem incomparavelmente mais importância do que toda a cultura em conserva da Rússia de outrora. A revolução russa criou a base de uma nova cultura, destinada não aos eleitos, mas a todos. As massas do mundo inteiro o sentem: daí a sua simpatia pela União Soviética, tão ardente como era antes o seu ódio contra a Rússia czarista.

Caros ouvintes, os senhores sabem que a linguagem humana representa um instrumento insubstituível, não somente porque designa as coisas e os fatos, mas também porque os estima. Descartando o acidental, o episódico, o artificial, absorve o real, o característico. Notem com que sensibilidade as línguas das nações civilizadas distinguiram duas épocas no desenvolvimento da Rússia. A cultura aristocrática trouxe ao mundo barbarismos tais como o czar, o cossaco, o progrom, o nagaia. Conhecem estas palavras e sabem seu significado. Outubro aportou a todas as línguas do mundo palavras tais como bolchevique,

soviets, colcós, gosplan, piatlitka. Aqui a linguística prática emite seu julgamento histórico.

Toda revolução forma e tempera o caráter do povo: esta é o seu significado mais profundo e que mais dificilmente foi submetido a uma nova prova imediata. A imagem do povo russo como um povo lento, passivo, melancólico, místico, está há muito difundida e isto não se deve a uma casualidade. Tem suas raízes no passado. Mas, no Ocidente, ainda não se levaram suficientemente em consideração as modificações profundas que a Revolução de Outubro introduziu no caráter do povo russo. E poderia se esperar outra coisa? Todo homem que tenha uma experiência de vida pode se lembrar da imagem de um adolescente qualquer por ele conhecido que – de impressionável, lírico, sentimental... – se transforma, mais tarde, de um só golpe, sob a ação de forte choque moral, num homem forte, bem temperado até o ponto de ficar completamente irreconhecível. No desenvolvimento de uma nação, a revolução realiza transformações análogas. A insurreição de fevereiro contra a autocracia; a luta contra a nobreza, contra a guerra imperialista pela paz, pela terra, pela igualdade nacional; a insurreição de outubro, a derrubada da burguesia e dos partidos com tendências a sustentá-la; três anos de guerra civil sobre uma frente de 8.000 quilômetros; os anos de bloqueio, de miséria, de fome, de epidemias; os anos de tensa edificação econômica; as novas dificuldades e privações – tudo isso integra uma escola rude, no entanto boa. Um pesado martelo fará do vidro pó. Mas em troca forja o aço. O martelo da revolução forja o aço do caráter do povo.

“Quem haveria de crer?” Já se deveria crer. Pouco depois da insurreição, um dos generais czaristas, Zaleski, se scandaliza que “um porteiro ou um guarda se convertesse de pronto num presidente de tribunal; um enfermeiro, em diretor de hospital; um barbeiro, em personalidade importante; um sargento, em comandante supremo; um diarista em prefeito; um carpinteiro, em diretor de empresa”.

“Quem haveria de crer?” Já se deveria crer. Embora não se acreditasse, os sargentos já derrotavam os generais; o prefeito, antes diarista, rompia a resistência da velha burocracia; o carpinteiro, agora diretor, reconstruía a indústria. “Quem haveria de crer?” Que tratem agora de crer...

Para explicar a paciência que as massas populares da União Soviética demonstraram nos anos da revolução, muitos observadores estrangeiros recorrem, já por hábito, à passividade do caráter russo. Grosseiro anacronismo! As massas revolucionárias suportam as privações pacientemente, mas não passivamente. Elas constroem com suas próprias mãos um futuro melhor. E querem criá-lo a qualquer preço. Que o inimigo de classe trate somente de impor a essas massas pacientes sua vontade, de fora. Não, mais vale que não tente!

Para terminar, tratemos de fixar o lugar da Revolução de Outubro, não somente na história da Rússia, como também na história do mundo. Durante o ano de 1917, no intervalo de oito meses, duas curvas históricas convergem. A revolução de fevereiro – este eco tardio das grandes lutas que se travaram nos séculos passados sobre o território dos Países Baixos, Inglaterra, França e quase toda a Europa continental – unese à série de revoluções burguesas. A Revolução de Outubro proclama e abre a era da dominação do proletariado. O capitalismo mundial sofre no território russo a primeira grande derrota. A cadeia partiu-se pelo elo mais fraco. Mas foi a cadeia e não somente o elo que se quebrou.

O capitalismo, como sistema mundial, apenas sobrevive historicamente. Terminou de cumprir sua missão: a elevação do nível de poder e da riqueza humana. A humanidade não pode estancar no degrau alcançado. Só um poderoso impulso das forças de produção e uma organização justa, planejada, em outras palavras, socialista de produção e de distribuição, pode assegurar aos homens – a todos os homens – o nível de vida digno de conferir-lhes o sentimento inefável de liberdade a frente da

sua própria economia. De liberdade em duas ordens de relações: primeiramente, o homem não se verá obrigado a consagrar sua vida inteira ao trabalho físico; em segundo lugar, já não dependerá das leis do mercado, isto é, da forças cegas e obscuras que operam fora de sua vontade. O homem edificará livremente sua economia, quer dizer, ajustada a um plano, com o compasso na mão. Trata-se agora de radiografar a anatomia da sociedade, de descobrir todos os seus segredos e submeter todas as suas funções à razão e à vontade do homem coletivo. Neste sentido, o socialismo gera uma nova etapa no crescimento histórico da humanidade. Aos nossos antepassados, armados pela primeira vez com um machado de pedra, toda a natureza se apresenta como a conjuração de um poder misterioso e hostil. Mais tarde, às ciências naturais, em estreita colaboração com a tecnologia prática, iluminaram a natureza, até suas mais profundas entranhas. Por meio da energia elétrica, o físico elabora seu juízo sobre núcleo atômico. Não está longe a hora em que como no jogo a ciência resolverá a quimera da alquimia, transformando o esterco em ouro e o ouro em esterco. Lá, onde os demônios e as fúrias da natureza se desatavam, reina agora cada vez com mais a energia e a vontade do homem.

Mas, enquanto lutava furiosamente com a natureza, o homem criou as cegas relações com os demais, assim como as abelhas e as formigas. Com atraso e por demais indeciso, deparou com os problemas da sociedade humana. Começou pela religião para depois passar para a política. A Reforma trouxe o primeiro êxito do individualismo e do nacionalismo burguês, no domínio onde imperava uma tradição morta. O pensamento crítico passou da igreja ao Estado. Nascida na luta contra o absolutismo e as condições medievais, a doutrina da soberania popular e dos direitos do homem e do cidadão ampliou-se e fortaleceu-se. Assim se formou o sistema do parlamentarismo. O pensamento crítico penetrou no domínio da administração do Estado. O racionalismo político da democracia significou a mais alta conquista da burguesia revolucionária.

Entre a natureza e Estado se interpôs a economia. A técnica libertou o homem da tirania dos velhos elementos – a terra, a água, o fogo, o ar – para submetê-los em seguida à sua própria tirania. A atual crise mundial comprova de maneira particularmente trágica como este dominador altivo e audaz da natureza permanece escravo dos poderes cegos de sua própria economia. A tarefa histórica de nossa época consiste em substituir o jogo anárquico do mercado por um plano nacional, e disciplinar as forças de produção, em obrigá-las a operar em harmonia, servindo docilmente às necessidades do homem. Somente sobre esta base social o homem poderá repousar suas costas fatigadas. Não os eleitos, mas todos e todas, tornando-se cidadãos com plenos poderes do domínio do pensamento. No entanto, ainda não é esta a meta do caminho. Não. Isto não é mais que o princípio. O homem se considera o coroamento da criação. Tem para isso, sim, certos direitos. Mas quem se atreve a afirmar que o homem atual seja o último representante, o mais elevado da espécie *homo sapiens*? Ninguém. Tanto fisicamente quanto espiritualmente, está muito longe da perfeição este aborto biológico, do pensamento enfermo e que não criou nenhum novo equilíbrio orgânico.

A verdade é que a humanidade produziu mais uma vez gigantes do pensamento e da ação que superaram os seus contemporâneos como picos numa cadeia de montanhas. O gênero humano tem perfeito direito de orgulharse dos seus Aristóteles, Shakespeare, Darwin, Beethoven, Goethe, Marx, Edison, Lênin. Mas estes homens são tão raros? Antes de tudo porque saíram, quase sem exceção, das classes médias e elevadas. Salvo raras exceções, os gênios perdem-se afogados nas entranhas oprimidas do povo, antes de encontrar possibilidade de brotar. Mas também porque o processo de geração de desenvolvimento e de educação do homem permanece, em sua essência, como obra da sorte, não elaborado pela teoria nem pela prática, não submetido à consciência e à vontade.

A antropologia, a biologia, a fisiologia, e a psicologia reuniram

verdadeiras montanhas de materiais para erigir ante o homem, em toda sua amplitude, as tarefas de seu próprio aperfeiçoamento corporal e espiritual e de seu desenvolvimento ulterior. Pela mão genial de Sigmund Freud, a psicanálise levantou a tampa do poço que, poeticamente, se chama a “alma” do homem. E que revelou? Nosso pensamento consciente não constitui mais que uma pequena parte do trabalho das obscuras forças psíquicas. Sábios descem aos fundos dos oceanos e fotografam a fauna misteriosa das águas. Para que o pensamento humano desça às profundezas de seu próprio oceano psíquico, deve iluminar as forças motrizes, misteriosas, da alma e submetê-las à razão e à vontade. Quando acabarem as forças anárquicas de sua própria sociedade, o homem irá integrar-se nos laboratórios, nas retortas do químico. Pela primeira vez, a humanidade irá considerar a si mesma como matéria-prima e, no melhor dos casos, como semi-fabricação física e psíquica. O socialismo significará um salto do reino da necessidade ao reino da liberdade, no sentido de que o homem de hoje, esmagado sob o peso de contradições e sem harmonia, abrirá o caminho a uma nova espécie mais feliz.

“No centenário da Revolução Russa, ainda podemos aprender muito com ela” - Entrevista com Pedro Fuentes

Charles Rosa e Thiago Aguiar¹

Iniciando os debates e celebrações do centenário da Revolução Russa em 2017, a revista *Movimento* entrevista Pedro Fuentes. Militante internacionalista há mais de 50 anos, Pedro passou por diversos países do mundo para construir partidos revolucionários nacionais e organizações socialistas internacionais, sempre reivindicando o legado de Outubro. Enquanto responde às perguntas, Pedro folheia seus livros para ilustrar suas afirmações com o que diziam os revolucionários russos cheio de seu otimismo característico e entusiasmo com a juventude.

Na conversa apresentada a seguir, Pedro retoma alguns dos temas fundamentais da Revolução e do papel dos bolcheviques, interessado em chamar as novas gerações militantes a aprender com aquela experiência. Para ele, “não existe tarefa mais apaixonante para as novas gerações que se aproximam da luta anticapitalista, impulsionadas pela brutal crise do capitalismo, do que ler e estudar sobre a Revolução Russa. Não existe melhor fonte de conhecimento do que a luta pelo socialismo e suas dificuldades: e esse conhecimento não é só para saber sua história (e é necessário sabê-la), mas aprofundar a compreensão sobre as condições que a tornaram possível, as forças motrizes da mesma, seus problemas posteriores, e sua atualidade que vive neste século XXI”.

¹ Charles Rosa é coordenador do Observatório Internacional da Fundação Lauro Campos. Thiago Aguiar é diretor da revista *Movimento*.

Movimento – Em 2017 comemora-se o centenário da Revolução Russa. Muitos debates, artigos e reflexões têm sido realizados a respeito, não apenas pelos círculos de esquerda e socialistas, mas pela academia e pela imprensa burguesa, mostrando a transcendência deste evento. Mas, afinal, por que após tanto tempo ainda se fala da Revolução Russa? Como se pode definir uma revolução?

Bem, eles também falam da Revolução, mas a tomam como um evento importante que ocorreu e passou. Fazem isso (consciente ou inconscientemente) para negar o processo histórico e com isso sua atualidade. Explico: a Revolução Russa é consequência da crise do capitalismo – crise estrutural, podemos dizer assim – iniciada no século XX, crise que agora é mais grave e profunda, que não só reafirma a importância da revolução socialista, mas que também a atualiza em todo o sentido que este termo possui. Atrevo-me a dizer que para as novas camadas de jovens anticapitalistas que surgem no mundo, ao lado do Manifesto Comunista, ela é a fonte de aprendizagem mais importante para a compreensão da história do Século XX e a atualidade da luta pelo socialismo.

Essa é a razão pela qual é tão importante conhecer como aconteceu a Revolução. Porque embora a história não se repita, sustenta-se nela e aprende-se dela para encarar o presente e o futuro. Vivemos nos últimos tempos revoluções na Primavera Árabe, mas elas foram democráticas ou, melhor dizendo, foram democráticas incompletas (não liquidaram todo o regime, em especial as Forças Armadas) e, por isso, retrocederam. No entanto, a ideia de revolução foi colocada, no sentido de mostrar o que as massas podem fazer quando passam para a ação direta, sobretudo no caso da Tunísia, onde o povo destruiu as sedes do partido do regime e assaltou as delegacias. Como dizia Trotsky fazendo referência à Revolução Russa, “a história não registra outra mudança de cunho tão radical”. E, sendo taxativo, afirmo que esta mudança radical de 1917 tem repercussões até nossos

dias. Não seria possível entender nada do que passou no século XX e nestas duas décadas do XXI sem ela. Se me perguntar concretamente “o que é uma revolução?”, respondo com aquilo que Trotsky escreveu em sua “História da Revolução Russa”:

“O traço mais incontestável da Revolução é a intervenção direta das massas nos acontecimentos históricos. Habitualmente, o Estado, monárquico ou democrático, domina a nação; a história é feita pelos especialistas do ofício: monarcas, ministros, burocratas, deputados, jornalistas. Mas, nos momentos decisivos, quando um velho regime se torna intolerável para as massas, estas quebram as muralhas que os separam da arena política, derrubam os seus representantes tradicionais, e, intervindo assim, criam o ponto de partida para um novo regime. (...) A história da Revolução é para nós, antes de mais nada, a narração de uma irrupção violenta das massas no domínio onde se regulam os seus próprios destinos.”

M – No fim do século XIX e no princípio do século XX, a maioria dos marxistas esperava que as revoluções socialistas seriam iniciadas nos então países capitalistas avançados, como Inglaterra, França e Alemanha. No entanto, a primeira revolução socialista vitoriosa ocorreu na Rússia. Por que neste país?

É verdade que essa era o prognóstico de Marx e era correto para o período em que foi escrito. Nos países europeus onde o capitalismo havia desenvolvido a mais potente classe operária, era onde estavam as melhores condições para uma revolução operária. Era o lugar privilegiado para o desenvolvimento da consciência socialista e a revolução. O primeiro de fato ocorreu: grande desenvolvimento da consciência socialista e, graças a isto, os partidos socialistas de massas, cujo maior expoente era a social-democracia alemã, desenvolveram-se. No entanto, a parte mais importante do prognóstico, a revolução operária não se deu dessa maneira graças ao fato de que o capitalismo conseguiu um

desenvolvimento maior das forças produtivas, que lhe permitiu fazer concessões para a classe operária, sobretudo na etapa imperialista.

De todas as maneiras, temos de recordar que Marx estava longe de ser um determinista, era um dialético e, não por acaso, num prólogo do *Manifesto Comunista* de 1872 e outros escritos, deu atenção à propriedade camponesa da terra na Rússia. Inclusive numa carta a Vera Zasulich levantou a hipótese de que a “revolução russa poderia se converter num sinal para uma revolução proletária no ocidente e a propriedade comunal da terra como um ponto de partida da propriedade comunista”.

M – Quais foram os elementos que se reuniram na Rússia para que a primeira revolução operária ocorresse nesse país?

Yendo al grano [“indo ao grão”], como dizem os argentinos, na Rússia conjugou-se uma série de elementos ou características, aspectos, objetivos e subjetivos (alguns explicam os outros e vice-versa) que, na minha opinião, explicam que nesse país tenha se adiantado a primeira revolução socialista (que não é o mesmo que dizer que o socialismo foi alcançado). Para mim, é necessário destacar quatro aspectos que se combinam:

O primeiro é o desenvolvimento desigual e combinado da Rússia. Isso quer dizer que o desenvolvimento capitalista não é linear em todo o mundo. Alcançado o mesmo em países-chave, os outros dão saltos e combinam formações econômico-sociais. Esta é a base da lei do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky. Assim, na Rússia, coexistiam de um lado a autocracia, a nobreza, os latifundiários e uma frágil burguesia com suas contradições entre elas. E, do outro lado, a nova classe operária concentrada em grandes fábricas, vinda do campo, sem ter passado por nenhum período reformista, ávida por aprender, não assimilada à ordem instituída da autocracia. Se bem me lembro, há uma estatística que mostra que nos EUA as fábricas com mais

de mil operários eram 17% do total. Na Rússia, onde os operários eram muito mais minoritários, eram apenas 4% da população e 48% deles estava em fábricas com mais de 1000 trabalhadores. Somente Putilov, em São Petersburgo, tinha 20000! Somase a isso um campesinato pobre que não podia levar adiante a questão agrária, a propriedade da terra, se não fosse por meio de uma revolução. E, por último, as nacionalidades oprimidas pelo imperialismo pan-russo que também necessitavam uma revolução para se liberar. Esta situação explica o “adiantamento russo” à revolução europeia com a revolução de 1905, uma revolução contra a autocracia czarista encabeçada pelos trabalhadores que logrou ser controlada por um velho regime através de concessões. Foi como disse Lenin, “o ensaio geral” do que seria 1917.

O segundo elemento é a situação revolucionária europeia aberta na primeira guerra mundial. Desde 1905, a Rússia começou a ser “o elo mais frágil da cadeia imperialista”, como afirmou Lênin. E este elo rompeu-se quando, dez anos mais tarde, a primeira guerra mundial abriu uma situação revolucionária na Europa. Em 1915, Lênin definiu esta situação para a Europa que detonou a Rússia, o elo mais frágil. E logo se estendeu para a Alemanha, Polônia, Hungria, Itália, Áustria... Esta, na minha compreensão, é a diferença mais importante entre 1905 e 1917, a situação revolucionária no continente.

A terceira característica foram os soviets, que surgiram em 1905 e se repetiram multiplicados em 1917. O que foram os soviets? Organismos com delegados eleitos pela base em assembleias e com mandato destas. Imagine uma assembleia e um conselho de delegados de Putilov, que tinha 20000 operários, maior que as assembleias de professores de São Paulo que nós conhecemos e são manobradas de cima do caminhão de som! Os soviets foram os organismos que permitiram auto-organizar e unir os protagonistas da revolução: os soviets de operários com os soviets de camponeses pobres e os soviets de soldados. Os soviets criaram um duplo poder. Por exemplo, o governo

municipal de Moscou dizia que era preciso recolher o lixo nas altas horas da madrugada e os soviets diziam que tinha de ser às 21 horas. Quem mandava? Eu fazia essa comparação quando os secundaristas ocuparam as escolas no Brasil. Quem mandava? Porém, uma coisa é uma escola e outra uma cidade, uma região em meio a uma situação revolucionária. E os soviets que surgiram na revolução de fevereiro não eram dominados pelos bolcheviques, mas pelos mencheviques e os populistas.

O quarto elemento é o partido bolchevique e Lênin, que foi seu mais importante dirigente. Trotsky disse que as “lições da história nos permitem dizer com certeza de que se não houvesse o Partido Bolchevique, a colossal energia revolucionária das massas teria se desperdiçado em explosões esporádicas e que o desfecho das grandes comoções teria sido a mais severa ditadura contrarrevolucionária”. A luta de classes é o grande motor da história. Necessita um programa justo, um partido firme, uma direção valente e digna de confiança, não de heróis de salão e do conciliábulo parlamentar, mas revolucionários dispostos a chegar até o fim. Essa é a grande lição da Revolução de Outubro.

O Partido Bolchevique construiu-se em longos anos e diferentes etapas da luta de classes desde a fundação do POSDR em 1898. À diferença dos outros partidos social-democratas europeus, formou-se sob uma duríssima ditadura, viveu a revolução de 1905. Forjou-se em numerosas experiências e polêmicas, com seus dirigentes formados sob a ditadura, passando pelos cárceres vivendo experiências internacionais graças ao exílio. Vinte anos de experiências que não viveu nenhum outro partido socialista revolucionário até nossos dias. Partido que utilizou numerosas táticas, diferentes métodos de luta e formas de organização em todos esses anos.

M – Os críticos da Revolução de Outubro afirmam que, na Rússia, em vez de um governo democrático dos soviets, criou-se uma ditadura sobre o proletariado conduzida pelo Partido Bolchevique e que os acontecimentos posteriores, em particular a ditadura de Stálin, seriam uma consequência do tipo de regime instaurado pela Revolução. Você concorda?

Não, e a realidade desses oito meses entre fevereiro e outubro, bem como nos anos posteriores, não deixa nenhuma sombra de dúvida de que o regime dos soviets foi o mais democrático de toda a história. A verdade é que em fevereiro os bolcheviques eram uma minoria que não chegava aos 4% nos soviets e os mencheviques e socialistas revolucionários eram 96% restante ou talvez em proporção ainda maior. Estes dois partidos sustentaram o governo provisório formado com os representantes da burguesia que, em meio à crise total da Rússia, continuou a política da guerra, enquanto o povo havia se levantado pela paz, pelo pão e pela terra. Os bolcheviques foram crescendo durante esses oito meses nos soviets, apesar da intensa calúnia e da perseguição que em muitos momentos sofreram, levantando essas bandeiras e o poder aos soviets.

Nesse processo, foram decisivos os soldados. Inclusive Lênin propôs o compromisso com os socialistas-revolucionários e os mencheviques de um caminho pacífico que consistia em respeitar as decisões dos soviets, apostando em ganhar a maioria. Evidentemente, não foi aceito e, pelo contrário, Kerensky começou uma forte ofensiva de repressão contra os bolcheviques em julho, da qual estes se defenderam politicamente. Depois, colocou Kornilov como ministro da Defesa, que, em setembro, leva adiante o levante militar contrarrevolucionário que é derrotado pelos soviets de soldados e dos bolcheviques que dominam a maioria dos quartéis, enquanto o governo de Alexander Kerensky fica imobilizado. Isso pavimentou o caminho para que os bolcheviques conquistassem a maioria dos soviets e tomassem o poder.

Nahuel Moreno dizia que foi a insurreição com menos derramamento de sangue que teve de fazer o movimento de massas em toda a história. E que foi possível graças à organização poderosa, majoritária e granítica que foram os soviets e a direção acertada de Lênin acompanhado por Trotsky (que dirigia o Comitê Militar dos soviets) no Partido Bolchevique. Assim surgiu o novo Estado dos soviets num regime baseado na democracia dos soviets dos trabalhadores, dos camponeses, dos soldados que deram a liberdade de autodeterminação às nacionalidades oprimidas. Foi a maior democracia conquistada alguma vez no mundo, junto à Comuna de Paris em 1871.

Ditadura contra a democracia? Essa é a que vivemos sob os regimes burgueses no capitalismo e, ainda mais agora, a ditadura dos bancos e das grandes corporações: o 1% contra os 99%. Era sim, o governo de uma maioria contra a minoria da autocracia, a burguesia, o imperialismo, o que é muito distinto.

M – Você talvez tenha respondido parcialmente. Uma vez no poder, os bolcheviques tiveram que tomar medidas autoritárias ou antipopulares, especialmente por conta da guerra civil. Como você as avalia?

Nos primeiros anos na Rússia houve muita democracia. O governo não era exclusivamente dos bolcheviques, mas também faziam parte os socialistas revolucionários de esquerda. Os mencheviques que perseguiram os bolcheviques tinham liberdade de reunião e de imprensa. As mulheres conquistaram direitos como nunca antes havia sucedido. Agora bem, o novo estado operário e camponês tem que enfrentar o grande inimigo da guerra civil contrarrevolucionária e os países imperialistas que a apoiam.

Como ocorre quando há uma revolução, a burguesia não utiliza nenhuma democracia para enfrentá-la e sim a contrarrevolução. 21 exércitos estrangeiros atacaram as amplas fronteiras da Rússia e se organizou o exército branco de Kolchak, que ataca a partir do interior da Rússia apoiado por essas potências imperialistas. Aí

começa uma duríssima guerra da qual termina saindo vitorioso o Exército Vermelho. Mas esta dura vários anos e faz sangrar muito o novo país e sua força principal que era os trabalhadores. Dezenas de milhares passam a combater no exército conduzido por Trotsky e uma grande parte morre na guerra.

O governo dos soviets encabeçado por Lênin, prevendo esta ofensiva, tentou desde o primeiro momento assinar a paz com a Alemanha. Para se ter uma ideia, Lênin assume a defesa do acordo de Brest-Litovsk, que entrega a Polônia para a Alemanha. Por sua vez, estas e outras medidas necessárias para sustentar a guerra, provocam o descontentamento dos esquerdistas aos quais se somam de maneira oportunista os mencheviques.

Então, abrem-se dois flancos para os bolcheviques. De um lado, a guerra contrarrevolucionária e de outro as posições maximalistas, que fazem o jogo da contrarrevolução, ainda que não sejam a mesma coisa – e sempre entenderam assim os bolcheviques. Em meio a esta situação de guerra e sabotagem da burguesia, mais crise é provocada numa economia que já vinha se esfacelando desde antes da guerra. Logo, os bolcheviques veem-se obrigados a tomar medidas de comunismo de guerra, confiscos aos camponeses, restrições das liberdades dos partidos que sabotavam o poder soviético. Não nos esqueçamos de que os socialistas revolucionários tentaram matar Lênin com um atentado terrorista. Uma anedota conta que a situação era tão complicada para os bolcheviques que estes não tinham sequer um hospital seguro para levar Lênin, dado o temor que os próprios médicos o matassem. Tiveram que segurar Lênin por várias horas, agravando seu estado.

Finalmente, os brancos são derrotados depois de duros três anos de guerra e o imperialismo é obrigado a negociar. A Polônia acaba se recuperando graças ao levante do povo polaco. Mas o custo foi muito alto. Para retomar a produção, vota-se a Nova Política Econômica (NEP) para incentivar a propriedade e a

produção dos camponeses no campo e na indústria com incentivos para os camponeses e setores burgueses.

M – Mas, por que, então, a burocracia triunfou ao final?

Foi um processo de vários anos que começou em 1923 com a enfermidade de Lênin e durou quase uma década, na qual se consolidou o poder de Stálin. Stálin é a antítese de Lênin, se parece muito mais com Hitler. É o Hitler da Rússia, que transformou o Estado dos soviets num aparato estatal policialesco totalitário. Para isso, teve que exterminar todo o bolchevismo. Toda a velha guarda foi assassinada e dezenas de milhares de militantes, operários e camponeses terminaram na Sibéria ou mortos. O testamento de Lênin advertiu o comitê executivo do partido sobre o perigo que significava Stálin, mas não saiu da gaveta do Secretário de Organização que era o próprio Stálin.

Creio que os mesmos elementos que explicam o triunfo dos bolcheviques postos de forma inversa explicam as causas objetivas e subjetivas que incubaram e levaram ao processo de burocratização:

Em primeiro lugar, o desenvolvimento atrasado russo, que, como já vimos, teve suas vantagens para que a Rússia tivesse a primeira revolução, também explica em parte o surgimento da burocracia. Um país atrasado pode-se chegar antes à revolução, mas não ao socialismo. O socialismo é possível com um grande desenvolvimento das forças produtivas: é preciso repartir a riqueza e não a pobreza. Trotsky dizia que onde há escassez surgem filas. É preciso administrá-las e onde há que administrá-las se necessita pessoas que o façam, ou seja, o aparato. E o aparato é uma base para a burocratização e não necessariamente a burocratização em si.

Em segundo lugar, as derrotas da revolução europeia. Lênin, Trotsky e a velha guarda bolchevique sabiam que a Rússia era a porta para a revolução no velho continente e apostavam nisso que

se revelou verdadeiro. Houve levantes revolucionários em vários países. A primeira onda revolucionária durou até 1923 e fracassou principalmente pela imaturidade dos partidos comunistas e sua direção. A maior tragédia foi na Alemanha, onde, apesar dos assassinatos de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, o Partido Comunista teve um grande desenvolvimento. Os soviets de operários e soldados haviam se expandido muito mais do que na Rússia. A Baviera, uma região importantíssima, chegou a ser governada pelo soviets. Houve três ondas revolucionárias, a última em 1923, que foram perdidas pela direção do Partido Comunista e pela incapacidade de Zinoviev, então secretário-geral da III Internacional, para orientá-los. Conta Isaac Deutscher que Trotsky pediu para ir à Alemanha a fim de ajudar a revolução, mas os ciúmes do triunvirato – Kamenev, Zinoviev e Stálin – o impediram.

A Oposição de Esquerda de Trotsky apostava na revolução na Europa para frear o curso burocrático na Rússia, mas sua aposta tornou-se mais difícil para a compreensão do Partido nesta situação.

Em terceiro lugar, o cansaço e o debilitamento da classe operária e sua vanguarda como consequência do desgaste provocado pela guerra e pela crise econômica que esvaziava as fábricas. Morreram muitos militantes que estavam nas primeiras fileiras do exército vermelho, ao que é preciso somar o cansaço dos anos de luta e as derrotas da revolução na Alemanha.

Por último, em quarto lugar, como consequência do anterior, o debilitamento dos melhores militantes e da coluna de quadros do Partido. Na medida em que o tempo passava, chegavam ao partido setores novos, sem experiência e também os recém-ingressantes. Mas talvez o debilitamento maior tenha sido a morte de Lênin, o dirigente indiscutível do Partido. Ele deixou um testamento claríssimo contra Stálin e a favor de Trotsky, mas este não era um dirigente de primeira hora do partido. Havia ingressado em abril e se havia convertido “no melhor bolchevique”, segundo Lênin.

Stálin e seus colaboradores fizeram uma hábil campanha para mostrar suas diferenças anteriores com o Partido e com Lênin para começar a estabelecer sua barreira sanitária. Quando Trotsky começou a dar a batalha, este cordão já estava em funcionamento.

Os processos de Moscou nos anos 30 e a quarta tragédia na Alemanha, onde é desperdiçada uma nova situação revolucionária – que culmina com o triunfo de Hitler nas eleições pela negativa do Partido Comunista Alemão a fazer a frente única com a social-democracia, consequência da política burocrática e ultraesquerdista do “terceiro período” de Stálin – terminam de consolidar a contrarrevolução stalinista.

M – Bom, mas, ao final, resta algo da revolução de Outubro? Alguma conquista da Revolução ou só suas lições?

Não, de maneira alguma restaram só lições. O trotskismo – que é a continuação do leninismo – sofreu diferentes pressões em relação à contrarrevolução na Rússia. Na vida de Trotsky, surgiram antidefensistas nos EUA que negavam que a Rússia fosse um Estado Operário quando já se aproximava a guerra mundial e a necessidade de defendê-la. Depois da Segunda Guerra Mundial, houve setores que capitularam ao stalinismo sob o falso argumento de que a Rússia e os PCs se veriam obrigados a enfrentar o imperialismo.

Nós, morenistas, desde que entramos para a IV Internacional em 1948, estivemos contra a ideia de qualquer perspectiva revolucionária do stalinismo, mas creio que fomos mais ousados e os que mais acertamos na leitura do pós-guerra e da própria guerra. Concretamente, para Moreno, a derrota do nazismo, que teve como seu ponto de inflexão a batalha de Stalingrado e a quebra do sítio do exército alemão a Moscou, é um triunfo democrático revolucionário e, junto a Outubro, outro grande fato decisivo do século XX, que repercute até hoje na situação mundial. Não se poderia explicar a crise atual do capitalismo sem levar em

consideração esse evento histórico. Seria um erro obscurecê-lo pelo fortalecimento que teve nesse momento o imperialismo norte-americano. É mais recomendável observar também a atual decadência desse imperialismo.

O nazismo foi e é a forma mais deformada e desapiadada que o capitalismo pôde alcançar. Foi o novo escravismo, a produção com base nos campos de concentração, para os quais iam os judeus e o conjunto da classe trabalhadora. Ali se realizava a produção armamentista. O nazismo se constrói entre os grandes industriais e as milícias de Hitler se apoiam na classe média desesperada. O nazismo deve ser o mais sinistro regime que a humanidade já conheceu, com os trabalhadores produzindo para as grandes corporações em campos de concentração, exterminados e mortos quando sua mão-de-obra já não lhes era útil.

A derrota dessa brutal maquinaria não pode ser explicada, como fazem os historiadores burgueses, pelo triunfo dos exércitos aliados, nem mesmo por Stálin. Na Rússia, colocou-se em movimento o heroísmo do povo herdado da Revolução. Sabe-se que a cúpula do exército demorou muito tempo para reagir, já que Stalin não acreditava na ruptura do pacto assinado com Hitler. O povo e os soldados foram um contrapeso ao aparato burocrático com grande heroísmo: fizeram grandes iniciativas para romper o cerco a Moscou e dessa maneira expulsar as tropas alemãs. O mesmo ocorreu na Europa com os maquis da França, a resistência da Itália e da Grécia, que triunfam por seus próprios meios, como também sucedeu na Iugoslávia com as milícias de Tito.

É verdade que a derrota do nazismo e do fascismo fortaleceu o imperialismo americano e a burocracia russa, mas terminou com o plano mais sinistro que tinha um setor da burguesia imperialista, com a qual haviam dialogado todos os regimes burgueses – no caso da França, o regime se somou ao nazismo. Sem a Revolução Russa, não se pode explicar por que o povo e os trabalhadores derrotaram o nazismo. Havia feito uma revolução, mesmo que naquele momento sofressem com o regime ditatorial de Stálin.

Não é por casualidade que depois da guerra ocorrem as primeiras revoluções políticas no Leste e na ex-URSS. Em 1953 na Alemanha, depois 1956 na Hungria, onde os operários e estudantes organizados em soviets derrotaram a burocracia e os conselhos operários tomaram o poder, que depois é recuperado pela burocracia graças à invasão do exército russo. Depois foi na Tchecoslováquia em 1967. Nenhum destes movimentos foi apoiado pelo imperialismo. Calaram-se e criaram assim as condições para que a burocracia pudesse sufocá-los. Mais importante ainda é que a situação revolucionária da guerra mundial levou à independência das colônias inglesas e francesas: Índia, Paquistão, Egito e, sobretudo, a segunda revolução na China, o país mais populoso do planeta que termina expropriando a burguesia. Imaginem a situação que se criou! Havia um terço da humanidade sob Estados Operários!

Estou indo um pouco além do tema, mas essa nova situação mundial começou com a derrota de Hitler na Alemanha. Podemos dizer que o século XX está marcado pela primeira revolução socialista de 1917, pela revolução democrática que liquidou o fascismo e pela expropriação da burguesia em um terço da humanidade. Dada a ausência de uma direção revolucionária como a russa, estes grandes triunfos não permitem que a revolução socialista como tal se transforme num triunfo definitivo do socialismo sobre o imperialismo. Porque eles fortaleceram a burocracia. Durante todo o pós-guerra, funcionou um pacto de divisão do mundo entre o imperialismo ianque e o aparato stalinista. Este não fazia revoluções na zona de influência do mundo ocidental e o imperialismo não se intrometia no Leste.

Este pacto funcionou até a queda dos regimes stalinistas na URSS e no Leste, produto também de revoluções democráticas, o outro grande acontecimento do século passado. O que sobra destes triunfos hoje em dia, quando vemos aumentar a miséria em todo o mundo? Um mundo mais instável e caótico, porque a burguesia imperialista está em crise e dividida, não tem o aparato

russo para negociar e não imagino que tenha condições para voltar a retomar o nazismo como regime que lhe daria estabilidade bastante definitiva num mundo que iria à barbárie. As massas fizeram a experiência com o fascismo, não vejo que possa triunfar nos países centrais. Como já dissemos e escrevemos outras vezes, haverá novas revoluções democráticas que colocarão na ordem do dia a expropriação da propriedade privada dos meios de produção hoje em mãos de uma centena de grandes corporações e bancos.

A maior contradição de todo este período é que não se fortaleceu uma direção revolucionária, ou seja, uma consciência de massas socialistas e um partido como foi o Partido Bolchevique. Mas existem condições, oportunidades para avançar até ele.

M – Por que seguimos falando, ainda hoje, da Revolução Russa? Que lições podemos extrair dela para os acontecimentos políticos da atualidade?

Como lhe dizia, hoje a crise do capitalismo é muito grande. Não há uma guerra mundial à vista, ainda que possa ocorrer, nem vejo o nazismo triunfante. A crise é global. Expressa-se na estagnação econômica e na crise dos regimes que governam. Nas mudanças climáticas, o aquecimento global... Agora, o capitalismo como um todo é um elo débil e a América do Norte um deles.

Ao mesmo tempo, é muito grande também a crise de uma direção como a que tiveram os bolcheviques em 1917. Não para fazer uma cópia da mesma, já que o mundo teve suas mudanças, mas é necessária uma direção com a capacidade daquela.

Falar em crise de direção significa não só que faltam esses homens e esse partido. Há também uma crise na consciência das massas, que não têm um modelo porque veem que o “socialismo real” é o único que conheceram e fracassou. Não é fácil resolver estes problemas que se dão no marco de que as massas estão lutando contra a atual forma globalizada do capitalismo neoliberal que se aplica. Este capitalismo está conduzindo mais trabalhadores,

raças, mulheres e camponeses à miséria. Isto pela primeira vez é um processo global que ocorre no mundo. Seja porque nos países centrais também há crise e seja porque também sentem as ondas inexoráveis de imigrantes, a miséria e a destruição do planeta.

A primeira conclusão é que precisamos fazer uma revolução. A ruptura com o regime, que certamente vai se antecipar à ruptura do sistema, está colocada não apenas no Brasil, mas também em países capitalistas avançados. Isso é novo, pode haver revoluções que terão num primeiro momento um caráter democrático em países centrais. E não há aparatos que controlem as massas como o da burocracia stalinista. Trotsky tem um belo texto escrito em 1934: *Se a América do Norte se tornasse comunista*. Leio algumas partes porque me parecem atuais e inspiram a ter confiança, a perseverança baseada na análise científica e no otimismo revolucionário de Lênin e dos bolcheviques:

“Se os Estados Unidos se tornassem comunistas, como consequência das dificuldades e problemas que a ordem capitalista é incapaz de resolver, descobriria que o comunismo, longe de ser uma intolerável tirania burocrática e de controle individual, é o modo de alcançar a maior liberdade pessoal e a abundância compartilhada. (...) Os Estados Unidos só poderão chegar ao comunismo passando pela revolução, da mesma maneira como alcançaram a independência e a democracia. O temperamento norte-americano é enérgico e violento e insistirá em quebrar uma grande quantidade de pratos e atirar no chão uma boa quantidade de carrinhos de feira antes que o comunismo se estabeleça firmemente (...). Os EUA soviéticos não terão que imitar nossos métodos burocráticos. (...) Entre nós, a falta daquilo que é mais elementar produziu uma intensa luta para conseguir um pedaço extra de pão, um pouco mais de tecido. Nessa luta, a burocracia se impõe como conciliador, como árbitro todo-poderoso. Mas vocês são muito mais ricos e terão muito poucas dificuldades para satisfazer as necessidades de todo o povo”. E conclui dizendo que seria muito difícil que outra potência, como o Japão ou a Inglaterra, intervenham ali. Agora, o que elealaria de Putin, com o qual Trump mantém uma perigosa amizade?

M – Ao longo da entrevista, falamos muito do papel de Lênin. O que as novas gerações militantes deveriam aprender de seu legado? Em outras palavras, o que é ser leninista hoje?

Aqui está, então, uma segunda conclusão. Compreender a importância do sujeito político, o partido. Não para fazer uma cópia do partido de Lênin, que é impossível, mas para usar sua teoria e seu método de compreender e atuar sobre a situação atual. Construir uma ferramenta política no movimento de trabalhadores, na juventude, entre as mulheres e em todos os setores explorados e oprimidos, que hoje são muitos. Como dizia, a atualidade da necessidade de uma ferramenta política, de uma alternativa política de poder é uma necessidade angustiante. Daí a importância de se recuperar Lênin, que, sem dúvida foi o estrategista e dirigente mais talentoso na condução da revolução. Temos suas lições.

Para os mais jovens, ofereceria duas lições que estão muito presentes: lutar por construir essa ferramenta política rechaçando o dogmatismo e ter a força, a paixão militante, de Lênin e de todos os revolucionários russos: tornar-se militantes da revolução!

Lênin, a revolução e o partido

Roberto Robaina¹

O nada que se torna tudo, eis a marca, o objetivo final da ação do proletariado; “Se nada somos neste mundo, sejamos tudo, oh produtores!”, cantam milhões de vozes, há várias décadas, repetindo a estrofe do hino da Associação Internacional dos Trabalhadores, da qual Marx foi fundador junto com um punhado de operários de países europeus. Trata-se de uma manifestação clara da verdade como torção, como salto, como revolução. E a revolução russa de 1917, sem dúvida, foi a que inaugurou uma época na qual ainda estamos inseridos: a época das revoluções proletárias, de seu advento, seus desvios, suas derrotas, seus recomeços. A época das tentativas de que o nada seja tudo. Nossa corrente se constrói mantendo-se fiel a este acontecimento histórico que comemora 100 anos neste 2017. Alain Badiou, filósofo francês que fortaleceu a importância na política da fidelidade a determinados acontecimentos e com quem também dialogamos neste texto, vai indicar que os sem nome, os sem parte, os sem pátria, constituem o proletariado e que esta ideia de não pertencimento nos remonta no mínimo ao Marx dos *Manuscritos Econômico-filosóficos* de 1844, que define o proletariado como humanidade genérica, pelo fato de que não possui por si mesmo nenhuma das propriedades pelas quais a burguesia define o Homem (decente, normal ou “íntegro”, diríamos hoje) (BADIOU, 2012a, p.142).

Estes são os sujeitos da revolução socialista mundial. Estão nas fileiras da classe trabalhadora, em seu lugar de força social explorada no interior das relações de produção capitalista, na juventude de classe média e trabalhadora. Badiou mesmo define que a classe operária é o sítio do acontecimento de uma política de emancipação. Os que não fazem parte da dominação são os que tendem a participar de uma política de não dominação, para usar

¹ Dirigente do MES e vereador de Porto Alegre pelo PSOL.

o axioma político de Badiou (BADIOU, 2007b). E onde encontrar os que não fazem parte de uma política de não dominação senão nos remetendo às relações de produção e de propriedade? A política encontra-se em gérmen na economia, esta entendida como relações de produção. E, nesta definição vamos nos aproximando do pensamento de Lênin, herdeiro direto de Marx.

Relações de classes

Já nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, Marx definia a gênese da luta de classes na estrutura econômica da sociedade capitalista. E particularmente mostrava aí a importância da questão salarial, do conflito distributivo, explicando também a debilidade estrutural inicial dos operários nesta disputa.

O salário está determinado pela luta aberta entre o capitalista e o operário. Necessariamente triunfa o capitalista. O capitalista pode viver mais tempo sem o operário que este sem o capitalista. A união entre os capitalistas é habitual e eficaz; a dos operários está proibida e tem funestas consequências para eles. Ademais, os latifundiários e o capitalista podem agregar a suas rendas lucros industriais. O operário não pode agregar a sua renda industrial nem renda da terra nem juros do capital. Por isso é tão grande a concorrência entre os operários (MARX, 1986, p. 51).

Logo, no nível das relações sociais de produção, na chamada estrutura econômica mais básica, temos as funções determinadas na produção de cada classe e elas empreendendo uma luta pelo excedente econômico, expressa, por parte dos trabalhadores, na luta por melhores salários. Não por acaso Engels definia as greves como escaramuças, como a escola militar dos operários. Também vale destacar que a burguesia enfrenta sua concorrência interna através da organização do Estado como seu instrumento político unificador, mostrando que a luta de classes assume a natureza de uma luta política e pelo poder.

No livro *O capital*, a análise das classes desenhada na própria estrutura econômica da sociedade é reforçada e ganha um caráter científico. “O capital como valor que acresce implica relações de classe, determinado caráter social que se baseia na existência do trabalho como trabalho assalariado” escrevia Marx no livro II (1986, p.107). O conjunto da obra está perpassado por estas definições. Daniel Bensaïd em seu livro *Marx, o intempestivo* é quem melhor explica a articulação entre O capital e os conceitos das classes e suas lutas. O livro I d’*O capital* tem como eixo a explicação do processo de produção, a mais-valia e, portanto, a disputa pelo excedente econômico, a luta entre os trabalhadores e os capitalistas ao redor da divisão da jornada de trabalho entre o trabalho necessário e o trabalho excedente. Já neste livro se explica a mais-valia como ponto de excesso, para usar o conceito de Badiou, como o apresentado que não é representado no estado da situação dos saberes dos capitalistas. Ao descobrir a mais-valia, como afirma Althusser, Marx produz um verdadeiro acontecimento na ordem do conhecimento.

No livro II, cujo eixo é a circulação do capital, as metamorfoses do capital, a base objetiva da luta de classes aparece na sucessão de atos de compra e venda da força de trabalho, na relação de conflito estabelecida na negociação contratual. Esta questão é fundamental, porque os trabalhadores se viram forçados a vender sua força de trabalho apenas depois de terem sido separados dos meios de produção. A partir da apropriação dos meios de produção, de sua transformação em propriedade da classe dos capitalistas, a partir do qual garantem seu papel social na exploração da força de trabalho, os trabalhadores passam a produzir valor excedente, após reproduzir seu próprio valor na jornada de trabalho necessária para tanto, parte esta cada vez menor tanto pelo avanço da técnica quanto pelo aumento do ritmo do trabalho.

No livro II Marx ainda insiste que a circulação é tão necessária à produção de mercadorias quanto à própria produção em si mesma, e os agentes de circulação, portanto, tão necessários quantos os

agentes de produção. Afinal, sem a circulação a produção não se realiza e se inutiliza. Assim, no livro III, quando Marx analisa o capital em seu conjunto, mostra os trabalhadores como uma força de trabalho coletiva necessária para a reprodução global do capital, incluindo os trabalhadores da esfera da circulação, como o comércio e os trabalhadores do transporte – estes incluídos no capital industrial – todos garantindo valor excedente para seus empregadores e vivendo em condições de exploração da mesma forma que os trabalhadores do setor diretamente industrial, sendo igualmente parte da mesma determinação de classe. Para Marx constituíam todos o proletariado.

Nossa reflexão acompanha Marx, que apontava o lastro objetivo da existência das classes, independentemente de a classe trabalhadora ter consciência de sua existência como tal. Ao mesmo tempo, percebia as classes como uma construção num processo histórico determinado, afirmando de modo claro que “os indivíduos isolados formam uma classe pelo fato de terem de encetar uma luta comum contra outra classe” (MARX, 1980, p.79), o que quer dizer que as classes exploradas em seu processo de produção já encontram bases objetivas para se rebelar, ao viverem as relações de produção antagônicas com outra classe, se reconhecendo enquanto tal na medida em que desenvolvem este enfrentamento coletivamente. Logo, a formação da classe é um processo de ação da própria classe, o que não pode ocorrer sem o estabelecimento de um lastro objetivo, uma base material.

Posto isso, fica claro que os trabalhadores são uma classe para os capitalistas, não para si mesmos, ou seja, não se formam completamente como classe para si enquanto não assumem esta consciência acerca de seus interesses comuns, num processo de desenvolvimento que começa na estrutura mesma da produção, com a resistência individual do operário, onde a classe em si, objeto da exploração e sujeito da experiência concreta, sendo realizada no mesmo tempo em que é explorado. É neste processo que os trabalhadores vão se transformando em classe para si, isto

é, em sujeito com clareza do conteúdo antagônico da ordem social atual e da incompatibilidade dos interesses dos trabalhadores com o capital.

Imagino que tenha ficado claro que o “domínio da economia serve como chave que nos permite decodificar lutas políticas” (ZIZEK, 2005, p.296). Nos marcos das relações de produção antagônicas se desenvolvem as lutas e a consciência de classe. E a obra de Marx é exaustiva na importância da experiência das lutas na formação da consciência de classes. E muitas destas lutas foram verdadeiros acontecimentos. No princípio era a ação, disse Goethe. Marx se refere às fases desta luta. Como se expressam estas fases? O livro *A miséria da filosofia* antecipa o *Manifesto Comunista*.

A grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, este interesse comum que têm contra o seu patrão, os reúne num mesmo pensamento de resistência: a coalizão (MARX, 1982, p. 158).

No manifesto, Marx irá desenhar o cenário a partir da resistência individual, seguir com a coalizão dos operários de uma mesma fábrica, a associação de trabalhadores de várias fábricas, avançando a luta de classes na cidade enquanto todo, no país, até finalmente os trabalhadores se organizarem em partido político para lutar pelo poder. A história real tem sido mais conturbada, nada linear, repleta de acidentes, de descontinuidades, contratempos, interrupções, retrocessos, acelerações e recomeços.

Vimos, portanto, que para Marx as condições objetivas elementares da produção e da circulação, as relações sociais aí estabelecidas, já trazem o desenvolvimento da consciência de classe como desdobramento lógico. É evidente que não é um desdobramento inevitável. Marx não pensava isso. No seu nível elementar, porém, a relação de exploração está grávida da consciência desta exploração via a experiência cotidiana daqueles que vivem do trabalho, realizando o trabalhando e agindo para

melhorar sua situação. A experiência é a consciência embrionária que pode ou não se desenvolver conforme um conjunto mais amplo de fatores, o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, a força das ideologias em luta, dos partidos (a luta entre as superestruturas erguidas sobre as relações sociais), o nível de cultura e de informação da sociedade, etc.

Nas palavras de Nahuel Moreno, ação, experiência e consciência são partes de uma totalidade que se dá em todos os níveis, desde o partido até as massas. O elemento determinante desta totalidade são as ações do movimento de massas. Mas é evidente para todo mundo que muitas vezes – na maioria delas, aliás – os trabalhadores não agem ao sentir a exploração (MORENO, 1989). Os trabalhadores em geral, na situação normal de exploração, fora de uma situação revolucionária, têm em sua grande maioria, uma consciência burguesa. Por isso é tão importante aproveitar as divisões nas classes dominantes, os grandes eventos, os acontecimentos inesperados, as brechas políticas na situação. Nahuel Moreno dizia:

Há milhares de intelectuais pequeno-burgueses que “amam” a luta e pensam – um tanto romanticamente, que com as massas sucede o mesmo. Desgraçadamente não é assim, e cada vez que um destes intelectuais vai falar com os operários para incitá-los por uma simples razão emotiva de que “tem que lutar” acaba tendo uma tremenda decepção: os trabalhadores não o entendem, crêem que está louco, lhes dão as costas. O operário comum, o explorado em geral, não tem prazer em ir à luta. É um ser humano normal, que não tem nenhum interesse em perder uma parte de seu escasso salário entrando numa greve, nem em arriscar sua integridade física indo numa manifestação, nem em arriscar sua vida tomando em armas contra o capitalismo (MORENO, 1989, p. 339).

Nahuel Moreno acrescentava outra questão: “Não basta que exista um problema objetivo para que, automaticamente, as massas saiam à luta. Os trabalhadores podem estar sofrendo

baixíssimos salários, porém sua atitude frente a este problema depende de qual é a situação de suas lutas com a burguesia neste momento”. Segue dizendo que se este momento é após uma derrota do movimento, quando o fascismo acabou de vencer e prendeu lideranças, etc., a tendência é que não ocorra mobilização alguma. “Por outro lado, se a situação é revolucionária, se há uma ofensiva do movimento de massas, os trabalhadores são capazes de chegar à beira da tomada do poder para conseguir salários melhores. Isso explica que a consigna de pão tenha sido uma das que levaram ao poder o proletariado russo” (MORENO, 1989, p.340).

É pela via da prática, da atividade concreta dos trabalhadores, em sua experiência de luta pelo atendimento de suas necessidades, que pode ir desenvolvendo-se a ação e a subjetivação capaz de uma alteração revolucionária da atual ordem das relações sociais. Esta é sua primeira e necessária ruptura com a consciência burguesa. É a partir da ação e da consciência da necessidade da mudança e do seu caráter inevitável que se pode desenvolver a consciência de classes.

Sem esta bagagem é impossível compreender a irrupção de um acontecimento revolucionário no século XX. A importância da classe operária, seu papel determinante na decisão dos rumos da luta é uma definição essencial do marxismo e da obra de Lênin. É a classe operária como tal, como classe consciente, que não pode existir no regime normal do capital. Sua irrupção colapsa o sistema, mostra sua inconsistência mais profunda. Zizek, explicando a posição de Badiou, mostra que para este há uma invisibilidade no estado da situação, um ponto de incoerência, ou torção sintomal de uma situação, e este é justamente aquele elemento da situação “para o qual não há lugar apropriado na (dentro) de uma situação – não por razões acidentais, mas porque seu deslocamento exclusão é constitutivo da própria situação” (ZIZEK, 2011b, p 90). Badiou neste ponto diz claramente que a classe operária é este invisível. Zizek segue sua explicação: “claro

que a classe operária é ‘visível’ de várias maneiras no mundo capitalista (como aqueles que vendem espontaneamente sua força de trabalho no mercado, como ralé em potencial, como criados fiéis e disciplinados dos empresários capitalistas, etc.)” (Ibidem, p. 90). Mas é o invisível do ponto de vista da exploração, na medida em que esta exploração é negada, que a existência da mais-valia é ocultada. Entretanto, nenhum destes modos de visibilidade inclui o papel sintomal do proletariado como “parte de parte alguma” do universo capitalista. A “invisibilidade” de Badiou é, portanto, o anverso da visibilidade dentro do espaço ideológico hegemônico, é o que tem de permanecer invisível para que o visível possa ser visível” (ZIZEK, 2011b, p.90).

Lênin como pensador da política moderna

Alain Badiou escreveu um livro sobre São Paulo, o fundador da Igreja Católica. O mais destacado na atividade de Paulo que Badiou busca explicitar é a defesa de que há verdades, e estabelecer a relação entre as verdades e o sujeito. Para Paulo, a verdade tem caráter universal, imortal, infinito. Ela eclode num acontecimento. Para ele a ressurreição foi a eclosão desta verdade, o acontecimento. É claro que Badiou não compartilha, ou melhor, não acredita no que ele denomina de a fábula de Paulo, isto é, a ressurreição. Badiou é ateu. O que ele então busca em Paulo?

Está buscando a repercussão do acontecimento, “de uma grande irrupção que impõe no tempo um antes e um depois, afirmando que a única prova do acontecimento é a declaração pelo sujeito” (BADIOU, 2009b, p. 12). Para Paulo foi a ressurreição. Para um projeto, para uma ideia como a igualdade social, por exemplo, uma grande mobilização social, uma revolta, uma revolução pode ser este acontecimento. Mas em ambos os casos o acontecimento depende do engajamento militante para nomeá-lo. A nomeação é a prova de sua existência, e a militância, defendendo esta nomeação, sua continuidade.

Os apóstolos foram os que se comprometeram a ser fiéis à verdade da ressurreição. Sem esta subjetivação, subjetivação que é a construção de um corpo desta verdade, o acontecimento seria em vão. A ressurreição seria em vão. Badiou escreveu, realizando sua leitura de Paulo: “O apóstolo é, então, aquele que nomeia essa possibilidade (o Evangelho, a boa-nova, é simplesmente isso: nós podemos vencer a morte). Seu discurso é de pura fidelidade à possibilidade aberta pelo acontecimento” (BADIOU, 2009b, p. 56).

Para Badiou, a ideia da igualdade também é imortal, infinita, universal, mas suas aparições são sempre históricas e singulares, no tempo e no espaço. Trata-se da verdade da luta pela igualdade. O comunismo representa este movimento igualitário. O capitalismo representa a morte. Por isso se pode ler o pensamento de Badiou em analogia com os textos de Paulo. O apóstolo seria o militante. O Evangelho, a boa-nova, seria a ideia do comunismo. O militante, então, é aquele que nomeia essa possibilidade do comunismo e a fé de que nós podemos vencer a morte, o capitalismo.

Para a leitura de Badiou devemos agregar algo mais. Como a luta pela verdade, pelo comunismo, é infinita e imortal, escolher um momento finito como realização desta verdade significa renunciar a esta verdade. O finito é o mortal. A verdade é imortal. Forçar a verdade, definir que ela já está instalada e efetivada é a posição que congela o processo. Seguindo esta lógica sempre se deve continuar. Badiou nos traz assim uma leitura filosófica da revolução permanente.

Em sua leitura de Paulo, Badiou diretamente nos remete a Lênin. Como se sabe, Badiou não escreveu um livro sobre Lênin como o fez sobre Paulo, mas considerou que os dois adotaram a mesma posição de defesa da militância e da fidelidade a uma verdade. Badiou define as epístolas de Paulo como intervenções na vida dos núcleos dos apóstolos, repletas de paixão política, tratando sobre as questões internas dos núcleos, combatendo suas divisões, estimulando os dirigentes locais, tratando de finanças,

enfim, todas as questões referentes à organização. Impossível não lembrar que armar seus militantes era também o objetivo fundamental dos textos de Lênin.

Badiou reivindica então uma tradição, uma sequência, e nomes como símbolos de política de emancipação, entre os quais Lênin, para quem a política se concentrava na luta pelo poder. Para Lênin, o ponto maior era a ideia da revolução, a decisão pela luta da classe trabalhadora, para desenvolver a consciência de classe dos trabalhadores até as últimas consequências, até a luta e a vitória final. Este era seu critério. E ao mesmo tempo era convencido do papel determinante do partido.

Lênin foi o principal dirigente da Revolução Russa. Trabalhou sobre economia, filosofia, teoria política, administração. Nasceu em 1870. Esteve exilado, foi preso, fundou o partido bolchevique, sua principal obra, dirigiu a Revolução Russa e o Estado Soviético até 1923. Faleceu em 1924, quando a burocracia já começava a ganhar peso na Rússia, depois da Revolução de 1917, depois de uma guerra civil de três anos e depois que o melhor da vanguarda havia sido dizimado. A Rússia quase desapareceu. Mas venceu a guerra. Não conseguiu evitar a burocratização. Mesmo assim o país cresceu com a expropriação da burguesia e se converteu numa potência econômica e militar.

A obra de Lênin tem como eixo constante as táticas e a estratégia da revolução. Em Lênin o marxismo atingiu seu momento mais alto, quando a arma da crítica deu lugar definitivo à crítica das armas. Com ele não existe sequer como tentar fazer a manobra que fazem com Marx de separar o analista, o investigador, do revolucionário. E o revolucionário é inaceitável para o saber existente do Estado da situação. Por isso as universidades o rejeitam.

Lênin, como Paulo, tratou de transformar uma luta particular numa batalha universal. Como Paulo, que decidiu que a luta não é apenas de judeus, mas de não judeus, de gregos, de pagãos, no século XX foi Lênin que decidiu defender um tipo de militante

universal organizado apenas em partidos nacionais, mas num partido mundial da revolução. Neste sentido, assim como Paulo foi internacionalista na implementação do cristianismo, Lênin fez o mesmo para defender o comunismo.

A universalização de ideias e tarefas em Lênin, a partir de uma intervenção particular, pode ser vista mesmo em vários pontos, além da ideia do militante profissional, que veremos em linhas gerais nas páginas que seguem: 1) ideia da revolução mundial e da destruição do Estado burguês; 2) da revolução que coloque uma pauta negativa do tipo abaixo a ditadura ou abaixo a autocracia; 3) ideia de auto-organização democrática do movimento de massas via soviets, os conselhos; 4) ideia do partido centralizado e disciplinado como instrumento coletivo dos militantes que dispute o movimento de massas para lutar pelo poder. Antes de abordar a questão do partido, vejamos mais de perto a teoria da revolução de Lênin.

Lênin e a revolução ininterrupta

Um dos pontos mais fortes de Lênin é a questão do programa entendido como uma política para a ação com base nas tarefas que estão colocadas em um determinado período da luta de classes, na análise concreta da situação concreta. E Lênin era o político do real, segundo Badiou, e um político que lutava pela vitória. “Converte a vitória, o real da política revolucionária, em uma condição interna da teoria e desta maneira determina a maior subjetividade política do século, pelo menos até seu último quarto” (BUDGEN; KOUVELAKIS; ZIZEK, 2010, p 12)

Ao mesmo tempo, sua ação exigia teoria. “A paixão leninista pelo real, que é também uma paixão pelo pensamento” (BUDGEN; KOUVELAKIS; ZIZEK, 2010, p 17): combinava o imediato e o mediato, o finito e o infinito, a tática e a estratégia, a política prática e o programa. Foi a paixão pelo real que fez com que Lênin fosse intransigente da ideia de que devia se atuar com uma política

revolucionária mediada pela análise concreta da situação concreta e examinando a relação de forças entre as classes. Relação de forças. Esta questão sempre foi determinante. “A tarefa principal de um partido revolucionário é esclarecer a correlação de forças na revolução que se aproxima” (LÊNIN, 1985, p.83). Sem um pensamento profundo não se é capaz de responder em qual ritmo se deve atuar, que mudanças de marchas devem ser executadas. Por isso sua característica era, além da intransigência nos princípios, a flexibilidade política. No seu discurso de fechamento do Congresso do partido, em 02 de abril de 1922, diante da acusação de que o partido estava ficando velho, que perdia a flexibilidade mental e a de todo seu organismo, Lênin respondia:

Não, não temos perdido esta flexibilidade. “Quando foi necessário – segundo o estado o estado objetivo das coisas na Rússia e em todo o mundo – avançar, atacar o inimigo com abnegada audácia, com rapidez e decisão, assim o fizemos”. Em seguida completou: “E quando, na primavera de 1921, nosso destacamento avançado da revolução se viu ameaçado pelo perigo de ficar isolado das massas do povo, das massas camponesas, as que devia saber conduzi-las com correção até adiante, nós definimos unânime e firmemente recuarmos” (LÊNIN, 1976, p.346).

Seu recuo chegou ao ponto de defender o capitalismo de Estado na Rússia, com a introdução da Nova Política Econômica. Ao mesmo tempo, Lênin era um defensor do pensamento, da verdade como acontecimento, como revolução. Não abria mão do princípio fundamental que norteava sua ação política: a luta pelo poder dos trabalhadores e do papel protagonista e determinante do partido revolucionário. “O capitalismo de Estado é admitido por nosso Estado proletário e o Estado somos nós” (Ibidem, p. 334). E por isso, dizia Lênin, não é o mesmo capitalismo de Estado dos alemães, porque no caso russo não se perdia a estratégia da revolução e do poder operário concretizado no partido que ao longo de sua história havia defendido a revolução e seguia

defendendo. Ou seja, a defesa aberta da estratégia revolucionária, da ideia da revolução, é um elemento de determinação da própria natureza do estado.

Lênin fazia uma aposta que Sylvain Lazarus definiu como a revolução do indecível (BUDGEN; KOUVELAKIS; ZIZEK, 2010). Analisando o processo revolucionário russo de 1917, “Lênin mantinha que o futuro caráter da revolução que havia começado era indecível, que ‘ninguém sabe e que ninguém pode saber’” (BUDGEN; KOUVELAKIS; ZIZEK, 2010, p 249). A questão do caráter indecível da revolução nos conduz a uma parada na obra de Lênin de 1905. Trata-se de um dos livros em que expõe mais claramente sua teoria da revolução. Nos referimos ao seu livro *Duas táticas da social-democracia*. Segue uma síntese da orientação deste livro:

a) definia que o eixo da tática era a luta pela derrubada revolucionária do czarismo; ao mesmo tempo em que insistia na natureza burguesa da revolução, acreditando no desenvolvimento de um capitalismo moderno, não asiático, a partir do qual o proletariado lutaria pelo socialismo em melhores condições; sustentava que a burguesia era inconsequente nesta luta e na própria revolução democrático-burguesa;

b) defendia que o proletariado deveria assumir a direção do processo, em unidade, sobretudo, com o campesinato, a maioria da população russa e das demais repúblicas do império czarista;

c) os bolcheviques lutavam pela mais radical democracia burguesa e pelas reivindicações do proletariado no interior deste bloco; em sua defesa da democracia burguesa, diferenciavam, porém, a democracia burguesa de um burguês e a de um camponês, sustentando sempre a aliança estratégica com este último; criticavam, por exemplo, a proposta de Comuna, mas ao

mesmo tempo queriam um novo governo que fosse radical contra qualquer vestígio do antigo regime;

d) Lênin aceitava a unidade com a burguesia mais democrática, definindo que neste caso teria duas alas da burguesia, uma mais ligada à monarquia e outra menos egoísta. Aceitava lutar pela revolução com esta, mas tampouco depositava confiança nela nem abandonava a tarefa da luta pela direção do proletariado nesta revolução democrática, sempre em aliança com o campesinato;

e) discutia as condições de participação do partido social-democrata (nome dos revolucionários marxistas da época) num novo governo provisório revolucionário surgido da vitória da insurreição contra o czarismo, tendo a correlação de forças como uma das bases para a análise e a escolha acerca da participação ou não; o argumento menchevique (uma das alas do partido) de que participar de um governo em conjunto com representantes da burguesia seria cair no millerandismo (quando pela primeira vez na França os socialistas participaram de um governo burguês), isto é, seria cair numa linha de sustentação do estado burguês, etc, era denunciado por Lênin como uma posição de esquerda apenas aparente, já que aceitava sem luta, sem tentativa de aproveitar para mudar o país “de cima para baixo” além de “de baixo para cima”. A posição menchevique era sinônimo, portanto, de uma posição omissa, passiva, que entregava a direção da revolução e do governo, surgido da revolução, para a burguesia. Tratava-se então de uma política oportunista, levada adiante com argumentos semianarquistas para não construir um governo da ditadura democrática do proletariado e do campesinato. Lênin, ao contrário, defendia a luta no interior deste governo; defendia que a entrada dos social-democratas dependia da correlação de forças, das possibilidades de intervenção real no processo de “cima para baixo” e que seu papel no governo era radicalizar a democracia, entregar a terra aos camponeses, defender as reivindicações

mínimas do movimento operário – mas fundamentais para melhorar a vida dos mesmos – enfrentar a contrarrevolução e a própria burguesia que iria atacar os operários, e enfrentar inclusive a própria ala da burguesia que também pudesse integrar o governo;

f) logicamente, defendia também que o governo podia ser formado sem qualquer fração da burguesia se a mesma recuasse, e que uma política revolucionária de mobilizações de massas deveria ser levada adiante sem temor de assustar a burguesia. Defendia, então, uma luta ininterrupta; não aceitava, por exemplo, a ideia de um novo governo que regulasse a luta de classes como defendia a resolução da conferência menchevique;

g) como princípio fundamental de toda sua estratégia defendia a organização independente do proletariado, um partido próprio que declarasse com clareza e de modo sistemático os interesses do proletariado, suas tarefas imediatas e históricas e o objetivo socialista de sua luta.

Sua posição era derivada de Marx, do Manifesto Comunista de 1848 e dos textos de 1850, das experiências das revoluções de 1848 e das conclusões de Marx destas experiências, conclamando a revolução permanente. Marx, na revolução alemã de 1848, percebeu com clareza que a burguesia não queria levar adiante uma revolução democrática consequente. Preferia negociar com a nobreza e compor uma transformação gradual – ou mesmo manter a situação como estava – e não se unir com os operários e com o povo em mobilizações revolucionárias. A pequena burguesia também não era consequente, embora Marx defendesse a unidade entre o incipiente proletariado e os pequenos artesãos, camponeses, estudantes. Mas sua política expressa na mensagem à liga dos comunistas de 1850 apresentava o corte classista em defesa da necessidade de uma organização independente do

proletariado. E ao mesmo tempo defendia que o movimento de massas deveria levar adiante suas demandas de forma cada vez mais clara, sem parar. Neste sentido, sua proposta de revolução era ininterrupta e, portanto, indecível. Até qual estação o trem da revolução iria andar, aonde iria se deter, eram questões em aberto. Seu objetivo final era o socialismo e o comunismo, mas os ritmos não podiam ser antecipadamente determinados. Esta foi uma linha universal por ele defendida.

Na experiência histórica, quando a burguesia já não tinha mais nada que ver com os jacobinos, os únicos que poderiam defender bandeiras democráticas – eram estas as bandeiras do movimento operário nas revoluções de 1848 – eram os trabalhadores. Marx apenas intui esta mudança na dinâmica da relação entre as classes sociais e suas tarefas, que fizeram com que algumas classes assumissem tarefas de outras, concretamente os operários assumindo as tarefas não realizadas pela burguesia. Marx não formula esta dialética deste modo claro, embora sua posição claramente tenha servido de inspiração para a posição de Trotsky, por exemplo, que foi o defensor da revolução permanente por excelência.

Algumas das formulações de Marx, notadamente a mensagem à Liga, jogaram luzes de visionário, reivindicando a luta permanente até a conquista do poder do proletariado, a conquista do proletariado dos principais instrumentos de produção e o triunfo da revolução nos principais países. Foram, contudo, luzes rápidas, não articuladas numa estratégia global consolidada. Cada um deve tirar suas conclusões, mas entendemos que a posição de Lênin é a mais próxima de Marx do que a posição de Trotsky, porque a defesa da revolução permanente em Marx respondia ao conceito de luta ininterrupta, não havendo nela uma avaliação mais acabada sobre a dialética entre as classes e as tarefas revolucionárias. Neste sentido, embora inspirado em Marx, Trotsky fez um aporte original.

A revolução russa de 1917 e as teses de abril

A Revolução Russa de 1905 foi derrotada. Sua experiência, porém, foi determinante. Sem ela, segundo Lênin, a revolução não teria triunfado doze anos depois. Nem a revolução de fevereiro nem a de outubro de 1917. Posto isso, fazemos uma afirmação que retomaremos em seguida: foi a orientação de Lênin de 1905 que permitiu que os bolcheviques adotassem uma linha política correta – cuja palavra de ordem central era “abaixo o czar” para impulsionar a Revolução Russa, cuja primeira vitória ocorreu em fevereiro de 1917. E, sem a vitória de fevereiro, as condições da revolução dirigida pelos bolcheviques não teriam se realizado.

A primeira revolução vitoriosa ficou conhecida como a revolução de fevereiro: caiu o czarismo, assumiu o governo provisório, formado por mencheviques (já conformado em partido, depois da divisão definitiva com os bolcheviques de 1912), por partidos representantes da classe média, como os SR (socialistas revolucionários), e setores da burguesia, governo encabeçado pelo advogado Kerensky, da ala direita do partido Socialista Revolucionário. Lênin, ainda no exílio, decidiu não entrar no governo. Ao contrário, criticou duramente os bolcheviques que estavam na Rússia, entre eles Kamenev e Stálin, que defendiam, das páginas do Pravda (jornal do partido), uma posição de conciliação com o governo, de apoio crítico ao governo provisório. A posição de Stálin representava a tentativa de aplicação dogmática, estreita, conciliadora da defesa de Lênin da ditadura democrática de 1905. Mas Lênin repudiava esta tentativa de misturar suas posições com a conciliação. Nada mais distante da ideia de apoiar o governo e acumular forças para um futuro indefinido. Seu chamado foi pela luta direta e imediata. Nada de etapismo.

A verdade é que, como sempre, a realidade foi mais rica que a teoria: a revolução democrático-burguesa vitoriosa de fevereiro foi mais rica que os esquemas anteriores dos bolcheviques. E isso deu margem para que uma determinada leitura, dogmática e não

dialética das teses bolchevistas de 1905 conduziu à capitulação. Foi uma deformação da tese, embora alguma guarida encontrava nelas. Por isso Lênin ajustou o curso e propôs as “Teses de Abril”, uma mudança no programa bolchevista. O contexto da nova orientação foi no desdobramento da revolução de fevereiro.

Na Rússia havia se estabelecido um regime de duplo poder. Em todos os lados surgiram conselhos de operários, camponeses e soldados cujos poderes – no controle da distribuição da produção, nas questões da segurança das cidades, nas decisões políticas, etc. – muitas vezes era superior ao do governo provisório, embora, nos primeiros meses, os soviets apoiassem majoritariamente o governo, com os mencheviques e SRs tendo ampla maioria. O novo governo não resolveu o problema da terra e da paz, nem publicou os acordos secretos do czarismo. Não aceitava muito menos formalizar os soviets como instituição de centralização de todo o poder, tentando na prática esvaziar seu conteúdo e consolidar a força do governo provisório. A ruptura de Lênin com o velho programa se afirmava: abandonou a rejeição à comuna e declarou o fim da separação entre o programa mínimo e máximo. Logo proclamou o caráter socialista da revolução. Foi o momento de aproximação entre Lênin e Trotsky, quando ambos defenderam uma nova revolução contra a burguesia, que abriria a etapa da realização de tarefas econômicas e sociais anticapitalistas.

De fato, Lênin abandonou a ideia de que a revolução traria um progresso do capitalismo, superando os traços feudais e asiáticos do mesmo na Rússia. Proclamou o caráter socialista e de abertura da revolução europeia. Então, é clara a ruptura, a mudança; o estudo da lógica de Hegel foi apresentado por alguns como a base filosófica dessa mudança que o advento da guerra deixou claro.

Este choque de 1914 foi – na expressão de Alain Badiou – um desastre, uma catástrofe na qual um mundo inteiro desapareceu: não apenas a idílica fé burguesa no progresso, mas também o movimento socialista que a acompanhava (p. 08, prefácio *Portas da revolução*). E ainda agregou: “Esse momento de *Werkzweiflung*,

essa catástrofe, limpou o terreno para o evento leninista, para o rompimento do historicismo evolucionista da II Internacional – e Lênin foi o único que percebeu isso, o único que articulou a Verdade da catástrofe” (ZIZEK, 2005, p. 08).

Apesar destas mudanças, Lênin jamais escreveu uma linha sequer de adesão à teoria da revolução permanente formulada por Trotsky. Isso pelo menos sugere que a relação entre a posição de Lênin e esta teoria foi mais complexa do que a maioria das escolas trotskistas supõe ao simplesmente defender a tese da adesão de Lênin à posição de Trotsky. Como apontou Lowy, Nahuel Moreno e outros autores, tudo realmente indica que a leitura da lógica de Hegel teve seu papel e também a eclosão da guerra mundial na evolução do pensamento político de Lênin. Mas em 1915 a guerra já estava em curso e ele já havia estudado a lógica. Mesmo assim criticava Trotsky duramente: “A tarefa principal de um partido revolucionário é esclarecer a correlação de classes na revolução que se aproxima (...) Trotsky propõe uma solução errônea no Nashe Slovo, repetindo sua “original” teoria de 1905 e negando-se a refletir sobre as causas pelas quais, durante dez anos, a vida passou ao largo desta magnífica teoria” (LÊNIN, 1985, p. 83).

Por outro lado, no prefácio da edição de 1919 de *Balanço e perspectiva*, Trotsky reivindica sua teoria. A reivindicação é justa, porque de fato a segunda Revolução Russa, a de outubro de 1917, dirigida pelos bolcheviques, não desembocou num crescimento não asiático do capitalismo, mas num novo regime de propriedade, na expropriação dos expropriadores, tudo isso em questão de meses, não de anos. Em 1918, a expropriação da burguesia se confirma. A revolução não era burguesa nem ocorreu desenvolvimento do capitalismo. Mas o início da construção socialista, como proclamou Lênin em 1917, negando suas posições anteriores. As “*Teses de Abril*” marcaram este giro, esta nova orientação, impulsionando a nova revolução.

Seria incorreto definir que as “*Teses de Abril*” foram uma conversão pura e simples de Lênin à teoria da revolução permanente

de Trotsky defendida em 1905. Primeiro, porque Trotsky não dava importância em 1905 – como ele mesmo obviamente reconheceu, ao papel do partido revolucionário na revolução para a realização de uma revolução do tipo outubro. Em segundo lugar – e este neste caso é o fator mais importante – porque a política de Lênin em defesa de uma nova revolução era desdobramento de sua ideia de luta ininterrupta. Em inúmeros escritos de Lênin fica claro que as “*Teses de Abril*” foram uma ruptura, mas também uma continuidade. Foram uma superação. Tanto é assim que Lênin tinha claro duas questões que alicerçaram a teoria de Trotsky: a combinação de tarefas e o desenvolvimento desigual e combinado, embora não formulasse nenhuma destas questões com a genialidade e a clareza de Trotsky, que corretamente definiu o desenvolvimento desigual e combinado como uma lei, hierarquizando a mesma em sua elaboração teórica.

Mantendo sua posição em que separava de modo ainda rígido a revolução burguesa da revolução socialista, Lênin já apontava a combinação de tarefas. “Naturalmente”, dizia Lênin, em 1905,

numa situação histórica concreta se entrelaçam os elementos do passado e do futuro, se confundem um e outro caminho. O trabalho assalariado e sua luta contra a propriedade privada existem também sob a autocracia, nascem inclusive num regime de servidão. Porém, isso não impede minimamente em distinguir lógica e historicamente as grandes fases do desenvolvimento. Todos nós contrapomos a revolução burguesa à socialista, todos nós insistimos na necessidade de fazer uma distinção rigorosa entre as mesmas, porém, se pode negar que na história se entrelaçam elementos soltos, particulares de uma e outra revolução? Por acaso a época das revoluções democráticas não registra na Europa uma série de movimentos socialistas e tentativas socialistas? E por acaso a futura revolução socialista na Europa não terá, todavia, muito para fazer para dar fim ao que ficou incompleto no terreno da democracia? (LÊNIN, 1982, p.78).

Finalmente, não é demais lembrar que quando Lênin assume a defesa da necessidade de uma nova revolução de caráter socialista já havia ocorrido a queda do czarismo, a primeira revolução, a de fevereiro, cujo resultado imediato foi a abertura de um período de muita democracia, segundo Lênin garantindo a instauração de um regime democrático na Rússia com maiores liberdades de organização do que os dos países da Europa. Ou seja, a consigna central dos bolcheviques de “abaixo o czar”, consigna democrática, não socialista, havia se realizado plenamente. Lênin chegou a definir em *O Estado e a Revolução*, livro de preparação teórica da revolução de outubro, que a ditadura democrática do proletariado e do campesinato havia obtido a vitória (uma questão a se discutir), embora tenha considerado que o governo surgido desta primeira revolução trabalharia contra a revolução, suas motivações e conquistas. E a revolução de fevereiro uniu vários setores do povo e vários partidos, sobretudo os representativos do campesinato e dos soldados, que não eram na sua imensa maioria adeptos do bolchevismo. Na última hora, na agonia final do czarismo, setores burgueses também aderiram.

Sem fevereiro, não teriam se desdobrado as contradições nem se clarificado as políticas dos partidos e os interesses de classe correspondentes, para permitir que os bolcheviques ganhassem tão rápido a influência na maioria das massas, em primeiro lugar – e isso foi o determinante – entre a maioria dos operários dos sovietes de Petrogrado e Moscou. Os sovietes também se formaram em fevereiro, estabelecendo um regime de duplo poder. No duplo poder é preciso que o poder seja dos operários, do tipo Estado-Comuna.

E a questão é que até a queda do czarismo, o eixo era democrático, era o “abaixo czar”, não a revolução socialista, o poder operário e popular concretizado nos sovietes. Podemos dizer então que a política se apresentava mais pela negativa, não pela positiva. Neste sentido, é importante lembrar como Nahuel Moreno, um dos principais dirigentes trotskistas do pós-guerra,

corretamente defendia a consigna “abaixo a ditadura no cone sul” no final da década de 70 e início dos anos 80, tendo esta consigna como tarefa central da revolução, sem colocar muitas outras. Parece que neste caso seguia mais a armação política de Lênin.

Em outras palavras, a armação política correta em 1905 era centrada na luta pela revolução democrática, pela vitória contra o czarismo e no chamado aberto para unir forças e mobilizar para derrubá-lo. Esta orientação seguiu até a vitória da revolução de fevereiro, e armou a intervenção bolchevista em todo este período histórico. Ao mesmo tempo Lênin sempre defendeu que a luta era ininterrupta, sempre defendeu que a entrada no governo dependia da correlação de forças e das possibilidades de mudar o país “de cima para baixo” e não apenas de “baixo para cima”. Entrando ou não no governo, a mobilização revolucionária deveria continuar.

Em fevereiro de 1917, a opção foi por não entrar, já que a natureza e a política do governo provisório de Kerensky ia contra a mobilização, tendo ademais adotado uma política pró-imperialista, de conciliação com os privilegiados, não garantindo nem o pão nem a paz e, portanto, oposto aos interesses da revolução mundial. Nestas condições, participar ou apoiar significava ceder no essencial e desarmar a continuidade da luta.

Lênin não teve dúvida de chamar a não confiar no governo e manteve os bolcheviques na oposição com a expectativa de ganhar as massas, de ser a ala consequente da revolução fora do governo, demonstrando a real natureza do governo. Como prova de que seu pensamento não tinha nada a ver com o esquematismo dogmático, propôs um compromisso com os mencheviques e socialistas revolucionários: que se eles aceitassem o poder dos soviets – num momento em que Lênin era minoria nesta instituição – os bolcheviques renunciariam a defesa da insurreição e disputariam o poder pela via pacífica. Esta proposta não era uma manobra, mas uma convicção de que os soviets, como organismos máximos de poder, representariam, como mínimo, a concretização e consolidação da ditadura democrática do

proletariado e do campesinato, abrindo a possibilidade de uma disputa no seu interior pelos rumos da revolução.

Assim, fica claro que Lênin entendeu o governo provisório de Kerensky como uma tentativa de roubar das massas o triunfo da revolução e que sua continuidade e aprofundamento dependia de uma oposição clara a este governo. Onde mais se expressava o caráter inconsequente do novo governo com a própria revolução de fevereiro foi sua negativa de entregar o poder para os soviets. A inconsequência e a traição do governo provisório ficou provada na covardia para enfrentar Kornilov, representante da contrarrevolução – apoiado pelo czarismo e pela burguesia europeia – e depois na aceitação de Kornilov, na conciliação com os exércitos imperialistas para derrotar a nova revolução defendida por Lênin e pelos bolcheviques.

Em 1917, não é certo dizer que a história testou as distintas estratégias, como se a elaboração de Lênin de 1905 e a de Leon Trotsky fossem antagônicas. É como se Lênin tivesse defendido uma linha estratégica durante 12 anos e, em 1917, a tivesse abandonado. Os bolcheviques desavisados teriam mantido a estratégia anterior e por isso apoiaram Kerensky. A realidade, porém, não permite estas simplificações que acabam distorcendo a real dinâmica histórica do processo revolucionário e as mudanças não apenas nas estratégias e nas políticas, mas nas condições em que estas estratégias se realizavam. E como se modificavam as próprias estratégias na medida em que se realizavam, parcial ou completamente. Os bolcheviques não eram etapistas.

A posição deles, porém, era da revolução ininterrupta, isto é, defendiam a realização de uma revolução burguesa conquistada por uma luta democrática revolucionária, em que o proletariado defenderia um novo governo e um novo poder cuja característica seria a ditadura democrática do proletariado e do campesinato, a partir do qual se inauguraria a luta direta pelo socialismo, cujas tarefas estariam mais próximas quanto mais profunda fosse a revolução democrática. Esta defesa permitiu uma intervenção

correta durante anos, uma intervenção intransigente na defesa do avanço da revolução, do caráter ininterrupto da mesma.

Quando triunfa a revolução de fevereiro, se realizam parcialmente os objetivos da revolução democrático-burguesa, mas mesmo estes objetivos estavam ameaçados com a continuidade do governo provisório. A questão agrária tampouco havia sido solucionada. Insistimos que apenas parcialmente os objetivos da ditadura democrática haviam sido alcançados, porque o pensamento de Lênin indicava a necessidade de uma nova revolução justamente para levar adiante as tarefas não realizadas, combinando desta vez as tarefas democráticas com tarefas antiburguesas, diretamente socialistas, indissolivelmente ligadas à revolução socialista europeia.

Henri Lefevbre, em seu clássico estudo sobre Lênin (*O pensamento de Lenine*, 1969), sustentou que a ditadura democrática do proletariado e do campesinato defendida por Lênin em 1905 foi estabelecida apenas na revolução de outubro de 1917, quando foi instaurado o governo dos bolcheviques em aliança com os socialistas revolucionários de esquerda. Trata-se de uma simplificação, como se a realidade tivesse seguido à risca a teoria e o esquema de 1905. A verdade é que a ditadura democrática, como havia concebido Lênin, não se realizou nem em fevereiro nem em outubro. Em fevereiro ficou aquém; em outubro se foi além.

O fato é que o czarismo caiu em fevereiro, não em outubro, e um novo regime de liberdades democráticas se estabeleceu em fevereiro, realizando uma das tarefas fundamentais da revolução democrática. Como dissemos, porém, deixou outro problema determinante da revolução democrática sem resolver, qual seja, a questão agrária. A revolução de outubro, por sua vez, além da questão agrária, já foi contra toda a burguesia, iniciando as mudanças diretamente socialistas. O fato da expropriação da burguesia ter ocorrido apenas em 1918 não anula que o começo da revolução socialista tenha sido em outubro do ano anterior, porque

tais medidas econômicas e sociais foram desdobramentos lógicos do novo regime conquistado em outubro, do domínio operário e revolucionário da nova máquina estatal, uma confirmação cabal da posição de Trotsky e em sintonia com a linha estratégica de Lênin.

Ao desenvolver esta estratégia, Lênin tinha muito claro o conceito de luta ininterrupta para ter que recorrer ao da revolução permanente, embora a genialidade de Trotsky ter sido confirmada, isto é, a tese central da permanente segundo a qual os operários no poder não iriam se autolimitar e aceitar a continuidade da exploração do capital. Para complicar mais as questões, vale também lembrar que o próprio Trotsky, apesar desta tese, defendeu a introdução da NEP, isto é, uma certa abertura e estímulo ao capital privado, um ano antes de Lênin, depois que a revolução havia sido desgastada por três anos de guerra civil e quando estava claro a necessidade de ganhar tempo.

A fórmula ditadura democrática do proletariado e do campesinato defendida por Lênin em 1905 expressava uma posição mais algébrica sobre o caráter de classe de um novo governo. Seu peso essencial estava assentado na ideia da aliança de classes entre o proletariado e o campesinato, entre o partido revolucionário operário e a pequena burguesia com seus organismos políticos. Não deixava claro exatamente qual classe e qual o partido teria a hegemonia nesta ditadura. Trotsky era taxativo neste ponto desde 1905 e argumentava que o campesinato não podia ter a hegemonia, porque como classe era incapaz de ter uma posição independente, seguindo ora o proletariado ora a burguesia.

Como dissemos, em outubro de 1917, o que ocorreu foi mais do que ditadura democrática, mas abriu a etapa da expropriação da burguesia pelo estabelecimento direto de uma ditadura do proletariado, isto é, um poder operário revolucionário em aliança com o campesinato, mas sob a hegemonia do proletariado e do seu partido revolucionário. Lênin foi consciente de que tarefas democráticas para serem cumpridas exigiram um poder operário

revolucionário que enfrentasse imediatamente a burguesia e abrisse uma etapa no qual estaria posta a aplicação medidas de socialização da produção. Foi a confirmação da posição de Trotsky.

Diante disso, quando as polêmicas sobre estas questões teóricas retornaram, depois da morte de Lênin, Trotsky sustentou que a fórmula ditadura democrática, como havia sido formulado por Lênin em 1905, não mais se realizaria. Isto é, Trotsky concluiu, sobretudo da experiência de outubro, que sua tese teria validade universal. Lênin não escreveu nada sobre isso depois da experiência de outubro. E quando escreveu as teses do Oriente, para armar as revoluções nos países coloniais e semicoloniais, depois da revolução de outubro de 1917, podemos dizer que reafirmou a tese da ditadura democrática do proletariado e do campesinato ao propor que os partidos comunistas integrassem – sempre mantendo sua independência organizativa – os movimentos nacionalistas revolucionários, inclusive com setores burgueses nacionalistas revolucionários. Isso prova mais uma vez que Lênin nunca deu razão para a teoria da revolução permanente como a havia formulado Trotsky. Ao mesmo tempo, sabemos hoje que a posição da III Internacional, apostando em burguesias nacionalistas revolucionárias, não pode ser sustentada nos dias atuais, quando a associação entre as burguesias nacionais e o imperialismo é muito superior. Podem, porém, ser perfeitamente aplicadas às forças nacionalistas da pequena burguesia. As posições esquerdistas parecem desconhecer as elaborações da III Internacional dirigida por Lênin. Isso depois do teste de 1917.

O grande acordo de fundo entre Lênin e Trotsky foi a defesa da concepção do papel determinante da revolução socialista mundial, cujo ensaio geral foi a revolução de 1905 e que foi aberta de modo claro com a revolução de outubro de 1917. É o conceito fundamental que liga Lênin e Trotsky. Em 1905, o internacionalismo de Lênin se expressava na defesa de que a revolução russa com a conquista de um governo revolucionário do proletariado e do campesinato era para acender a fogueira

da revolução na Europa. Em 1915, a guerra mundial abriu a situação revolucionária europeia e a revolução de 1917 acendeu esta fogueira. Os tempos se encurtaram e as tarefas da revolução democrática e da revolução socialista se entrelaçaram. A partir daí o triunfo definitivo do proletariado russo dependia do triunfo do proletariado europeu e mundial.

Assim, a defesa de que a revolução começa na arena nacional e segue no terreno internacional, essência da teoria da revolução permanente, sua atualidade indiscutível, a marca de uma verdadeira e autêntica ditadura revolucionária do proletariado, une Trotsky e Lênin. Neste sentido, Lênin e Trotsky são permanentistas. E Trotsky torna-se plenamente leninista quando se incorpora no partido bolchevique em agosto de 1917. Torna-se, segundo Lênin, o melhor bolchevique.

Além desta defesa do caráter internacional da revolução, da necessidade, portanto, de uma organização internacional, ambos eram defensores intransigentes de que a classe trabalhadora era o sujeito social fundamental da revolução socialista mundial, a única classe capaz de ir até o final neste sentido, sendo necessário que a classe operária industrial assumisse o papel de vanguarda, razão pela qual era preciso sempre garantir e impulsionar a independência organizativa da classe e a mobilização pelas suas demandas. A confiança na classe operária sempre foi marca de ambos; estes eram seus princípios, a partir dos quais a obsessão de Lênin era a análise concreta da situação concreta para intervir e lutar pelo poder.

Mas no mundo atual, quando existem chances de um Podemos ser governo na Espanha, com a experiência do Syriza no governo da Grécia, qual a utilidade destas elaborações? Qual o papel das possibilidades de governos intermediários, de ditaduras democráticas do proletariado e do campesinato, para usar a fórmula de Lênin, para que se concretize a luta pela hipótese comunista? Quando Bosttels, um estudioso e próximo às posições teóricas de Badiou, defende as experiências do governo de Evo Morales na

Bolívia estamos diante desta hipótese? (BOSTTELS, 2010). São possibilidades de novos regimes sem que o Estado se altere. Esta situação, de qualquer forma, tem limites, porque se os processos revolucionários não avançam, inevitavelmente, retrocedem. O curso da revolução bolivariana tragicamente confirma isso.

Por fim, segue presente uma grande questão cuja marca podemos assinalar na experiência polaca, na derrota do movimento operário polaco do início dos anos 80. Se o movimento operário não encontra o marxismo não teremos uma verdadeira reconfiguração do marxismo nem superaremos, como experiência mais avançada, as soluções e governos intermediários, governos, poderíamos chamar, da ditadura democrática. Teremos que saber aproveitar estes governos, quando eles cumprem um papel progressista, mas não os aceitar mais quando passam a ser um freio. Não se trata de apoiá-los, nem de não apoiá-los nunca. A análise concreta da situação concreta deve decidir. Mas não se pode limitar nosso projeto a este plano. Devemos seguir adiante enquanto a unidade entre os operários e o marxismo não se realiza. E manter a ideia e a luta por uma verdadeira Comuna, cujo combate não cessa. Enquanto não tivermos o encontro destas condições, marxismo e movimento operário, estaremos apenas começando. Mas não se pode esperar de modo testemunhal por este encontro. É preciso trabalhar para ele. E trabalhar para derrotar o capitalismo é preciso também saber aproveitar e desenvolver alternativas parciais, provisórias, intermediárias sempre que representem um verdadeiro passo adiante e sem que tenhamos que abrir mão da mobilização revolucionária como atividade central. A aposta deve ser a continuidade da revolução, ou da luta pela sua efetivação. Para isso a revolução russa segue de inspiração, e por que não dizer: a ela devemos nos manter fiéis. E não há fidelidade a este acontecimento por fora da ideia de organização.

Lênin e o partido

A principal obra de Lênin foi o partido bolchevique. Na ideia de partido se expressou seu combate ao espontaneísmo e ao movimentismo. Lênin defendeu inúmeras táticas, desde a participação nas eleições ou o boicote ao parlamento, passando pelas lutas sindicais e mobilizações por liberdades democráticas, até a tática da guerra de guerrilhas e/ou da associação legal no interior da Rússia czarista. Combinado com inúmeras táticas, Lênin teve a construção de um centro político organizativo, a construção de um partido como guia, como expressão da continuidade da consciência de classe, dos interesses históricos do proletariado nos fluxos e refluxos da atividade revolucionária, como estratégia permanente.

Lênin perguntava: “O que é a luta de classes? Quando os operários de uma fábrica, de um escritório, iniciam uma luta contra seu patrão ou seus patrões, é isso luta de classes?” “Não”, dizia ele. (LÊNIN, 1981, p.199). Sua resposta mostrava que não era suficiente a luta reivindicava, parcial

Isso é tão só seus brotos. Luta dos operários só se converte em luta de classes quando os representantes da vanguarda de toda a classe operária adquirem consciência de que são uma classe unida e começam a atuar contra toda a classe dos capitalistas, e contra o governo que apoia esta classe. Só quando o operário tem consciência de que é parte de toda a classe operária, quando sua pequena luta cotidiana contra um patrão ou um funcionário vê a luta contra toda a burguesia e contra todo o governo, só então sua luta se transforma em luta de classes (LÊNIN, 1981, p. 199-200).

É claro então que a norma da situação não é a existência de luta de classes. A luta de classes tem que ser da ordem da interrupção da normalidade da situação. O desafio é construir o interruptor e não deixá-lo apenas a mercê do desenvolvimento espontâneo. E

ao mesmo tempo construir este operador ligado ao movimento de massas, sem o qual não tem energia para nenhuma verdadeira mudança. Na tradição leninista o partido é este operador. A ideia de construção do partido acompanha o marxismo desde seus primórdios.

A luta pela construção do partido ou dos partidos da classe trabalhadora, os partidos comunistas e revolucionários têm uma história que acompanha toda a história do movimento operário. Marx foi o primeiro, junto com Engels, que apontou a necessidade de se fazer a fusão da orientação socialista com o movimento operário. Rompeu com a ideia de conspiração de grupos pequenos que tentavam tomar o poder sem base de massas e defendeu que a tarefa dos socialistas era organizar a luta de classes do proletariado.

Marx apontava a perspectiva da existência de um único partido operário. Esta era a necessidade do momento, quando o proletariado necessitava construir seu próprio partido, independente da democracia pequeno-burguesa. Não tinha como prever que no futuro a heterogeneidade da classe trabalhadora – de renda, de localização geográfica, cultural – poderia dar lugar a distintos partidos da luta política dos trabalhadores. A ideia de partido único da classe não era mais viável. Somente foi retomada depois em sua versão stalinista.

Não obstante sabemos que o esquema de Marx correspondeu a uma avaliação da experiência histórica até então vivenciada pelo movimento operário, somada a uma perspectiva por ele visualizada da dinâmica da luta de classes, com a crescente tomada de consciência dos trabalhadores acerca de seus interesses históricos de classe.

Apesar deste erro, isto é, de considerar que os operários teriam apenas o partido único, Marx estava certo no essencial: o proletariado, os trabalhadores assalariados necessitam de uma organização política independente para defender seus interesses e para desenvolver a consciência de classes. Em outras

palavras, a consciência de classes necessitava se concretizar no partido operário independente, rompendo com o espírito de pequenas seitas e círculos conspiradores. Os discípulos de Marx foram adiante e definiram a necessidade do chamado partido revolucionário comunista.

Em 1848 o movimento operário, porém, ainda não estava maduro, mesmo nos processos mais avançados. Trotsky conta como na Áustria os operários lutaram lado a lado com os estudantes, como Viena foi tomada pelas barricadas e numa ação determinada os operários derrotaram a monarquia. A República foi conquistada e ninguém percebeu. O poder estava vago. Apesar disso, os operários não tinham organização nem consciência para tomá-lo. Paralelo a isso, pequenos grupos conspiravam e acreditavam que podiam tomar o poder sem ganhar as massas (TROTSKY, 1979).

Mas “o século XIX não passou em vão”, insistia Trotsky (TROTSKY, 1979, p. 39). As revoluções da metade do século podem ser encaradas como a ponte entre as revoluções burguesas (Inglaterra em 1648, a francesa de 1789, quando foram realizadas tarefas como a queda da monarquia e a reforma agrária, e a dos EUA, em 1776, com a conquista da independência nacional e o não pagamento da dívida externa) e as revoluções socialistas, cuja primeira expressão foi a Comuna de Paris, em 1871. Ambos processos revolucionários – os de 1848 e 1871 – foram fundamentais na construção da compreensão estratégica de Marx e Engels, os dois fundadores do socialismo científico, para os quais a revolução socialista constituía-se como uma soma de revoluções nacionais cujo eixo geográfico e determinante eram os países centrais, Inglaterra, França e Alemanha, onde o capitalismo havia mais desenvolvido suas potencialidades, entre as quais a própria classe que seria sua negação revolucionária.

O prognóstico exato de Marx não se realizou, mas as revoluções ocorreram transferindo seu centro de gravidade para o leste, para o oriente, como ele mesmo havia sugerido como

hipótese durante os anos finais da vida (HOBSBAWM, 1998). Além da experiência das revoluções de 1848, Marx viveu a derrota da Comuna, uma derrota histórica na qual o movimento operário pagou com milhares de vida e um prolongado refluxo, inclusive com a diluição da sua primeira experiência séria de organização internacional, a Associação Internacional dos Trabalhadores, da qual Marx foi um dos fundadores e autor de seu manifesto inaugural. Depois da derrota da Comuna, o mundo viveu três décadas sem efervescência revolucionária, numa situação marcada pelo desenvolvimento econômico capitalista. Foram anos de surgimento do imperialismo, isto é, do início do domínio da formação econômica e social capitalista pelo capital financeiro, união do capital bancário e industrial, regime dos monopólios privados dos países centrais. Ao mesmo tempo, os partidos operários cresciam cada vez mais e o marxismo conquistara a hegemonia nestes partidos. As revoluções, contudo, silenciaram nos países centrais.

Durante a Comuna de Paris, em 1871, Marx analisou o processo e incorporou novas lições. A principal foi de que o Estado burguês precisava ser destruído, toda sua máquina militar e administrativa. Marx saldou a Comuna como primeira experiência de poder operário, início da dissolução do Estado – expresso na rejeição ao exército profissional, no fim da separação entre poderes e na construção de uma instância única deliberativa e executiva, bem como na criação de um corpo de funcionários eleitos e exoneráveis – deixando claro, por sua vez, que a derrota da Comuna não evitaria novas revoluções, cuja experiência ficaria guardada na memória do movimento de massas. Apesar disso, Marx reconheceu e apontou seus limites: a fraqueza da centralização militar, a não centralização do sistema bancário, o que provocava a impossibilidade de definir prioridades financeiras. Este balanço será retomado sem alterações por Engels 20 anos depois.

Alain Badiou define que este balanço é ambíguo justamente

porque seus limites, os déficits, as lacunas da Comuna apontadas por Marx, eram decorrentes dos méritos igualmente apontados por ele, sobretudo o mais importante deles: a dinâmica da Comuna de ser o início da dissolução do Estado. Predominou o menos Estado, segundo Badiou, também no aspecto da centralização militar e financeira (BADIOU, 2012a). Conclui que “a ambiguidade do balanço de Marx foi promovida, por mais de um século, pela disposição social-democrata e, em seguida, por sua radicalização leninista, isto é, pelo motivo fundamental do partido. O partido “social democrata”, o partido “da classe operária”, o partido “proletário”, ou mais tarde o partido “comunista”, é livre em relação ao Estado e ao mesmo tempo ordenado pelo exercício do poder” (BADIOU, 2012a, p 104).

Badiou aponta justamente que a construção do partido foi a solução encontrada para a necessidade de lutar para dissolver o Estado e ao mesmo tempo enfrentar, atuar no período de transição, na tomada do poder e no exercício dele. O partido é “um órgão puramente político, constituído por adesão subjetiva, por ruptura ideológica, e, como tal, externo ao Estado. Ele é livre em relação à dominação: traz em si a temática da revolução, da destruição do Estado burgues” (BADIOU, 2012a, p 105). Ao mesmo tempo, o partido é organizador e disciplinador, instrumento para a tomada de poder. “Traz em si a temática de um Estado novo”. Segundo Badiou, podemos dizer que o partido realiza a ambiguidade do balanço marxista da Comuna, dá corpo a ela. O partido torna-se o lugar político de uma tensão fundamental entre o caráter de não Estado, ou mesmo anti-Estado, da política de emancipação e o caráter de Estado da vitória e da duração desta política. E isso tanto se essa “vitória” for insurrecional quanto se for eleitoral: o esquema mental é o mesmo (BADIOU, 2012a, p 105).

Com isso trata de explicar como ganha peso a ideia do partido na elaboração do marxismo. E foi Lênin que tirou as conclusões políticas da repercussão da Comuna no problema do partido em todas as suas dimensões. Lênin é o pensador do partido

revolucionário, o construtor do operador necessário para levar adiante o projeto da Comuna, a luta por dissolver o Estado e ao mesmo tempo manter o poder operário, ou seja, manter e desenvolver esta unidade contraditória entre a revolução e o poder. Por isso o partido foi tão determinante na elaboração de Lênin. Era a instituição que aprendia a experiência da Comuna, que visava manter a centralização e ao mesmo tempo ir dissolvendo o aparato estatal.

Sylvain Lazarus apontou o salto na elaboração da teoria do partido em Lênin em relação à teoria de Marx. Sobre *Que fazer?* defende uma ideia correta:

Em Que fazer Lênin rompe com a tese de Marx e de Engels do Manifesto Comunista (1848), no que respeita ao caráter espontâneo da aparição dos comunistas dentro do proletariado moderno. Em contraposição à tese marxista, que diz que “onde há proletários há comunistas”, Lênin opunha a consciência espontânea à consciência socialdemocrata (quer dizer, revolucionária), levando esta oposição aos seus limites (LÁZARUS, 2010, p.248).

Aprendendo corretamente a diferença entre o social e o político, Lazarus vai adiante e coloca ainda que esta tensão não se produz entre o que é para Marx um comunista e o que é a consciência revolucionária para Lênin. Neste ponto estavam de acordo. Podemos recordar as três características que se propõem no Manifesto: ter uma visão científica do curso da história, privilegiar os interesses nacionais por cima dos locais e privilegiar os interesses do proletariado mundial em relação ao proletariado nacional (LÁZARUS, 2010, p.248). Onde a tensão se encontra é no que segue:

No fato de que para Marx a aparição dos comunistas é algo intrínseco à existência dos operários como classe. Lênin se distancia desta tese com sua crítica do que ele chama de consciência espontânea. A consciência

revolucionária, a aparição de militantes revolucionários não é um fenômeno espontâneo; se trata de um fenômeno muito particular e requer uma ruptura com formas espontâneas de consciência. O núcleo político da consciência não espontânea é o antagonismo relativo à totalidade da ordem social e política existente. O partido é o mecanismo de realização das condições que permitirão o surgimento de uma consciência política. Em Marx, de fato não há uma teoria da organização, nem podemos falar de uma verdadeira teoria da consciência política. Existe uma teoria, importante e fundamental, da consciência histórica e da consciência como consciência histórica: a história da humanidade é a história da luta de classes. Eu mantenho que Lênin supõe a fundação da política moderna, porque afirma que se requer a política revolucionária para anunciar e praticar as condições da existência daquela (LAZARUS, 2010, p. 249).

E, para a fundação da política moderna, a experiência da Comuna foi decisiva. Para Badiou, justamente “em 1902, Lênin criou a política moderna, criação registrada em *O que fazer?*” (BADIOU, 2007a, p 18). Neste livro expõe uma série de categorias fundamentais para o desenvolvimento da teoria do partido de novo tipo; um partido capaz de lutar pela destruição do estado burguês e como operador de um novo estado. Na construção de um partido deste tipo, a categoria do revolucionário profissional é central, isto é, a ideia de que a revolução necessita de líderes experientes que encarem a atividade sem amadorismo, de modo profissional, não apenas como dirigente estudantil, ou sindical, como parlamentar o líder do movimento de moradia. Por isso dizia que os operários necessitavam muito mais de um tribuno do povo do que de um líder sindical. Para Lênin, era preciso ter uma estratégia de luta pelo poder. Definia de modo claro que sem partido não há política, e que a política é a luta pelo poder que se realiza na luta entre os partidos. Para Lênin, a luta de classes é a luta de partidos.

E para a construção do partido há necessidade da criação, da invenção, da construção de ações, do aproveitamento de possibilidades, da ocupação de espaços, do cálculo dos tempos e da relação entre o espaço e o tempo, ora para acelerar o tempo, ocupando muito espaço, ora cedendo espaço para ganhar tempo. É preciso, para construir um partido, que a ação e o pensamento aceite uma disciplina. Quando quer “que reine no partido proletário “disciplina de ferro” é que ele sabe que os proletários, desprovidos de tudo, não têm a menor chance de triunfar se não se impuserem a si próprios, como consequência e figura material de sua consistência política, uma inigualável disciplina de organização” (BADIOU, 2007a, p 130). De fato, Lênin foi categórico na importância da disciplina e do partido com mediador de uma consciência dos interesses históricos do proletariado que vem de fora, o partido como operador do trabalho de mediação entre o espontâneo e o consciente, entra a ação espontânea da classe e a ciência, o conhecimento vindo do exterior e a consciência embrionária. Lênin deu mais peso que Marx para atribuir hierarquia ao partido e à política como mediador e operador.

Mas Lênin pode desenvolver e dar um salto nas elaborações iniciadas por Marx porque viveu num período em que se desenvolveu de modo mais claro a chamada aristocracia operária, base social do oportunismo como corrente particular surgida no seio do movimento operário, influência direta dos interesses burgueses no interior da classe trabalhadora. No Imperialismo, fase superior do capitalismo, explicou que a base social do oportunismo eram os privilégios obtidos pelos superlucros da exploração das colônias e distribuídos pela burguesia com a chamada aristocracia operária. Num quadro destes, onde surgia uma corrente oposta aos interesses da revolução, era preciso saber dividir e não apenas unir. Lênin e, antes dele, ainda que não de modo tão rico, Rosa Luxemburgo, explicaram o que Marx não pode fazer, o oportunismo como corrente do movimento operário

e a maior razão da divisão da classe operária, da impossibilidade de um partido único da classe operária (LÊNIN, 1985).

Vimos o fenômeno do oportunismo no Brasil durante a experiência do PT, com forma diferente, desta vez revestido por privilégios dos setores melhores remunerados da classe operária temerosos de engrossarem o exército de reserva permanente e os excluídos que nem na reserva encontram-se. Tal análise do oportunismo se mantém atual.

Lênin organizou as forças comunistas e derrotou as correntes oportunistas, dirigindo a Revolução Russa e formando a III Internacional comunista, o projeto de partido mundial da revolução socialista. Mas o fracasso das revoluções anteriores e sobretudo o stalinismo não deve nos fazer abandonar a forma-partido?

É evidente que depois do fracasso da social democracia e, sobretudo, do stalinismo, a relação que acredito que devemos ter com o projeto comunista talvez seja melhor explicada recorrendo a Zizek e suas piadas. Zizek pergunta por que a teologia está surgindo como ponto de referência da política radical, uma questão evidente na linguagem de Badiou. Sua resposta é que o “paradoxo que ela vem surgindo não para aparecer um “grande Outro” divino que garanta o sucesso final de nossos esforços, mas, ao contrário, como símbolo de nossa liberdade radical, sem nenhum grande outro com que possamos contar” (ZIZEK, 2012b, p 289). Zizek se refere a Dostoiévski, que já lembrava que Deus não é um mestre benevolente que nos guia para a segurança; estamos na verdade totalmente abandonados a nossos próprios recursos. E os recursos incluem a forma-partido como invenção necessária da luta contra o regime de exploração do homem pelo homem. Não se pode perder a piada e sua reprodução é útil:

O Deus que temos aqui é mais como o Deus da piada bolchevique sobre um talentoso propagandista comunista que, depois da morte, vai para o Inferno, onde rapidamente convence os guardas a deixá-lo ir

para o Céu. Quando o Diabo nota sua ausência, corre fazer uma visita a Deus e exige que o propagandista seja devolvido ao Inferno. No entanto, assim que o Diabo começa a falar com Deus, “Meu Senhor...”, Deus o interrompe: “Em primeiro lugar, não sou seu senhor, sou um camarada. Em segundo lugar, você é maluco para falar com uma ficção? Eu não existo! Em terceiro lugar seja rápido, senão perco a reunião da minha célula do partido!” (ZIZEK, 2012b, p. 289).

Zizek (2012b, p. 290) segue dizendo que este é “o Deus que a esquerda radical precisa hoje: um Deus que “se tornou homem”, um camarada entre nós, crucificado com dois excluídos e que, além de “não existir”, sabe disso e aceita seu próprio apagamento, passando inteiramente para o amor que une os membros do “Espírito Santo”, isto é, o partido e outras formas de coletivo emancipador”.

Zizek retoma a defesa da ideia do partido. O partido que deve ser reivindicado, contudo, é o partido de novo tipo. Um partido que tenha como estratégia a luta revolucionária para a construção de um Estado-comuna, não de um partido-Estado. Como corretamente explicou Bensaïd,

tentar imaginar uma estratégia sem partido, é como um militar que tem em suas mãos as cartas do Estado maior e os planos de guerra, porém sem ter tropas nem exército. Só há estratégia realmente se há, ao mesmo tempo, a força que a leva a cabo, que a encarna, que a traduz dia a dia na prática, etc. (BENSAÏD, 2009, p.06).

Nesta retomada do projeto comunista e da questão do partido, porém, é absurdo repetir o erro de aceitar qualquer lógica que diga que o partido tem sempre razão. Sobretudo depois da experiência do século XX e do desastre do stalinismo afirmar o partido comunista, ou partido revolucionário dos trabalhadores, ou o nome se queira dar, como garantia da linha correta não resiste à mínima crítica. Tal ideia se desmorona na hora. Não há garantias. A luta

por uma política de emancipação encontra na fidelidade as suas marcas, as pegadas deixadas por acontecimentos revolucionários passados, como sua única possibilidade de desenvolvimento. E a aposta é construir o partido como operador desta política, da luta por construir um novo Estado como mecanismo de transição e não como fim de uma verdade que na realidade é infinita. Um partido, ademais, que seja internacionalista. Trata-se, portanto, de superar as experiências das revoluções do século XX. O Estado de transição então não pode ser o partido-estado, cuja essência é o partido único e burocrático sustentando e se apoiando num estado cada vez mais forte e opressor. E para lutar por um estado de novo tipo é preciso um novo partido, de novo tipo, um partido internacionalista e baseado na ideia de Lênin de partido operador, que foi muito diferente dos partidos da II Internacional.

Para os partidos social-democratas sua tarefa era essencialmente pedagógica uma tarefa de educador, fundada sobre a concepção de uma sorte de lógica, espontânea do movimento de massas em que o partido aportava ideias, com escolas muito interessantes, etc. Para retomar a fórmula de um famoso dirigente da social-democracia de antes de 1914, o partido não tinha que preparar uma revolução” (BENSAID, 2009, p. 07). Bensaid mostrará em seguida que a concepção de Lênin é outra: o partido deve tomar iniciativas, propor objetivos de luta, lançar palavras de ordem que correspondam a uma determinada situação e, em um momento dado, ser capaz de orientar a ação” (BENSAID, 2009).

Por fim, mas não menos importante, é dizer que partido revolucionário quer dizer também defender a ideia de partido pluralista. Badiou explicando que se pode ter posições, sensibilidades diferentes e participar com esta diferença de uma mesma verdade, apresentava um exemplo da apreciação de um quadro artístico. Pode ter olhares diferentes de uma obra de arte, mas ter o mesmo juízo de que a obra é bela. Mas com sensibilidades diferentes acerca de como apreciar esta beleza e participar conjuntamente do protocolo desta verdade (BADIOU,

2013c). O compromisso com a verdade militante, com a fidelidade à revolução não exige acordo sobre todas as questões de teoria, nem de políticas. Badiou também defende uma lógica desta pluralidade, onde o princípio da contradição é derogado e possa ocorrer que uma proposição e sua negação sejam ambas verdadeiras.

Definir a importância do partido e a necessidade de um estado de transição não pode, entretanto, ser encarado como o fim em si mesmo, como a verdade da política da emancipação. Tanto o partido quanto o Estado de transição devem ser encarados como operadores, não como o objetivo final. A ideia do comunismo corresponde a uma verdade que não pode encontrar sua parada numa estação determinada da luta de classes. Portanto, nem o partido nem o Estado podem ser a parada. Mesmo do ponto de vista do marxismo clássico, enquanto as classes existirem, a verdade deve ser encarada como meta a ser alcançada e, logo, a fidelidade deve ser aos acontecimentos que irrompem e empurram em direção às mudanças permanentes. Esta é apenas uma forma de defender a revolução permanente e a estratégia do protagonismo da mobilização de massas.

Para ser mais concreto, trata-se da defesa do caráter internacional da revolução. Esta, aliás, deve ser uma conclusão lógica do fracasso do socialismo num só país. Trotsky sempre denunciou a ideia do socialismo num só país como reacionária. O desdobramento da mesma foi a utopia de competir economicamente com o capitalismo. A tal utopia reacionária. Neste ponto o fracasso foi claro. A economia socializada carrega enormes progressos e permitiu que países atrasados conquistassem grandes avanços nas forças produtivas. Mas o mundo não tem desenvolvimento linear. O progresso de países atrasados não teria condições de representar uma superação do capitalismo dos países avançados. Até porque a produtividade dos países cuja economia é socializada não pode superar a produtividade alcançada pelos países avançados do capitalismo, estimulados por forças produtivas mais avançadas e

pela própria concorrência que atua como um chicote, com enorme capacidade coercitiva no sentido de aumentar a produtividade.

Assim, o preço do socialismo num só país não poderia ser outro senão a bancarrota da revolução. No caso foi a burocratização e logo a restauração, como previu Trotsky. Não queremos aqui esgotar temas nem explicações reducionistas. Na contraditória situação mundial chegamos a ter o fenômeno de uma revolução socialista que assentou as bases de um novo salto do capitalismo. Foi o que ocorreu na China, cujo dinâmico – e ao mesmo tempo destrutivo – capitalismo atual somente se explica pela unificação nacional e pelo avanço das forças produtivas promovidas pela revolução de 1949. Fazer um balanço da experiência das revoluções socialistas do século XX vai muito além de nosso objetivo nesta reflexão.

Nossa ideia de fidelidade à Revolução de Outubro não implicou jamais em seguir a orientação dos partidos comunistas. O movimento trotskista representou esta tentativa. Olhar a experiência do trotskismo é fundamental para os que negam a ideia de um partido que controle o Estado, porque foi precisamente o trotskismo o movimento que se construiu mantendo a ideia de que a fidelidade a Lênin somente podia se concretizar com a permanente luta pela democracia operária que pressupõe a autodeterminação e o poder das massas, dos operários, dos camponeses, dos trabalhadores em geral exercidos via seus próprios organismos. Não, portanto, o modelo do partido-estado, mas do Estado-Comuna.

A crítica ao abandono do Estado-Comuna esteve no centro da crítica de Trotsky ao stalinismo. Foi com sua obra que se permitiu uma compreensão do processo de burocratização e da ascensão do Stalinismo. Apesar de ter fundado a IV internacional num momento de refluxo da revolução mundial, Trotsky tinha a ideia de que a fundação da IV estava relacionada com a necessidade de manter vivo o programa comunista. Portanto, ter continuidade histórica com a revolução de outubro, com a

experiência bolchevique, com a experiência da III Internacional ou com a própria experiência de Marx.

A fidelidade à Revolução Russa não quer dizer seguir as marcas da defesa política dos Estados burocratizados (ainda que o apoio contra qualquer agressão imperialista deva ser dado) e dos partidos comunistas, mas nas revoluções políticas que se seguiram. O primeiro sintoma de revolução política ocorreu com o levante dos operários alemães de 1953. A seguinte, mais forte, em 1956, na Hungria, novamente derrotada pelos tanques soviéticos. Tivemos, justamente no ano de 1968, a experiência da primavera da Praga, na Checoslováquia, e anos depois a experiência mais rica, a da Polônia em 1980-81, uma experiência com muitas contradições. Em tal revolução foram retomadas questões fundamentais, em primeiro lugar, a ideia dos operários como protagonistas centrais e a auto-organização como elemento determinante do processo revolucionário, a construção do Sindicato Solidariedade. O golpe contrarrevolucionário de 1981, levado adiante pela burocracia polaca, com o apoio da então URSS, derrotou o Solidariedade, dando as bases do triunfo final da restauração capitalista no leste europeu.

A imensa maioria das forças e intelectuais do mundo que se reivindicava comunista denunciava a revolução polaca como contrarrevolução dirigida pela Igreja e pela CIA. Fidel Castro, por exemplo, com todo seu prestígio, propagava esta posição contrarrevolucionária e pró-burocrática. Alain Badiou, ao contrário, viu na revolução polaca a possibilidade de solução da crise do marxismo pela via da destruição do “marxismo-leninismo”, pela via imanente, isto é, pelo interior mesmo dos operários em luta. Tal posição não tem como não nos remeter à ideia da revolução política defendida por Trotsky.

De fato a experiência polaca foi uma experiência importante porque não havia aí um partido marxista revolucionário; o processo era muito mais marcado pelo protagonismo do operariado. Havia muita confusão na consciência, além do peso da Igreja. Mas o

problema central é que a revolução foi derrotada. Foi um golpe contrarrevolucionário. Não foi feita a experiência dos operários com a sua consciência, com o seu processo de auto-organização, um processo que poderia abrir uma nova possibilidade de política de emancipação de massas se realmente tivesse culminado na tomada do poder pelos organismos operários.

No balanço geral o saldo é difícil de definir. No leste e na ex-URSS, o stalinismo caiu e ao mesmo tempo a restauração capitalista se impôs. Até alguns setores trotskistas tomam este fato como uma derrota histórica do movimento socialista, tendo como base o argumento de que em termos sociais se viveu uma contrarrevolução social. Com tudo isso, podemos dizer que ocorreu um colapso de um saber, já que foi algo imprevisível e que não encontrou uma boa explicação. É um elemento de crise do marxismo. Afinal, a classe trabalhadora fracassou em sua tentativa de revoluções socialistas? A burocratização e a restauração argumentam a favor deste fracasso. E a ideia de revolução política mantendo as bases não capitalistas da economia era uma utopia trotskista? As derrotas destas tentativas foram claras. Por fim, ao longo das últimas duas décadas, pós 1989, se apresentou o capitalismo como único modo de produção possível. Viver sem ideia, porém, não está entre nossas opções. Cair no ceticismo do fim da história é esta ausência. E agora? E depois de 2008? Já são mais de 8 anos de crise. Existem economistas burgueses que falam em estagnação secular. São economistas, intelectuais, especialistas dos capitalistas que fazem estas definições. Quando estourou a crise em 2008 muitos previram no mínimo dez anos de estagnação; estão próximos de completar os dez anos e não vemos mais um capitalismo glorioso no horizonte.

O que está posto a partir daí é justamente discutir este quadro. Agora nós entramos num outro período. Se há algo claro é que o capital está em crise. E igualmente está claro que a política dos capitalistas é cada vez privatizar mais, transformar tudo em mercadoria e explorar de modo crescente a mercadoria força de

trabalho. Esse é um conceito marxista que não está em questão: a ideia de que o capitalismo vai levar a um processo de ataque cada vez maior aos interesses dos trabalhadores e da juventude, aos interesses econômicos e sociais. Deste ponto de vista não tem crise no marxismo.

O agravamento de todas as contradições e a intensificação de todas as crises – econômica, política, social, ambiental – são parte deste novo e inédito período histórico. A falta de uma alternativa política socialista de massas aponta, porém, os limites para a superação desta crise. Aqui temos novamente a discussão sobre o tema do partido. Com o fracasso das experiências comunistas, o que parece estar evidente é que há uma ausência de modelo alternativo ao capitalismo e isso tem muita relação com a identificação entre comunismo e stalinismo. Assim, a combinação da falta de uma alternativa pela esquerda, a continuidade das dificuldades da acumulação do capital e do enfraquecimento das representações políticas burguesas e/ou burocráticas arrasta a crise no tempo e em muitos casos leva a sociedade a impasses da vez mais graves.

Referências

ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Etienne. **Para ler el capital**. Madrid: Siglo XXI, 1973.

BADIOU, Alain; BALMÈS, François. **De la Ideologia**. Paris: Yenan “Sintesis”, François Maspero, 1976

BADIOU Alain. **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012a.

_____. “El Uno se divide en Dos”. In: BUDGEN, Sebastian; KOUVELAKIS, Stathis; ZIZEK, Slavoj. **Lênin reactivado**. Madrid: Ediciones Akal, 2010c.

_____. **O século**. Aparecida/SP: Ideais & Letras, 2007a.

_____. **¿Se puede pensar la política?** Buenos Aires: Nueva Visión, 2007b.

- _____. **São Paulo: a fundação do universalismo.** São Paulo: Boitempo, 2009b.
- BADIOU, Alain; ZIZEK, Slavoj. **L'idée du communisme.** França: Clamecy, 2010b.
- ENGELS, Friedrich. Introdução. In: MARX, Karl. **Guerra civil na França.** Obras escogidas. Madrid: Editorial Fundamentos, 1975.
- LAZARUS, Sylvain. **Lênin y el Partido, 1902 – noviembre de 1917.** In: BUDGEN, Sebastian; KOUVELAKIS, Stathis; ZIZEK, Slavoj. **Lênin reactivado.** Madrid: Ediciones Akal, 2010.
- LEFEBVRE, Henri. **O pensamento de Lênine.** Lisboa: Moraes Editores, 1969
- LÊNIN, V.L. **Discursos pronunciados nos congressos do partido.** Moscú: Editorial Progreso, 1976.
- _____. **Estado e revolução – obras escolhidas.** São Paulo: Alfa-Omega, 1980. Volume II.
- _____. **Nuestra tarea inmediata.** Obras completa – Tomo 4. Moscú: Editorial Progreso, 1981.
- _____. **Dos Tacticas.** Obras completas – Tomo 9. Moscú: Editorial Progreso, 1982.
- MARX, Karl. **A guerra civil na França.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **Miséria da filosofia.** São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- _____. **O capital.** México: Fundo de Cultura Econômica, 1986. v.I.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Lisboa: Editora Presenca, 1980.
- _____. **Manifeste du Parti Communiste.** Paris: Éditions Sociales, 1976.
- MORENO, Nahuel. **El partido y la revolución.** Buenos Aires: Ediciones Antídoto, 1989.
- TROTSKY, Leon. **Balanço e perspectiva.** Lisboa: Antidoto, 1979.
- TROTSKY, Leon et al. **A comuna de Paris.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

ZIZEK, Slavoj. **Às portas da revolução** – escritos de Lênin de 1917. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **El espinoso sujeto: el centro ausente de la ontologia política**. Buenos Aires: Paidós, 2011a.

_____. **Em defesa das causas perdidas**. São Paulo: Boitempo, 2011c.

_____. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **Vivendo no fim dos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2012b.

100 anos da Revolução Russa: Reflexões sobre a primeira tentativa de transição ao socialismo

Luciana Genro¹

Muito embora os 100 anos da Revolução Russa possam – e devam – nos inspirar a louvar a luta heroica daquele povo e as qualidades excepcionais de seus dirigentes, este não é um artigo deste tipo. Fruto de uma parte da pesquisa feita para a minha dissertação de mestrado², este texto pretende problematizar os acontecimentos, verificar suas grandezas e limitações e extrair algumas conclusões, contribuindo para que as gerações presentes e futuras se apropriem das lições dos fracassos para construir as futuras vitórias.

“É uma infelicidade bastante grande que a honra de iniciar a primeira revolução socialista tenha calhado ao povo mais atrasado da Europa”. Esta frase de Lênin, segundo Victor Serge dita por ele diversas vezes, resume o primeiro drama enfrentado pela revolução russa³.

A primeira revolução socialista não aconteceu em um país capitalista desenvolvido, como imaginou Marx quando formulou o conceito de que o comunismo seria uma superação do sistema capitalista, e, portanto, partiria deste patamar de desenvolvimento. Ao contrário, a Rússia era o elo mais fraco da cadeia capitalista, conforme a definição de Lênin. Por isso, Gramsci chegou a afirmar que a revolução russa era “a revolução contra ‘O Capital’”, pois ela contrariava a previsão de Marx de que a revolução socialista ocorreria nos países mais avançados⁴.

1 Advogada, mestre em Direito pela USP, dirigente do PSOL e do MES.

2 GENRO, Luciana Krebs. **Luta política e forma jurídica: horizontes de transição**. Orientador Alysso Leandro Barbate Mascaro. São Paulo, 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-graduação em Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

3 SERGE, Victor. **Memórias de um revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 137

4 BLACKBURN, Robin. O socialismo após o colapso. In: BLACKBURN, Robin (Org.). **Depois da queda**. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.115.

Isso teve implicações profundas no tipo de sociedade de transição que veio a surgir. Se, para Marx, o socialismo era uma transição ao comunismo construída a partir de um país capitalista desenvolvido, a Rússia precisava passar por uma transição anterior, que possibilitasse o desenvolvimento pleno das forças produtivas capitalistas. O poder político, o Estado, e os meios de produção, entretanto, já não estariam mais nas mãos dos capitalistas e sim do proletariado e do campesinato, sob a hegemonia do primeiro por meio dos soviets. Pelo menos esse era o plano dos bolcheviques que chegaram a travar uma luta com os mencheviques e uma disputa interna para decidir se deveriam ou não tomar o poder nestas circunstâncias. Na verdade foi Lênin quem abriu este debate primeiro entre os bolcheviques, ainda do exílio, através das “**Cartas de Longe**”⁵ e depois de sua volta com as “**Teses de Abril**”⁶.

Ainda em 1905, mesmo fazendo uma separação entre a revolução burguesa e a revolução socialista, Lênin já via a combinação das duas tarefas, como demonstra essa passagem:

Naturalmente numa situação histórica concreta entrelaçam-se os elementos do passado e do futuro, um caminho confunde-se com o outro. O trabalho assalariado e sua luta contra a propriedade privada existem também sob a autocracia, nascem mesmo no regime de servidão. Mas isto não nos impede minimamente em distinguir lógica e historicamente os grandes períodos do desenvolvimento. Pois todos nós contrapomos a revolução burguesa e a socialista, todos nós insistimos incondicionalmente na necessidade de estabelecer uma distinção rigorosa entre as mesmas, mas poder-se-á negar que, na história, elementos isolados, particulares de uma e outra se entrelaçam? Não registra época das revoluções democráticas na Europa uma série de movimentos socialistas e tentativas socialistas? E a futura revolução

5 Lênin. V. I. **Cartas de Longe**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/03/20.htm> acesso em 22 fev. 2017.

6 Lênin. V. I. **Teses de Abril**. Disponível em: <https://pcb.org.br/porta1/docs/astesesdeabr1l.pdf> acesso em 22 fev. 2017.

*socialista na Europa não terá ainda muito que fazer para completar o que ficou incompleto no terreno da democracia?*⁷

Fica claro que uma revolução burguesa, conquistada por uma luta democrática revolucionária em que o proletariado defenderia um novo governo e um novo poder, inauguraria a luta direta pelo socialismo, cujas tarefas estariam tão mais próximas quanto mais profunda fosse a revolução democrática. Esta defesa permitiu aos bolcheviques uma intervenção correta durante anos, uma luta intransigente na defesa do avanço da revolução e do seu caráter ininterrupto. Esta clareza política de Lênin fez com que após a revolução de fevereiro ele disputasse no partido bolchevique a necessidade de lutar pelo poder dos soviets, e não apoiar o governo de Kerensky.

Esta era também a posição de Trotsky, exposta nas “teses” da revolução permanente, apontando que as tarefas democráticas e de libertação nacional nos países atrasados só podem ser realizadas quando o proletariado assumir a direção da nação oprimida em aliança com o campesinato para conduzir uma “luta implacável” contra a burguesia. Resolver as tarefas da revolução democrática é o primeiro objetivo da revolução. Esta formulação contrapõe-se à ideia de que, se as tarefas são democráticas, a revolução seria burguesa e não socialista.

*A revolução permanente, na concepção de Marx, significa uma revolução que não transige com nenhuma forma de dominação de classe, que não se detém no estágio democrático e, sim, passa para as medidas socialistas e a guerra contra a reação exterior, uma revolução na qual cada etapa está contida em germe na etapa precedente, e só termina com a liquidação total da sociedade de classes.*⁸

7 Lênin, V.I. **Duas táticas da social democracia na revolução democrática.** Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/taticas/cap04.htm>. Acesso em: 01 nov. 2016.

8 TROTSKY, Leon. **A Revolução permanente.** Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1929/11/rev-perman.htm>. Acesso em: 28 jan. 2016, p. 4.

Isto significa que a revolução democrática terá diante de si tarefas que levarão a questionar os interesses da burguesia e, portanto, poderá se transformar em revolução socialista. Por isso é definida como permanente. Neste processo, que não tem prazo definido, a “sociedade não faz senão mudar de pele, sem cessar”, com choques entre os grupos e a alternância entre momentos de guerra civil, guerras externas e períodos pacíficos.

As profundas transformações na economia, na técnica, na ciência, na família, nos hábitos e nos costumes, completando-se, formam combinações e relações recíprocas de tal modo complexas que a sociedade não pode chegar a uma estado de equilíbrio. Nisto se revela o caráter permanente da própria revolução socialista.⁹

Não se trata, portanto, de negar a revolução socialista nos países de capitalismo pouco desenvolvido e sim de compreender que, dados os diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas e da própria sociedade, combinam-se tarefas democrático-burguesas com tarefas socialistas. Os diferentes países chegarão ao socialismo com ritmos diferentes. Os mais atrasados podem iniciar o processo revolucionário e a construção de um poder popular antes dos países avançados, mas não chegarão ao socialismo antes destes.

Por outro lado, num país em que o proletariado chegue ao poder em virtude de uma revolução democrática, o destino ulterior da ditadura e do socialismo dependerá, afinal, menos das forças produtivas nacionais do que do desenvolvimento da revolução socialista internacional.¹⁰

Não por acaso Trotsky coloca o destino do socialismo no desenvolvimento do processo em nível internacional. O problema

⁹ Idem Ibidem, p. 5.

¹⁰ TROTSKY, Leon. **A Revolução permanente**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1929/11/rev-perman.htm>. Acesso em: 28 jan. 2016, p. 13.

do isolamento do Estado soviético foi crucial nos desdobramentos que sucederam a revolução e analisaremos este ponto mais à frente.

A luta de classes na transição

Voltemos agora aos desafios colocados aos bolcheviques após a tomada do poder. A primeira questão é que a expropriação da burguesia, em 1918, não significou sua aniquilação.

*Vencemos a burguesia, mas contudo não logramos ainda arrancá-la pela raiz, ainda não está aniquilada, nem sequer está desbaratada. Por isso enfrentamos uma nova forma de luta contra a burguesia, uma forma superior: a passagem da tarefa muito elementar da expropriação sucessiva dos capitalistas para uma tarefa muito mais complexa e difícil, a tarefa de criar condições que impossibilitem a existência da burguesia ou o surgimento de uma nova burguesia. É evidente que essa é uma tarefa incomparavelmente mais significativa do que a anterior (as medidas jurídicas de desapropriação), e até que ela não se cumpra não haverá socialismo.*¹¹

Lênin, na polêmica contra os “comunistas de esquerda” em 1918, explicita as dificuldades da transição diante dos problemas objetivos enfrentados pelo Estado soviético:

Podemos ser ou não decididos quando se trata de estatizar ou de confiscar. Mas toda a questão reside justamente em que nem sequer a maior ‘decisão’ do mundo é suficiente para passar da estatização e do confisco para a socialização. (...) A diferença entre a socialização e o simples confisco está em que é possível confiscar apenas com ‘decisão’,

11 LENIN. VI. *Obras Completas*, Tomo XXVIII. Pp. 452-453 Citado por BAMBIRRA, Vania. *A teoria marxista da transição e a prática socialista*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993, p. 77.

*sem a capacidade de calcular e distribuir corretamente, quando sem essa capacidade não se pode socializar.*¹²

Diante das enormes dificuldades causadas pelo atraso econômico, o Estado soviético não deixa de empregar métodos burgueses para desenvolver as suas bases materiais imprescindíveis para a superação da escassez, pressuposto para o comunismo. Este desenvolvimento material, para Lênin, será assentado na grande indústria.¹³

Mas a guerra civil que irrompeu em março de 1918 forçou o novo governo a estabelecer uma política que ficou conhecida como “comunismo de guerra”. Além de medidas políticas de combate sem tréguas aos contra revolucionários, o 9º Congresso do partido sancionou um regime de controle rigoroso da produção e da distribuição e uma política de requisição dos excedentes dos camponeses. Estes, revoltados, passaram a esconder seus estoques para burlar as requisições e vender seus produtos no mercado paralelo. A esta situação crítica somaram-se o bloqueio econômico das potências capitalistas e a destruição causada pela guerra civil. O resultado foi desastroso¹⁴.

Assim,

Os bolcheviques logo perceberiam a flagrante contradição entre as novas relações jurídico-políticas socialistas estabelecidas pela revolução e a atrasada base econômica e cultural. Não seria possível impor aos camponeses, espalhados por milhões de unidades produtivas isoladas e acostumados por séculos a se relacionar com o mundo a sua volta através do comércio, uma orientação econômica que não levasse em conta seus

12 LENIN. VI. *Obras Completas* Tomo XXIX, p. 87 Citado por BAMBIRRA, Vania. *A teoria marxista da transição e a prática socialista*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993, p. 78.

13 BAMBIRRA, Vania. *A teoria marxista da transição e a prática socialista*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993, p. 193.

14 PAULINO, Robério. *Socialismo no século XX: o que deu errado?* São Paulo: Letras do Brasil, 2010, p. 99-100.

*interesses particulares. O Estado teria, assim, que renunciar, pelo menos por um tempo, a um controle centralizado da produção e da repartição.*¹⁵

O comunismo de guerra foi um período duríssimo. Este relato de Serge ilustra a tragédia:

*O inverno infligia à população das cidades verdadeiro suplício. Nem aquecimento nem iluminação, e esta fome incessante! Crianças, velhos fracos, morriam aos milhares. O tifo, transmitido pelos piolhos, deixava marcas sombrias. Tudo isso vi e vivi longamente. Nos grandes apartamentos abandonados de Petrogrado, as pessoas se reuniam todas numa única peça, vivendo umas sobre as outras em torno de um pequeno fogão de ferro ou tijolo, colocado sobre o assoalho, cuja chaminé enegrecia de fumaça um canto da janela. Alimentavam o fogão com o assoalho dos outros aposentos, com as últimas mobílias, com livros. Bibliotecas inteiras desapareceram assim. Eu mesmo, para aquecer uma família que me era cara, fiz queimar as compilações das Leis do Império com uma autentica satisfação. Comia-se um pouco de aveia e cavalo semipodre, dividia-se, no círculo da família, um pedaço de açúcar em fragmentos ínfimos e cada bocado ingerido fora do turno provocava dramas. A Comuna fazia muito para nutrir as crianças; esse muito continuava a ser irrisório.*¹⁶

Lênin então defende que é inevitável aceitar a existência de mercados internos para dinamizar a economia e a produção privada em pequena escala e, inclusive, para tentar atrair investimentos externos. Uma série de decretos do governo no fim da guerra civil, em 1921, constitui a NEP, uma nova política econômica que é um recuo forçado pelo descontentamento dos campos e das cidades. É um reconhecimento de que o comunismo de guerra não servia mais como orientação econômica para aquele estágio

¹⁵ *Idem Ibidem*, p. 102.

¹⁶ SERGE, Victor. *Memórias de um revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 140;141.

de desenvolvimento das forças produtivas¹⁷. Tornou-se necessária uma certa “volta” ao capitalismo como tática de sobrevivência do incipiente Estado soviético.¹⁸

*Sua tarefa mais urgente e difícil seria normalizar as relações com os campos e estimular a produção agrícola, reintroduzindo certa liberdade para os camponeses comercializarem sua produção, devolvendo-lhes o estímulo de que precisavam. O governo bolchevique permitiu também certo espaço aos capitais privados na indústria e no comércio, permanecendo o Estado com a propriedade das grandes empresas industriais, dos transportes, dos bancos, dos meios de comunicação e com monopólio do comércio exterior.*¹⁹

É a correlação de forças entre as classes que vai determinar os avanços e retrocessos do período de transição. Para Lênin, o retrocesso também é uma forma de avanço.²⁰

Bambirra ressalta a necessidade, para o Estado soviético, de que as empresas estatais funcionassem “sob a base do princípio comercial e capitalista”. Era preciso ampliar lucros, reduzir custos e aumentar a produtividade, enquanto a gestão deveria basear-se na lei do valor, que funcionaria como instrumento regulador da economia

*até que aos poucos, à medida que se criassem as condições de liberação dos limites da escassez, e portanto da economia de mercado, ela possa ser aplicada sobretudo como instrumento de cálculo e controle e finalmente substituída, em processo natural, pela lei da economia planificada, típica do capitalismo desenvolvido.*²¹

17 PAULINO, Robério. *Socialismo no século XX: o que deu errado?* São Paulo: Letras do Brasil, 2010, p. 102-103.

18 *Apud* PAULINO, Robério. *Socialismo no século XX: o que deu errado?* São Paulo: Letras do Brasil, 2010, p. 112 in Preobrajensky, 1979, p.21.

19 PAULINO, Robério. *Op. cit.*, p. 103.

20 BAMBIRRA, Vania. *A teoria marxista da transição e a prática socialista*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993, p. 79.

21 BAMBIRRA, Vania. *A teoria marxista da transição e a prática socialista*. Brasília: Ed. Universidade de

Trotsky também enfrentou, na teoria e na prática, o problema da transição, principalmente em seus embates com Stalin, seu principal antagonista na disputa política sobre os rumos da revolução soviética após a morte de Lênin. A luta foi vencida por Stalin, que se utilizou de calúnias, perseguições e assassinatos. Mas as elaborações de Trotsky sobreviveram à picareta que lhe partiu a cabeça e são muito úteis na análise dos problemas da Rússia soviética.

Estado burguês sem burguesia

Em “**A Revolução Traída**”, de 1936, um pouco antes do início dos “Processos de Moscou”, Trotsky questiona a doutrina soviética oficial que preconizava a ideia de que o socialismo já estava realizado no país, como um estágio inferior do comunismo. Ele sustenta que, para Marx, o socialismo, enquanto estágio inferior do comunismo, é “uma sociedade cujo desenvolvimento econômico seria, desde o início, superior ao do capitalismo avançado” e que a Rússia, sendo o elo mais fraco do capitalismo, havia apenas alcançado os países capitalistas e, portanto,

*se a sociedade que deveria se formar com base na socialização das forças produtivas dos países mais avançados do capitalismo na sua época representava para Marx o ‘estágio inferior do comunismo’, esta definição não se aplica manifestamente à URSS, que se mantém hoje muito mais pobre do que os países capitalistas, quanto à técnica, aos bens e à cultura.*²²

Para Trotsky o regime soviético de então seria “**não socialista, mas transitório entre o capitalismo e o socialismo, ou preparatório para o socialismo**”,²³ pois “um desenvolvimento

Brasília, p. 177.

22 TROTSKY, Leon. **A Revolução Traída**. Global Editora, São Paulo, 1980, p. 36.

23 *Idem Ibidem*, p. 37

socialista de certo modo automático” só seria possível numa economia socializada que ultrapasse o capitalismo. Isso estava longe de ocorrer na URSS, pois o desenvolvimento não consiste apenas na acumulação planejada e no “melhoramento” constante do que já existe. O desenvolvimento necessita de “transformações da quantidade em qualidade, crises, saltos para frente e recuos” e o desfecho deste processo depende “da luta das forças vivas da sociedade e não só a escala nacional, mas também internacional”.²⁴

Sobre as dificuldades no processo de transição, Trotsky relembra a polêmica de Engels contra Duhring:

*É necessário para que o Estado desapareça que desapareçam ‘a dominação de classe e a luta pela existência individual’ (...). Mas a socialização dos meios de produção não suprime automaticamente ‘a luta pela existência individual’. (...) Mesmo na América, sobre as bases do capitalismo mais avançado, o Estado socialista não poderia dar a cada um tudo o que lhe é necessário; seria, conseqüentemente, obrigado a incitar toda a gente a produzir o mais possível. A função de excitador cabe-lhe naturalmente nestas condições e não pode deixar de recorrer aos métodos de remuneração do trabalho elaborados pelo capitalismo, modificando-os e suavizando-os.*²⁵

Trotsky lembra que Lênin definiu o socialismo como “o poder dos soviets mais eletrificação” e ressalta:

Esta definição em forma de epigrama, cuja estreiteza respondia a fins de propaganda, supunha em todo o caso, como ponto de partida mínimo, o nível capitalista da eletrificação. Mas ainda hoje a URSS dispõe, por habitante, de três vezes menos energia elétrica que os países capitalistas avançados. Tomando em consideração o fato de os soviets terem cedido, entretanto, lugar a um aparelho independente das massas, nada mais resta à Internacional Comunista senão proclamar que o socialismo é o

24 TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*. Global Editora, São Paulo, 1980, p. 37.

25 *Idem Ibidem*, p. 40.

‘poder da burocracia mais um terço de eletrificação capitalista’. Esta definição será de uma exatidão fotográfica, mas o socialismo terá pouco a ver com ela. ²⁶

Se as forças produtivas não estão desenvolvidas a ponto de acabar com todo o tipo de escassez, as desigualdades permanecerão e com elas o Estado.

Enquanto o modesto Ford continuar privilégio de uma minoria, todas as relações e hábitos próprios da sociedade burguesa sobrevivem. E com eles, subsiste o Estado, guardião da desigualdade. ²⁷

Lênin teorizou e aplicou suas teses sobre a transição. A chegada ao poder é o primeiro passo. Ainda mais complexa é a tarefa de levar a cabo as transformações e passar da ação destrutiva da velha ordem para a ação construtiva de erigir um novo Estado. Uma transição na qual as forças da velha ordem, das antigas classes dominantes, vão empenhar-se nas mais diversas formas de resistência²⁸, e na qual se enfrentam e ao mesmo tempo convivem os dois sistemas.

Daí um fenômeno tão interessante como a conservação do ‘horizonte estreito do direito burguês’ – no comunismo na sua primeira fase. O direito burguês em relação à distribuição dos produtos de consumo pressupõe, como é natural, também inevitavelmente um Estado burguês, pois o direito nada é sem um aparelho capaz de obrigar à observação das normas do direito. Daí decorre que no comunismo subsiste durante um certo tempo não só direito burguês mas também o Estado burguês – sem burguesia! ²⁹

²⁶ *Idem Ibidem*, p. 47.

²⁷ *Idem Ibidem*, p. 44.

²⁸ BAMBIRRA, Vania. *A teoria marxista da transição e a prática socialista*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993, p.75

²⁹ *Idem*. *O Estado e a Revolução*. Obras escolhidas 3 Edições Avante! Lisboa 1985, p. 270.

Trotsky retoma o conceito de Lênin, afirmando que o Estado de transição é ainda obrigado a defender a desigualdade, o que só pode ocorrer pela via da coação. Portanto, torna-se, “em certa medida, um Estado ‘burguês’, embora sem burguesia”.³⁰

*As normas burguesas de repartição, quando incitam o crescimento da força material, devem servir a fins socialistas. Mas o Estado adquire imediatamente um duplo caráter: socialista, na medida em que defende a propriedade coletiva dos meios de produção; burguês, na medida em que a repartição dos bens tem lugar segundo padrões de valor capitalistas, com todas as consequências que decorrem deste fato. Uma definição tão contraditória espantará talvez os dogmáticos e os escolásticos; nada mais nos resta senão exprimir-lhes nossos pêsames.*³¹

Ao mesmo tempo Trotsky também define a URSS como um “Estado operário”³². Paulino observa a que realmente Trotsky se refere quando faz esta definição:

*Trotsky parece se referir ao tipo de formação econômico-social distinto do capitalismo que era a URSS e não ao Estado enquanto superestrutura política, máquina de governo, que se eleva sobre a sociedade e a submete, como era a visão marxista clássica de Estado. Refere-se ao conjunto do país, a um território econômica e politicamente centralizado, às relações de produção e de propriedade nele estabelecidos, à nacionalização da economia, ao monopólio do comércio exterior e da terra, e não à máquina estatal, conjunto de instituições que se destaca da sociedade.*³³

30 TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*. Global Editora, São Paulo, 1980, p. 41

31 *Idem Ibidem*, p. 41.

32 *Idem*. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Proposta Editorial, 1985.

33 PAULINO, Robério. *Socialismo no século XX: o que deu errado?* São Paulo: Letras do Brasil, 2010, p. 147.

Este debate sobre o caráter do Estado soviético atravessa o século. Parece-nos que a interpretação de Paulino é coerente com toda a análise de Trotsky já referida acima, na qual ele fala das contradições de um “Estado burguês sem burguesia”.

A necessidade de induzir o desenvolvimento capitalista fica evidente diante da abissal diferença de circunstâncias imaginadas por Marx e Engels e aquelas vividas por Lênin e Trotsky. Esta realidade também tem consequências no ritmo de enfraquecimento do Estado para sua futura extinção, idealizada por Marx como a chegada ao comunismo. O Estado soviético, ao contrário, teve que ser reforçado para atender as necessidades materiais do povo.

*O exemplo soviético e a história do desenvolvimento dos países mais bem sucedidos nos últimos séculos deixa como lição, sim, a necessidade de revalorização da ação do Estado, do planejamento e das políticas públicas para o avanço econômico e especialmente humano. É a partir desse enfoque sobre o papel do Estado que se pode entender também por que ele – ainda que sob uma natureza de classe distinta – não podia começar a desaparecer desde o início da construção da URSS, mesmo sem a ocorrência do stalinismo.*³⁴

A penúria dos meios de existência, resultado do baixo rendimento do trabalho, leva ao crescimento dos antagonismos sociais e ao aumento da coação governamental. Trotsky critica os métodos implantados por Stálin para aumentar a produtividade do trabalho, particularmente o stakhanovismo.

O socialismo, fase inferior do comunismo, exige, sem dúvida, a manutenção de um rigoroso controle das médias do trabalho e do consumo, mas, em todo o caso, pressupõe formas mais humanas de controle do que as inventadas pelo gênio explorador do capital. (...)

34 PAULINO, Robério. *Socialismo no século XX: o que deu errado?* São Paulo: Letras do Brasil, 2010, p. 355

*Na luta pelas normas europeias e americanas, os métodos clássicos de exploração, como o salário por produção, são aplicados sob formas tão nuas e tão brutais que os próprios sindicatos reformistas não poderiam tolerar em países burgueses. (...) Em todo o caso, a propriedade estatal dos meios de produção não transforma a miséria em ouro, não coroa com uma auréola de santidade o sweting system, o sistema do suor, que esmaga a principal força produtiva: o homem. Quanto à preparação da ‘transição do socialismo para o comunismo’, ela inicia-se exatamente no oposto, isto é, não pela introdução do trabalho por produção, mas pela sua abolição, já que é considerado um legado da barbárie.*³⁵

A indigência material e cultural fortalece a burocracia

Trotsky aponta que o programa do Partido Bolchevique subestimou as dificuldades ao prescrever medidas puramente políticas (como elegibilidade e revogabilidade dos mandatários, supressão de privilégios e controle público) para superar a burocracia e tornar o funcionalismo em agente puramente técnico e provisório enquanto o Estado iria, ao poucos, extinguir-se.³⁶

Trotsky define então “a contradição fundamental entre o programa bolchevista e a realidade soviética”: diante da impossibilidade de assegurar-se a igualdade real, uma minoria privilegiada eleva-se acima da sociedade e, ao invés de perecer, o Estado torna-se cada vez mais despótico. Esta situação não decorre dos “restos” das velhas classes dominantes de outrora, mas sim de fatores como a “indigência material, a falta de cultura geral e o ‘direito burguês’ no domínio que interessa mais direta e vivamente a qualquer homem: o da sua conservação pessoal”.³⁷

Neste ambiente de carências materiais e culturais, o Estado soviético acabou por transformar-se em um aparelho controlado pela burocracia e sem nenhum controle do povo:

35 TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*. Global Editora, São Paulo, 1980, p. 60-61.

36 *Idem Ibidem*, p. 44.

37 *Idem Ibidem*, p. 42.

Seja qual for a interpretação que se der sobre a natureza do Estado soviético, uma coisa é incontestável: ao fim dos seus vinte primeiros anos está longe de ter ‘deperecido’, nem mesmo começou a ‘deperecer’, pior, tornou-se um aparelho de coação sem precedente na história; a burocracia, longe de desaparecer, tornou-se uma força incontrolada que domina as massas; o exército, longe de ser substituído pelo povo em armas, formou uma casta de oficiais privilegiados, (...). A fantasia mais exaltada dificilmente conceberia contraste mais impressionante do que o existente entre o esquema do Estado operário de Marx-Engels-Lênin e o Estado à cabeça do qual se encontra hoje Stalin(...).³⁸

Nas suas memórias Serge relata a angústia vivida por ele diante da repressão e das perseguições empreendidas pela Tcheka, a polícia política, que já agia sem um controle real do partido e das massas.

Quanto ao jacobinismo tremendo da revolução russa, parecia-me inevitável. Eu via um imenso perigo na formação, igualmente inevitável, do novo Estado revolucionário, que começava a renegar todas as suas promessas iniciais. O Estado aparecia-me como um instrumento de guerra e não de organização da produção. Tudo se fazia sob pena de morte, pois a derrota seria , para nós, para nossas aspirações, para a nova justiça anunciada, para a nova economia coletiva nascente, a morte sem palavras – e o que a seguir? Eu concebia a revolução como um imenso sacrifício necessário para o futuro; e nada me parecia mais essencial do que nela manter ou reencontrar o espírito de liberdade.

É preciso aprofundar o debate sobre o problema democrático no Estado soviético. Não o faremos neste texto, mas é importante ressaltar que a reflexão crítica não pode satisfazer-se com a simples denúncia da evidente negação da democracia, pois se esse fosse

38 TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*. Global Editora, São Paulo, 1980, p. 39.

a única dificuldade, seria mais fácil solucioná-la³⁹. Entretanto, as contribuições de Rosa Luxemburgo sobre o tema são importantes para situar o patamar de onde partimos nesta discussão.

Desde a prisão, Luxemburgo redigiu um texto denominado “**A Revolução Russa**”, publicado após a morte da revolucionária⁴⁰, com duras críticas à política autoritária que já vinha sendo adotada. Estudiosa da obra de Rosa, Loureiro ressalta que ela “critica, procurando, ao mesmo tempo, compreender” a política dos bolcheviques que se viram forçados, diante do isolamento, a adotar medidas repressivas sobre toda a população com o intuito de deter o avanço da contrarrevolução, o que não teria sido necessário se a revolução na Alemanha tivesse rompido o bloqueio internacional e vindo em auxílio à jovem república soviética. Mas Luxemburgo, ao mesmo tempo em que compreende, alerta que esta necessidade imposta aos bolcheviques não pode ser apresentada como uma virtude e muito menos como a única via e modelo para os partidos de esquerda.⁴¹

O perigo começa quando querem fazer da necessidade virtude, fixar em todos os pontos da teoria uma tática que lhes foi imposta por essas condições fatais e recomendar ao proletariado internacional imitá-la como modelo da tática socialista. (...) Todos nós vivemos sob a lei da história, e só em escala internacional a ordem socialista pode ser introduzida. Os bolcheviques mostram que podem realizar tudo aquilo de que um partido autenticamente revolucionário é capaz nos limites das possibilidades históricas. Não devem querer fazer milagres. Pois uma revolução proletária exemplar e perfeita num país isolado, esgotado pela guerra mundial, estrangulado pelo imperialismo, traído pelo proletariado internacional seria um milagre. O que importa é distinguir,

39 BLACKBURN, Robin. O socialismo após o colapso. In: _____. (Org.). **Depois da queda**. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 110.

40 Rosa Luxemburgo morreu em 15 de janeiro de 1919, em Berlim. Foi fuzilada por paramilitares com carta branca do governo social democrata e seu corpo jogado nas águas de um canal. Karl Liebknecht foi morto na mesma ocasião.

41 LUXEMBURGO, Rosa. **A revolução russa**. Introdução Isabel Maria Loureiro. Rio de Janeiro: Vozes, 1991, p. 21.

na política dos bolcheviques, o essencial do acessório, a substância da contingência. ⁴²

É preciso compreender que as revoluções socialistas do século XX ocorreram em contextos de guerra e tiveram que enfrentar um grande atraso socioeconômico e um pesado assédio militar. Em todas elas, setores do povo que nunca haviam sido verdadeiramente parte do processo democrático tiveram a oportunidade de fazer valer seus interesses. Mas, além disso, pontua Blackburn, “sempre houve também um aparelho político e militar centralizado, que ao mesmo tempo em que orientava a revolução e conferia-lhe estabilidade, impedia o desenvolvimento democrático”. ⁴³

A polêmica sobre os rumos econômicos

O debate sobre os rumos da economia soviética intensificou-se após a doença e morte de Lênin. Para Bukharin⁴⁴, a NEP não seria uma política circunstancial, mas uma aliança estratégica e de longo prazo entre operários e camponeses para estimular o enriquecimento destes últimos, o que enriqueceria toda a sociedade. Já Preobrajensky, porta-voz econômico do setor liderado por Trotsky, propõe impulsionar um desenvolvimento autônomo e rápido por meio da prioridade à construção acelerada e ao aprimoramento da indústria, com uma política de trocas não equivalentes entre a cidade e o campo que privilegiasse os interesses da indústria. ⁴⁵

42 LUXEMBURGO, Rosa. **A revolução russa**. Introdução Isabel Maria Loureiro. Rio de Janeiro: Vozes, 1991, p. 97.

43 BLACKBURN, Robin. O socialismo após o colapso. In: _____ (Org.). **Depois da queda**. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.112.

44 Sobre Bukharin e suas ideias ver: COHEN, Stephen. **Bukharin, uma biografia política**. Paz e Terra, São Paulo, 1990.

45 PAULINO, Robério. **Socialismo no século XX: o que deu errado?** São Paulo: Letras do Brasil, 2010, p. 111-112.

Com o partido já sob o controle de Stalin, a NEP segue até 1926, quando a 15ª conferência do partido decide fortalecer a hegemonia da indústria para alcançar e ultrapassar os países capitalistas mais avançados no menor tempo possível. Sob os protestos de Preobrajensky e Trotsky, que não reconhecem nesta política a sua proposta econômica, são retomadas as requisições dos produtos camponeses e termina o acordo que havia concedido a estes maior autonomia. O resultado é a oposição frontal dos kulaks (camponeses proprietários de terras) ao governo, cuja resposta é a coletivização forçada dos campos, com métodos de terror e a eliminação física dos opositores. É o triunfo do “socialismo real”.⁴⁶

Postone, teórico da vertente marxista conhecida como “crítica do valor”⁴⁷, dirige suas críticas ao que chama de “fraquezas do marxismo tradicional”, as quais ficam particularmente evidentes, segundo ele, na análise do “socialismo realmente existente”, pois

a União Soviética foi geralmente considerada socialista por ter abolido a propriedade privada e o mercado; a ausência continuada de liberdade foi atribuída a instituições burocráticas repressivas. Mas essa posição sugere que não existe relação entre a natureza da esfera socioeconômica e o caráter da esfera política. (...) Nessa estrutura, a relação entre o socialismo e a liberdade se tornou contingente; isso implica que uma crítica histórica do capitalismo desenvolvida do ponto de vista do socialismo não pode ser considerada uma crítica dos

46 PAULINO, Robério. *Socialismo no século XX: o que deu errado?* São Paulo: Letras do Brasil, 2010, p.113-115.

47 A crítica do valor surgiu nos anos 1980 em artigos publicados por autores como Robert Kurz e Moishe Postone nas revistas *Krisis*, na Alemanha, e *Exit!*, nos Estados Unidos, respectivamente. Anselm Jappe faz parte da mesma vertente. Para Kurz, a crítica do valor é uma “macroteoria negativo-emancipatória”, constituída “enquanto crítica categorial do sistema produtor de mercadorias (...)”. Ele sustenta que a crítica da esquerda ao capitalismo restringiu-se “ao respectivo modo da socialização capitalista ainda inacabada, e nunca às determinações categoriais essenciais da relação do capital”. Por isso, ela ficou presa às categorias burguesas de valor, mercadoria, dinheiro, Estado, nação e democracia, entre outras, e buscou modificar, mas nunca superar, tais categorias, com uma carência de crítica conceitual que leva o “anticapitalismo de esquerda” a cair no vazio. (KURZ, Robert. *Razão Sangrenta*. Ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. Hedra: São Paulo, 2010, p. 39).

fundamentos da falta de liberdade e alienação do ponto de vista da emancipação humana em geral. Esses problemas indicam os limites da interpretação tradicional. Demonstram que uma análise do capitalismo concentrada exclusivamente no mercado e na propriedade privada não serve como a base adequada para uma teoria crítica emancipadora. ⁴⁸

Para Postone, uma variante do “marxismo tradicional” legitimou o “socialismo realmente existente” em países nos quais a abolição do modo de distribuição liberal burguês serviu para ocultar a permanência do modo de produção determinado pelo capital⁴⁹. O socialismo realmente existente não foi uma negação do capitalismo, mas uma forma diferenciada de acumulação de capital, uma “forma mais rígida, vulnerável e opressiva do capitalismo intervencionista-estatal”.⁵⁰

O socialismo não é uma mera operação jurídica ou econômica

As contribuições de Trotsky dialogam – não sem outras grandes diferenças – com a crítica à ideia de que o socialismo seria definido fundamentalmente pela estatização dos meios de produção promovida por um Estado ‘operário’, e por outro lado, pelo planejamento econômico que supostamente acarretaria o fim da anarquia da produção. Segundo Naves, a escola althusseriana e algumas correntes maoístas combateram esta concepção do socialismo oriunda do stalinismo, que mesmo assim manteve a hegemonia no interior do debate marxista.⁵¹

Para Bettelheim, estudioso do processo soviético por toda a sua vida, a concepção que predominou no marxismo europeu “não é outra coisa senão uma forma particular daquilo que Lênin

48 POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 25-26.

49 *Idem Ibidem*, p. 57.

50 *Idem Ibidem*, p. 28.

51 NAVES, Márcio Bilharinho. (Org.). *Análise Marxista e sociedade de transição*. Campinas: IFCH, 2005, p. 5.

chamou de economicismo”. Para Bettelheim, em 1975, a URSS tinha “relações de exploração semelhantes as que existem nos outros países capitalistas, embora a forma de existência dessas relações assuma um caráter particular, que é precisamente do capitalismo de Estado”.⁵²

Naves também entende que as condições da sociedade soviética autorizam a “pensar em uma formação social constituída, assim, como um capitalismo de Estado”. Ele ressalta que na ausência de condições políticas para o domínio da classe trabalhadora e diante da persistência de relações de produção de natureza capitalistas ainda intactas, uma nova classe burguesa emerge na sociedade soviética a partir das funções exercidas pelos “funcionários do capital”, cujo caráter burguês independe da sua origem de classe. São eles que tomam as decisões sobre a produção e seu destino, se apropriam do sobreproduto e dirigem o processo de valorização do capital e de geração de mais-valor. Esta nova burguesia, na visão de Naves, exerce o domínio mediado pelo Estado e se distingue da antiga burguesia privada pelo fato de não possuir o título de propriedade dos meios de produção.⁵³

Naves afirma ainda que a visão stalinista do socialismo substitui as categorias marxistas pela ideia de que a mera transferência da propriedade dos meios de produção da burguesia para o Estado teria assegurado o fim do capitalismo na URSS. O socialismo seria, assim, uma operação jurídica e não uma transição que permite superar as determinações do capital. Entretanto, pondera Naves, a nacionalização das empresas não suprime as relações de produção capitalistas, cuja essência não se transforma através de medidas jurídicas. Essa essência é a separação entre os meios de produção e o trabalhador expropriado da sua “potência mental”, transformado em mero “apêndice da máquina”. Tal forma de organização assegura a reprodução da exploração da força de

52 BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética*. Revista Ensaios de opinião. Editora Inúbia, Rio de Janeiro, 1975, p. 49.

53 NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e Direito: um Estudo sobre Pachukanis*. Boitempo editorial. São Paulo, SP, 2000, p. 119.

trabalho e da valorização do valor e dá ao capitalista a possibilidade de exercer o domínio completo sobre o trabalhador, de expropriá-lo do saber técnico e de limitá-lo à execução de ordens.⁵⁴

*É evidente, portanto, que somente com a ‘desmontagem’ da organização capitalista do processo de trabalho, com a superação da divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, e entre as tarefas de direção e as tarefas de execução, é que será possível à classe operária a reapropriação das condições materiais da produção e a consequente extinção do processo de valorização.*⁵⁵

Naves aponta que assim como a expropriação por si mesma não põe fim à exploração, o controle do Estado pelo partido operário não garante o poder político sob controle do proletariado. Para que isto ocorra é preciso que o Estado sofra profundas transformações.

*Essas transformações devem afetar particularmente o núcleo repressivo e burocrático do Estado, permitindo que as massas substituam elas próprias as forças armadas e exerçam um controle permanente sobre os quadros burocráticos. São essas as condições mínimas que garantem que o Estado não venha a continuar a servir como instrumento de dominação voltado contras as massas. Essas transformações devem levar a um ‘enfraquecimento’ relativo do Estado e a um reforço das organizações de massa. Ora, esse processo depende da iniciativa e da luta dos trabalhadores, ele não pode ser o resultado de medidas administrativas, de uma reforma burocrática. Na ausência desse esforço político de revolucionarização do Estado, a forma burguesa do Estado se fortalece e se reproduz.*⁵⁶

54 *Idem.* Stalinismo e Capitalismo. In: NAVES, Márcio Bilharinho (ORG). Análise Marxista e sociedade de transição. Campinas: IFCH, 2005, p. 57-58.

55 NAVES, Márcio Bilharinho. Stalinismo e Capitalismo. In: NAVES, Márcio Bilharinho (Org.). **Análise Marxista e sociedade de transição.** Campinas: IFCH, 2005, p. 59.

56 *Loc. cit.*

Turchetto aponta na mesma direção de Naves ao enfatizar que não é a troca mercantil que realiza a exploração capitalista, pois ela é apenas uma manifestação fenomênica e fetichista da relação específica que subordina o trabalho ao capital. É no processo de subsunção real do trabalho ao capital, isto é, da perda, por parte da classe trabalhadora, da propriedade, do conhecimento e do domínio sobre os meios de produção, que se funda a expropriação real dos produtores, a subordinação do trabalho à valorização do capital e o uso dos meios de produção como instrumentos de domínio sobre os trabalhadores.⁵⁷

Em outros termos, a ‘nova sociedade’ instaurada com a tomada do poder por parte do proletariado se baseia ainda sobre uma produção estruturada segundo as exigências da valorização capitalista, que por suas próprias características ‘objetivas’ reproduz constantemente as condições de subordinação dos produtores; que, portanto, contém nos seus elementos materiais e organizativos a relação de produção capitalista. Nisso, de fato, se encontra o fundamento da permanência da luta de classes no ‘socialismo’: mesmo se a ‘burguesia’ – enquanto classe ‘subjéctiva’, organizada como classe dominante no Estado – tiver sido derrotada com a instauração da ditadura do proletariado, continua a existir o ‘capital’ enquanto relação social de produção que tem a sua existência ‘concreta’ na estrutura das forças produtivas. Isso significa que, enquanto a estrutura material da produção não for transformada (nisso consiste, precisamente, a ‘transição’ ao comunismo), é sempre possível que também se forme outra vez uma nova burguesia, uma nova classe de ‘agentes do capital’ sobre a base da permanência da relação de produção capitalista (isto é, da subordinação real dos trabalhadores aos elementos materiais e à organização do processo produtivo) e da presença desta última em uma divisão social do trabalho (e, portanto, na esfera das relações de distribuição e de circulação) que reproduz

57 TURCHETTO, Maria. As características específicas da transição ao comunismo. In: NAVES, Márcio Bilharinho (org). *Análise Marxista e sociedade de transição*. Campinas, IFCH/Unicamp, 2005. p. 33- 36.

*as divisões, os papéis, a ‘estratificação social’ próprias da sociedade burguesa.*⁵⁸

Por fim, Turchetto sintetiza o problema quando aponta que a instauração de relações de produção de tipo comunista tem que coincidir com a transformação da estrutura material, técnico-organizativa da produção. Este processo é longo e difícil e não pode ser realizado por decreto, o que não implica em abandonar a perspectiva revolucionária, mas sim em compreender

*a transição ao comunismo como um processo na verdade árduo e ‘distante’ (ainda que isso não queira dizer necessariamente – é bom deixar claro – distanciar-se da ‘perspectiva revolucionária’, compreendida como momento inicial da transição representada pela tomada do poder estatal por parte do proletariado).*⁵⁹

Não há socialismo e muito menos comunismo em um só país

O caráter mundial da economia determina que a revolução também o seja, pois o comunismo não é viável num só país. Para Trotsky, dentro dos limites nacionais o que se pode construir é um “regime transitório”, mesmo que por um longo tempo. Mas se ele se mantiver isolado, as contradições externas e internas o levarão a sucumbir.⁶⁰

Assim como Postone questiona o caráter socialista da ex-União Soviética, Trotsky questiona a então doutrina soviética oficial, que preconizava a ideia de que o socialismo já estava realizado no país, como um estágio inferior do comunismo. Ele sustenta que o socialismo enquanto um estágio inferior do comunismo pressupõe um desenvolvimento econômico superior

58 TURCHETTO, Maria. As características específicas da transição ao comunismo. In: NAVES, Márcio Bilharinho (org). *Análise Marxista e sociedade de transição*. Campinas, IFCH/Unicamp, 2005, p. 30-31.

59 *Idem Ibidem*, p. 31.

60 *Idem*. **A Revolução permanente**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1929/11/rev-perman.htm>. Acesso em 28 jan. 2016, p. 5.

inclusive ao do capitalismo mais avançado. Por isso, a sociedade soviética, o elo mais fraco do capitalismo que àquelas alturas havia apenas alcançado o desenvolvimento capitalista, seria um regime transitório e não socialista.⁶¹

Esta transição foi abortada. Na sociedade soviética, diante da impossibilidade de assegurar-se a igualdade real, uma minoria privilegiada elevou-se acima da sociedade e, ao invés de perecer, o Estado tornou-se cada vez mais despótico. A escassez, a falta de cultura geral e a necessidade humana de conservação pessoal diante das carências materiais e culturais foram os elementos determinantes deste processo⁶². A falência da revolução mundial foi outro fator determinante, pois os bolcheviques não imaginaram que o Estado soviético ficaria isolado por tão longo tempo.⁶³

Trotsky faz uma análise bem diferente daquilo que Postone define como “marxismo tradicional”. Para ele o programa revolucionário dos bolcheviques fundava-se em uma perspectiva internacionalista e abria a “era da revolução comunista universal” ao invés do “socialismo em um só país”, ideia construída por Stalin posteriormente. Por isso, o programa bolchevique não se debruçou sobre “saber qual o caráter que tomaria o Estado soviético se lhe fosse necessário cumprir sozinho durante vinte anos as tarefas econômicas e culturais desde há muito cumpridas pelo capitalismo avançado”.⁶⁴

Se a tentativa inicial – criar um Estado liberto do burocratismo - se chocou, antes de tudo, com a inexperiência das massas em matéria de autoadministração, com a falta de trabalhadores qualificados devotados ao socialismo, etc., outras dificuldades não iriam tardar a se fazer sentir. A redução do Estado a funções de ‘recenseamento e controle’, diminuindo sem cessar as funções de coerção, como o programa exigia, supunha um certo bem-estar. Faltava esta condição necessária. A ajuda do Ocidente não chegava. O poder dos Sovietes democráticos revelava-

61 TROTSKY, Leon. **A Revolução Traída**. Global Editora, São Paulo, 1980.

62 *Idem Ibidem*, p. 42.

63 *Idem Ibidem*, p. 44.

64 TROTSKY, Leon. **A Revolução Traída**. Global Editora, São Paulo, 1980, p. 44.

se incomodativo e mesmo intolerável quando se tratava de favorecer os grupos privilegiados mais indispensáveis à defesa, à indústria, à técnica, à ciência. Uma poderosa casta de especialistas na repartição formou-se e fortificou-se graças à operação, de modo nenhum socialista, que consistia em tirar a dez pessoas para dar a uma. ⁶⁵

O problema da revolução mundial, no qual sempre insistiu Trotsky, foi determinante para o futuro da sociedade soviética e será determinante para qualquer sociedade que inicie um processo de transição.

Em lugar de pôr termo à revolução, a conquista do poder pelo proletariado apenas a inaugura. A construção socialista só é concebível quando baseada na luta de classe em escala nacional e internacional. Dada a dominação decisiva das relações capitalistas na arena mundial, essa luta não pode deixar de acarretar erupções violentas: no interior, sob a forma de guerra civil; no exterior, sob a forma de guerra revolucionária. É nisso que consiste o caráter permanente da própria revolução socialista, quer se trate de um país atrasado que apenas acabou de realizar sua revolução democrática, quer se trate de um velho país capitalista que já passou por um longo período de democracia e de parlamentarismo. ⁶⁶

Tamanha era a importância da revolução mundial para os bolcheviques que, segundo Blackburn, em polêmica com Kautsky, Lênin e Trotsky chegaram a argumentar que a revolução teria sido uma “operação preventiva” para evitar uma vitória contrarrevolucionária na Rússia e para garantir ajuda à revolução em curso nos países mais adiantados, como na Alemanha, que depois acabou derrotada e contribuiu para o isolamento do Estado soviético. ⁶⁷

⁶⁵ *Idem Ibidem*, p. 45.

⁶⁶ TROTSKY, Leon. **A Revolução permanente**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1929/11/rev-perman.htm>. Acesso em: 28 jan. 2016, p. 5.

⁶⁷ BLACKBURN, Robin. O socialismo após o colapso. In: BLACKBURN, Robin (Org.). **Depois da queda**. O

Para Trotsky, o caráter internacional da revolução não é um princípio abstrato, mas decorrente da escala mundial tanto da economia quanto do desenvolvimento das forças produtivas e da luta de classes.

*A revolução socialista começa no âmbito nacional, mas nele não pode permanecer. A revolução proletária não pode ser mantida em limites nacionais se não sob a forma de um regime transitório, mesmo que este dure muito tempo, como o demonstra o exemplo da União Soviética. No caso de existir uma ditadura proletária isolada, as contradições internas e externas aumentam inevitavelmente e ao mesmo passo que os êxitos. Se o Estado proletário continuar isolado, ele, ao cabo, sucumbirá vítima dessas contradições. Sua salvação reside unicamente na vitória do proletariado dos países avançados. Deste ponto de vista, a revolução nacional não constitui um fim em si, apenas representa um elo da cadeia internacional. A revolução internacional, a despeito de seus recuos e reflexos.*⁶⁸

A salvação, isto é, a revolução nos países mais desenvolvidos, não veio. E, como previsto por Trotsky, a revolução russa acabou por sucumbir às pressões da burocratização e das contradições econômicas impostas pelo capitalismo mundial.

O que a Revolução Russa nos ensina?

A conclusão que salta aos olhos diante das contradições e tragédias da revolução russa é que liquidar a escassez é pressuposto indispensável para se alcançar o comunismo, no qual cada um sirva a coletividade de acordo com a sua capacidade e ao mesmo tempo receba deste coletivo de acordo com as suas necessidades. É neste contexto de alto desenvolvimento das forças produtivas que se torna real a possibilidade de desaparecimento da divisão do

fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.132-134.

68 TROTSKY, Leon. *Op. cit.*, p. 5.

trabalho e da oposição entre trabalho intelectual e manual, bem como a sua transformação em uma necessidade vital e não mais um meio de vida. A transição é um período longo e complexo de intensa luta de classes, no qual o Estado e o direito não deixam de ser capitalistas.

Mas o fato de que a sociedade comunista só pode ser erigida em uma sociedade com forças produtivas em alto grau de desenvolvimento não nos leva a negar a revolução socialista nos países de capitalismo pouco desenvolvido, mas sim a compreender o seu caráter permanente. Os diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas e da própria sociedade fazem com que haja uma combinação entre tarefas democrático-burguesas e socialistas. Os países mais atrasados podem iniciar o processo revolucionário e a tomada do poder mais cedo, mas não conseguirão atingir o socialismo antes dos mais avançados.

Há um período de transição no qual será preciso trabalhar por um rápido aumento da massa das forças produtivas. Segundo Marx, isso só poderá ocorrer por meio de “intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações burguesas de produção”, com medidas que revolucionem todo o modo de produção. Elas serão diferentes em cada país e poderão incluir expropriação do latifúndio, imposto progressivo, transporte estatal, centralização do crédito nas mãos do Estado, educação pública e gratuita, entre outras.⁶⁹

Lênin também ressalta que este momento transitório combina traços e propriedades do capitalismo e do comunismo e representa um período de luta entre os dois modos de produção⁷⁰. Lênin define que “na primeira fase do comunismo”, entendida como a sociedade de transição, o direito burguês será conservado em relação à distribuição dos produtos de consumo. Daí resulta

69 MARX, Karl; ENGELS, Frederich. Manifesto do Partido Comunista. In: COUTINHO, Carlos Nelson; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **O manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.; p. 28

70 LENIN. VI. Obras completas, Tomo XXXII, p. 84. Citado por BAMBIRRA, Vania. **A teoria marxista da transição e a prática socialista**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993, p. 83

a necessidade de um Estado burguês, pois o direito requer o aparelho estatal para impor suas normas. Dessa situação decorre a subsistência de um Estado burguês mesmo sem a burguesia no poder⁷¹. Trotsky afirma que neste momento o Estado adquire uma dupla face, pois ao mesmo tempo em que assegura a propriedade coletiva dos meios de produção, o que lhe confere um caráter socialista, não deixa de ser burguês, pois a repartição dos bens se dá segundo os padrões capitalistas⁷².

Naves vai no mesmo sentido quando afirma que o Estado detém uma autonomia relativa que lhe permite permanecer burguês mesmo quando a burguesia não exerça diretamente o domínio sobre ele⁷³. Aponta ainda que são necessárias transformações profundas para enfraquecer o núcleo repressivo e burocrático do Estado, de modo que as massas assumam o controle sobre a burocracia estatal. Esse processo depende da luta e da iniciativa dos trabalhadores, pois não será resultado de medidas administrativas. Sem essa transformação radical, a forma burguesa do Estado se fortalece e se reproduz⁷⁴. Foi o que ocorreu com a sociedade soviética.

A mera transferência da propriedade dos meios de produção da burguesia para o Estado não assegura o fim do capitalismo. O socialismo não é uma operação jurídica, e sim um processo de transição que permite superar as determinações do capital. As relações capitalistas são fundadas na separação entre os meios de produção e o trabalhador. É uma forma de organização do trabalho que assegura a reprodução da exploração da força de trabalho e da valorização do valor e dá ao capitalista a possibilidade de exercer sobre o trabalhador um domínio completo, de expropriá-lo do saber técnico e de limitá-lo à execução de ordens.

71 LENINE V.I. **O Estado e a Revolução**. Obras escolhidas 3 Edições Avante! Lisboa 1985, p. 270.

72 TROTSKY, Leon. **A Revolução Traída**. Global Editora, São Paulo, 1980, p 41.

73 NAVES, Márcio Bilharinho. **A Questão do Direito em Marx**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014, p. 33.

74 Idem. Stalinismo e Capitalismo. In: NAVES, Márcio Bilharinho (Org.). **Análise Marxista e sociedade de transição**. Campinas: IFCH, 2005, p. 59.

A troca mercantil é apenas uma manifestação fenomênica e fetichista da relação específica que subordina o trabalho ao capital. É no processo de subsunção real do trabalho ao capital, isto é, da perda, por parte da classe trabalhadora, da propriedade, do conhecimento e do domínio sobre os meios de produção, que se funda a expropriação real dos produtores. Nele, o trabalho subordina-se à valorização do capital e os meios de produção tornam-se instrumentos de domínio sobre os trabalhadores⁷⁵.

A sociedade de transição ainda se organizará, portanto, segundo as exigências da valorização capitalista, cujas características objetivas reproduzem as condições de subordinação dos produtores. Por isso, a luta de classes não cessa e, pelo contrário, se intensifica no processo de transição. A burguesia terá sido derrotada enquanto classe dominante com a instauração de um poder popular, mas o capital enquanto relação social de produção continuará a existir, pois a estrutura material da produção ainda não terá sido transformada. Essa transformação é o principal desafio econômico da transição⁷⁶.

É a transformação da estrutura material e técnico-organizativa da produção que poderá instaurar relações de produção de tipo comunista. O momento inicial da transição está na instauração de um poder popular, mas processo é árduo e longo⁷⁷.

Durante a transição o direito permanecerá burguês, “um direito da desigualdade, como todo o direito”. Isso porque se a igualdade é medida pelo trabalho e se as pessoas são desiguais física e intelectualmente, a igualdade só pode ser garantida por uma escala de medição desigual. Entretanto, o direito, “pela sua natureza, só pode consistir na aplicação de uma escala igual”⁷⁸. O direito não é um atributo da sociedade humana em abstrato, mas

75 TURCHETTO, Maria. As características específicas da transição ao comunismo. In: NAVES, Márcio Bilharinho (org). *Análise Marxista e sociedade de transição*. Campinas, IFCH/Unicamp, 2005, p. 33- 36.

76 *Idem Ibidem*, p. 30-31.

77 *Idem Ibidem*, p. 31.

78 MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In: MARX ENGELS. *Obras escolhidas em três tomos*. Tomo III. Avante! Lisboa, 1985, p. 15-17.

uma categoria histórica que corresponde a um regime edificado sobre a oposição de interesses privados⁷⁹. Neste sentido, Marx afirma que os trabalhadores não podem formular uma estratégia de luta sob o modelo do direito, pois este está “irremediavelmente” vinculado ao processo de trocas e à sociedade burguesa.⁸⁰

Nesta sociedade de transição o princípio que regula a troca de mercadorias ainda impera, isto é, cada um recebe de acordo com o que produziu e não de acordo com as suas necessidades⁸¹. Como afirma Trotsky, a conquista do poder apenas inaugura a revolução. Nisso reside o caráter “permanente” da revolução, pois, dada a dominação das relações capitalistas em nível mundial, a luta de classes seguirá, sob a forma de guerra civil ou guerra revolucionária⁸².

Verificamos que, em um primeiro momento do processo de transição, será necessário o fortalecimento do Estado, mas com uma intervenção no sentido inverso ao modelo vigente. Ao invés de operar fortemente em favor dos interesses da acumulação, este novo Estado deverá atuar pelo igualitarismo e pela soberania popular. Por isso, ele pode até vir a ser definido como um “Estado operário” ou um “Estado popular”, pelo fato de seu controle não estar mais nas mãos da burguesia, muito embora mantenha seu DNA burguês, pois o modo de produção capitalista não terá sido extinto e, portanto, de uma forma ou outra o Estado seguirá sendo o fiador da acumulação. Neste sentido vimos que Trotsky afirmou, ao referir-se ao Estado soviético, que o Estado pode ter um duplo caráter: socialista, quando defende a propriedade coletiva dos meios de produção e burguês, na medida em que a repartição dos bens ocorre segundo padrões de valor capitalistas.⁸³

Em uma situação de transição ainda anterior ao processo de

79 PACHUKANIS, E.B. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. São Paulo: Acadêmica, 1988, p. 36.

80 NAVES, Márcio Bilharinho. *A Questão do Direito em Marx*. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014, p. 28.

81 MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 15-16.

82 TROTSKY, Leon. *A Revolução permanente*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1929/11/rev-perman.htm>. Acesso em 28 jan. 2016, p. 5.

83 TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*. Global Editora, São Paulo, 1980, p. 41.

coletivização dos meios de produção esse “duplo caráter” fica ainda mais evidente. Nessa condição, igualitarismo e soberania popular se combinam, pois somente a soberania popular - a mais ampla democracia e participação do povo na política - pode garantir que o Estado trabalhe pela redução das desigualdades de forma estrutural e garanta direitos para a maioria do povo. Igualdade e soberania popular são apresentados por Safatle⁸⁴ como dois eixos do que consideramos um Estado de transição. O programa apresentado pelo PSOL na eleição presidencial de 2014 no Brasil e o programa proposto por Sanders nos Estados Unidos também se constituem em exemplos de programas de transição.

Os movimentos que se multiplicaram pelo mundo desde 2011 e tiveram sua expressão no Brasil em junho de 2013 apontam para uma luta antissistema que pauta, das formas mais variadas, a busca por direitos e democracia real. Esses movimentos ainda não têm um horizonte afirmativo mais completo, mas enquanto negação do modelo dado são fundamentais para a construção do novo.

A emancipação humana é uma ideia que tem seu processo de verdade em curso.⁸⁵

Diante do que ocorreu, muitos concluíram que a hipótese comunista fracassou. Na verdade, o “socialismo real” e a socialdemocracia fracassaram no mundo inteiro como hipóteses de construção de um modo de sociabilidade alternativo. No Brasil este fracasso também é do PT, que após 13 anos no poder não realizou qualquer mudança estrutural que pudesse impor alguma resistência à decisão política da burguesia de voltar a exercer o poder político diretamente e não mais aceitar a sua terceirização. Não cabe aqui fazer um balanço deste processo.

84 SAFATLE, Vladimir. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2014, p. 45.

85 BADIOU, Alain. *A hipótese comunista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

A questão que Badiou nos provoca quando afirma que a emancipação humana é um processo de verdade em curso é que o fracasso das experiências passadas não nos autoriza a abandonar a hipótese comunista. Esse foi um fracasso relativo à forma. É preciso buscar o ponto. O ponto, para Badiou, é o momento do processo em que uma escolha decidiu o devir de todo o processo, e o fracasso remete à decisão errada naquele ponto. Ao compreender o ponto do fracasso, ele torna-se uma lição que se incorpora na construção de uma nova verdade.

O balanço tático e estratégico das derrotas sofridas permite uma mudança de paradigma e a criação de novas formas de organização e de intervenção política. A hipótese comunista, isto é, a hipótese de que é possível a emancipação humana da perversa necessidade permanente de reprodução e valorização do capital, não foi derrotada. Ela ainda não se realizou, mas seu processo de verdade está em curso. A história está em permanente devir. Sigamos em busca dos caminhos da transição.

8 de março, revolução russa e o protagonismo das mulheres¹

Giovanna Marcelino²

Em 2017, estamos comemorando exatamente cem anos da história de dois eventos que foram fundamentais para o movimento de trabalhadores no mundo: a criação do Dia Internacional de Luta das Mulheres e a Revolução Russa.

Celebrar, no mesmo ano, o centenário das duas datas não é mera coincidência. O presente texto visa apresentar justamente o nexos que elas guardam e por que é tão importante lembrá-lo na atual conjuntura econômica e política em que vivemos.

8 de março de 1917: um prenúncio da revolução

Uma das versões mais difundidas sobre a história do 8 de março relata que a data surgiu quando cerca de 130 trabalhadoras morreram carbonizadas, após um trágico incêndio em uma fábrica de camisas em Nova York, em 1911. Tal incêndio teria sido causado intencionalmente pelo proprietário da fábrica como forma de retaliação à greve organizada pelas mulheres naquele dia, que protestavam contra à exploração e às condições insalubres de trabalho.

Embora esse episódio ter de fato acontecido, tornando-se um marco para as lutas operárias e femininas da época, a escolha de uma data específica para a comemoração da luta das mulheres internacionalmente na verdade está fortemente relacionada a outro processo, fomentado pela organização das mulheres trabalhadoras na Rússia.

1 Originalmente publicado em [http:// portaldeizquierda.com/2017/03/8-de-marco-revolucao-russa-e-o-protagonismo-das-mulheres/](http://portaldeizquierda.com/2017/03/8-de-marco-revolucao-russa-e-o-protagonismo-das-mulheres/)

2 Mestranda em Sociologia na USP, militante do Coletivo Nacional *Juntas!* e do PSOL-SP.

Como mostram diversos registros, o 8 de março foi concebido pela primeira vez em 1910, durante o II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, que reuniu mulheres de mais de 17 países com o objetivo de canalizar internacionalmente os esforços da luta pela obtenção do direito feminino ao voto. Nesse momento, o “Dia da Mulher” foi idealizado nos seguintes termos:

(...) De acordo com as organizações políticas e sindicais com consciência de classe do proletariado de seus respectivos países, as mulheres socialistas de todas as nacionalidades têm de organizar um Dia da Mulher (Frauentag) especial, no qual, antes de tudo, há de se promover a propaganda do sufrágio feminino. Essa reivindicação deve ser discutida em relação com toda a questão da mulher, segundo a concepção socialista. O Dia da Mulher deve ter um caráter internacional, e ser cuidadosamente preparado.

Mas a data consagrou-se definitivamente a partir de uma grande mobilização ocorrida na Rússia no dia 23 de fevereiro de 1917 (no calendário juliano, 8 de março no calendário gregoriano), momento em que o país passava por um período econômico e político crítico, derivado da miséria, da falta de abastecimento e do sentimento de revolta com as mortes geradas pela guerra iniciada em 1914.

O grau de insatisfação da massa camponesa e operária russa com essa situação era latente, o que logo culminou num processo explosivo de revolta popular. O resultado foi uma mobilização geral – que resultou na chamada Revolução de Fevereiro – cujas reivindicações iniciais eram a saída da guerra, por mais terras aos camponeses e o fim da fome.

E o fato é que tal processo foi desencadeado por uma greve geral de mulheres. Ela foi iniciada por uma manifestação espontânea, em que mulheres operárias do setor têxtil abandonaram seus postos de trabalho nas fábricas e tomaram às ruas de Petrogrado. Aproximadamente 90 mil trabalhadoras

manifestaram-se contra o czarismo e a participação russa na 1ª Guerra Mundial, com cartazes que pediam “igualdade, pão, paz e terra”. Tal manifestação foi logo apoiada pelos operários, que se somaram em solidariedade, culminando no dia seguinte em outra grande mobilização geral na capital da Rússia, com as palavras de ordem “Chega de autocracia!”, “Chega de guerra!”. Ali, nascia uma revolução.

Em *História da Revolução Russa*, Trotsky relata como as mulheres foram vanguarda dessa revolução:

(...) O 23 de fevereiro era o Dia Internacional da Mulher. Os elementos social-democratas se propunham a festeja-lo na forma tradicional: com assembleias, discursos, manifestos, etc. Não passou pela cabeça de ninguém que o Dia da Mulher pudesse se converter no primeiro dia da revolução. Nenhuma organização fez um chamamento à greve para esse dia. A mais combativa organização bolchevique, o Comitê do setor operário de Víborg, aconselhou que não se fosse à greve. (...) Tal era a posição do Comitê, ao que parece unanimemente aceita, às vésperas do 23 de fevereiro. No dia seguinte, omitindo suas instruções, declararam-se em greve as operárias de algumas fábricas têxtis e enviaram delegadas aos metalúrgicos, pedindo-lhes que acompanhassem o movimento. (...) É evidente, portanto, que a Revolução de Fevereiro começou de baixo, vencendo a resistência das próprias organizações revolucionárias; com a particularidade de que essa iniciativa espontânea seguiu a cargo da parte mais oprimida e coibida do proletariado: as operárias do ramo têxtil, entre as quais há de se supor que houvesse não poucas mulheres casadas com soldados.

O resultado imediato da iniciativa política das operárias russas em Petrogrado foi a queda da autocracia czarista e a derrubada da dinastia dos Romanov, que governava a Rússia desde 1613. E isso foi só o começo. Tal mobilização espontânea e explosiva das massas foi aos poucos se referenciando nos ideais bolcheviques. As palavras de ordem contra a fome e a guerra se transformaram

no desejo de auto-organização do povo, que culminou no ressurgimento dos soviets, criados na experiência política de 1905. Assim, novas aspirações populares surgiram – aumentos salariais, melhores condições de trabalho, controle operário da produção, eleições constituintes, etc. – convergindo-se com a radicalização das lutas – greves operárias, boicotes patronais, ocupações de terra, etc. –, que levaram à tomada de poder em outubro do mesmo ano.

De subalternas a revolucionárias

O protagonismo das operárias na Revolução de Fevereiro na Rússia, além de decisivo para os rumos da história naquele país, transformou o sentido do papel político e social das mulheres no mundo todo.

Isso se explica pelo próprio contexto de profundas mudanças sociais e econômicas pelas quais passavam as sociedades modernas naquele momento com a industrialização. Assim, um dos fatores determinantes para a revolta e organização das mulheres em movimentos políticos, que culminou inclusive no surgimento de um período intenso de atividades feministas em todo mundo³, tem origem na própria incorporação das mulheres no mundo do trabalho como mão-de-obra barata.

Na Rússia, entre 1914 e 1917, milhares de mulheres se tornaram trabalhadoras da indústria. A esmagadora maioria vivia uma vida miserável, enfrentando péssimas condições de trabalho nas fábricas, a fome, o analfabetismo, uma situação que se agravava pelo fato de não possuírem praticamente nenhum direito civil e político garantido pelo Estado. Concentradas nos setores têxtil e de alimentos, em ofícios menos valorizados e qualificados, constituíam um dos setores mais explorados da

3 Período que foi denominado posteriormente como a “Primeira Onda do Feminismo”, iniciada no final do século XIX, marcada por um conjunto de lutas que reivindicavam direitos iguais de cidadania (direito à educação, propriedades e posses de bens, divórcio), e cujo ápice foi a luta sufragista pelo direito ao voto feminino.

classe trabalhadora, com jornadas de trabalho exaustivas, dentro e fora da fábrica, já que a entrada no mundo do trabalho não as eximiu das responsabilidades domésticas e da maternidade no âmbito privado da família.

Assim, a pressão sofrida dentro do ambiente de trabalho e do lar, combinada à exclusão da vida política, foi um fator decisivo para a organização do movimento de mulheres. Mas isso em si não era algo fácil, devido ao alto nível de vulnerabilidade, bem como de estigmatização produzido pela sociedade. Por isso, não se pode deixar de destacar a contribuição do feminismo socialista para o encorajamento da militância de mulheres.

No bojo desse período efervescente das lutas operárias, a estratégia de organizar mulheres trabalhadoras foi logo compreendida pelas socialistas como algo essencial. “Apenas junto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso”, propagava Clara Zetkin⁴. Assim, a necessidade de promover uma agitação e propaganda direcionada para as especificidades das mulheres russas foi umas das primeiras conclusões tiradas na época. Desse processo, nasceram a revista das operárias alemãs *Die Gleichheit* (A igualdade), editada por Zetkin, que atingiu uma tiragem de 124 mil exemplares em 1914, e a revista russa *Rabôtnitsa* (Trabalhadora), cujo primeiro volume foi publicado no Dia Internacional da Mulher de 1914, e que abarcava em seu conselho editorial Inês Armand, Alexandra Kolontai e Nadêjda Krupskaya (companheira de Lenin). Ambas as revistas tinham o intuito de avançar na conscientização das mulheres trabalhadoras desprovidas de educação formal e foram fundamentais para dar voz e fortalecer as demandas feministas no interior do movimento operário.

Assim, a formação de dirigentes mulheres – em que podemos destacar importantes nomes, às vezes pouco citados na história da Revolução Russa, como Kolontai, Krupskaya, Armand, Yelena Stassova, Klavdia Nikolayeva, Konkordia Samoilov, Varvara

4 Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1896/10/16.htm>

Yakovleva, Vera Slutskaya, Yevgenia Bosh, Anna Yelizarova, Maria Ulyanova, Maria Bochkareva⁵ – tornou-se uma realidade e foi imprescindível para o desenvolvimento do processo revolucionário. Além disso, as mulheres socialistas contribuíram fortemente para o desenvolvimento, atualização e ampliação do marxismo, travando debates que culminaram na conquista de uma série de direitos fundamentais, que países capitalistas avançados demoraram décadas para conquistar. Entre eles, podemos destacar: a igualdade de direitos civis e políticos, a substituição do casamento religioso pelo casamento civil, o direito ao divórcio, o direito ao voto e o direito ao aborto, alcançado em novembro de 1920 – e que fez da Rússia o primeiro Estado do mundo a permitir a interrupção da gravidez como uma questão de saúde pública. Todos esses direitos foram forjados através de uma legislação de transição, outorgado às mulheres após a Revolução de Outubro. Além disso, as socialistas protagonizaram debates bastante avançados sobre libertação sexual e relacionamentos livres, que guiam debates sobre o tema até hoje.

Ainda assim, seguindo os estudos de Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1844)⁶, as mulheres russas sabiam que seus direitos somente seriam plenamente conquistados quando o trabalho doméstico realizado pela mulher também fosse socializado. Tal compreensão gerou formulações políticas sobre meios de acabar com a opressão à mulher pela raiz – entre eles, garantir a igualdade de gênero socializando o trabalho de alimentação, limpeza, criação e educação dos filhos, etc., por meio de serviços públicos garantidos pelo Estado

5 Como registra Kolontai, em “Mulheres militantes nos dias da Grande Revolução”: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/ano/mes/militantes.htm>

6 *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1844) de Engels é considerado um livro que exerceu influência no embasamento teórico do feminismo marxista, sobretudo na tentativa de compreender as origens da opressão da mulher sob a ótica do desenvolvimento dos modos de produção. Segundo ele, a organização familiar capitalista colocou a mulher em situação de subordinação em relação ao homem por meio do trabalho doméstico. Por isso, somente o socialismo poderia criar as condições plenas para tal libertação, ao apostar numa organização familiar que correspondesse ao papel das mulheres, tornando o cuidado da casa, o cuidado e a educação das crianças em assuntos de ordem pública.

(escolas, refeitórios, lavanderias, creches públicas, etc.). Isso fez com que a experiência soviética servisse de base para importantes avanços e acúmulos políticos, reivindicados até hoje.

Nessa lógica, a conquista de direitos políticos e civis era visto como um primeiro passo importante para se revolucionar o papel da mulher, sendo a emancipação da mulher, por sua vez, fundamental para a construção efetiva de uma sociedade justa e igualitária. Entretanto, o processo de burocratização do Estado soviético durante o período do stalinismo infelizmente impediu que as mulheres avançassem nesse sentido. O governo de Stalin imprimiu retrocessos profundos às conquistas alcançadas no período anterior. Em 1936, anunciou um novo Código da Família, que previa a proibição do aborto, bem como o desencorajamento ao divórcio.

Isso fez com que se revelasse com mais força o que Kollontai definiu como a “tarefa infinda” de libertação das mulheres. O que ficou de fato comprovado é que a criação de uma “mulher nova” só é forjada por meio de sua libertação plena, que se dá junto com a da classe trabalhadora como um todo. Essa tarefa infinda, que se tornou inacabada após o período stalinista, está posta ainda hoje. Por isso, continuamos a levantar nossas bandeiras, junto a luta de transformação radical da sociedade capitalista.

Em 2017, as mulheres estão na vanguarda

Como assistimos nas últimas décadas, o sistema capitalista tentou sistematicamente, por meio da mídia e seus aparelhos ideológicos, subverter o significado do 8 de março, tornando essa data em mais um dia de compras e entrega de flores e presentes. Mas essa situação tem mudado nos últimos anos. Após a eclosão da “Primavera Feminista” em diversos países, as mulheres têm se demonstrado cada vez mais dispostas a resgatar o real significado desse dia histórico. E o 8 de março desse ano revela isso à tona.

Após o grande levante de luta contra a violência à mulher que tomou a América Latina sob a consigna do “Nem Uma a Menos”, e dando sequência à vitoriosa Marcha de Mulheres à Washington nos Estados Unidos contra Donald Trump, o Dia Internacional de Luta das Mulheres de 2017 novamente reunirá centenas de milhares de mulheres no mundo inteiro, configurando uma verdadeira mobilização internacional de luta por mais direitos. E o sentido universal que tem unificado as marchas e greves que acontecerão em todo o mundo é a luta contra os governos neoliberais, machistas, racistas e xenófobos que tiram os direitos do povo – de Trump a Temer no Brasil.

Assim, além de colocar em outro patamar a luta feminista após décadas – reconectando a luta histórica contra o machismo com a perspectiva antissistêmica –, tudo indica que o 8 de março desse ano também será fundamental do ponto de vista do fortalecimento de alternativas políticas de esquerda frente à complexa situação mundial em que vivemos, tomada por uma profunda crise econômica, social e política.

Em 2017, as mulheres serão um dos primeiros setores sociais organizados a resistir contra os planos de corte e ajuste aplicados pelos governos. O êxito desse processo pode contagiar e servir de exemplo para a luta anticapitalista e anti-imperialista em escala internacional. Há cem anos atrás, o 8 de março de 1917 inaugurou um novo momento histórico no mundo. Hoje, vale nos questionarmos sobre as semelhanças entre a explosão da revolta das operárias russas na Revolução de Fevereiro e as características do movimento de mulheres atual – do grau de espontaneidade aos nexos que guardam com uma situação econômica e política insustentável para a população. Um século depois, seriam as mulheres novamente o estopim para uma nova virada histórica?

**REORGANIZAÇÃO
DA ESQUERDA
E DESAFIOS DO PSOL**

“Junho é o determinante” – Entrevista com Alvaro Bianchi, Daniela Mussi e Ruy Braga¹

Charles Rosa, Giovanna Marcelino e Gustavo Rego²

No dia 3 de março, tivemos a oportunidade de conversar com Alvaro Bianchi, Daniela Mussi e Ruy Braga – cofundadores do *Blog Junho* – após o anúncio de sua filiação ao PSOL, oficializada semanas depois em ato com presença de Luciana Genro, das vereadoras Sâmia Bomfim (São Paulo), Mariana Conti (Campinas) e de Vladimir Safatle. Animados com a notícia, realizamos esta entrevista, buscando conhecer um pouco mais sobre suas trajetórias, sua avaliação a respeito da conjuntura internacional e nacional e suas reflexões sobre o desafio de reorganização da esquerda no Brasil e no mundo. É o que apresentamos a seguir.

Movimento – Alvaro, Daniela e Ruy, muito obrigado pela entrevista para a revista Movimento. Vocês anunciaram recentemente sua filiação ao PSOL após um longo período de experiência militante anterior. Falem um pouco sobre a trajetória de vocês. Por que, afinal, essa escolha pelo PSOL?

Alvaro Bianchi – Bom, todos nós temos não uma trajetória idêntica de militância, mas uma trajetória que, pelo menos nos últimos anos, foi relativamente homogênea. Essa trajetória, de mais ou menos vinte anos, se caracterizou (da minha parte e do Ruy primeiro) por uma militância que nós poderíamos chamar de “político-intelectual” ou “político-cultural”. Ela se expressou primeiramente na Revista Outubro e depois numa

1 Alvaro Bianchi é professor no Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Daniela Mussi é pós-doutoranda na Universidade de São Paulo e editora da Revista Outubro; Ruy Braga é professor no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP).

2 Charles Rosa é coordenador do Observatório Internacional da Fundação Lauro Campos; Giovanna Marcelino é mestranda em Sociologia na USP e militante do Coletivo Nacional *Juntas!*; Gustavo Rego é mestrando em Sociologia na USP e militante do PSOL-SP.

série de iniciativas que nós fomos tendo ao longo do tempo. Posteriormente, a Daniela se somou a estas iniciativas.

A *Revista Outubro*, eu e o Ruy fundamos juntamente com outras pessoas, em 1998, e atualmente a Daniela é secretária de redação. Nós fizemos uma transição, de tal forma que eu e o Ruy saímos da coordenação cotidiana da revista e uma nova equipe se constituiu. Hoje, inclusive, a revista comporta uma maioria de mulheres, algo que nos deixou bem contente.

Como nós víamos essa militância? Ela tinha um caráter, digamos, interno (ou seja, ela estava voltada para o interior da esquerda e, em particular, da organização na qual a gente militava) e visava procurar assentar as bases para uma política mais aberta, menos sectária, que dialogasse com movimentos sociais e outras forças políticas, além de visar uma clara tentativa de renovação do marxismo, ou do “marxismo revolucionário” como nós gostávamos de dizer. E isto é o que fundamentalmente nós temos feito nos últimos anos. Claro que esse tipo de atuação está muito inspirado pela maneira como Antonio Gramsci – que é um autor que todos nós lemos muito – via o lugar do intelectual na política, bem como a relação destes intelectuais com os movimentos sociais.

Avaliamos que esse processo e essa política cultural foi, em certos aspectos, extremamente bem-sucedida, na medida em que nós consolidamos algumas iniciativas. Mas consideramos que ela fracassou naquela que era a nossa aposta principal: a capacidade de renovação do PSTU (organização na qual nós militávamos). Não conseguimos nem provocar uma abertura da organização, nem torná-la menos dogmática. Sempre ocupamos uma posição à margem da organização, e isso nunca nos preocupou, pois era uma opção nossa. Mas o efeito do nosso esforço se realizou de uma maneira diferente daquela que nós inicialmente tínhamos imaginado. E quando percebemos que esse já era um processo cristalizado, ou seja, de que a possibilidade de mudança ou de

reforma era inexistente, nós resolvemos sair da organização e seguir um caminho diferente.

E o PSOL se colocou como uma opção evidente. Nós gostamos de dizer que viemos de perto. Ou seja, de que sempre trabalhamos, primeiro, com gente da esquerda do PT, no interior da revista e de outros projetos, depois com gente que milita no PSOL organizadamente ou que é simpatizante do partido. E sempre vimos a esquerda como uma área ou um território heterogêneo, e que nós deveríamos aprender ou nos esforçar para trabalhar neste território diversificado.

Daniela Mussi – Eu tenho uma trajetória um pouco diferente, porque na verdade vim do movimento estudantil, além de ser mais jovem. Entrei na universidade em 2002, fui do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPR, no Paraná, do Centro Acadêmico e da União Nacional dos Estudantes (UNE) e participei da fundação do PSOL. Na verdade, eu vinha da base da Democracia Socialista (DS), no PT. Quando a Heloísa Helena foi expulsa, praticamente a juventude inteira da DS e do partido no Paraná rompeu com o PT, e eu acompanhei esse movimento de saída. Pra mim foi um momento muito importante. Acredito que de certa forma Junho de 2013 se conecta em termos de impacto na esquerda ao que foi a Reforma da Previdência no governo Lula e do processo que deu origem ao PSOL.

Assim, eu fui do PSOL do processo de fundação até 2012. E eu saí do PSOL, porque na época sentia muita falta de espaço para atuar numa esfera, digamos, “de transição”, que era a de não ser mais do movimento estudantil e não estar (ou não ter perspectiva de estar) em nenhum sindicato. Então, eu me sentia muito deslocada, e na época eu já participava da *Revista Outubro* – na qual entrei em 2010, Pra mim, era uma coisa muito gritante a ausência de espaço para desenvolver alguma coisa que não fosse militância sindical ou estudantil dentro do PSOL e o que eles faziam dentro do PSTU.

Por isso eu fui para o PSTU. Na verdade, eu nunca cheguei a ter muita familiaridade com o que era a estrutura partidária, mas o trabalho intelectual que existia no partido me interessava muito. Eu entrei e fui acompanhando o desenvolvimento do ciclo final dessa experiência intelectual da qual o Ruy e o Alvaro fizeram parte. Então, do meu ângulo, era uma coisa muito curiosa, porque ao mesmo tempo em que eles desenvolviam um trabalho intelectual extremamente fértil, rico, aquilo era contido dentro da estrutura do partido. Havia uma luta permanente por oxigênio. Eu fui acompanhando esse trabalho, e, depois de 2013, não teve mais espaço. O pouco do oxigênio que entrava foi ficando rarefeito. Quando chegou 2014, começamos a ouvir os balanços dos processos de realinhamento gerados pelas jornadas de Junho, e o PSTU ficou inviável. Ruy e Alvaro saíram primeiro, e eu saí um pouco depois, porque tive uma militância local em Curitiba na época. Mas acabou que todos nós saímos e imediatamente começamos a planejar a retomada desse projeto intelectual fora do partido, o que deu origem ao *Blog Junho*, não por acaso com esse nome. Era um pouco o que a gente queria fazer vibrar na época, aquilo que a gente sentia que tinha dado sentido a essa nova etapa.

Alvaro – Junho é o determinante. Junho é o que nos leva a concluir que aquela estrutura tanto não era mais útil, como era irreformável – essas foram as duas conclusões que chegamos.

Daniela – Não só a gente, a própria direção do PSTU começa a pressionar nesse sentido, num movimento recíproco, digamos assim.

M – Antes de entrar nos temas nacionais, vale uma palavra sobre a complexa situação internacional. Desde a eclosão da crise mais recente do capitalismo em 2008, vimos surgir novos levantes em todo o mundo: Primavera Árabe, *Occupy*,

Gezi (Turquia), Junho (Brasil). No entanto, anos depois, assistimos à ascensão de Trump, ao fortalecimento eleitoral de partidos de extrema direita na Europa, à contraofensiva de Putin e Assad na Síria, entre outros fenômenos. É correto dizer que vivemos uma polarização na situação mundial? Por que as mobilizações de massa de anos recentes tiveram dificuldade de converter-se em alternativas políticas vitoriosas?

Ruy Braga – O começo da pergunta já pontua bem: 2008 foi um ano divisor de águas. Em 2008, ocorreu o advento de uma crise, num primeiro momento financeira, e que depois evolui e se torna uma crise propriamente econômica. A globalização da crise atingiu a Europa e provocou a desaceleração chinesa, a qual impactou diferentes dinâmicas globais, em especial, os BRICs.

Tudo isso teve repercussões. No caso brasileiro, houve uma primeira fase neodesenvolvimentista – quando Lula revê uma política profundamente financeirizada, retoma o investimento, e a Dilma tenta alçar o PAC como seu principal programa –, e que depois também naufraga. Nesse momento, se vê um processo de direitização da política - a despeito de haver a eclosão de movimentos sociais e uma crescente radicalização de uma parte da esquerda –, no qual se desenvolvem os acontecimentos mais recentes, como o golpe, etc.

O que eu quero dizer é o seguinte: houve um processo de crise financeira que se transformou em crise econômica; tal crise econômica, se transformou, por sua vez, em crise política. Esta tem desafiado os limites da democracia no interior das sociedades nacionais, que não são desenhadas para resolver o problema nos limites de um sistema democrático, porque a rigor estão submetidos a um processo de, alguns diriam, chantagem das finanças.

Deve ser destacado que há uma polarização, que se distribui de maneira desigual, não favorecendo na mesma medida direita e

esquerda. O caso emblemático e mais importante nesse sentido é o dos EUA. Primeiramente, houve o movimento *Occupy Wall Street* (OWS), que se nutriu da dinâmica e dos métodos mais horizontalizados, das coalizões sindicatos-movimento, em grande parte fomentados pela experiência dos Fóruns Sociais Mundiais.

Nos últimos anos, essa polarização se acirrou: por um lado, há a ascensão, de extrema relevância, da candidatura de esquerda de Bernie Sanders; em contrapartida, a ascensão de todo um movimento conservador, impulsionado pelo *Tea Party*, que acabou se fundindo com o próprio Donald Trump, o que lhe permitiu suas sucessivas vitórias sobre os candidatos da “direita” do Partido Republicano. E existe algo na base da sociedade americana que ocasionou essa polarização política: uma crescente polarização social, fomentada pela desigualdade social existente no país.

Por que Bernie não teve o mesmo sucesso que Trump? Porque o Partido Republicano se sentiu muito mais confortável com uma candidatura aventureira, como a de Donald Trump. O Partido Democrata, ao contrário, ofereceu, a uma sociedade dilacerada, uma candidata associada ao establishment, identificada com os “novos democratas” dos anos 1990 e suas políticas neoliberais, de encarceramento de massa, etc. Assim, o Partido Democrata preferiu perder com a Hillary Clinton do que ganhar com o Bernie Sanders, uma vez que vencer com Bernie significaria, entre outras coisas, revolucionar a própria estrutura do Partido Democrata.

Então, logo se vê que a polarização distribuiu-se de maneira desigual. Hillary Clinton venceu a luta política interna dentro dos Democratas e foi nomeada candidata, num momento de desmobilização geral dos eleitores do seu partido. A vitória de Trump reflete esse clima, em que as pessoas perderam a vontade de sair de casa, enfrentar filas, para votar numa candidata como Hillary Clinton. As análises demonstram que o resultado eleitoral não se deu porque Trump subiu. Em regiões como o Rust Belt, por exemplo, ou nas regiões que foram chave para o seu triunfo, ele não teve um desempenho muito acima da média republicana.

O fato foi que a votação do Partido Democrata despençou, porque sua candidata era tão péssima que as pessoas não se sentiram motivadas a levantar da cadeira para elegê-la.

O exemplo dos Estados Unidos, vale também para pensarmos o que aconteceu em outros países. Assim, em síntese, podemos dizer que há uma polarização desigual no mundo, que pendeu à direita, apesar de vitórias parciais da esquerda, como Bloco de Esquerda (Portugal) e *Podemos* (Espanha).

Alvaro – Acredito que vivemos um período que guarda diferenças com momentos anteriores. A crise de 2008 equalizou os tempos da política. Vemos fenômenos similares acontecendo na Europa, nos EUA e na América Latina, algo que não ocorreu em ciclos anteriores.

No âmbito da política, se manifestam simultaneamente um declínio dos sindicatos tradicionais, bem como dos partidos associados a esses sindicatos (em particular, a social-democracia num sentido bem amplo), e a emergência pontual de alternativas que, na maioria dos casos, não conseguem se consolidar como alternativa de poder em escala nacional. Ou seja, há uma certa novidade no fato de que isso está sendo vivido em vários continentes, diferentemente, por exemplo, dos anos 1980, quando o tempo da política na América Latina era diverso do tempo político da Europa ou dos EUA. Num espaço de três anos, vimos a Primavera Árabe, os *Occupy*, o movimento dos indignados na Espanha, a geração à rasca em Portugal, Junho de 2013, etc. É muito pouco tempo, que indica a equalização da crise política e a emergência de novos movimentos, os quais apresentam a característica de que, com a mesma velocidade com que se formam no desafio à ordem instituída, não conseguem geralmente formar alternativas de poder em escala nacional. Talvez Sanders seja o caso típico, porque ele é obrigado, de um lado, a disputar no interior da máquina democrata, mas depois que terminam as eleições, isso se pulveriza.

Ruy – Esse era o dilema de Sanders: foi obrigado, em função da polarização, a apoiar Hillary, mas, ao fazê-lo, confrontou-se com sua própria base. O mesmo pode ser encontrado também em outros lugares: a dificuldade de se traduzir movimentos sociais importantes em alternativas políticas.

Daniela – Me parece que não é fácil equalizar mobilização de massa com alternativa política, porque, a rigor, ninguém tem controle sobre manifestações massivas, como vimos em junho de 2013 no Brasil. Então, as organizações de esquerda precisam extrair lições desses processos: não é porque elas não são vitoriosas que não surgem alternativas. Processos atuais, que são frutos de sedimentações políticas anteriores, mesmo quando derrotados, permitem que as organizações de esquerda desenvolvam suas ferramentas.

No caso dos EUA, a mobilização de massas mais recente das mulheres, que é aliás uma das frentes de enfrentamento mais importantes da resistência anti-Trump, está ligada a um ciclo não só político, mas inclusive cultural, com debates sobre o feminismo, com a retomada de uma perspectiva mais unitária para se pensar o lugar das lutas feministas no interior das lutas sociais, que remontam há décadas de trabalho intelectual ativo.

A convocatória por uma greve geral escrita por Angela Davis, Nancy Fraser, Cinzia Arruzza, entre outras, é um chamado por um feminismo classista, por um “feminismo dos 99%”, configurando-se de certa forma como uma continuidade da campanha do Sanders por outras vias. Essa chamada – claramente socialista – ganhou repercussão internacional. Foi parar nos principais veículos de informação. É um chamado que fala contra o feminismo do “faça acontecer”, empresarial, individualista, que foi a maneira com que setores mais à direita, inclusive dentro do Partido Democrata, estava tentando absorver um processo de mobilização feminista.

Ruy – Até o movimento de mulheres, possivelmente o exemplo mais bem sucedido era o “Black Lives Matters”, movimento negro que se nacionalizou desde o chamado pelos direitos civis. Se esses movimentos continuarem se desenvolvendo e mantiverem relação entre si, isso pode significar que está acontecendo algo novo na cena política americana, que sem dúvida nenhuma foi em grande parte estimulada pela vitória do Trump.

Alvaro – Nesse sentido, vale lembrar outro fenômeno interessante que ocorre nos EUA: o surgimento de milhares de coalitions na cidade de Nova York e outras mais em território nacional. Coalizões e agrupamentos locais que possuem temáticas das mais variadas.

Daniela – E eu não me surpreenderia se vivêssemos um processo semelhante no Brasil, talvez não na mesma escala. Existe um site chamado Mamu (que mapeia os coletivo de mulheres no Brasil), que demonstra o fantástico grau de capilarização desses movimentos. São das mais diferentes perspectivas esses agrupamentos de mulheres: indígenas, negras, questões de saúde, questões de teoria... Os próprios cursinhos populares são outro exemplo. Cada um desses movimentos possui uma história muito particular e se dão em contextos específicos. Movimentos locais que se transformam em movimento de rede; alternativas que se mantêm através do trabalho de base, mesmo quando o movimento de massas refluí.

Ruy – É possível fazer um paralelo com o que observou Thompson em Formação da Classe Trabalhadora. No período antecedente a consolidação do movimento operário, entre os séculos XVI e XVII, havia uma miríade de organizações, cooperativas, interfaces entre a igreja e as comunidades, numa espécie de uma luta de classes sem a classe trabalhadora tal qual

o operariado britânico do século XIX. A analogia com o presente se dá pela existência de um movimento bem dinâmico, muito rico culturalmente, mas que precisa evoluir.

Alvaro – Não podemos olhar a classe trabalhadora como nos acostumamos a fazer em nossas organizações. Junho de 2013 ocorre sem os sindicatos ou partidos, assim como a Geração à rasca, as ocupações das escolas, etc.

Ruy – Bernie Sanders é um exemplo de quem consegue, por meio de seu programa, dar conta dos problemas das diversas realidades da classe trabalhadora. Ele articulou os diferentes apelos através de políticas universais, conseguindo acomodar os interesses dessas variadas frações da classe trabalhadora (negros, mulheres, jovens, latinos, etc), constituindo um grande salto na sua proposta política.

M – Agora acho que podemos voltar os olhos mais especificamente para o Brasil, começando pelo governo Temer. Algo que nos chama atenção é que se trata de um governo que ataca profundamente os direitos sociais, a aposentadoria e possui um grau de aprovação baixíssimo, equivalente ao de Dilma em seus piores momentos. Como essa situação se tornou possível – como esse governo, mesmo tão impopular, consegue encontrar estabilidade?

Alvaro – O governo Temer nasce no interior do governo Dilma, como herdeiro passivo. Por outro lado, é um governo com caráter excepcional. Nós insistimos na ideia de que estava em curso no país (e de fato ocorreu) um golpe de Estado. Mas fizemos questão de definir o que estávamos chamando de golpe de Estado: uma mudança institucional abrupta, comandada por uma fração do aparelho estatal, que recorria a medidas excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político. De fato fizeram

isso sem a necessidade de recorrer a tanques nas ruas ou coisa do gênero. Fizeram isso por meio do parlamento e do judiciário. Mas isso constitui um governo excepcional no sentido de que é um governo que não necessita de base social para garantir o seu funcionamento e não tem nenhuma amarra com a vida das pessoas realmente existentes. Não presta contas a ninguém, foi capaz de constituir, a partir dos partidos políticos conservadores girando em torno do PMDB, uma grande maioria parlamentar. Além disso, tem as mãos livres, porque não tem que se preocupar com a reeleição.

Ruy – Acredito que o grande teste para esse governo será a reforma da previdência. O teste da manutenção da base. Porque, a rigor, vai ser muito mais difícil que a aprovação da PEC [do teto]...

Alvaro – E da reforma do ensino médio. É verdadeiramente incrível que um governo faça uma reforma no ensino médio dessa magnitude por meio de uma Medida Provisória, a toque de caixa. E que isso seja aprovado com essa facilidade pelo Congresso Nacional. Mas é claro que à medida em que a pauta for se tornando mais substantiva, vai encontrar mais resistência. E não apenas isso, como podem vir a aparecer fissuras no interior da base parlamentar.

Ruy – E à medida em que o calendário avança também...Porque uma coisa é votar medidas impopulares há dois anos e meio da eleição. Outra coisa é votar o mesmo há seis meses da eleição. O cálculo que o Michel Temer não faz (de ser eleito ou algo do tipo) os políticos continuam fazendo, porque precisam ser eleitos. E há ainda o pânico da classe política brasileira de ser presa. O Celso Rocha de Barros fez uma brincadeira que capta bem esse sentido do pânico: se prometessem para a classe política brasileira que o socialismo os livraria da prisão, eles votariam pelo socialismo no

parlamento. Eles votam a agenda que pensam que vai livrá-los da cadeia.

Alvaro – Outro problema é que essa crise política ocorre em um momento em que o ativismo social e sindical já havia retrocedido. Muitos cometeram um erro de compreensão em função do “delay” das estatísticas: o cálculo do número de greves realizado pelo DIEESE publicado no ano passado, na verdade, referia-se ao ano de 2013. Assim, muitos fizeram a avaliação equivocada de que estávamos em uma conjuntura de ascensão do movimento social. Mas basta abrir os olhos para perceber que na verdade isso se encerrou em 2015, o que dá margem de manobra ao governo.

Ruy – Os setores sindicais são ainda muito frágeis e não conseguem oferecer uma alternativa. Têm dificuldade em romper com o corporativismo, que é justamente o que precisamos no momento. A CUT tem se resumido à boa e velha tática do “feliz 2018”: não vamos fazer muita marola porque nossa salvação é a vitória do Lula. Assim, concluem que o melhor é apostar em um desgaste do governo e não reagem à altura desse desmanche dos direitos sociais, trabalhistas, etc.

M – Gostaríamos de voltar ao que disse Ruy quando falou dos corruptos. Em que medida vocês acham que as revelações de esquemas de corrupção envolvendo os principais partidos e empresas feitas pela Operação Lava-Jato (OLJ) podem abrir oportunidades para a esquerda?

Alvaro – A OLJ intensifica a crise do governo, a crise política. Mas a crise política, como vimos em 2015, pode ter resultados muito ruins. Ou seja, para que direção se desdobra? Esse é o problema. Bem, suponhamos que seja uma janela de oportunidades

e que os escândalos de corrupção e a autonomização do aparelho judiciário, em particular do Ministério Público, sejam capazes de detonar um processo de crise política. Mas a pergunta que nós temos que fazer não é se a crise política é provável ou não. Pois a rigor isso independe de nós. A pergunta a se fazer é: “nós estamos preparados para aproveitar a tal janela de oportunidade?” Pois não há vazio, alguém irá ocupá-la.

Ruy – Sem dúvida a OLJ e esse autonomismo do judiciário intensificam a crise política. O problema é o que vem depois disso. Porque você não vai resolver a crise política pelo Judiciário. Não podemos ter uma aposta nisso.

Em abstrato, eu diria o seguinte: se eu fosse escolher em que campo lutar eu jamais o Judiciário, pois é o pior dos poderes. É o mais corrupto, mais autoritário, o mais intransparente, o mais corporativista, e o mais entranhado nos esquemas sórdidos. Apostar nesse poder é uma aposta muito complicada. No entanto, é claro que devemos exigir que a OLJ prenda todos os corruptos, sem exceção.

Daniela – Mas acho que existem duas coisas envolvidas. Uma delas, é a luta no campo do judiciário. A outra, é o que a OLJ mobiliza na sociedade civil, o apelo que ela tem na sociedade civil, ou seja, o apelo do tema da corrupção. Uma característica do governo do PT foi se tornar um governo com falta de transparência. Não só do ponto de vista da corrupção, mas de governar com um programa diferente daquele para o qual foi eleito, fomentando um discurso que justifica sua existência, não histórica, mas ocasional. E acho que a OLJ se projeta porque se coloca como uma promessa de transparência.

A direita usa isso para dizer que são todos corruptos e que isso é culpa do comunismo. Já a esquerda, usa isso para falar da traição do PT em relação à classe trabalhadora. Eu acho que há um cenário muito difícil de atuar. Como abordar a questão da

dimensão do projeto estratégico de sociedade não se prendendo a uma dimensão ultra-politicista – a do “político honesto” –, o que seria capitular ao senso comum, mas retomando um debate de administração do Estado? Acho que estamos muito recuados nessa questão.

Alvaro – A questão-chave é como tirar a luta contra a corrupção do âmbito da pequena política. No âmbito da OLJ, a luta anticorrupção é a pequena política. Com seu herói de capa e espada, vindo de Curitiba para salvar o país. Como, então, deslocar a luta contra a corrupção para o âmbito da grande política? Subordinando a luta contra a corrupção a um programa democrático radical. Articular a luta contra a corrupção a um programa democrático radical, ou seja, jogar a luta anticorrupção para o plano estatal. Aí está a saída de um programa que também é anticapitalista.

Daniela – Isso lembra a própria questão da previdência, por exemplo. Quer corrupção maior do que o desvio da previdência para pagamentos de juros da dívida? Quer processo maior de desmonte das instituições públicas do que essa destruição da previdência? Enfim, é necessário fazer essa tradução e puxar para outro campo político.

Ruy – Infelizmente, a esquerda brasileira não está aparelhada para discutir corrupção. Me lembro de que a direção do PT não queria encampar a luta do “Fora Collor!”, e só o fez quando forçada a isso.

Alvaro – Me lembro que nessa época fiz uma entrevista com o Zé Dirceu em que eu perguntava por que a Convergência Socialista estava sendo expulsa. E o Zé Dirceu, com aquela honestidade que lhe é particular, disse: “a Convergência está sendo expulsa porque é a favor do Fora Collor!”.

Ruy – O que os movia era a preocupação com o calendário eleitoral. O PT fez duas coisas logo após ser derrotado pelo Collor: desmobilizou os núcleos de base e mandou imprimir os adesivos do “Feliz 1994”, fazendo uma paródia ao adesivo “Feliz Natall”, impresso por Collor. O Zé Dirceu dizia isso claramente: “devemos levar a crise do governo Collor até o final porque vamos ganhar em 1994”.

Alvaro – Há uma literatura muito interessante de marxistas a respeito da corrupção, discutindo tal fenômeno do ponto de vista conceitual e teórico. Ela aponta que o próprio processo de financeirização da economia, a escala que ele assumiu, internacionaliza a corrupção. É o que estamos vendo agora com a Odebrecht.

M – Aqui nessa conversa, e também pelo o que nós acompanhamos no *Blog Junho*, vocês, assim como nós, têm a compreensão de que existe uma série de vícios da esquerda que precisam ser superados (nomeadamente, o burocratismo, o possibilismo parlamentar, o corporativismo e o sectarismo). Nossa pergunta é: como é possível superar esses vícios (que nos levaram a grandes derrotas) e, ao mesmo tempo, dar conta da necessidade de um reagrupamento da esquerda? Porque nos parece que um dos problemas principais da esquerda hoje é o problema da dispersão. Dessa forma, como é possível superar os vícios da esquerda e, ao mesmo tempo, construir na prática uma unidade que vá para além da forma?

Alvaro – Que unidade, não é? Esta é uma questão importante a ser colocada. O problema fundamental que a esquerda brasileira tem que resolver não é o problema da relação “organização-organização”. A questão não se resolve por meio de pactos entre pequenas organizações políticas. Não é uma questão apenas formal. O problema fundamental é como equacionar o

nexo “organização-movimento” ou “organização-movimentos”. Ou seja, como enraizar a esquerda nos movimentos sociais realmente existentes. Temos uma esquerda que é completamente desenraizada.

Ruy – É uma esquerda alienada que, vamos dizer assim, se acostumou a fazer reuniões com ela mesma, com as mesmas pessoas sempre...

Alvaro – Junho de 2013 aconteceu à margem dos partidos. A Primavera Feminista aconteceu à margem dos partidos. A revolta nas escolas aconteceu à margem dos partidos. Todos os movimentos sociais relevantes dos últimos quatro ou cinco anos, não tiveram os partidos como seus protagonistas. Claro que os partidos e organizações participaram desses processos, mas eles aconteceram de forma independente. Mas esses movimentos não são “anarquistas” ou “autonomistas”, em si, como alguns analistas tem afirmado.

A forma de fazer política que caracterizou os anos 1980, 1990 e início dos anos 2000 se esgotou com a experiência do lulismo no poder. O PT é a forma perfeita de articulação do possibilismo parlamentar com o corporativismo sindical. Uma estratégia como essa não poderá se repetir de forma tão “bem-sucedida”.

No entanto, há novas experiências surgindo. Quais são as respostas que a esquerda tem dado até o momento? Então, acho que esta é a questão principal que deve ser resolvida. A nossa filiação ao PSOL passa por isso, pela constatação que é um partido aberto a essas novas experiências, muito embora ainda não tenha conseguido dar uma resposta satisfatória a este problema. Em certa medida identifica o dilema, mas até agora a resposta não se concretizou.

Ruy – Existem experiências interessantes. Sem dúvida nenhuma o Podemos é uma delas, por mais que apresente limitações (que foram mitigadas em seu último congresso).

Outra experiência recente, vizinha ao Podemos, foi o processo de renovação radical pelo qual passou o Bloco de Esquerda em Portugal. Há alguns anos, o Bloco estava numa situação crítica, em grande parte, por conta dos “velhos” estarem asfixiando a estrutura do partido. Essa situação mudou a partir de um processo combinado de autorreforma e renovação, no qual os “de baixo” – sobretudo, as mulheres, jovens, ativistas do movimento social, da sociedade civil e do movimento de trabalhadores precários – passaram a tomar posição de destaque e a controlar do aparato do Bloco. Isso se confirmou nas eleições. Quando uma ascensão eleitoral à esquerda se configurou no país – porque também ocorre essa polarização em Portugal – o Bloco estava muito mais preparado para absorver esse fenômeno e se postular como alternativa.

Além disso, houve uma transformação na Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP). A partir da pressão do movimento de trabalhadores precários, ela organizou, por exemplo, o Fórum Social Português, incorporando à sua agenda as demandas das mulheres, dos imigrantes, dos aposentados e dos jovens. Porque perceberam que pela primeira vez em sua história foram desafiados pelas ruas. Assim, se tornaram aliados dos movimentos sociais, e não adversários, encastelados em rotinas sindicais.

Isso tem resultado eleitoral. E tem resultado político, que é o de, pela primeira vez, o Partido Comunista Português (PCP) formar uma coalizão política com o Bloco de Esquerda e apoiar o governo do Partido Socialista (PS). Era inimaginável que o PCP fizesse isso. É claro que o PCP estava sensibilizado por essa “pequena reforma” da CGTP.

M – Voltando um pouco agora para a trajetória de militância de vocês. Que papel o *Blog Junho* tem desempenhado nessa conjuntura?

Daniela – O *Blog* é uma iniciativa ampla, bem plural, por isso nós na verdade nem podemos falar exatamente em nome dele. Mas eu acho que a contribuição que ele pode dar é oferecer um espaço para quem estuda e pesquisa determinado tema – não só na análise da política no cotidiano, mas também nas questões teóricas e de investigação que a esquerda precisa enfrentar.

A esquerda tem um certo preconceito histórico com os intelectuais. Pelo menos eu vivi isso, acho que o Alvaro e o Ruy até mais por conta da experiência deles no PSTU, expresso na opinião de que o trabalho teórico seria menor, ou não teria um papel, ou que esses trabalhadores da pesquisa e professores não teriam uma contribuição militante porque não estão nos sindicatos. Acho que essa concepção precisa ser superada. Tem muita gente interessante e jovem pensando política, estudando, escrevendo, oferecendo análises interessantes e audaciosas para os problemas. A maioria destas pessoas estão na universidade, porque infelizmente a universidade brasileira concentra essa iniciativa intelectual, e a esquerda tem que de alguma forma abrir espaço para isso, e se enriquecer com isso, para que esses intelectuais encontrem seu lugar, para que se desloquem também no sentido de fazer parte de um movimento que é mais amplo que a própria vida universitária.

M – Finalizando, então, diante do temas que abordamos. Na visão de vocês, que papel o PSOL deve cumprir neste período? Por quais caminhos pode fortalecer-se?

Alvaro – Inicialmente, nós depositávamos mais esperança numa reorganização da esquerda por via das organizações. Hoje temos uma visão mais cética a respeito dessa reinvenção da

esquerda que tem como protagonista as organizações. Para nós, os desafios estão todos eles vindo dos movimentos.

Daniela – Se a reinvenção da esquerda se apresentar como fóruns entre iguais – restritos aos ativistas organizados – ela não vai ser reinvenção da esquerda. Há alguns anos eu acompanho pelas redes sociais uma iniciativa que eu acho genial, que é a Rede *Emancipa*. Lógico que a princípio ela tem uma função imediata que é a educação para entrar no vestibular. Mas eu acho uma iniciativa, por exemplo, que vai na contramão dessa ideia de ficar falando para dentro, pensar a reorganização como um processo ultra-interno das organizações políticas. E quando vieram o ciclo das ocupações de escola aqui no estado de São Paulo, uma militância organizada partidária estava nas escolas. Ou tinha contato com os estudantes, era referência para aqueles estudantes, porque fazia um trabalho de base, até certo ponto pragmático, que é preparar a juventude da periferia para entrar no vestibular, nas universidades que só entram brancos e de escola privada. Então considero um acerto, como uma iniciativa que parte de organizações político-partidárias, mas que olha para fora, que semeia processos que estão voltados para fora, acreditando no potencial político da juventude periférica, dos cursinhos populares. Isso se alia muito à luta pelas cotas raciais, e temos visto uma pressão nesse sentido, como assistimos na UNICAMP agora, por exemplo.

Ou seja, há uma série de demandas que estão borbulhando, que até podem ser derrotadas no interior das instituições, mas que seguem vivas nos movimentos sociais e na juventude. Acredito que a esquerda deve olhar para esses processos. O mesmo acontece no movimento de mulheres, que vive uma situação difícil, fragmentada, porque passou alguns anos com suas organizações brigando entre si, devido às diferentes abordagens em torno das bandeiras. O movimento de mulheres vive uma situação que é parecida com a que as feministas norte-americanas já viveram, de dificuldade de compreensão mútua devido à fragmentação.

Não acho que será um processo de “sentar na mesa e ver no que que dá” que vai superar essa situação. Acho que isso vai passar por experiências políticas, para que a solidariedade aos poucos vá sendo construída. Isso explica também porque os mais jovens vão ter que assumir e se dispor a protagonizar esses processos. Porque eles fazem parte dessa geração que está encarando as dinâmicas mais novas.

Alvaro – Em suma, com relação a essa questão da esquerda, não é um “conselho de anciãos” que vai resolver esse problema.

Ruy – E também não é uma aposta mecânica na unidade dos agrupamentos políticos de esquerda. Quer dizer, isso é um pequeno início, muito modesto, mas isso é um ponto de partida, não pode ser um ponto de chegada.

Ou seja, a reorganização da esquerda do país passa também pelas organizações que estão aí. E, em grande parte, nossa escolha pelo PSOL advém exatamente desse diagnóstico, ou seja, pelo fato de que entre todas as organizações que existem hoje na esquerda brasileira, a única que tem futuro é o PSOL. Não sei exatamente qual futuro, mas é a única que realmente pode apontar em alguma direção para a incorporação de uma agenda, para o desenvolvimento de iniciativas, para se transformar em alguma medida numa espécie de instrumento dessas novas gerações que estão efetivamente se organizando hoje. E o grande desafio é tentar fazer com que o PSOL, não como partido, mas como uma experiência política em evolução, se coloque à esquerda daquilo que é possível. Ou seja, rompa com o possibilismo parlamentar, com o corporativismo. Coisas que ele, inclusive, não inventou e que ele só reproduziria de uma forma muito amesquinhada.

O ponto central é que não há um futuro para a esquerda no país que não passe por uma radical renovação das suas bases, das suas práticas, dos seus horizontes. E isso não vai ser feito exclusivamente pelas direções. Isso é algo mais amplo, mais

complexo, mais contraditório, inclusive. Mas possui interface com as organizações. A Daniela lembrou o Emancipa e a ocupação das escolas. Ou seja, a única derrota que o Geraldo Alckmin teve em São Paulo foi o movimento de ocupação das escolas públicas há dois anos atrás. Isso não é pouca coisa. Estar de alguma forma articulado com essas experiências é uma questão de vida ou morte para a esquerda brasileira hoje. Só houve vitória porque eles se colocaram à esquerda do que era possível. O possível era: vamos abrir negociação e tentar tirar um acordo. Exatamente por não terem aberto negociação, o que o movimento institucional (como a UBES) propunha, o movimento foi vitorioso.

Além disso, nós temos que levar em conta que a própria base dos movimentos sociais mudou. A nova geração de jovens (que estudam e trabalham) possuem desejos e expectativas de futuro diferentes daqueles alimentados pelo lulismo nas últimas décadas. Eu costumo dizer que hoje a esquerda brasileira é prisioneira do sonho do Lula: ter um carro, uma casa própria, sair de São Bernardo pela Imigrantes novinha, reformada, para passear em Santos. Ou seja, o sonho da infraestrutura, “Minha Casa Minha Vida” e financiamento para o carro próprio. Esse não é o sonho do jovem hoje. E é a partir do reconhecimento dessa mudança de base social é que você vai inventar de fato um outro horizonte de possibilidades políticas, de reinvenção da luta política.

MEMÓRIA
PIETRO TRESSO (“BLASCO”)
E ANTONIO GRAMSCI

Pietro Tresso (1893-1943) e a “oposição dos três”: apresentação

Alvaro Bianchi ¹

Nesta edição da revista *Movimento* aparece pela primeira vez em português o artigo “Um grande militante morreu... Gramsci”, de Pietro Tresso, codinome Blasco, publicado originalmente em 1937 no jornal dos trotskistas franceses *La Lutte Ouvrière*. A tradução do texto é acompanhada por um aparato crítico preparado para o público brasileiro com vistas a permitir sua melhor compreensão e contextualização histórica. Algumas breves palavras sobre o autor são necessárias.

Pietro Tresso nasceu em 1893 em Magrè di Schio, na região do Veneto. Filho de um operário da indústria têxtil, começou a trabalhar aos nove anos de idade, primeiro como aprendiz de alfaiate e logo depois em um lanifício². Muito jovem aderiu à Gioventù Socialista e com 16 anos se tornou organizador do Circolo Giovanile Socialista “Avvenire”. Em 1914, iniciou suas atividades no movimento sindical dos trabalhadores rurais da Puglia, uma atividade que se interrompeu em 1915 quando foi convocado pelo exército. Na primavera de 1917 foi detido, acusado de divulgar na tropa propaganda socialista contra a guerra. Devido à falta de provas não chegou a ser condenado, ao contrário de vários de seus companheiros, mas como punição foi transferido de regimento.

Em 1918, Tresso contraiu tuberculose e passou por vários hospitais, até ser dispensado em setembro de 1919. Retornou assim à atividade sindical em sua cidade natal tornando-se responsável pela Federação têxtil em Schio. É dessa época seu confronto com

¹ Professor do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e diretor do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Unicamp.

² Para a biografia de Pietro Tresso ver DE GRANDIS, Ugo. “È perché siamo rimasti Giovani”. Vita e morte di Pietro Tresso “Blasco”, rivoluzionario scledense. Quaderni di Storia e di Cultura Scledense (nuova serie), n. 21, 2012; CASCIOLA, Paolo; SERMASI, Giorgio. Vita di Blasco: Pietro Tresso dirigente del movimento operaio Internazionale (Magrè di Schio 1893–Haute-Loire 1944?). Vicenza: Odeonlibri-ISMOS, 1985; e o pequeno ensaio *Les hommes qui ont forgé notre internationale: Pietro Tresso (Blasco)*, Quatrième Internationale, v. 13, n. 11–12, December 1955, pp. 12–13.

a ala reformista do Partido Socialista e o progressivo afastamento do grupo *massimalista*, liderado por Giacinto Menotti Serrati. Aproximou-se da ala esquerda do partido, alinhando-se com as posições de Amadeo Bordiga, embora discordasse de sua posição abstencionista. O afastamento da ala de Serrati se consolidou com o Congresso de Livorno do Partido Socialista, em 1921, no qual a ala esquerda do partido decidiu romper e fundar o Partido Comunista da Itália (PCd'I). Tresso foi delegado ao Congresso e participou da fundação do novo partido comunista.

Tornou-se secretário da seção da província de Vicenza e diretor do jornal *La Lotta Comunista*, ao mesmo tempo em que continuava sua atividade sindical na *Confederazione General del Lavoro* (CGL), onde tentava construir uma fração comunista. Depois de sofrer um ataque de um bando fascista devido a sua atividade nos sindicatos, Tresso mudou-se para Milão na primavera de 1921, onde foi atacado mais uma vez, e a seguir para Berlim, onde colaborou com a revista *Rote Gewerkschaftsund Internationale*, editada pela Internacional Sindical Vermelha. Em 1922, participou como delegado do II Congresso da Internacional Sindical e do IV Congresso da Internacional Comunista, representando o jovem partido italiano, ocasião na qual teve início uma relação mais estreita com Antonio Gramsci.

No dia 28 de outubro de 1922 os fascistas marcharam sobre Roma e três dias depois Benito Mussolini assumiu o posto de chefe do governo italiano. Tresso retornou à Itália alguns meses depois, em meados de 1923, instalando-se em Milão onde assumiu o papel de dirigente regional do PCd'I. Nos anos seguintes concentraria sua atividade no movimento sindical. Vigiado pela polícia política, Tresso foi preso em maio de 1924, liberado logo a seguir e preso novamente em junho de 1925. Para evitar a perseguição emigrou para Paris, onde participou da criação do *Comitato Centrale Antifascista* [Comitê Central Antifascista].

Os conflitos entre a ala liderada por Amadeo Bordiga e aquela que tinha à frente Antonio Gramsci haviam se tornado intensos

nos últimos anos. Tresso se alinhou com Gramsci rompendo a relação política que havia tido com o líder dos abstencionistas. A última batalha contra a fração bordiguista ocorreu no Congresso do PCd'I realizado em Lyon, na França, em janeiro de 1926. As teses sobre a situação política aprovadas no congresso afirmavam a necessidade de “coligar as reivindicações parciais de caráter político com aquelas de caráter econômico, para transformar os movimentos ‘revolucionários democráticos’ em movimentos revolucionários operários e socialistas”³. A perspectiva das teses era muito próxima daquela adotada posteriormente por Leon Trotsky no Programa de Transição. De acordo com os comunistas italianos:

*Enquanto agita seu programa de reivindicações classistas imediatas e concentra sua atividade na obtenção da mobilização e unificação das formas operárias e trabalhadoras, o partido pode apresentar, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento da própria ação, soluções intermediárias dos problemas práticos gerais e agitar essas soluções entre as massas que ainda aderem aos partidos e formações contrarrevolucionárias. Esta apresentação e agitação de soluções intermediárias – distantes tanto das palavras-de ordem do partido quanto do programa de inércia e passividade dos grupos que se quer combater – permite atrair às fileiras do partido forças mais vastas, mostrando a contradição das palavras dos dirigentes e partidos de massas contrarrevolucionários com suas intenções reais, empurrando as massas em direção a soluções revolucionárias e estendendo nossa influência.*⁴

Era com esse propósito que as teses apontavam a necessidade de insistir na reivindicação de uma “Assembleia republicana sobre a base de comitês operários e camponeses; controle operário

3 La situazione italiano e i compiti del PCI. In: GRAMSCI, Antonio. La costruzione del Partito Comunista (1923-1926). Torino: Einaudi, 1971, p. 510.

4 Idem, p. 512.

sobre a indústrias; terra as camponeses”. As teses também propunham a criação de uma “frente única’ de luta antifascista e anticapitalista” que permitisse a reunião de todas as forças em luta contra o regime de Mussolini⁵. Redigidas por Antonio Gramsci e Palmiro Togliatti estas teses constituem um dos documentos mais importantes da história do comunismo italiano.

Blasco

Logo após o Congresso de Lyon, Tresso foi preso pela polícia francesa e permaneceu dois meses em cárcere. Depois de sair da prisão, retornou à Itália clandestinamente, assumindo o codinome de Blasco, em homenagem ao escritor e republicano espanhol Blasco Vicente Ibañez. No outono de 1926 instalou-se em Roma e passou a dirigir o *Ufficio Tecnico Organizzativo* [Bureau Técnico Organizativo] do partido, responsável pelo trabalho ilegal e pela correspondência com a Itália e o exterior. Mais tarde participou da reorganização da CGL e do trabalho sindical. A repressão fascista tornou-se mais aguda depois do atentado contra Mussolini, no dia 31 de outubro daquele ano, e novas medidas de exceção foram adotadas pelo governo, dentre elas a criação de um novo *Tribunale Speciale per la Difesa dello Stato* [Tribunal Especial para a Defesa do Estado e de uma *Divisione di Polizia Politica* [Divisão de Polícia Política], a supressão de todos os periódicos de oposição e a dissolução de todos os partidos, associações e organizações contrárias ao regime.

No dia 8 de novembro começava a ofensiva contra os comunistas. Apenas três deputados conseguiram fugir da prisão, os outros onze foram presos, dentre eles Antonio Gramsci. Uma carta da dirigente comunista Camilla Ravera a Palmiro Togliatti mostra o alcance da repressão: nos oito dias seguintes ocorreram 1.690 detenções em Milão, 151 militantes foram espancados, dentre eles Alfonso Leonetti que precisou ser hospitalizado, e 40

5 Idem, 510 e 511.

casas e sedes do partido foram destruídas. O historiador Paolo Spriano estima que ao final daquele ano, um terço dos militantes do PCd'I estava nas prisões.⁶

Praticamente toda a direção do partido foi detida. Imediatamente os poucos remanescentes realizaram uma reunião da qual não se preservaram as atas. Sabe-se, entretanto, que Angelo Tasca propôs dissolver o PCd'I e transformá-lo em um grupo de estudos e que a maioria dos presentes apoiou a decisão, mas ela não foi implementada. Em dezembro um centro dirigente foi constituído em Paris enquanto alguns importantes quadros do partido continuam a operar na Itália, dentre eles Camilla Ravera, Alfonso Leonetti, Paolo Ravazzoli, Teresa Recchia e Blasco. Em janeiro de 1927, o Comitê Central foi reconstituído e Tresso passou a fazer parte dele e no verão se transferiu para Gênova, onde foi instalado o centro sindical do partido do qual será o responsável.

As prisões continuaram durante todo o ano e o centro externo decidiu retirar da Itália a maioria dos dirigentes, dentre eles Tresso, reunindo-os em Basiléia, Suíça. Mais tarde ele iria para Zurique e depois para Paris. Entre julho e setembro de 1928, Tresso participou do VI Congresso da Internacional Comunista, em Moscou. Leon Trotsky já havia sido expulso do partido e se encontrava no exílio. O alvo de Stalin era, agora, Nicolai Bukharin, cujas ideias foram fortemente condenadas pelos delegados. As teses aprovadas no Congresso anunciavam o advento de um “terceiro período” na situação mundial, marcado pela “mais severa intensificação da crise geral do capitalismo” e caracterizavam a socialdemocracia como “os representantes mais consistentes dos interesses do Estado burguês”.⁷

6 Cf. SPRIANO, Paolo. *Storia del Partito Comunista Italiano: gli anni della clandestinità*. Torino: Einaudi, 1969, p. 63.

7 Extracts from the Theses of the Sixth Comintern Congress on the international situation and the tasks of the Communist International. In: DEGRAS, Jane. *The Communist International (1919-1943): Documents*. London: Frank Cass, 1971, v. II (1923-1928), p. 457 e 459.

Já a partir de fevereiro de 1929 documentos da Internacional Comunista começaram a se referir à socialdemocracia como socialfascismo. É o caso, por exemplo, de uma carta que o Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC) encaminhou para o Partido Comunista Chinês em 8 de fevereiro de 1929, bem como de um comunicado do Bureau da Europa Ocidental do CEIC de 18 de maio de 1929⁸. O X Pleno do CEIC, realizado entre os dias 3 e 19 de julho de 1929 deu o passo decisivo caracterizando a socialdemocracia: “Nos países onde há fortes partidos socialdemocratas, o fascismo assume a forma particular do socialfascismo, que cada vez mais serve à burguesia como instrumento para paralisar a atividade das massas na luta contra o regime de ditadura fascista”⁹. As consequências políticas da resolução aprovada eram drásticas:

*O Pleno do CEIC impõe sobre todas as seções da Internacional Comunista a obrigação de intensificar a luta contra a socialdemocracia internacional, a qual é o principal baluarte do capitalismo. O pleno do CEIC adverte todos os partidos a dar especial atenção ao reforço da luta contra a ala ‘esquerda’ da socialdemocracia, que retarda o processo de desintegração da social- democracia, criando a ilusão de que ela, a ala ‘esquerda’, representa uma oposição à linha política dominante, quando, de fato, mantém com todas suas forças a política do socialfascismo.*¹⁰

O Pleno também afastou da direção Nicolai Bukharin e Humbert-Droz, acusados de “fornecer uma base política ideológica para os elementos de direita na Internacional Comunista” e de serem “especialmente contrários às decisões do VI Congresso”¹¹.

8 Cf. Extracts from a letter from the ECCI to the Central Committee of the Chinese Communist Party. 8 February 1929. In: DEGRAS, Jane. Op. cit., v. III (1929-1943), p. 1 e Extracts from a statement of the West European Bureau of the ECCI on the Conference of European Communist Parties in preparation for an international anti-war day. 18 May 1929. In: DEGRAS, Jane. Op. cit., v. III (1929-1943), p. 29

9 Extracts from the Theses of the Tenth ECCI Plenum on the international situation and the tasks of the Communist International. 1 July 1929. DEGRAS, Jane. Op. cit., v. III (1929-1943), p. 44

10 Idem, p. 47.

11 Extracts from the resolution of the Tenth ECCI Plenum on Bukharin. July 1929. DEGRAS, Jane. Op. cit.,

Angelo Tasca, que se encontrava alinhado com Bukharin também sofreu as consequências, pouco depois foi afastado de suas funções na Internacional e pesadas denúncias recaíram sobre a direção do PCd'I acusada de não ter combatido as "aberrações" da ala direita do partido. Exigiu-se de Tasca o abandono de suas posições políticas e uma autocrítica completa, mas como este não aceitou abjurar de suas ideias, porque não havia mudado de opinião, foi expulso do PCd'I em setembro de 1929.

As resoluções do X Pleno confrontavam as Teses aprovadas em Lyon. Apesar disso os italianos não ofereceram resistência. Togliatti rapidamente adaptou-se às novas ordens de Moscou e tratou de liderar a campanha interna contra Tasca, seu antigo companheiro. Rapidamente o partido abandonou a palavra de ordem de Assembleia Republicana e rompeu qualquer possibilidade de trabalho conjunto com a chamada *Concentrazione d'Azione Antifascista* [Concentração de Ação Antifascista] formada no exílio por liberais e socialdemocratas, que segundo Togliatti "tornou-se filofascista"¹². Ao mesmo tempo em que dirigia o expurgo interno, Togliatti, manifestava publicamente a aceitação das teses da fração stalinista e, particularmente, a tese do socialfascismo. Em um discurso pronunciado em fevereiro de 1930, no presidium do Comitê Executivo da IC, Togliatti definiu a "linha geral de desenvolvimento do processo" como "uma acentuação da fascistização da socialdemocracia"¹³. E insistiu nessa questão em seu relatório à mesma reunião: "A socialdemocracia italiana se fascistiza com uma extrema facilidade. (...) Por detrás de toda ação que os elementos da esquerda socialdemocrata procuram levar a cabo, pode-se demonstrar que essa foi cumprida sob a inspiração de Mussolini".¹⁴

v. III (1929-1943), p. 69.

12 Apud SPRIANO, Paolo. Op. cit., p. 216.

13 TOGLIATTI, Palmiro. Opere: a cura di Ernesto Ragionieri. Roma: Riuniti, 1973, v. III/1, p. 154.

14 Idem, p. 180. Cotejando as diferentes citações a respeito do "social-fascismo", Trotsky, no calor dos acontecimentos afirmou: "os funcionários da I.C. se rearmaram. Ercoli [Togliatti] se apressou em demonstrar que a verdade lhe é cara, mas que Molotov lhe é mais caro ainda, e... escreveu um relatório defendendo a teoria do social-fascismo. 'A socialdemocracia italiana, declarou ele, se fascistiza com uma extrema facilidade'.

Oposição

Na historiografia do PCd'I essa nova fase do partido ficou conhecida como “*la svolta*” [o giro]. Ela provocou um intenso debate nas fileiras da organização, embora nem sempre os argumentos fossem muito claros. Em junho de 1928, antes, portanto, da *svolta*, Tresso já havia protestado contra uma resolução do Comitê Central do PCd'I que definia a luta contra a *Concentrazione* como uma das tarefas principais dos comunistas. De acordo com Tresso era necessário distinguir os fascistas de seus opositores, mas também a *Concentrazione* da oposição constitucional¹⁵. Mas na reunião do Bureau Político de outubro de 1929, Tresso não se manifestou a respeito. Em vez disso utilizou as resoluções do X Pleno para questionar a política precedente do partido. Leonetti procedeu da mesma maneira¹⁶. De acordo com Spriano, apenas Paolo Ravazzoli expressou imediatamente dúvidas com relação ao giro do partido, afirmando: “as bases da socialdemocracia são diversas das bases propriamente fascistas”¹⁷. Para os demais, Togliatti deveria reconhecer que a linha política anterior estava errada. Era a confissão de que as duas coisas não eram compatíveis. Mas Togliatti recusou-se a fazer isso na reunião da Comissão Política realizada em setembro de 1929 e manteve sua posição à frente do partido.

As divergências se mostraram maiores no terreno organizativo. A perspectiva de que uma nova situação revolucionária pudesse ter lugar na Itália com a crise do fascismo implicava em um esforço para reconstruir o partido no interior do país. No final de dezembro 1929 Luigi Longo submeteu ao secretariado a proposta de que “todas as organizações do partido” voltassem para a

Ai! Com maior facilidade ainda se servilizam os funcionários do comunismo oficial” (TROTSKY, Leon. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p. 152).

15 Ver o relato de SPRIANO, Paolo. Op. cit., p. 148-149.

16 Ver a respeito PIAN, Alberto. *Le chemin de Tresso vers l'Opposition de gauche*. *Cahiers Léon Trotsky*, no 29, March 1987, p. 7-9. De acordo com Pian, Tresso e Leonetti demoraram a entenderem os efeitos da política da Internacional Comunista (idem).

17 Apud SPRIANO, Paolo. Op. cit., p. 219.

Itália¹⁸. Leonetti, Tresso e Ravazzoli manifestaram-se fortemente contrários. Não era a primeira vez que divergiam a respeito de questões organizativas. Logo depois daquele primeiro confronto de Tresso com a linha política do Comitê Central, em junho de 1928, ele e Leonetti fizeram duras críticas a Togliatti e Ruggero Grieco referentes aos erros organizativos que permitiram que a repressão abatesse facilmente os comunistas e levaram à prisão a maioria de seus dirigentes. Na ocasião Leonetti propôs uma retirada: “Não podemos ter na Itália nenhum aparato”, afirmou. E Tresso somou-se enfaticamente às críticas: “Constatávamos que se pedia ao partido mais do que ele podia dar. E por isso se dizia que éramos pessimistas e tínhamos preocupações pessoais”.¹⁹

No contexto da *svolta*, os problemas organizativos ganhavam uma nova dimensão. Togliatti apoiava a resolução de Longo e pressionava por uma reorientação do partido de acordo com as diretrizes da Internacional Comunista. Na reunião do Bureau Político do dia 10 de janeiro de 1929 a divisão começou a ganhar contornos definidos: Pietro Secchia, Camilla Ravera, Luigi Longo e Palmiro Togliatti votaram a favor da resolução; Ravazzoli, Leonetti e Tresso foram contrários. Ignazio Silone que estava doente na Suíça anunciou logo a seguir que também era contrário à resolução²⁰. Ravazzoli foi então convidado a participar de uma reunião em Moscou, juntamente com Togliatti e outros, na qual a nova linha política do PCd'I foi sancionada sem que uma forte oposição se manifestasse. Mas na Itália o dissenso continuava.

As diferenças de Ravazzoli, Leonetti e Tresso com a maioria começaram a se manifesta no terreno da política durante a reunião do CC que ocorreu entre os dias 20 e 23 de março de 1930. Embora inicialmente não questionassem as resoluções do X Pleno do CEIC, consideravam a “fascistização” menos importante do que a maioria e não descartavam, fieis às Teses de Lyon, que a derrota

18 Ver AGOSTI, Aldo. Palmiro Togliatti: a biography London I. B. Taurus, 2008, p. 68.

19 Apud SPRIANO, Paolo. Op. cit., p.160.

20 Cf. AGOSTI, Aldo. Op. cit., p. 70.

do fascismo pudesse dar lugar a um regime de tipo intermediário. Togliatti já havia proposto que se utilizasse a força bruta contra os dissidentes. Derrotados na reunião do CC, foram todos afastados de seus cargos. A mesma reunião votou unanimemente a expulsão de Amadeo Bordiga do partido, acusado de simpatizar com as ideias Leon Trotsky²¹. A campanha contra os opositoristas foi lançada imediatamente. No jornal *Lo Stato Operaio* de abril-maio de 1930 foram publicados dois artigos contra suas posições, sem que eles pudessem responder.²²

Já no início de abril Ravazzoli e Leonetti entraram em contato com Alfred Rosmer, um dos dirigentes da Oposição de Esquerda Internacional²³. A seguir reuniram-se com Pierre Naville, membro do Secretariado Internacional da Oposição. Rosmer escreveu imediatamente a Trotsky narrando o encontro com alguns “camaradas que dirigiram o partido italiano” e “reivindicam-se seguidores de Gramsci”²⁴. De acordo com Paolo Casciola os dissidentes italianos haviam lido os artigos que Trotsky publicara no jornal *La Vérité* contra o aventureirismo ultra-esquerdista do “terceiro período” e ficaram fortemente impressionados pela leitura²⁵. A colaboração com Leonetti começou imediatamente e a partir de 25 de abril ele publicou em *La Vérité* artigos sobre a crise no PCd’I assinando com o pseudônimo de A. Kros.²⁶

O Bureau Político do PCd’I reagiu com uma dura campanha contra a oposição, qualificando-a publicamente de “oportunista” e em uma reunião do dia 28 de abril afastou os três de suas funções no partido. O Bureau e Togliatti passaram a suspeitar que os artigos de *La Vérité* eram de Leonetti e em uma reunião

21 AGOSTI, Aldo. Op. cit., p. 71.

22 Cf. PIAN, Alberto. Op. cit., p. 29.

23 Ver o depoimento de Leonetti a respeito em *Trockij e l’opposizione di sinistra in un carteggio fra Alfonso Leonetti e Isaac Deutscher*. Belfagor, v. 34, n. 1, 1979, p. 51.

24 ROSMER, Alfred. Lettre a Leon Trotsky. 10 avril 1930. In: ROSMER, Alfred; ROSMER, Marguerite, TROTSKY, Leon. *Correspondance (1929-1939): lettres choisies, présentées et annotées par Pierre Broué, avec la collaboration de Gérard Roche*. Paris: Gallimard, 1982, p. 135.

25 CASCIOLA, Paolo. Pietro Tresso (Blasco) and the Early Years of Italian Trotskyism. *Revolutionary History*, v. 5, n. 4. S.d. Disponível em: <http://bit.ly/2n0mZKP>

26 Cf. a respeito SPRIANO, Paolo. Op. cit., p. 258.

no início de junho exigiram que ele e Ravazzoli assinassem uma condenação pública aos artigos publicados no jornal francês. Como eles se recusaram foram expulsos do partido no dia 9 de junho. Na resolução de expulsão, Togliatti que não queria passar novamente pelo constrangimento de ser acusado em Moscou de ter vacilado no combate à oposição, como ocorrera no caso Tasco, declarou guerra: “neste ponto só é possível uma coisa, a luta aberta, sem quartel, a mobilização de todas as forças do partido e da classe operária contra os traidores do partido e da classe operária”²⁷. A reunião ainda pressionou Tresso para que ele se afastasse dos outros dois, mas ele afirmou que as decisões de março não passavam de “oportunismo mascarado com frases de esquerda” e rejeitou a declaração de capitulação que o forçavam a assinar²⁸. Consumava-se, assim, a exclusão dos três, aos quais se somaram, também, Teresa Recchia, única mulher operária eleita para a direção do partido no Congresso de Lyon, Mario Bavassano e Giovanni Boero.

Gramsci

Na historiografia comunista a oposição dos “três” é retratada frequentemente como um grupo sem divergências política com a direção do partido, mas movido por ressentimentos pessoais contra Togliatti, contra o qual fizeram duras acusações²⁹. Mas a carta que enviaram logo depois a Trotsky sobre a situação italiana e a versão que Blasco fez para publicação na revista *La Lutte de Classes* mostra não apenas o alcance das diferenças como também a qualidade política dos opositoristas italianos³⁰. Neste texto, Blasco afirma que a “primeira causa das divergências” entre os opositoristas e a maioria da direção do PCd’I era “a

27 Apud idem, p. 259.

28 Apud idem, p. 259 e 260.

29 Ver, p. ex. SPRIANO, Paolo. *Op. cit.* e AGOSTI, Aldo. *Op. cit.*

30 BLASCO. Les problèmes de la révolution en Italie et nos divergences. *Lutte de Classes*, n. 23, jul 1930, p. 478-502.

apreciação diferente que fazemos da situação italiana”³¹. O artigo expressava as dúvidas dos opositoristas italianos a respeito do desenvolvimento da crise do capitalismo na península e afirmava a possibilidade de que as classes dominantes encontrassem meios para “superá-la provisoriamente”.³²

Segundo Blasco, a opinião dos dirigentes do partido italiano a respeito da situação real do movimento de massas era “90% pura fantasia”: “A verdade é que as massas operárias italianas estão fazendo ainda as primeiras tentativas de sair da passividade”³³. A partir dessa caracterização realista da relação de forças os opositoristas italianos afirmavam a possibilidade de que a queda do fascismo desse lugar a formas políticas democráticas, ou seja, de que “a burguesia (...) por meio deste novo pessoal político [liberais e socialdemocratas] e com uma readaptação ao método democrático retome o controle político e de organização sobre uma parte ao menos daquelas camadas sobre as quais hoje não tem”.³⁴

O artigo de Blasco não mencionava a proposta de Assembleia Republicana com base em comitês de operários e camponeses. Mas pela resposta de Trotsky à carta que os três haviam enviado é possível inferir que ela constasse da versão original. Uma das razões para essa supressão pode estar no fato de que Trotsky se opôs a essa proposta, afirmando que era equivocado procurar conciliar a Assembleia Republicana, órgão do Estado burguês, com os comitês de operários e camponeses, organismos do Estado proletário³⁵. Trotsky não excluía, entretanto as palavras-de ordem democráticas do programa e sugeriu as italianos a bandeira da Assembleia Constituinte:

31 Idem, p. 479.

32 Idem, p. 484.

33 Idem, p. 485.

34 Idem, p. 493.

35 Leon Trotsky. Response du camarade Trotsky a la nouvelle opposition du Parti Communiste Italien. *Lutte de Classes*, n. 23, jul 1930, p. 521.

*Não negamos de fato a fase de transição com suas exigências transitórias, inclusive as exigências da democracia. Mas é precisamente com a ajuda destas palavras de ordem de transição, as quais abrem o caminho para a ditadura do proletariado, que a vanguarda operária deverá conquistar o conjunto da classe operária e que esta deverá unificar em torno de si todas as massas oprimidas da nação. E não excluo, nem mesmo, a eventualidade de uma Assembleia Constituinte que em certas circunstâncias poderia ser imposta pela marcha dos acontecimentos ou, mais precisamente, pelo processo de despertar revolucionário das massas oprimidas.*³⁶

A partir desse momento começava a construção da *Nuova Opposizione Italiana* [Nova Oposição Italiana] (NOI), a qual marcava suas diferenças da antiga oposição bordiguista e alinhava-se com a Oposição de Esquerda Internacional. A oposição publicou, entre 10 de abril de 1931 e 15 de junho de 1936 16 números do *Bollettino dell'Opposizione Comunista Italiana* [Boletim da Oposição comunista Italiana]³⁷. Sob vários aspectos, a análise da situação política italiana levada a cabo pelos opositoristas no *Bollettino* e a orientação política proposta, sintetizada na reivindicação de uma Assembleia Constituinte, aproximava-se daquela que Gramsci discutia com seus companheiros na prisão. Sabe-se que, no cárcere, ele manifestou sua oposição à nova política do partido, que propôs que os comunistas defendessem a convocação de uma Assembleia Constituinte, que procurou informar-se a respeito do destino dos três e das razões de sua expulsão, e que por esses motivos foi duramente atacado pelos colegas de infortúnio alinhados com a maioria da direção. O clima entre os prisioneiros comunistas tornou-se muito tenso e não foram poucos os que acusaram Gramsci de romper com o partido. De acordo com Giuseppe Vacca: “Todos os testemunhos concordam com o fato de

³⁶ Idem, p. 523-524.

³⁷ Ver a coleção do *Bollettino* em MASSARI, Roberto. *All'opposizione nel PCI con Trotsky e Gramsci: Bollettino dell'opposizione Comunista Italiana (1931-1933)*. Bolsena: Massari, 2004.

que a maior parte dos companheiros considerava que Gramsci se pusera fora do partido”.³⁸ Angelo Scucchia, por exemplo, narrou que frequentemente companheiros de infortúnio alinhados com maioria do partido acusaram Gramsci de “oportunismo”, “posição antipartido”, e “traição ideológica”.³⁹

Assassinato

A partir de meados de 1930, Tresso militou na *Ligue Communiste* e foi eleito para seu Comitê Executivo. Mais tarde participaria ativamente nas discussões para a fundação da Quarta Internacional e foi delegado em seu congresso de fundação, em 1938, sendo eleito para o Comitê Executivo Internacional. A eclosão da Segunda Guerra Mundial e a ocupação da França pelos nazistas a partir de maio de 1940 tornaram extremamente perigosas as atividades políticas de Tresso e no verão de 1941 ele deixou Paris mudando-se para Marseille, que não se encontrava sob ocupação alemã. Imediatamente retomou suas atividades, integrando a direção do *Parti Ouvrier Internationaliste* [Partido Operário Internacionalista] (POI), nome que a organização trotskista havia adotado em 1936. É desse período a redação do obituário de Gramsci que aqui publicamos.

Nos primeiros dias de junho de 1942 uma onda repressiva se abateu sobre os trotskistas franceses. Vários foram presos pela polícia francesa, dentre eles Tresso, o qual foi brutalmente torturado. Condenado pelo Tribunal Militar a dez anos de trabalhos forçados foi encarcerado na prisão de Lodève. Na prisão, juntamente com outros quatro trotskistas, enfrentou a hostilidade dos stalinistas. Em novembro foi transferido para a prisão de Mauzac e logo depois para Puy-en-Velay. A partir de setembro de 1943 as hostilidades por parte dos stalinistas transformaram-se

38 VACCA, Giuseppe. Vida e pensamento de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 370)

39 QUERCIONI, Mimma Paulesu. Gramsci vivo nelle testimonianze dei suoi contemporanei. Milano: Feltrinelli, 1977, p. 222)

em explícita ameaça de morte. Foi nesse contexto que ocorreu, na noite de primeiro de outubro, a fuga de 79 prisioneiros, dentre eles Blasco e seus companheiros trotskistas.

A fuga contou com o apoio do serviço secreto inglês e foi operacionalizada por um grupo de maquisards comandado por Giovanni Sosso, conhecido como capitain Jean, do qual se suspeita ser ligado aos serviços secretos soviéticos⁴⁰. Os trotskistas foram separados dos demais e conduzidos para o maquis de *Raffy*. A ameaça sobre eles era constante e o historiador Marc Bloch, destacado dirigente da resistência, tentou em vão libertá-los. Provavelmente entre os dias 26 e 27 de outubro Tresso e seus companheiros foram conduzidos a um bosque e executados por um bando stalinista⁴¹. Terminava assim a vida de Blasco, fundador da NOI, trotskista e gramsciano.

40 Cf. DE GRANDIS, Ugo. Op cit., p. 54. Maquis era o nome que recebiam os grupos de resistentes contra a ocupação nazista principalmente na Bretanha e no sul da França. *Maquisards* eram seus membros.

41 Cf. a pesquisa de BROUE, Pierre; VACHERON, Raymond. *Assassini nel maquis. La tragica morte di Pietro Tresso*. Roma: Prospettiva, Roma 1996, p. 106-109.

Um grande militante morreu... Gramsci

Pietro Tresso ¹

Após onze anos de prisão, Antonio Gramsci morreu de apoplexia em Roma, em uma clínica para a qual a brutal repressão fascista havia sido obrigado a transferi-lo há dois anos, para evitar que o homem mais amado do proletariado da Itália acabasse morrendo no fundo de sua cela.

Antonio Gramsci chegou ao socialismo nos anos imediatamente anteriores à guerra de 1914, quando, como um jovem estudante, filho de camponeses pobres de sua Sardenha natal, foi a Turim a fim de continuar seus estudos. Foi na capital do Piemonte, em contato com o proletariado industrial mais concentrado e mais experiente na Itália, que ele deu seus primeiros passos no caminho da revolução. Embora de aspecto externo extremamente descuidado e fisicamente penoso, provocava rapidamente uma grande impressão naqueles que tinham a oportunidade de falar com ele². Mussolini, que em 1914, antes de renegar o socialismo, havia sido convidado a Turim pelo grupo de estudantes socialistas, lembrava-se de Gramsci oito anos depois, quando escreveu que a cabeça do Partido Comunista era um corcunda extraordinariamente inteligente e astuto...

A turbulência de 1914 e a entrada na guerra da Itália, em 1915, encontrou Gramsci, ainda ignorado, ainda obscuro, em seu posto de combate. Ele não se dobrou. Os rumores segundo os quais ele teria hesitado, ou mesmo manifestado simpatia ao movimento intervencionista, são apenas insinuações habilmente espalhadas por certos “discípulos” tardios a fim de justificar sua deserção

¹ Un grand militant est mort... Gramsci. La Lutte Ouvrière, n. 44, 14 Mai 1937. Tradução e notas de Alvaro Bianchi.

² Gramsci tinha desde a infância sérios problemas de saúde, era corcunda e muito pequeno. Ele próprio atribuía a saúde debilitada ao fato de ter caído do berço quando era criança (GRAMSCI Antonio. Lettere dal carcere. Palermo: Sallerio, 1996, p. 706). O médico de confiança de Gramsci, Umberto Arcangeli, o diagnosticou na prisão, em um laudo de 25 de março de 1933, como portador do mal de Pott (tuberculose vertebral), o qual teria sido contraído na infância. (N.do T.)

e covardia³. Em 1917, no ano mais difícil da guerra, quando a reação atingia sem piedade os revolucionários, enquanto Ercoli (o atual secretário do Comintern⁴), renunciou ao partido em nome da “Magna Anglia”, Gramsci continuou seu trabalho modesto, garantiu o serviço de correspondência para o órgão central do Partido, o “Avanti!” [Avante!], e fez a ligação com os companheiros que permaneceram em Turim, ou que retornavam da zona de guerra⁵. O próprio Gramsci me disse, em 1922, que ele nunca havia sido intervencionista.

Mas foi só em 1919 que Gramsci revelou completamente todas as suas qualidades de polemista, de cérebro e coração da classe operária e, especialmente, do proletariado industrial do Piemonte.

Em 1919, o proletariado italiano estava em completa efervescência revolucionária. Os recuos sucessivos da burguesia aproximaram extraordinariamente, aos olhos da classe operária e das massas trabalhadoras, a possibilidade da vitória final, o triunfo da revolução. As notícias da Rússia sobre as vitórias e a consolidação do poder soviético encheram as massas de entusiasmo. O emblema da foice e do martelo cobria as paredes das cidades e aldeias de toda a Itália. Os nomes de Lênin e Trotsky eram saudados como incitamento à luta por milhões de trabalhadores, soldados, pequenos camponeses. O Partido Socialista, que crescia dia-a-dia, comprovava-se absolutamente impotente para coordenar o movimento das massas, para organizar a revolução. Mesmo os elementos revolucionários mais

3 O mito de Gramsci “intervencionista” nasce com a publicação de um de seus primeiros artigos na imprensa socialista, no qual marcava distância tanto dos intervencionistas, como da passividade dos neutralistas, em uma posição mais próxima daquela do então socialista Benito Mussolini (GRAMSCI, Antonio. Neutralità attiva ed operante. In: Croneche Torinesi. Torino: Einaudi, p. 10-15). (N. do T.)

4 Trata-se de Palmiro Togliatti. (N. do T.)

5 No dia 22 de agosto de 1917 o proletariado de Turim se insurgiu em protesto contra a falta de pão. Durante três dias uma greve geral paralisou a cidade e ocorreram confrontos armados entre a polícia e os trabalhadores, finalmente derrotados no dia 25. Na mesma noite desse dia começaram as prisões dos dirigentes socialistas da cidade, 24 ao todo (ver SPRIANO, Paolo. Storia di Torino operaia e socialista: de De Amicis a Gramsci. Torino: Einaudi, 1972, p. 416-431). As prisões conduzem Gramsci à direção da seção socialista de Turim e do jornal *Il Grido del Popolo*. (N. do T.)

conscientes e determinados avançavam com passo irresoluto e incerto.

Dois nomes surgiram: Bordiga e Gramsci.

Bordiga, já conhecido pelos jovens antes da guerra, estava mais familiarizado do que Gramsci com os homens do Partido Socialista e com o próprio partido, fundou o semanário “Il Soviet” [O Soviet] com sede em Nápoles e organizou por toda a Itália sua fração, a qual foi mais tarde chamada de “fração abstencionista”, porque defendia a abstenção nas eleições parlamentares. A luta de Bordiga era a luta pela cisão com os reformistas e centristas; a luta pela construção de um Partido da revolução. Há mais de um ano combatia sozinho com esse objetivo. Gramsci ainda não via essa necessidade. Da experiência da Revolução de Outubro e das revoluções em outros países, reteve, especialmente, o fenômeno do crescimento e desenvolvimento dos “Conselhos de Fábrica”. Ele via nesses conselhos a forma revelada pela história do autogoverno das massas trabalhadoras, as células vivas da Nova Ordem.

“L’Ordine Nuovo” [A Nova Ordem] era o título do semanário que fundou em Turim e do qual assumiu a liderança. Toda a verdadeira personalidade de Gramsci, sua originalidade, sua grandeza podem ser encontradas neste jornal. Por dois anos, em artigos escritos de forma muito pessoal, mas que refletem todo o tormento e todo o esforço criativo da vanguarda revolucionária do proletariado, em Turim, Gramsci consumiu os tesouros da sua inteligência, sua cultura e sua paixão revolucionária para impulsionar os conselhos de fábrica, para demonstrar o valor destrutivo da ordem capitalista e a necessidade daqueles conselhos como as células constitutivas da “Nova Ordem”, a ordem socialista e comunista. Os operários das grandes fábricas de Turim, os membros das “Comissões Internas”, se agitavam em torno dele. Os burocratas sindicais o acusaram de minar a autoridade e as funções dos sindicatos, mas ele respondeu conquistando para sua linha a maioria sindical e, assim, transformando os poderosos

sindicatos em potentes apoiadores dos conselhos de fábrica, em vez de serem seus adversários.

A derrota do proletariado italiano, em setembro 1920, após o abandono das fábricas ocupadas, assinala o fim do e movimento de conselhos de fábrica, ao qual Gramsci deu o melhor de sua vida⁶. “L’Ordine Nuovo” deixou de ser um semanário e passou a sair diariamente, mas era então é uma coisa diferente daquela que ele havia fundado.

Os filisteus e burocratas, aqueles que agora procuram explorar Gramsci em benefício da traição e da enganação staliniana, já nos apresentam um falso Gramsci, irreconhecível aos olhos daqueles que o conheciam e para si mesmo se ainda estivesse vivo.

Acreditamos que podemos dizer, pelo contrário, que Gramsci, apesar de suas qualidades notáveis, também havia se equivocado e em questões importantes. E podemos acrescentar que ele tinha plena consciência e não tinha medo de dizê-lo. A prova é que durante anos se recusou a recolher seus escritos em um volume. Finalmente, ele decidiu fazê-lo, mas começou a escrever um prefácio (ele já tinha escrito cerca de 100 folhinhas com sua pequeníssima mas clara caligrafia) na qual criticava a si próprio com aquela honestidade intelectual que o caracterizava.⁷

6 A obra de referência a respeito de Gramsci e os conselhos continua sendo SPRIANO, Paolo. *L’Ordine nuovo e i consigli di fabbrica*. 2. ed. Torino: Giulio Einaudi, 1973. (N. do T.)

7 Gramsci nunca publicou seus escritos jornalísticos, os quais, segundo afirmou em carta de 7 de setembro de 1931, “eram escritos para o dia e deveriam morrer (...) ao final do dia” (GRAMSCI, Antonio. *Lettere dal carcere*. Palermo: Sellerio, 1996, p. 457). Na mesma carta Gramsci, fala de três tentativas de publicar esses escritos: uma em 1918, proposta pelo professor Umberto Cosimo, reunindo os escritos de *Il Grido del Popolo*; outra no final de 1920, a pedido de Giuseppe Prezzolini, mas o autor preferiu pagar as despesas do trabalho já feito e retirar da editora antes que fosse impressa; a terceira, em 1924, com escritos de *L’Ordine Nuovo*, editada pelo deputado fascista Franco Ciarlantini, o qual se comprometia a não mexer no texto gramsciano nem acrescentar nenhum prefácio polemico. Gramsci não permitiu que nenhuma dessas iniciativas prosperasse. A carta não menciona outra edição, mas a convivência de Tresso com Gramsci em seu último ano antes de ser preso foi muito próxima. É possível, então que Gramsci estivesse mesmo trabalhando em uma edição de seus escritos. Também é plausível supor que aquelas cem folhinhas fossem um esboço de *La questione meridionale*. (N. do T.)

Este projeto foi interrompido por sua prisão no momento da leis de emergência e agora com a sua morte.⁸

Nós não sabemos como foi a evolução de Gramsci, durante os onze anos de prisão, mas podemos dizer o seguinte: todas as atividades de Gramsci, toda a sua concepção do desenvolvimento do Partido e do movimento operário se opõem totalmente ao stalinismo, às suas vis políticas e suas falsificações descaradas. Um dos últimos atos políticos de Gramsci antes de sua prisão em 1926 foi a aprovação pelo B.P. [Bureau Político] do partido italiano de uma carta ao B.P. do partido russo, pedindo-lhe para conter o confronto com o camarada Trotsky dentro dos limites de uma discussão entre camaradas, e não adotar métodos que distorcessem as questões controversas e impedissem que o Partido e da Internacional decidissem com pleno conhecimento de causa. Esta carta também foi aprovada por Grieco (Garlandi), Camilla Ravera e Mauro Scoccimarro.

Mas ela foi enviada por “um trilha morto”, por meio de Ercoli, que, estando em Moscou, sondou os destinatários e achou por bem mantê-la em seu bolso.⁹

8 As leis de emergência foram decretadas como resposta a um obscuro atentado contra Mussolini. Gramsci foi preso em 8 de novembro de 1926, apesar de ser deputado. Em 4 de junho foi condenado pelo Tribunal Especial a vinte anos, quarto meses e cinco dias de prisão. Recebeu a liberdade condicional do dia 25 de outubro de 1934, permanecendo entretanto internado, primeiro na clínica Cussomano, em Formia, e depois de agosto de 1935 na clínica Quisisana, em Roma. Em abril de 1937 terminou seu período de liberdade condicional e Gramsci recobrou sua liberdade. Planejava pedir sua expatriação para a União Soviética, mas teve um derrame cerebral no dia 25 de abril e faleceu no dia 27.

9 O episódio da carta, datada de 14 de outubro de 1926, marca um ponto de inflexão nas relações entre Gramsci e Togliatti. Em meio à luta da direção staliniana contra a Oposição Unificada, liderada por Trotsky, Zinoviev e Kamenev, o Bureau Político do Partido Comunista da Itália encaminhou uma carta para o Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, e não para o seu Bureau, como afirma Tresso, na qual considerava a linha da maioria do partido russo “fundamentalmente justa”. Apesar disso a carta concluía afirmando que os líderes da oposição “contribuíram potentemente para educar para a revolução [os comunistas italianos] e várias vezes corrigiram enérgica e severamente, estiveram entre nossos mestres”. A seguir os italianos afirmavam que gostariam de estar seguros de que “a maioria do C.C. do P.C. da U.R.S.S. não vencerá de modo esmagador essa luta e esteja disposta a evitar as medidas excessivas” (Ufficio politico del Pcd'I al Comitato central del Partito comunista russo. 14 ottobre 1926. In: DANIELE, Chiara. Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca: il carteggio del 1926. Torino: Einaudi, 1926, p. 409). Embora alinhada politicamente com a maioria os termos da carta eram inadmissíveis para a fração staliniana. Togliatti enviou um telegrama imediatamente ao Bureau do partido italiano afirmando que as inquietudes deste “não correspondem à situação real do partido russo” (Togliatti all'Ufficio politico del Pcd'I, 16 ottobre 1926. In: DANIELE, Chiara. Op. cit., p. 413). Dois dias depois, o mesmo Togliatti escreveu uma carta mais longa para o Bureau do Pcd'I contestando fortemente

Podemos dizer, também, que, pelo menos desde 1931 e até 1935, a ruptura moral e política de Gramsci com o Partido stalinizado estava completa. A prova é dada não só pelo fato de que durante estes anos a imprensa colocou na surdina a campanha para a libertação de Gramsci, mas também pelo fato de que Gramsci foi oficialmente deposto como *chefe* do Partido e que em seu lugar puseram esse palhaço bom para todos os usos que responde pelo nome Ercoli!¹⁰ Os companheiros que saíram da prisão disseram-nos, há dois anos, que Gramsci havia sido excluído do Partido, exclusão que a direção decidiu ocultar pelo menos enquanto Gramsci não pudesse falar livremente.¹¹

os argumentos deste e, também, uma carta para Gramsci com o mesmo propósito (Togliatti all'Ufficio politico del Pcdí. 18 ottobre 1926 e Togliatti a Gramsci. 18 ottobre 1926. In: DANIELE, Chiara. Op. cit., p. 414-425). Manuilski, que havia lido a carta dos italianos também escreveu para Gramsci afirmando que o perigo de cisão não existia no partido soviético (Manuil'skij a Gramsci. 21 ottobre 1926. In: DANIELE, Chiara. Op. cit., p. 427). Gramsci, por sua vez, respondeu a Togliatti em 26 de outubro, dizendo que sua carta lhe parecia "abstrata e muito esquemática no modo de raciocinar", insistindo que essa maneira de pensar lhe havia provocado "uma impressão das mais penosas" (Gramsci a Togliatti. 26 ottobre 1926. In: DANIELE, Chiara. Op. cit., p. 435-437). Esta é a última troca direta de correspondência entre os dois dirigentes comunistas. Dois estudos amplos sobre o confronto entre Gramsci e Togliatti, embora em certa medida condescendentes com este último, são os de PISTILLO, Michele. Gramsci-Togliatti: polemiche e dissensi nel 1926. Bari: Piero Lacaita, 1996; e o de VACCA, Giuseppe. Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca. In: DANIELE, Chiara.. Op. cit., p. 1-149. (N. do T.)

10 A campanha pela libertação de Gramsci passou por várias fases. Ela é intensa imediatamente após a prisão, mas praticamente cessa depois da "svolta" do PCd'I. Entre 1929 e 1932 não há notícias de iniciativas para libertar Gramsci (cf. NATOLI, Claudio. Gramsci in carcere: le champagne per la liberazione, il partito, l'Internazionale (1932-1933). Critica Marxista, a. 36, n. 2, 1995, p. 301). A campanha é retomada em abril de 1933, mas rapidamente se interrompe, provavelmente para não dificultar a transferência de Gramsci para outra clínica e o recurso solicitando liberdade que sua cunhada Tatiana Schucht e Pietro Sraffa estavam encaminhando. Gramsci, por sua vez, alimentava a esperança de que uma troca de prisioneiros entre o Vaticano e a União Soviética pudesse ter lugar e temia que Mussolini não aceitasse a troca se uma campanha internacional apresentasse o fato como uma derrota do fascismo. Por sua vez, as pesquisas mais recentes mostram que o governo soviético não se empenhou em uma ação diplomática pela libertação do prisioneiro do fascismo. Sobre os limites do empenho soviético, ver VACCA, Giuseppe. Vida e pensamento de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, cap. XVII.

11 Gramsci não foi excluído do partido. Mas suas divergências com a direção do partido e Togliatti se tornaram ainda mais agudas a partir do início de 1930. Em julho de 1929 as teses aprovadas pelo X Pleno do Comitê Executivo da Internacional Comunista identificavam a socialdemocracia com o fascismo. Liderado por Togliatti o partido italiano alinhou-se rapidamente com as novas teses, abandonou a palavra-de-ordem de convocação de uma Assembleia Republicana (Constituinte), caracterizou como iminente uma insurreição proletária contra o regime fascista e, por fim, empenhou-se na reconstrução do aparelho do partido em território italiano, fazendo retornar os militantes que haviam se exilado, o que acabou provocando uma nova onda de prisões (ver SPRIANO, Paolo. Storia del Partito comunista italiano: II. Gli anni della clandestinità. Torino: Einaudi, 1969, cap., XXI-XV e, em especial, AGOSTI, Aldo. The Italian Communist Party and the Third Period. In: WORLEY, Matthew. In Search of Revolution: International Communist Parties in the Third

E isso, a fim de poder explorar a imagem de Gramsci para seus próprios fins. Em qualquer caso, os burocratas stalinistas haviam conseguido enterrar Gramsci politicamente antes do regime de Mussolini fazê-lo fisicamente.

Gramsci morreu, mas para o proletariado, para as gerações mais jovens que vêm para a revolução através do inferno fascista, será sempre aquele que mais do que qualquer outro, ao longo dos últimos vinte anos, encarnou os sofrimentos, as aspirações e a vontade dos trabalhadores e camponeses pobres Itália.

Ele continuará a ser um exemplo de integridade moral e honestidade intelectual absolutamente inconcebível para a congregação dos aproveitadores stalinistas, cujo lema é “vire-se”.

Gramsci morreu, mas depois de testemunhar a decadência e morte do partido que ele tinha potentemente ajudado a criar e tendo sentido em seus ouvidos os tiros da pistola carregada por Stalin que abateram uma geração de velhos bolcheviques.

Gramsci morreu, mas depois de saber que outros velhos bolcheviques como Bukharin, Rikov e Rakovski já estavam prontos para serem abatidos.¹²

Gramsci morreu de um golpe no coração, talvez nunca saberemos quem mais contribuiu para matá-lo: se os onze anos de sofrimento nas prisões de Mussolini ou os tiros de pistola na nuca de Zinoviev, Kamenev, Smirnov, Piatakov e seus pares nas masmorras da GPU que Stalin ordenou.¹³

Period. London: I.B. Tauris, 2004, p. 88-105). Gramsci se opôs a essa guinada e manifestou seu desacordo com os companheiros de prisão em conversas que manteve com eles a partir de julho de 1930, defendendo a bandeira da Assembleia Constituinte (cf. o depoimento de Giovanni Lai em QUERCIOLO, Mimma Paulesu. Gramsci vivo nelle testimonianze dei suoi contemporanei. Milano: Feltrinelli, 1977). Quando Bruno Tosin, funcionário da secretaria do PCd'I em Roma, chegou à prisão, seus companheiros de cela lhe “explicaram quais haviam sido os termos da discussão com Gramsci e (...) disseram que praticamente havia ocorrido uma ruptura no interior de nosso grupo de prisioneiros” (Idem, p. 228). De todo modo, é exagerada a afirmação de que Gramsci havia sido excluído do partido. Ele próprio havia decidido se afastar de seus companheiros de prisão, mas não do partido (N. do T).

12 O chamado Processo dos 21, também nomeado nos documentos oficiais como “Bloco dos direitistas e dos trotskistas antissoviéticos” ocorreu entre 2 e 13 de março de 1938. Embora Nicolai Bukharin, Alexei Rikov e Christian Rakovski não tivessem ainda sido processados e condenados quando Tresso escreveu seu artigo, já se encontravam presos e seu destino era previsível. (N. do T)

13 Grigori Zinoviev, Lev Kamenev e Ivan Smirnov foram condenados juntamente com outros 13 líderes

Adeus Gramsci.

bolcheviques, no primeiro Processo de Moscou (19 a 24 de outubro de 1936), acusados de terrorismo, de planejarem o assassinato de Kirov e de prepararem a morte dos mais altos dirigentes soviéticos, dentre eles Stalin. Foram executados logo a seguir. Gueorgui Piatakov e mais 16 dirigentes foram condenados no segundo Processo (23 a 30 e janeiro de 1937). (N. do T.)

DOCUMENTOS

Depois da grande demonstração de força do 15 M: Construir a greve geral para resistir aos ataques de Temer, construir uma alternativa de esquerda de verdade

Secretariado Nacional do Movimento Esquerda Socialista

15 de março de 2017

Marcelo Freixo como alternativa ao lulismo, Luciana Genro a disposição para assumir a luta!

A classe trabalhadora brasileira mostrou que não está derrotada. Ao cruzar os braços e protagonizar atos com impacto de massas na jornada nacional de lutas do dia 15, a classe entrou no centro da cena política nacional. Não é pouco parar a principal cidade do país, com manifestações em todas as capitais, reunindo centenas de milhares nas ruas, com uma adesão popular majoritária à pauta de luta contra a reforma da previdência. O 15M seguiu na esteira do que tinha sido o ato do dia 8 de março, onde se demonstrou uma ampla disposição de luta do movimento de mulheres no Brasil, voltando-se objetivamente contra o governo Temer em geral e sua reforma previdenciária em particular. O eco do “fora Temer” já tinha sido forte nos blocos de carnaval, de Norte a Sul do país, durante os festejos populares. O dia de lutas representou um salto.

Um forte dia de lutas, com desigualdades, que marca a situação nacional

A paralisação foi sentida em várias partes do país. Junto à divulgação da “lista Janot”, foi o grande acontecimento dessa semana no Brasil. A entrada em cena da classe trabalhadora marcou a data, com manifestações massivas, que não foram maiores porque não houve a devida preparação por parte das

direções que conduzem as principais centrais sindicais do país, a saber, CUT e Força Sindical. Nenhuma delas quis mobilizar seriamente para transformar o dia 15 numa jornada de greve capaz de transbordar a indignação latente.

Com a paralisação do transporte em SP – condutores e metroviários – a cidade amanheceu com ares de greve de fato. A manifestação da noite na Paulista transbordou, com os mais otimistas falando em 200 mil pessoas. As cifras, ainda que imprecisas, dão conta dos maiores atos desde as jornadas de Junho de 2013, com a diferença que de que foi a classe trabalhadora, com seus métodos e identidade, que teve destaque fundamental. Os professores de todo país – nesse caso muito similar ao que estamos acompanhando na vizinha Argentina – foram a vanguarda das paralisações. O transporte também parou em Curitiba, Florianópolis, Belo Horizonte, Recife, para citar as mais importantes capitais. Os atos no final da tarde resultaram massivos, as redes sociais e os aplausos dos transeuntes são sintomas que repercutiram uma ampla disposição em apoiar os protestos e condenar a PEC 287, da Reforma da Previdência.

A jornada de 15 de março demarcou que a pauta da luta contra a reforma da previdência tem atração para ser motor de uma verdadeira greve geral.

A burguesia segue em defesa do ajuste e do governo

Neste marco, o governo debilitado pela corrupção, pela crise social e econômica, refletida na sua impopularidade, apela para a unidade em torno do ajuste e das medidas para atacar direitos, sendo a ponta de lança delas a reforma da Previdência. Sua campanha midiática está a serviço de garantir essa legitimidade e disputar a opinião das massas. Até agora não está sendo fácil, porque a rejeição às medidas está crescendo, chegando até as bases eleitorais de deputados e senadores.

Desde junho de 2013, o espaço da disputa das ruas pela via da

mobilização popular ganhou força no Brasil. Desde a primavera feminista, passando pelas ocupações de escolas e agora com as mobilizações contra Temer e seus ataques. O dia 15 de março demonstrou ser um importante marco de fortalecimento desta luta.

A Operação Lava Jato desnudou a podridão do sistema político, sendo o PT e o PMDB os maiores atingidos, mas colocando toda a casta política em cheque. Além dos empreiteiros detidos pela primeira etapa da OLJ, agora importantes articuladores políticos da coalizão capitalista que governa o Brasil há tempos estão na cadeia. O núcleo “fluminense” desbaratado pela OLJ revela as entranhas do projeto chefiado pelo PMDB, com Eike Batista e Sergio Cabral presos, importantes conexões sendo feitas com doleiros em Miami e Punta del Este, a serviço do duto de financiamento das campanhas dos partidos da casta. Há um temor grande sobre o significado da lista da Odebrecht.

Como explicar que o governo se sustente, diante de tamanha falência, impopularidade e que seus principais chefes estejam acossados pelas denúncias de corrupção?

A unidade ampla entre todos os setores da burguesia, que por não ter outro plano, apostam na hipótese de manter a qualquer custo Michel Temer como “ponte” para fazer com que o custo do trabalho no Brasil seja diminuído, pegando pesado com a reforma da Previdência, a reforma trabalhista e a terceirização. Tais medidas são combinadas com a iniciativa de vendas de importantes setores de logística, como estradas e aeroportos, e com o aperto fiscal aos entes estaduais. Esse é o plano que unifica a burguesia, seus agentes políticos e econômicos e seus porta-vozes na grande mídia. Uma frente única que envolve as grandes máquinas partidárias do país, a cúpula do poder judiciário e a mídia encabeçada pela Rede Globo. Isso garante a maioria parlamentar para o governo nas duas casas legislativas. O setor majoritário da burguesia sabe que Temer é um “fusível a ser queimado”, como anteriormente já tinha explicitado o publicitário Nizan Guanaes.

Este é o cardápio para dar ao desgoverno Temer algum sentido útil do ponto de vista do capitalismo.

A falta de uma alternativa consistente também atua para a inércia que garante a continuidade do governo. Existem iniciativas comuns, dias de luta, mas os setores majoritários do movimento sindical atuam de forma hesitante, não convergindo numa ação unificada capaz de dar sentido comum à resistência. Nem a Força Sindical, que tem na sua direção Paulinho, artífice do impeachment, nem a CUT querem realmente paralisar o país. Atuam para mitigar a ofensiva brutal contra os trabalhadores. Ofensiva verbalizada por Rodrigo Maia quando afirma que “sequer a Justiça do Trabalho deveria existir”.

Lula já deixou claro que não quer derrotar a reforma da Previdência e quer recompor com setores da burguesia como Eduardo Paes e o PMDB carioca. Quer desgastar o governo, mas atua para que a direção do PT e a CUT não sejam consequentes na luta para barrar a reforma. Como parte disso, os governos do Piauí e do Ceará – governados pelo PT – aprovaram planos de ajuste similares ao que Temer exige para toda a sua base. No caso mineiro, Pimentel está no governo com o PMDB e anunciou a venda do circuito das Águas, no sul de Minas.

Lula utilizou da palavra no ato da Paulista para demonstrar que quer pactuar para voltar em 2018, despotencializando a presente luta contra a reforma, jogando o desgaste do governo para retomar sua estratégia clássica: “Feliz Lula 2018”. Esse é um obstáculo a ser superado, não se pode ter ilusões. Uma coisa é apelar – corretamente – à unidade em defesa dos direitos da classe trabalhadora, outra é aceitar a estratégia lulista de submeter os interesses gerais dos trabalhadores brasileiros à sua defesa como candidato, num momento onde está sob fogo cerrado da nova lista de acusados na delação da Odebrecht. Lula quer usar o movimento social para sustentar sua posição, não para defender os direitos do povo que começa a sair à rua para lutar.

Isso explica porque a crise social não desborda os planos do

governo, apesar da resistência ascendente de setores como o funcionalismo público de vários estados e municípios.

A corrupção atinge toda a Casta

A lista Janot atualizou as definições sobre os corruptos no país. Aparecem nela boa parte dos principais dirigentes da Casta. A começar pelo governo de Temer, que tem cinco “notáveis” na famosa lista: Padilha, Moreira “Angorá” Franco, Kassab, Bruno Araújo e Aloysio. O PSDB atua desesperadamente para salvar seus caciques políticos, tentando diferenciar o caixa dois para as campanhas e a corrupção. Correm o risco de ficar sem candidato à presidência, ou ter que recorrer ao novato Dória, visto que Alckmin e Aécio estão implicados. Uma operação no Congresso tenta salvar o sistema político, mudando as leis para garantir que as eleições presidenciais possam ocorrer em 2018 sem maiores traumas.

Dez governadores, entre eles Pezão e Pimentel estão entre os citados no documento que aguarda o parecer de Fachin.

Nas hostes petistas a situação não é menos dramática. O lulismo não faz autocríticas ou aceita qualquer coisa que se assemelhe à refundação do partido. Ao contrário, a candidatura de Lula à presidência da República e quiçá também à presidência do partido é a garantia de que nada de novo virá deste campo.

A nomeação de Alexandre de Moraes, resultado do trágico episódio da morte de Teori Zavascki, é parte dessa operação abafa, chefiada por Gilmar Mendes para “estancar a sangria”.

Existe uma relação intrínseca entre a corrupção e os chefes do ajuste. Essa relação vai para além do Brasil, como estamos notando no que significou a expansão da OLJ na América Latina, onde os governantes de Argentina, Peru, e de vários países da América Central estão diretamente implicados nos mega esquemas para a expansão dos interesses das grandes empreiteiras brasileiras.

Gilmar Mendes, Rodrigo Maia e a cúpula governista discutem como aprovar o ajuste, promover uma reforma política que mantenha a impunidade, além de tentar tirar o PSOL e a esquerda da disputa. Na calada da noite, Maia opera com Mendes a volta do debate da anistia ao caixa 2. Um verdadeiro escárnio.

É preciso apoiar as lutas rumo a Greve Geral

Para que possamos disputar uma linha que leve a classe à vitória, é preciso fortalecer uma linha política clara de unidade na luta contra as reformas de Temer, para dar continuidade ao que foi dia 15 de março. O dia 8 já demonstrou, com as mulheres na vanguarda, o potencial de luta da classe trabalhadora e da juventude diante dos ataques. O dia 15 colocou a chance de massificar essa luta. O exemplo das categorias que estão paralisando, como os metroviários de São Paulo, nos apontam o caminho. O sindicato dos metroviários, referência da esquerda e do sindicalismo classista, cumpriu um papel determinante na paralisação. Os professores de todo o país são a linha de frente na resistência contra o ajuste, contra a reforma e o governo Temer.

É preciso forjar uma unidade com todos os setores que lutam: o exemplo da vitória da greve de Florianópolis, onde os dirigentes sindicais – o sindicato é outro exemplo de combatividade – atuaram lado a lado com os vereadores do PSOL, com a ida de Luciana Genro para apoiar os servidores e a direção decidida do sindicato combativo, deve nos entusiasmar. O exemplo da resistência do MTST na ocupação da Paulista, que teve como desfecho a garantia de moradias populares. É preciso somar forças e unificar as lutas para construir uma verdadeira greve geral no país.

Uma greve geral que precisa ser prepara com antecedência, com democracia de base, comitês por local de trabalho e bairro, com assembleias de trabalhadores. Com um amplo esclarecimento a toda população, buscando chegar nas camadas mais profundas do

povo, explicando a necessidade de parar, disputando a narrativa da reforma e condenando o corrupto governo Temer.

Cabe às bases sindicais e populares, com o peso que a esquerda tem, exigir das grandes centrais que coloquem data à greve geral para derrotar a reforma e dar continuidade à luta contra o ajuste dos governos e do congresso.

Construir uma alternativa de esquerda de verdade, um polo político com o PSOL de cara própria

Se Lula está buscando cavalgar na mobilização para fazer sua própria campanha, nós precisamos ir além da denúncia de seu nefasto papel de fiador da aliança com os bancos e da última grande reforma previdenciária que retirou direitos. Aliás essa reforma que o levou a expulsar do PT Babá, Luciana e Heloisa Helena, que estavam entre os fundadores do PSOL.

Precisamos construir outro caminho. O PSOL deve abrir imediatamente o debate sobre sua próxima candidatura à presidência da República. Desde 2006, quando HH obteve 7% dos votos, não conseguimos emplacar um nome com apelo de massas. Em 2010 Plínio foi uma candidatura de brava resistência. Em 2014, Luciana Genro, escolhida candidata às vésperas do início da campanha, foi um acerto que possibilitou que o PSOL expressasse as demandas de junho de 2013, canalizando também a onda feminista que varre o Brasil e o mundo.

A disputa de 2018 é central. Precisamos ultrapassar a cláusula de barreira e abrir um novo ciclo de uma nova esquerda no país.

Queremos construir um nome unitário, capaz de coesionar não apenas o PSOL, mas o conjunto das forças de esquerda nesse momento. Um nome que represente a experiência da regional do PSOL que mais força expressou nos últimos anos. Temos certeza que este nome é o de Marcelo Freixo. Em junho de 2013 o Rio reuniu 1 milhão nas ruas, a maioria jovens que, no ano anterior, em 2012, construíram a Primavera Carioca, dando a Freixo um

milhão de votos. O Rio derrotou Cabral em 2011, com a greve dos bombeiros. Foi no Rio, em 2016, que o PSOL foi para o segundo turno. É lá que, já em 1998, o PT fracassou porque Lula apoiou Garotinho contra Vladimir Palmeira. O Rio já mostrou que o PMDB é Cabral, Temer e Lava Jato. Mostrou que é preciso uma esquerda coerente. Então é preciso se postular. Freixo seria o melhor nome para o PSOL e para toda a esquerda.

É verdade que Freixo enfrenta problemas de segurança, fruto da sua atuação destemida contra as milícias. É preciso exigir do Estado que Freixo continue tendo segurança, ou assegurar que o partido ponha os recursos do fundo partidário para garanti-la. Estamos jogados para garantir essa hipótese.

Se a chamada extrema esquerda não apresenta seu nome mais forte, deixa o espaço para a extrema direita. Bolsonaro que o diga. Não é à toa que seja no Rio de Janeiro que os nomes sejam mais fortes tanto em um quanto em outro espectro político.

Queremos acelerar esse debate, de nome e de programa. Reafirmamos que Luciana segue com seu nome à disposição do partido. Luciana pode ser candidata a vários cargos, mas a decisão política do MES e dela própria é ajudar o partido a ter um nome forte (dentro dos nossos parâmetros) para a disputa presidencial. Luciana demonstrou, em 2014, sua qualidade de debate para expressar um programa anticapitalista e que canalize também a luta contra o machismo, a LGBTfobia e as opressões. Além disso, é fundadora do partido. Vale resgatar a resolução de balanço que a Executiva Nacional do PSOL votou de forma unânime à época como parte de um esforço de unificar todo o Partido:

Assim, nossa chapa expressou um importante acúmulo nos movimentos sociais mais dinâmicos da conjuntura após as jornadas de junho. Estivemos junto com o MTST, MLB, Brigadas Populares, entre outros movimentos de moradia. Nossa campanha empalmou com a luta da comunidade LGBT, mobilizando esse setor ao redor da linha “por mais direitos”. Recebemos apoios de intelectuais e da opinião pública

contemporânea, como Gregório Duvivier, Márcia Tiburi, Marina Lima, blogueiros e blogueiras da esquerda. A juventude realizou eventos de grande impacto, “viralizando” a campanha nas ruas e nas redes.

É preciso dizer ao povo: é verdade, esta democracia está podre, é dominada pelos milionários. Mas a saída não é o fim da democracia, a intolerância e a repressão. A saída é democracia real, auto-organização dos trabalhadores, da juventude, das mulheres, da comunidade LGBT, dos negros e negras, fortalecendo a luta por direitos, contra o preconceito e a opressão. A saída é não aceitar que os milionários e a casta política sigam governando a favor de si próprios e contra a maioria do povo.

Queremos acelerar o debate da alternativa política para construir um polo alternativo à casta, com um amplo debate programático para que se possa ajudar a livrar o país da catástrofe social a que o governo ilegítimo de Temer está nos levando.

Essa é nossa responsabilidade, responsabilidade do PSOL e de todos os agentes que atuam pela esquerda.

Carta à direção do PSOL por uma pré-candidatura presidencial urgente

Luciana Genro

Contra Temer e contra o PSDB, o PSOL precisa afirmar que luta e se postula nas ruas, defendendo a greve geral, mas também nas urnas.

Mas não é apenas contra a burguesia tradicional que o PSOL deve se armar. A burocracia corrupta que aceitou ser agente dos interesses burgueses também é inimiga das necessidades do povo. A liderança de Lula não representa a esquerda – e isso deve ser dito em alto e bom som. Eu estava, assim como minha corrente, preocupada com o risco de o PSOL não lutar também contra essa falsa alternativa. Por isso os camaradas da Direção do MES lançaram uma carta. Como fundadores, era nossa obrigação alertar o partido sobre os riscos de não definir uma candidatura própria. Caso contrário pareceria, como já precipitadamente acusavam alguns, que o PSOL aceitaria fazer o jogo do lulismo. Mas não. O PSOL nasceu contra a traição da cúpula do PT. O fato de o governo Temer ser ilegítimo e de ser o pior governo da história da corrupta democracia brasileira não isenta a liderança de Lula desta responsabilidade. Assim, cabe ao PSOL se apresentar para a disputa em todos os terrenos e também na disputa presidencial.

Com este objetivo, sugerimos o nome de Marcelo Freixo. Explicamos por que Freixo deveria assumir esta responsabilidade. Basicamente é o nome mais forte do PSOL, poderia atrair muita juventude e até setores petistas cansados das práticas de sua cúpula, setores intelectuais e artistas, em especial do Rio de Janeiro, que lhe apoiaram na campanha da Prefeitura.

Nos tranquilizamos que a Executiva Nacional votou por unanimidade, no último final de semana, como resposta à discussão suscitada por nosso texto, que o partido terá candidato próprio. A necessidade de ter um candidato e de que todas as

lideranças públicas do partido assumam esta responsabilidade nos levou também a apresentar meu nome, caso Freixo recusasse a proposta, como já havia manifestado.

Posso disputar qualquer cargo eleitoral, mas me dispus a assumir novamente a batalha presidencial, mesmo com a lei Cunha e as grandes limitações que ela impõe. Apesar disso, confio que ganharíamos força. Tenho disposição de sobra para enfrentar os políticos burgueses. Disposição de sobra para reivindicar a primavera feminista. Diante da recusa reiterada de Freixo, meus camaradas do MES colocaram a necessidade de lutar pelo meu nome. Mas sei que meu nome não é consenso.

No partido tivemos uma importante corrente de opinião que se recusou a defender eleições gerais como alternativa ao impeachment e se limitou a ter como política o Fica Dilma. Uma parte destes setores partidários, neste caso menos expressiva, se recusou a defender eleições diretas mesmo depois de consumado o afastamento de Dilma, só aceitando esta bandeira depois que o PT a adotou. Sou consciente também que uma parcela importante de dirigentes do partido mais atacaram a Lava Jato do que a defenderam. Como regra, diziam que ela só atacava o PT. Eu defendi muito mais a Lava Jato do que aponteí seus limites e problemas, mesmo sabendo que eles existem e que são parte dos problemas globais do nosso sistema penal. Junto com minha corrente, sempre defendi que a Lava Jato estava cumprindo um papel positivo ao enfraquecer um sistema político corrupto e burguês. As prisões da cúpula do PMDB do Rio falam por si só – o que a cara de Aécio na Veja mostra também. Apesar disso, este é um tema que o PSOL não tem resolvido. Não há consenso e minha posição não é a de todos. Ao contrário, creio que o partido perdeu uma imensa chance ao não defender de maneira resoluta esta causa justa apoiada pelo povo.

Diante das divergências é preciso escolher. Creio que o mais urgente é ter um nome do PSOL que faça o partido presente na disputa com a burguesia e o lulismo, para isso sugeri que o MES

busque uma solução de compromisso. Como sei que Marcelo Freixo e outras lideranças querem Chico Alencar como candidato, sou da opinião de que este nome pode indicar um caminho de unidade. Somos sinceros em dizer que para nós o nome ideal é o de Marcelo Freixo, por sua representatividade social. Mas em política nem sempre o ideal é possível. E o mais grave é não ter candidatura já. Isso mataria o PSOL.

Além disso, é preciso ser dito: respeitamos muito o nosso Deputado Chico Alencar. Ele tem uma posição sobre a Lava Jato muito próxima da minha. Tem uma trajetória de respeitabilidade, a qual tem como principal marca o compromisso ético e a recusa à lógica dominante da política de toma lá, dá cá. Por isso, foi escolhido diversas vezes como um dos melhores deputados federais. Teve papel muito importante contra Eduardo Cunha (PMDB-RJ), um dos maiores corruptos do país, e nesta luta fortaleceu o PSOL. E sempre esteve entre os mais votados do partido no Rio.

Por isso, com suas ideias corretas sobre questões fundamentais, entre elas o apoio à Lava Jato, ele pode fazer do PSOL um polo de luta e reconstrução da esquerda. O importante é que comece já. Então, para evitar que essa decisão só seja tomada após uma longa disputa congressual é muito melhor já se cerrar fileiras com o nome de Chico Alencar.

Neste sentido, com a concordância do Secretariado Nacional do MES, retiro o meu nome da discussão para presidência da República e apoio o nome do companheiro Chico como candidato de consenso, a ser apresentado publicamente de forma imediata para que possamos dialogar com as forças políticas que estão dispostas a construir uma frente de esquerda contra a burguesia e o lulismo.

Saudações, Luciana Genro.